



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

JOSÉ RICARDO DE OLIVEIRA CASSUNDÉ

**“SE A GENTE SE UNIR, A GENTE VAI CONSEGUIR”: COOPERAÇÃO, GESTÃO
DAS AGROINDÚSTRIAS E OS DESAFIOS DA CONDIÇÃO CAMPONESA NO
MST-CE**

FORTALEZA

2025

JOSÉ RICARDO DE OLIVEIRA CASSUNDÉ

“SE A GENTE SE UNIR, A GENTE VAI CONSEGUIR”: COOPERAÇÃO, GESTÃO
DAS AGROINDÚSTRIAS E OS DESAFIOS DA CONDIÇÃO CAMPONESA NO MST-
CE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do departamento de Geografia, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos à obtenção do título de Doutor em Geografia. Área de concentração: Natureza, Campo e Cidade no Semiárido.

Orientadora: Profa. Dra. Alexandra Maria de Oliveira.

FORTALEZA
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C336" Cassundé, José Ricardo de Oliveira.

"Se a gente se unir, a gente vai conseguir": Cooperação, gestão das agroindústrias e os desafios da condição camponesa no MST-CE / José Ricardo de Oliveira Cassundé. – 2025.

254 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia , Fortaleza, 2025.

Orientação: Profa. Dra. Alexandra Maria de Oliveira .

1. Cooperativas . 2. Reforma Agrária . 3. Agroindústrias Camponesas . I. Título.

CDD 910

JOSÉ RICARDO DE OLIVEIRA CASSUNDÉ

“SE A GENTE SE UNIR, A GENTE VAI CONSEGUIR”: COOPERAÇÃO, GESTÃO
DAS AGROINDÚSTRIAS E OS DESAFIOS DA CONDIÇÃO CAMPONESA NO MST-
CE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do departamento de Geografia, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos à obtenção do título de Doutor em Geografia. Área de concentração: Natureza, Campo e Cidade no Semiárido.

Aprovada em: 28/05/2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Alexandra Maria de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes
Universidade Estadual Paulista (UNESP))

Prof. Dr. Oscar Roberto Espinoza Lastra
Universidad Regional Autónoma de los Andes - UNIANDES- (Equador)

Profa. Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo
Universidade Federal do Ceará – UFC

Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos - UFS
Universidade Federal de Sergipe – UFC

A Deus.

Aos meus pais Sueli Oliveira (minha mãe)
e Raimundo Nonato Cassundé (*in
memoriam*).

A minha Nega (Andréa),
Minhas bênçãos (Nicolas e Kaiowá).

AGRADECIMENTOS

À Deus como fortaleza e a certeza que seus projetos são divinos... foram momentos de muitas angústias e “crises de ansiedade” que tive que enfrentar com todas as forças.

Ao MST pela oportunidade de caminhar junto a esse movimento comprometido com a luta pela TERRA, pela REFORMA AGRÁRIA e pelo SOCIALISMO.

Aos camponeses/as assentados/as e cooperados/as que me receberam sempre com uma boa acolhida e confiança, pelos cafés, pelas dormidas, banhos de açude e as boas conversas.

Aos gestores/as das “agroindústrias camponesas” em especial aos do Laticínio Terra Conquistada por tantas partilhas e aprendizados. (Lucimério, Aminadabe e Fidel, com vocês aprendo sempre, sigam firmes companheiros/as)

À Professora Alexandra Oliveira, por ter escolhido o meu projeto, pela paciência em não desistir de orientar um militante em luta sempre, obrigado por todo o zelo com os momentos em que não correspondi com prazos e outras solicitações, mas conseguimos!!

Aos professores participantes da Banca examinadora de meu trabalho Professora Gema sempre muito solicita e compreensiva, aos professores Oscar e Josefa por topar essa tarefa nos limites dos tempos e em especial agradeço profundamente por muitas vezes e tantas coisas ao Professor Bernardo Mançano Fernandes por mais uma vez topar dialogar comigo sobre os dilemas das condições camponesas, gratidão meu grande, estamos juntos.

Em especial à minha companheira Andréa Lima, por todo o apoio nas madrugadas e horas difíceis, porque mesmo com o mundo de coisas que a vida já te reserva como mãe e profissional estivemos juntos nessa jornada e com nossos amados e queridos filhos Nicolas e Kaiowá que tentaram compreender todo esse processo e nossas ausências, te amamos filhos!!

Agradeço a um coletivo que durante os últimos dois anos me fizeram refletir muito sobre a docência e caminhamos juntos até ontem (queridos docentes do IFCE de Crateús, muito obrigado por ter conhecido vocês).

Aos amigos e amigas da vida e da luta que não desacreditaram de mim, caminharei com vocês e não temerei a mal algum, obrigado ao Professor Claudemir

(Demir) pelas partilhas, empurrões e zelo por mim, a Companheira Lourdes Vicente com seus enquadramentos políticos que me deixavam sem palavras e me fazia refletir sobre os próximos passos, ao querido Professor Cleuton Almeida por tanto incentivo e humanidade, ao Professor Amaro (UFC) que nunca desistiu de mim e compreendeu ausências e “não respostas”, mais sempre preocupado com minha escrita e tantos outros pelos debates e análises que realizamos juntos.

Ao amigo e artista popular Ricardo Wagner por todas as conversas desenhadas que partilho nesta tese como resumo de uma sistematização de tantos momentos de formação junto aos camponeses/as da reforma agrária, nos cursos operacionais nas agroindústrias camponesas do MST-CE.

Aos colegas do Curso, pelas colaborações, partilhas, trocas de saberes, empenhos e esforços em animar uns aos outros.

À minha família, Pain (in memorian), Mainha Sueli como é bom saber que sempre oras por mim e me abençoa sempre, as minhas irmãs Regina e Regilane por toda força sempre, aos meus cunhados (Gil, Ricardo e Thiago), minha cunhada Mazé que sempre nos dar suporte no cuidar de nossos filhos, aos meus sobrinhos (Max Victor, Kauê, Haruka, Hayumi) ao meu sogro Francisco e minha sogra Francisca porque sei o quanto vocês me ajudaram também, aos primos e primas, Tias/os Francisca, Tio Elizeu e minha Tia Socorro (que bom te encontrar) e ao meu CLÃ Cassundé porque sei que serei o primeiro com doutorado na família.

À minha querida Tia Santa por tanto incentivo, a Sara por assumir tantas coisas com nossos filhos na nossa ausência, obrigado querida a todos vocês, obrigado pela força tarefa de nos apoiar quando o fardo pesava, pois, as reais dificuldades desse processo vivenciavam-se com essas pessoas que compreendiam o porquê de nossos esforços.

Com muito orgulho, minha gratidão a toda a militância do MST do Ceará, ao Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente que tem como dirigentes os companheiros/as Clarice Rodrigues e Antônio José, confesso que minha pesquisa não seria possível sem as contribuições de vocês, muito obrigado por me confiarem tarefas e funções que fizeram toda essa vivência cooperada, obrigado a todos e todas porque essa pesquisa foi com vocês. Vai ter sim mais um doutor “sem terra”.

À equipe de técnicos e técnicas da Mundukide Ceará que conheci nesse período Iker, Marga, Andrea, Itzia, Marcio Junior, Shabi, Etor e Luiz, como também um carinhoso abraço ao Pertti Simula do Instituto Conscientia e sua equipe.

Enfim a todo os amigos e amigas que torceram e me apoiaram com palavras e diálogos e brincadeiras para que eu chegasse até aqui, desculpem pelas ausências.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES - Brasil - Código de Financiamento 001. Registro a importância do financiamento PROEX/CAPES, processo nº 0348/2021/23038.008387/2021- 53: Programa de Excelência Acadêmica.

A todos e todas o nosso muito obrigado!

“Suplicamos expressamente: não aceites o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve se parecer impossível de mudar” (Brecht, 1982).

RESUMO

Os povos do campo em suas lutas pela reprodução enquanto camponeses, foram condicionados por não terem a posse da terra, restando a estes, negociar precariamente sua força de trabalho à serviço da produção de matéria prima para as grandes corporações agroalimentares. Nesse sentido, a luta para garantir o beneficiamento das produções dos assentados no segmento agroindustrial são desafios na reforma agrária e configura-se como um ato de organização e resistência camponesa, compreendendo que esta é uma dinamicidade jamais experimentada pelos camponeses no MST-CE. Defende-se a tese de que as formas de cooperação na reforma agrária são estratégias de sobrevivência frente ao capital, e que possibilitam o acesso a investimentos em tecnologias acessíveis para os camponeses em seus territórios e melhores condições de vida no campo. O embasamento teórico baseia-se na compreensão da realidade agrária brasileira e os desafios da cooperação no campesinato (Oliveira, 2005; Fernandes, 2008; Chayanov, 2017, dentre outros). A gestão compartilhada, a partir da criação das cooperativas agroindustriais regionais, com foco na gestão das agroindústrias camponesas nos assentamentos do MST-CE, tem contribuído para a compreensão dos desafios impostos à condição camponesa no ato de cooperar a partir do Modelo de Gestão para Empresas Sociais. A construção da pesquisa, emerge da demanda do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente (SPCMA), e tem como objetivo geral analisar os desafios da cooperação no MST-CE com foco na gestão das agroindústrias camponesas. A metodologia baseou-se na práxis militante/pesquisador, comprometido com os assentamentos de reforma agrária no Ceará em seus processos cooperativos e agroindustriais, utilizando procedimentos de pesquisa associados a pesquisa-ação com foco nas entrevistas semiestruturadas, rodas de conversas, visitas de campo dentre outros caminhos, apoiado no método do materialismo histórico dialético. A tese evidencia o conceito de agroindústrias camponesas entendendo como uma conquista do MST-CE no avanço da agroindustrialização de seus produtos com foco na produção agroecológica, fortalecimento do cooperativismo através de um modelo de gestão que assegure a produção, participação e geração de renda para as famílias assentadas de reforma agrária.

Palavras-chave: Cooperativas; reforma agrária; agroindústrias camponesas;

ABSTRACT

Rural peoples, in their struggles for reproduction as peasants, have been conditioned by not having land ownership, leaving them to negotiate their labor force in a precarious manner in the service of the production of raw materials for agricultural farms and, currently, for large agri-food corporations. In this sense, the struggle to guarantee the processing of the production of settlers in the agro-industrial segment is a challenge in agrarian reform and is configured as an act of organization and peasant resistance, understanding that this is a dynamism never experienced by peasants in the MST of the State of Ceará. The thesis is defended that the forms of agricultural cooperation in agrarian reform are survival strategies in the face of capital, and that they allow access to investments in accessible technologies for peasants in their territories, guaranteeing them better living conditions in the countryside. The theoretical basis is based on the understanding of the Brazilian agrarian reality and the challenges of cooperation in the peasantry (Oliveira, 2005; Fernandes, 2008; Chayanov, 2017, among others). Shared management, based on the creation of regional agro-industrial cooperatives, with a focus on the management of peasant agro-industries in MST-CE settlements, has contributed to the understanding of the challenges imposed on the peasant condition in the act of cooperating based on the Management Model for Social Enterprises. The research project emerged from the demand of the Production, Cooperation and Environment Sector (SPCMA), and its general objective is to analyze the challenges of cooperation in the MST-CE with a focus on the management of peasant agroindustries. The methodology was based on the militant/researcher praxis, committed to the agrarian reform settlements in Ceará in their cooperative and agroindustrial processes, using research procedures associated with action research with a focus on semi-structured interviews, discussion groups, field visits, among other paths, and supported by the method of dialectical historical materialism. The thesis highlights the concept of peasant agroindustries, understanding it as an achievement of the MST-CE in advancing the agroindustrialization of its products with a focus on agroecological production, strengthening cooperativism through a management model that ensures production, participation and income generation for families settled under agrarian reform.

Keywords: Cooperatives; agrarian reform; peasant agro-industries;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Organograma do Sistema Cooperativista Solidário Brasileiro.....	63
Figura 2 -	Organograma da Cooperação Solidária no Brasil.....	70
Figura 3 -	Sistema Cooperativista do MST-CE.....	76
Figura 4 -	Instâncias das Cooperativas – MST-CE.....	78
Figura 5 -	Visita a COPAGUIA	82
Figura 6 -	Convocação de Assembleia da COPAMA.....	84
Figura 7 -	Reunião na COPAMA para negociação coletiva.....	85
Figura 8 -	Identidade visual da COOPALC.....	87
Figura 9 -	Ação de intercooperação entre a COOPALC e COOPERANORTE de matéria prima negociada.....	89
Figura 10 -	Identidade visual COOPRANORTE.....	91
Figura 11 -	Camponeses na Produção de Farinha e fécula.....	91
Figura 12 -	Cooperado da COOPERAMEL manejando suas colmeias.....	93
Figura 13 -	Identidade visual da COOPERAMEL	95
Figura 14 -	Assembleia geral da COOPERAMEL para Avaliação e Construção do Plano de Negócio.....	95
Figura 15 -	Palmal no P.A Santana em Monsenhor Tabosa-CE e Corte da palma para fornecimento aos animais no P.A Santana em Monsenhor Tabosa-CE.....	98
Figura 16 -	Assembleia da Cooperamuns em 2024.....	100
Figura 17 -	Identidade Visual da COOPERAMUS.....	101
Figura 18 -	Assembleia Anual da COOPERAMUNS em abril de 2025.....	103
Figura 19 -	Identidade Visual da COOPERASC.....	104
Figura 20 -	Jovens camponeses realizando ordenha manual do rebanho.....	105
Figura 21 -	Ata de Fundação da COOPERSERTÃO - Canindé-CE.....	107
Figura 22 -	Cooperativa CONVIDA - P.A Chico Mendes – ICÓ-CE.....	108
Figura 23 -	Momento de Estudo sobre o Cooperativismo durante assembleia da CONVIDA.....	109
Figura 24 -	Modelo de Gestão Mundukide.....	116

Figura 25 -	Diagrama Geral do Modelo de Gestão para Cooperativas e Associações.....	118
Figura 26 -	Organicidade cooperada a partir da CCA cooperativas regionais, assembleias e demais instâncias.....	124
Figura 27 -	Estrutura de Gestão – Sistema Cooperativista do MST-CE.....	125
Figura 28 -	Reunião com a Frente de formação e coletivo da COOPRANORTE no P.A Lagoa do Mineiro em Itarema-CE.....	126
Figura 29 -	Conversa Desenhada – Curso de BPF na COOPERAMEL.....	128
Figura 30 -	Camponeses participando do Curso de Boas Práticas de Fabricação.....	129
Figura 31 -	Camponesas com placa informativa no Curso de boas práticas apícolas e Cooperadas no Curso de Boas Práticas Apícolas.....	130
Figura 32 -	Painel das identidades lúdicas (apresentação dos camponeses)	131
Figura 33 -	Telenovela do Curso de BPF na COOPERAMUNS.....	131
Figura 34 -	“Conversa Desenhada” - Curso de Manejo Sanitário Apícola (Colheita e Pós Colheita)	134
Figura 35 -	Cursistas do Sistema Produtivo de Ovinos	136
Figura 36 -	Conversa Desenhada – Indagações/Afirmações da Frente Administrativo Contábil (Curso de Gestão)	138
Figura 37 -	Estrutura de gestão de processos da Frente Agroindústrias e Cooperação.....	139
Figura 38 -	Conversa desenhada Seminário sobre as agroindústrias camponesas.....	140
Figura 39 -	Conversa desenhada Formação sobre Mercados Institucionais.....	142
Figura 40 -	Conversa desenhada Formação sobre os desafios da comercialização.....	143
Figura 41 -	Anúncio do Dia de São José sobre recursos para as Cadeias Produtivas (Sistemas Produtivos da Agricultura Familiar) em	

2019.....	148
Figura 42 - Anúncio de entregas governamentais no Dia de São José sobre recursos para as Cadeias Produtivas (Sistemas Produtivos da Agricultura Familiar) em 2025.....	149
Figura 43 - Arte em alusão aos 35 anos do MST-CE (Lutas e Conquistas)	151
Figura 44 - Tanque de Resfriamento do MST-CE no P.A Nova Canaã em Quixeramobim-CE.....	157
Figura 45 - Espacialização dos Sistemas Produtivos para as Agroindústrias Camponesas.....	165
Figura 46 - Identidade visual da marca terra conquistada do MST-CE.....	167
Figura 47 - Entreposto de beneficiamento do mel em Mombaça-CE (Vista Frontal)	169
Figura 48 - Entreposto de beneficiamento do mel em Mombaça-CE (Visão Geral)	169
Figura 49 - Entreposto de beneficiamento do mel em Mombaça-CE (Vista Aérea)	170
Figura 50 - Mapa de Localização da Agroindústria Terra Conquistada de Beneficiamento de Mel em Mombaça – CE.....	171
Figura 51 - Histórico da produção de mel no Ceará, no Nordeste e no país entre 2010 e 2017.....	174
Figura 52 - Histórico da exportação de mel no Ceará no período de 2009 a 2019.....	175
Figura 53 - Principais produtos da COOPERAMEL e suas embalagens.....	176
Figura 54 - Colheita de mel realizada pelo Grupo de produção Mel Puro do Assentamento Massapê em Mombaça-CE	177
Figura 55 - Visita de alunos da Escola Profissionalizante da rede estadual de ensino do município de Mombaça ao Entreposto Terra Conquistada.....	178
Figura 56 - Sistema Produtivo do mel, a partir do Beneficiamento em nosso Entreposto.....	179
Figura 57 - Agroindústria dos Caprinos e Ovinos no Assentamento Palestina em Independência-CE (Vista aérea)	180

Figura 58 -	Localização Agroindústria dos Caprinos e Ovinos no Assentamento Palestina em Independência-CE	180
Figura 59 -	Residência de Assentado e seu rebanho no “terreiro da frente”	182
Figura 60 -	Coletivo de Gestores e Colaboradores da Agroindústria Camponesa de Polpa de Frutas em Tamboril-CE.....	183
Figura 61 -	Cartaz dos Cursos Operativos da Agroindustria Camponesa de Polpa de Frutas em Tamboril-CE.....	187
Figura 62 -	Entrega de Caminhão refrigerado para transporte de carnes e polpas.....	189
Figura 63 -	Recebimento de veículos da marca Terra Conquistada no Assentamento Palestina em Independência-CE	190
Figura 64 -	Ações produtivas e formativas com os colaboradores/a no Frigorífico Terra Conquistada – COOPERAMUNS	191
Figura 65 -	Agroindústria de Beneficiamento de Farinha e Fécula em Itarema-CE.....	192
Figura 66 -	Agroindústria Camponesa de Beneficiamento da Mandioca – P.A Lagoa do Mineiro em Itarema-CE.	195
Figura 67 -	Processos e produtos da Agroindústria de beneficiamento da mandioca	198
Figura 68 -	Área de Cajucultura com superadensamento e irrigação.....	200
Figura 69 -	Localização da Agroindústria de Beneficiamento de Caju e Castanha Terra Conquistada em Chorozinho-CE	202
Figura 70 -	Colaboradores e Produtos da Agroindustria Camponesa de Castanha e Polpas	204
Figura 71 -	Tipos de Castanha comercializadas pela COOPALC	205
Figura 72 -	Sabores de Polpas de Frutas comercializadas pela COOPALC.....	206
Figura 73 -	Localização do Laticínio Terra Conquistada no Assentamento Nova Canaã em Quixeramobim – CE.....	208
Figura 74 -	Laticínio Terra Conquistada no Assentamento Nova Canaã em Quixeramobim - CE (vista aérea)	211

Figura 75 - Representação esquemática do Sistema Camponês de Produção	212
Figura 76 - Organograma de Gestão da COOPERASC.....	217
Figura 77 - Sistema Camponês de Produção e os produtos beneficiados do Leite.....	219
Figura 78 - Rótulo da marca Terra Conquistada do MST do Ceará.....	222
Figura 79 - Lançamento da marca Terra Conquistada do MST-CE – Brasil de Fato	223
Figura 80 - Produtos com a marca terra conquista.....	224
Figura 81 - Grupo de Produção “Vitória da Luta” – Assentamento Bernardo Marin II – Russas-CE	227
Figura 82- Momento de Certificação de Produtos Orgânicos dos Cooperados da COOPALC.....	228
Figura 83 - Cópia de Declaração de Credenciamento do CCA como uma OPAC.....	229
Figura 84 - Organograma dos Processos e grupos OPAC – CCA	231
Figura 85 - Conversa Desenhada: Oficina de Agroecologia na APA Ana Primavesi em Russas-CE.....	233
Figura 86 - Colheita na APA Ana Primavesi e Comercialização dos Produtos na Feira da Reforma Agrária em Fortaleza-CE	234

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição Sócio Espacial e produtiva da COOPALC.....	88
Tabela 2 - Relação dos Assentamentos e associações inseridos no Sistema Produtivo da Apicultura.....	172
Tabela 3 - Produção apícola das famílias beneficiárias do Entreposto Terra Conquistada em 2021.....	175
Tabela 4 - Controle de Produção de Polpa produzido em 2022.....	186
Tabela 5 - Demonstrativo de Capacitações e Treinamentos da COOPERAMUNS para gestores/as e colaboradores/as do frigorífico.....	187
Tabela 6 - Quantitativo de famílias e Assentamentos Beneficiados na Proposta Inicial do Projeto São José III.....	203



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACACE	Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará
ÁGUILA	Associação Geradora de União de Imenso Amor
ATES	Assistência Técnica Ambiental e Social
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CCA-CE	Cooperativa Central das Áreas de Reforma Agrária do Ceará
CLACSO	Conselho Latino Americano de Ciências Sociais
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
COOPERASC	Cooperativa Regional dos Assentamentos da Reforma Agrária do Sertão Central
COOPERNH	Cooperativa e Produção Agroindustrial do Assentamento Novo Horizonte
COOPTRACE	Cooperativa de Trabalho das Áreas de Reforma Agrária do Estado do Ceará
CPA	Cooperativa de Produção Agropecuária
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CENTEC	Centro de Ensino Tecnológico
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
COOPERAMEL	Cooperativa Regional dos Trabalhadores/as Apícolas Assentados/as da Reforma Agrária Ltda.
COPRANORTE	Cooperativa Regional dos Assentados (as) da Região Litoral Norte – Ltda.
COOPERAMUNS	Cooperativa Regional dos Assentados/as de Reforma Agrária do Sertão dos Inhamuns
COOPALC	Cooperativa Regional de Produção Agroindustrial Luís Carlos Ltda.
COOPAGLAM	Cooperativa de Produção Agropecuária Lagoa do Mineiro
COOPAMA	Cooperativa Agropecuária do 25 de maio

COOPERSERTÃO	Cooperativa Regional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assentados de Reforma Agrária nos Sertões de Canindé Ltda
CONVIDA	Cooperativa Nova Vida das Áreas de Reforma Agrária do Vale do Salgado
COPAGUIA	Cooperativa de Produção Agropecuária Águia do Assentamento Santana Ltda
EMATER-CE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
ESMPU	Escola Superior do Ministério Público da União
FAFIDAM	Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos
FECAP	Federação Cearense de Apicultores
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará
FOFA	Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças
IFCE	Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação do Ceará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LGBT's	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MGES	Modelo de Gestão para Empresas Sociais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NECOOP- UFFS	Núcleo de Estudos em Cooperação da Universidade Federal da Fronteira Sul
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAPP	Programa de Apoio ao Produtor Rural
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSJ III	Projeto São José III
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ONG	Organização Não Governamental
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados

SDA	Secretaria Desenvolvimento Agrário
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIM	Selo de Inspeção Municipal
SIF	Selo de Inspeção Federal
SPCMA	Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST
SPG	Sistema de Participação de Garantia
STTR'S	Sindicatos de Trabalhadores/as Rurais
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
SisOrg	Sistema Brasileiro de Conformidade de Orgânica
SPCMCA	Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente
STTR's	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	22
1.1	O pesquisador e suas relações com a temática.....	27
1.2	Percursos Metodológicos	33
2	O CAMPESINATO NA COOPERAÇÃO AGRÍCOLA E SEUS DESAFIOS.....	43
2.1	As condições camponesas.....	43
2.2	O cooperativismo organizando a necessidade.....	53
2.3	Breve histórico do Cooperativismo no Brasil.....	58
2.4	O cooperativismo no campesinato.....	61
2.4.1	<i>O Sistema Cooperativista dos Assentados do MST.....</i>	61
2.4.2	<i>Nossas Instâncias Cooperadas no Sistema Cooperativista do MST-CE.....</i>	72
3	O MODELO DE GESTÃO DO MST-CE E SEUS PROCESSOS ORGANIZATIVOS.....	80
3.1	As cooperativas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Ceará.....	80
3.1.1	<i>As primeiras cooperativas do Sistema Cooperativista do MST.....</i>	80
3.1.1.1	<i>Cooperativa de Produção Agroindustrial do Assentamento Novo Horizonte- COOPANH.....</i>	80
3.1.1.2	<i>Cooperativa de Produção Agropecuária Águia do Assentamento Santana Ltda - COPAGUIA.....</i>	81
3.1.1.3	<i>Cooperativa de Produção Agropecuária Lagoa do Mineiro – COPAGLAM.....</i>	82
3.1.1.4	<i>Cooperativa Agropecuária do 25 de maio - COOPAMA.....</i>	83
3.1.2	<i>As cooperativas Regionais do MST-CE.....</i>	85
3.1.2.1	<i>Cooperativa de Produção Agropecuária Luiz Carlos Ltda – COOPALC.....</i>	86
3.1.2.2	<i>Cooperativa Regional dos Assentados da Região Litoral –</i>	

	<i>COOPRANORTE – LTDA.....</i>	90
3.1.2.3	<i>Cooperativa Regional dos Trabalhadores Apícolas Assentados e Assentadas da Reforma Agrária - COOPERAMEL</i>	92
3.1.2.4	<i>Cooperativa Regional dos Assentados/as de Reforma Agrária da Região dos Inhamuns – COOPERAMUS.....</i>	96
3.1.2.5	<i>Cooperativa dos Assentamentos de Reforma Agrária do Sertão Central - COOPERASC.....</i>	103
3.1.2.6	<i>Cooperativas Novas – expandindo os processos cooperativos.....</i>	106
3.1.2.6.1	<i>Cooperativa Regional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assentados de Reforma Agrária nos Sertões de Canindé Ltda (COOPERSERTÃO).....</i>	106
3.1.2.6.2	<i>Cooperativa Nova Vida das Áreas de Reforma Agrária do Vale do Salgado (CONVIDA).....</i>	107
3.2	Os processos formativos e seus desafios com a formação de pessoas.....	110
3.2.1	<i>A contribuição da Mundukide na implantação do Modelo de Gestão</i>	110
3.2.2	<i>Dinâmicas e processos em curso: Modelo de Gestão para Empresas Sociais.....</i>	116
3.2.3	<i>Os coletivos gestores e frentes (Produção, Comercialização, Formação, Agroindústria, Administrativo Contábil)</i>	123
4	OCUPANDO, RESISTINDO E NEGOCIANDO EM DEFESA DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA DO MST-CE.....	146
4.1	Desafios da agroindustrialização camponesa.....	151
4.2	“Agora eu acredito” ... as agroindústrias camponesas do MST-CE.....	161
4.2.1	<i>O entreposto de Mel Terra Conquistada em Mombaça-CE.....</i>	157
4.2.2	<i>O abatedouro frigorífico Terra Conquistada em Independência-CE.....</i>	181
4.2.3	<i>A Agroindústria de Beneficiamento de Farinha e Fécula em Itarema-CE.....</i>	192

4.2.4	<i>A Agroindústria de Beneficiamento de Castanha e Caju em Chorozinho-CE.....</i>	199
4.2.5	<i>O Laticínio Terra Conquistada em Quixeramobim-CE.....</i>	207
4.3	A “Terra Conquistada” uma marca do MST do Ceará.....	221
4.4	Desafios da certificação.....	224
5	CONCLUSÃO.....	236
	REFERÊNCIAS	241
	APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS.....	249
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOBRE A REALIDADE PRODUTIVA DO ASSENTADO/COOPERADO ASSENTADO - DOUTORADO EM GEOGRAFIA DA UFC.....	250
	ANEXO A - TELENOVELA DO CURSO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO – FRIGORÍFICO TERRA CONQUISTADA.....	251
	ANEXO B – MODELO DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE ORGÂNICA DO ASSENTADO.....	253

1 INTRODUÇÃO

Os processos de cooperação humana quanto ao trabalho é algo civilizatório em tempos que remontam formas ancestrais de resistências às ameaças e desafios da vida e na natureza. Cooperar está para além da organização da classe trabalhadora, se colocando como uma alternativa aos ditames econômicos do capitalismo industrial que força os trabalhadores a organizarem-se para se reproduzirem em seus processos produtivos e existenciais.

Consolidando uma estrutura fundiária concentrada e atrelada a aparatos jurídicos que reafirmam a garantia da “terra para os grandes”¹ como dizem os “Sem Terras do MST², vê-se toda uma operacionalização gerida pelos complexos agroindustriais em consonância com a via estatal neoliberal, que diretamente, é regente e mantenedor desse modelo de agricultura.

Por mais que haja lutas dos movimentos sociais como o MST, temos que considerar que os assentamentos estão imersos num espaço mais amplo e de cunho capitalista, e assim sendo, esses territórios conquistados não se tornam imunes à ofensiva do capital, possibilitando a “reconcentração dos assentamentos, caso nenhuma ação de organização socioprodutiva alternativa seja tomada (Christoffoli, 2012)”. Assim, é necessário pensar a cooperação compreendendo-a como estratégia para a reprodução do campesinato, e a agroindustrialização como alternativa para disputar o mercado com qualidade, mesmo compreendendo ser um grande desafio mediante a hegemonia capitalista nesse ramo.

No fortalecimento camponês, mediante as relações tensionadas, urge discutir a cooperação agrícola com foco na construção de uma nova ordem na produção comercial de alimentos saudáveis, nas relações com a terra, com a água e com os demais bens comuns e naturais. Torna-se necessário construir as possíveis alternativas para um processo de organização da produção camponesa que contemple os desafios lançados pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), quando da defesa do beneficiamento de suas produções na tentativa de desenvolver suas estratégias, reorganizando a luta política, a produção e o trabalho nos territórios camponeses, através da gestão coletiva e compartilhada dos

¹ Termo utilizado dentro do Movimento Sem Terra em alusão à concentração de terra no país.

² Sem Terras do MST termo alusivo à diferenciação dos Sem Terras vinculadas ao MST.

processos de cooperação.

Os povos do campo, em sua luta pela reprodução, foram historicamente condicionados a situações insalubres por não terem a posse da terra e aos demais meios de produção. Restou a estes sujeitos negociar de forma precária sua força de trabalho à serviço da produção de matéria-prima para as fazendas agropecuárias, e na atualidade às grandes corporações agroalimentares. Nesse sentido, emergiu a luta para valorização da produção com ênfase em garantir o beneficiamento no segmento agroindustrial, sendo este um desafio, pois até então, essa dinâmica não era experimentada pelos camponeses no MST do Ceará.

A presente tese adota como recorte temporal o período da criação da Cooperativa Central das Áreas de Reforma Agrária do Estado do Ceará (CCA-CE), compreendendo as primeiras discussões, em 1990, as quais culminaram na fundação da entidade em 23/09/1999. Permeada de propósitos e relações políticas mantém-se nesse bojo até os dias atuais, sendo importante compreender o percurso histórico e contexto político das diferentes fases desse processo cooperativo, desde seus primórdios até a atualidade. A maior ênfase se dará considerando o processo de desenvolvimento na última década, considerando que nesse período, tem avançado o processo de gestão compartilhada a partir da criação das cooperativas agropecuárias regionais como foco na gestão e administração das agroindústrias nos assentamentos do MST-CE.

Na perspectiva de contextualizar os desafios impostos à condição camponesa na história, apresenta-se no trabalho o debate da cooperação agrícola no âmbito da reforma agrária forjada mais fortemente a partir da criação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985. O PNRA visa promover o desenvolvimento econômico e social dos assentamentos, e a cooperação entre os assentados é vista como uma ferramenta essencial para alcançar esse objetivo.

No Plano Nacional do MST, proposto em 1989 orienta o estímulo às formas de cooperação, incluindo a socialização da terra e dos meios de produção. A partir de então foram criados o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), e as Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPA's), as quais “emergem na ação de um movimento social na luta pela terra, e se consolidam a partir da necessidade de organizar coletivamente a produção (Sizanowski, 1998, p.12)”. Posteriormente em 1992, foi constituída a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB, como representante das cooperativas e unidades de produção dos

assentamentos, à revelia do sistema cooperativo já existente. Nesse bojo, no Ceará, em 1991, como um SCA, é criada a Cooperativa Central das Áreas de Reforma Agrária do Ceará (CCA-CE).

A partir desses processos possibilitou-se a criação de cooperativas no Estado, as quais serão estudadas no capítulo III deste trabalho. Nele estão contidos, os desafios da gestão e criação das novas cooperativas com as condições atuais, suas intencionalidades e estratégias nos diferentes períodos considerando as especificidades dos assentamentos de reforma agrária no Estado.

Os maiores desafios da cooperação camponesa, ao nos reportarmos aos escritos de Chayanov (2017), em sua obra Teoria das Cooperativas Camponesas, traz-se presente essa cooperação como uma das formas de promover a socialização do trabalho e o controle do capital comercial no nível dos processos de comercialização. No caso, do Ceará sempre foi um dos pontos que geram desconfianças por parte do seu coletivo de cooperados, já que estamos falando de um coletivo de trabalhadores/as que gestaria “todos” os recursos da entidade, sendo que Chayanov defende que só de forma cooperada é que se permitiria aos camponeses assumirem o controle das etapas de processamento e comercialização de seus produtos agrícolas no lugar de grandes empresas.

Outras demandas das inquietudes residem nos objetivos das cooperativas (Silva; Schultz, 2017; Chayanov, 2017), como também se temos conseguido empregar metodologias participativas, privilegiando o potencial endógeno das comunidades (Pelegrini; Shyki; Shyki, 2015). Compreendendo que essa cooperação vai exigir um perfil de camponeses/as que participam dos processos de forma bem ativa e na condição de sujeito pensante e executor de seus processos, dinâmicas e rumos de suas possibilidades produtivas, organizativas e sem dúvidas relacionais como uma estratégia de desenvolvimento territorial local e regional.

Na última década o MST do Ceará, têm afirmado que para além do acesso à terra e água para produzir tem que avançar no beneficiamento das suas produções. O desenvolvimento deste trabalho, baseia-se na demanda real do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente (SPCMA) do MST-CE que compreende a necessidade de refletir os processos construídos nessa instância do movimento, se embasando nos seguintes questionamentos:

Por que criarmos cooperativas regionais?

Como está sendo ou como será a adaptação dos camponeses aos processos

agroindustriais?

Como será feita a gestão destas cooperativas? E como o MST vai garantir o funcionamento de todas elas?

Será que as famílias assentadas vão acreditar nas agroindústrias e garantir a produção de matéria prima para seu beneficiamento?

Na perspectiva de construir respostas pertinentes tem-se como objetivo geral analisar os desafios da cooperação no MST-CE com foco na gestão das agroindústrias camponesas. Posteriormente algumas perguntas foram norteando esta pesquisa, tais como:

Partindo dessas indagações suscitadas, foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

- Analisar os limites da cooperação, levando em conta as condições camponesas e o contexto capitalista;
- Dialogar com o modelo de gestão cooperativa do MST-CE;
- Diagnosticar os desafios enfrentados pelos camponeses, com a implantação das agroindústrias com vistas à reprodução capitalista;
- Sistematizar os processos de certificação e sua importância para a comercialização camponesa.

Nesse sentido acrescenta-se que a pesquisa também faz elos com reflexões do MST do Ceará no âmbito das concepções de cooperação e cooperativismo com necessidade de uma atualização no programa agrário do MST, como nos reflete a direção nacional do setor de produção sobre estas questões que ampliam e justificam esse estudo.

Pensando nas construções coletivas e cooperadas eu acho que fazer esse debate no Setor de Produção Nacional se faz necessário porque a nossa concepção do programa agrário de cooperação é uma concepção que necessita ser atualizada. E vemos que o Nordeste tem uma contribuição fundamental para agente ressignificar o conceito de cooperação no conjunto do MST, porque os passos que vocês deram mais especificamente nos últimos 20 anos, talvez uma condição diferente pode ser vista pela condição de ter governos mais favoráveis estaduais acesso às políticas públicas estaduais que outras regiões não tiveram, mas vejo que, o que o Ceará fez no último período precisa ser sistematizado e propagandeado. (Trecho da Entrevista com Ana Terra - Dirigente do Setor de Produção Nacional do Estado de São Paulo).

A tese evidenciará o conceito de agroindústrias camponesas entendendo como uma conquista do MST-CE no avanço da agroindustrialização de seus produtos com foco na produção agroecológica, fortalecimento do cooperativismo através de um modelo de gestão que assegure a produção, participação e geração de renda para as famílias assentadas de reforma agrária.

Para os camponeses do MST, os ensaios para uma cooperação agrícola iniciam desde os processos de luta pelo acesso à terra, pois nesta conquista da sua terra para o roçar e o criar organizam-se para garantir a própria sobrevivência. Já que a terra para o camponês é, em sua essência, condição de reprodução econômica e social. Por esta os Sem Terra se organizam, lutam e fazem todas as pressões políticas necessárias até serem assentados.

Ao referir -se a essa cooperação agrícola destacamos a centralidade nas experiências das cooperativas criadas em assentamentos oriundos da luta pela terra organizada no MST-CE, na construção da reforma agrária popular.

Parte-se da premissa que o sistema cooperativista tem sido responsável por contribuir na organização de coletivos de produtores, mas ainda não tem construído uma autonomia com relação a centralidade produtiva e comercial, compreendendo que em alguns ramos da produção agropecuária, as cooperativas camponesas atuam como um braço da produção capitalista.

A economia globalizada exerce imensa pressão nos empreendimentos solidários, pois exige capacidades competitivas no mesmo nível das empresas estruturadas e a utilização do mesmo modelo produtivo: é o mercado quem dita o que deve ser produzido, qual o ritmo do trabalho e os preços das mercadorias (Novaes, 2011).

O capital financeiro passou a determinar as relações econômicas e o ideário neoliberal conduziu as relações políticas (Chesnais, 2005; Harvey, 2004). O fim do bloco socialista no leste europeu e a penetração das relações capitalistas em todos os cantos do mundo permitiu o apogeu do pensamento único e da plena hegemonia do capitalismo financeiro e globalizado.

Tornar viáveis ações produtivas nos territórios camponeses são ações fundamentais para o fortalecimento do cooperativismo na reforma agrária. Os cooperados almejam formas organizativas que gerem emprego e renda para garantia mínima de acesso a bens, insumos e espaços por estes e suas famílias. E isto, na

perspectiva de um trabalho coletivizado e democrático, que considere a participação dos trabalhadores/as junto aos planejamentos industriais, produtivos e comerciais, frente aos desafios do mercado concorrencial vigente.

1.1 O pesquisador e suas relações com a temática

Os funcionários não funcionam.
Os políticos falam mas não dizem.
Os votantes votam mas não escolhem.
Os meios de informação desinformam.
Os centros de ensino ensinam a ignorar.
Os juízes condenam as vítimas.
Os militares estão em guerra contra seus compatriotas.
Os policiais não combatem os crimes, porque estão ocupados cometendo-os.
As bancarrota são socializadas, os lucros são privatizados. O dinheiro é mais livre que as pessoas.
As pessoas estão a serviço das coisas.
(O SISTEMA - Eduardo Galeano)

Estudar as cooperativas para o pesquisador faz parte de um compromisso militante por entender que suas experiências vivenciadas junto aos camponeses mesmo disputadas em meio ao modo de produção capitalista, são alternativas ao modelo clássico de desenvolvimento e gestão (Singer, 2002; Favacho, 2012; Nascimento, 2004; Novaes, 2011; Ribeiro; Nascimento; Silva, 2013; Scopinho, 2007; Tiriba, 2009; Chayanov, 2017). Estas se constituem como possibilidades para solucionar problemas econômicos e sociais, principalmente em relação à geração de trabalho e renda, e que acompanham o pesquisador desde a sua descendência.

Filho de mãe camponesa (alfabetizada), bisneta de escrava fujona, pai camponês e pescador (analfabeto), descendente de bisavô indígena pertencente à resistência junto aos povos Kariús pertencente à nação dos Kariris. Desta origem vem o sobrenome “Cassundé”, oriundo dos resistentes povos Kassundês que em virtude do genocídio que assolava os povos originários do Ceará, e no Vale do Jaguaribe, migravam de um lugar na busca por permanecer existindo e sobrevivendo, foram *desaldeados*³. E como muitos povos indígenas foram destinados a uma vida rural

³De acordo com o Escola Superior do Ministério Público da União- ESMPU (2018), a condição de desaldeado pode acarretar desafios significativos para os indígenas, incluindo:

Acesso desigual a serviços: Índios desaldeados podem ter dificuldades em acessar serviços de saúde e educação que são direcionados às comunidades aldeadas.

Precarização da vida: A falta de políticas públicas adequadas e o racismo institucional podem levar à precarização da vida dos indígenas desaldeados, dificultando o acesso a direitos básicos.

Perda da identidade e cultura: A distância da aldeia e o contato com culturas não indígenas podem

flagelada por conflitualidades pelo acesso à terra e água como condição para residir no campo.

Na dinâmica camponesa da família, por vários períodos da vida, viviam como moradores de fazenda, de pequenas propriedades, zeladores, entre outras formas de submissão patronal. Mesmo ao conseguir adquirir um pequeno pedaço de chão, a família apenas conseguiu garantir o espaço de moradia. Sem a terra para produzir, permanecia na condição de plantar como rendeiros, parceiros e meeiros, sofrendo humilhações dos proprietários, participando de programas emergenciais que fomentaram infraestruturas nas áreas dos fazendeiros (construção de açudes, barragens e cercas nas propriedades de quem já nos explorava tanto), entre outras vivências que permearam a relação familiar do pesquisador com a terra.

Na perspectiva de avançar na vida profissional, o pesquisador, adentrou ao Nível Superior no Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC)⁴. A conclusão no Curso de Tecnólogo em Recursos Hídricos/Irrigação ocorreu em 2004, no ano seguinte, o MST realizou uma ocupação no Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas⁵, e trouxe para a reflexão no cenário territorial, as estratégias de dominação do agronegócio da fruticultura na região com o amparo do Estado no fomento às terras, mão de obra e condições hídricas favoráveis, atrativas às multinacionais com foco na fruticultura irrigada.

Com a ocupação, o MST, discutiu a garantia de assistência técnica para as famílias acampadas com foco na irrigação e daí que surge o encontro real do pesquisador com a política de reforma agrária. O mesmo participou da seleção para a referida atividade, e foi selecionado, embora não conhecesse os assentamentos e o MST.

levar à perda da língua, da cultura e das tradições indígenas.

⁴ Instituição de Ensino Superior localizada no município de Limoeiro do Norte (CE) que sofreu mudanças de cursos, infraestrutura, convênios, substituindo o antigo CEFET/CE e como resultado do projeto de expansão da Rede de Ensino Tecnológico do País, elaborado pelo Governo Federal, em 2007 se transformou no Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação do Ceará (IFCE).

⁵ A consolidação do acampamento ocorreu na madrugada de 25 de Abril de 2004, como parte das ações em alusão ao Massacre de Eldorado dos Carajás. A mesma fez parte da Jornada Nacional de Ocupação de latifúndios, apelidada pela mídia burguesa de Abril Vermelho, se configurando como uma das ações mais emblemáticas do MST. Naquele período por se tratar de disputas em terras planas, acessíveis, férteis e irrigáveis, como dizia o Governador da época Lúcio Alcântara e o Senador de seu partido Tasso Jereissati que defendia o conservadorismo das oligarquias latifundiárias da época e em seus discursos de ódio de classe contra os Sem Terra, diziam que o MST não podia ficar com essas terras porque ela é muito estratégica para o agronegócio na região. (Trecho da monografia do autor na Licenciatura em Geografia o ano de 2013, intitulada: “A precariedade da política de reforma agrária e suas implicações no território de resistências e esperanças do Bernardo Marin II – Russas-CE.”)

E foi a partir de uma capacitação técnica realizada no assentamento Novo Horizonte no município de Tururu-CE, que houve o primeiro contato, e a compreensão de como era, e como se dava o processo de resistência e de luta pela terra e pela reforma agrária por meio do MST no Estado. Nesses processos formativos o pesquisador foi se identificando com as análises da conjuntura, se emocionando e contribuindo com as místicas, as culturais dentre outros momentos que tocam e conscientizam.

O planejamento foi um momento receoso, pois aquela era a única equipe de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES) que iria para um acampamento. As demais equipes foram para os assentamentos. Embora tivesse um conhecimento limitado sobre o trabalho, havia uma confiança nos demais membros da equipe que já possuía alguma experiência com o público da Reforma Agrária.

Após dois dias da capacitação, nos deslocamos para esse acampamento, no caso, o atual Assentamento Bernardo Marin II em Russas-CE. Ao chegar foram muitas estranhezas, não pelas condições de lona preta, banhos, pescaria, dormidas, vigílias, fogueiras, barricadas, mas sim pela forma como se organizavam em suas reuniões, seus coletivos, as equipes, as músicas, tudo muito discutido, refletido, avaliado, mas acima de tudo, pela consciência da luta, da negação, da expropriação e as diversas condições em que aquelas famílias já teriam sofrido com relação a luta pelo acesso à terra.

Nesse processo, o pesquisador, passava a assumir aquelas lutas como suas também, pois havia um processo de identificação em curso. E para além de técnico, começou a participar dos processos internos da comunidade, quando se engajou nas lutas internas de ir atrás de salas de aula, atendimento médico, carro pipa, horas de trator, assim como também ao realizar acompanhamento a vazantes, áreas de plantio, “mangas”⁶ coletivas dos criadores de animais entre outras atividades. Com o passar do tempo, na condição de técnico e militante, como assim ficou sendo chamado, decidiu construir sua barraca e acampar com as famílias.

Em seguida, foi convidado a participar de algumas reuniões do setor de

⁶ Termos usados de forma regional aqui no Nordeste, mas também adaptado em outros estados como Goiás e Minas Gerais, consideramos como um pasto cercado, como costumamos chamar aqui no Ceará de “manga do gado solteiro”, manga do açude grande”, “manga das juremas”, “manga das bestas” dentre outras, sempre se refere a um lugar onde o gado ou os outros rebanhos são direcionados para pastar. Quando está escasso de pastagem, os camponeses mudam os animais de manga ou juntam as mangas de pastagem.

produção e demais coletivos, e se integrou na coordenação do acampamento. Na ocasião assumia responsabilidades e tarefas que exigiam enfrentamentos com a sociedade, e desenvolviam relações tensas entre aqueles que compunham o assentamento, e entre estes e o meio externo. Em consequência, o pesquisador passou por um processo de ameaças à vida, necessitando de forma rápida e estratégica (como fuga de uma situação delicada), retirar-se do espaço, para participar de um curso de formação política em São Paulo na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) em Guararemas-SP. Esta formação tinha como foco a temática da economia política da agricultura. E nela, houve um despertar para a militância política do MST, e entendimento da capacidade de organização e articulação que detinha o MST.

No ensejo da formação e capacitação para a luta e para o trabalho na Reforma Agrária foi oportunizado diversos momentos, inclusive com foco na cooperação agrícola por meio do Projeto Raízes⁷ em parceria com a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (FETRAECE) e os Sindicatos de Trabalhadores/as Rurais (STTR's). E se consolidava um amplo debate sobre o “Associativismo e Cooperativismo na perspectiva da Economia Solidária e da Autogestão” e os desafios da gestão dos pequenos empreendimentos nas áreas da agricultura familiar e camponesa.

Embutido da necessidade de compreender mais sobre a dinâmica territorial no Campo, ingressou no Curso de graduação em Geografia (2007), na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), *campus* da Universidade Estadual do Ceará (UECE), no município de Limoeiro do Norte-CE, levando consigo as vivências da militância junto às famílias assentadas. E discutiu, em 2013, seu trabalho monográfico: Precariedade da política de reforma agrária no assentamento Bernardo Marin II.

Posteriormente, os movimentos sociais do campo, discutem a necessidade de formação dos sujeitos que atuavam nas áreas de reforma agrária no Estado, em especial técnicos, militantes, professores e afins. E é ofertado via Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o Curso de Especialização em

⁷ Projeto Raízes – “Cidadania e Desenvolvimento para o Campo”, era uma iniciativa com as associações e cooperativas de agricultores familiares, realizado pela FETRAECE, com recursos do PEQ/CE advindo do FAT junto ao Ministério do Trabalho e Emprego na gestão do Governador Tasso Jereissati no ano de 2002.

Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável pela UFC, por meio do Programa Residência Agrária. Este curso trouxe fortemente uma contribuição e diversas reflexões quanto ao estudo das questões agrárias no Brasil e, sobretudo, no Ceará. Nele, foi desenvolvido o trabalho monográfico intitulado *Transição Agroecológica: Uma “Contra Ordem” ao Agronegócio a Experiência Do Território Camponês Irrigado Zé Maria Do Tomé Na Chapada Do Apodi-CE*. o qual objetivou analisar as principais dificuldades no processo de transição agroecológica com camponeses trabalhadores do agronegócio a partir da experiência do território camponês irrigado Zé Maria do Tomé⁸.

Dando continuidade na vida acadêmica, e na trajetória militante, ingressou no Mestrado Territorial para América Latina e Caribe, pela Universidade Estadual Paulista- UNESP "Júlio de Mesquita Filho", onde dedicou-se a analisar as vivências nos territórios de lutas e nas resistências "Sem Terra". No caso específico buscou materializar as conflitualidades existentes em torno das estratégias de sobrevivência dos camponeses da Chapada do Apodi, na condição de camponeses irrigantes. Esta ocupação, denominada Acampamento Zé Maria do Tomé, se configurou como uma das mais emblemáticas do MST-CE, e se encontra em permanente conflito agrário com o Estado brasileiro e as elites agrárias regionais,

O programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) da UNESP, conta com o apoio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO), dentre outras. O mesmo é voltado para a formação de pessoas oriundas dos territórios camponeses, quilombolas, indígenas e demais populações tradicionais. Já imbuído das partilhas junto aos camponeses no território acompanhado, construiu a dissertação sobre os processos de "Territorialização e

⁸ O acampamento Zé Maria do Tomé traz esse nome em afirmação a um camponês combatente na defesa das terras para quem nelas trabalham, para que as águas da chapada não fossem todas envenenadas, para que fosse proibida a pulverização aérea, para que os pequenos agricultores fossem irrigantes do Jaguaribe Apodi onde o mesmo ajudou na fundação da Associação dos Ex- Irrigantes do Jaguaribe Apodi, e atuava sempre na defesa de que a chapada e o perímetro (que ele sempre dizia o canal) não fossem usados apenas pelos empresários. Na ocasião por sempre ser destemido e ia a todos os meios de comunicação local para denunciar esses descasos das grandes empresas naquele território, ocorreu a tentativa de silenciar seus gritos e parar sua luta quando o mesmo foi assassinado a mando de empresário da fruticultura da região com 19 tiros na comunidade do Tomé próximo de sua residência. E como ele sempre pedia que continuássemos suas lutas. Nasce o acampamento Zé Maria do Tomé regado a rebeldia de camponeses sedentos de justiça e contra a impunidade e a injustiça até nossos dias, e acima de tudo pra buscar construir outra perspectiva de desenvolvimento baseado na produção agrícola familiar e camponesa em áreas irrigadas e com foco na transição agroecológica.

resistência dos camponeses irrigantes na Chapada do Apodi-Ceará", considerando as estratégias de uso da terra e de acesso a água como condição produtiva e permanência na terra.

Houve uma vida dedicada aos processos que permeiam a implantação de políticas públicas voltadas para a reforma agrária com foco no desenvolvimento das capacidades produtivas em seus territórios, seja na condição militante, seja na condição de técnico. É fato, que os caminhos que remontam esta tese, conjugam-se nas escolhas (erros e acertos) do pesquisador no "ser/ estar Sem-Terra"⁹ e nas intervenções coletivas desde 2004 aos dias atuais. Ao mesmo tempo que se colocava como pesquisador, atuava como sujeito de construção política no processo. No fluir dessas movimentações dialéticas¹⁰ Do campo (assentamento/cooperativa) para o *campus* (Universidade) e *vice-versa*, havia uma busca em compreender os desafios postos aos camponeses, e a opção do Estado na definição das políticas para o Campo, em especial no que envolve a agroindustrialização em áreas de reforma agrária.

Em processos paralelos e concomitantes, o MST-CE disputa dentro das políticas junto ao estado, o acesso ao Projeto São José, que em suas edições I e II possibilitou implantações de acesso a serviços básicos de iluminação pública, a infraestruturas hídricas e implementos agrícolas (tratores e implementos) dentre outros). Na edição São José III, é pautado a implantação de projetos produtivos que permitissem o fomento e o fortalecimento dos sistemas produtivos com maior potencial em desenvolvimento no Estado, dentro das áreas de reforma agrária.

Deste modo, eleger a cooperação agrícola no movimento Sem-terra e seus enfrentamentos ao agronegócio junto aos sistemas produtivos camponeses, como objeto de investigação, era uma demanda real e necessária para a luta dos camponeses. Era necessária a percepção das visões a partir da *práxis* dos pesquisadores militantes, e transformá-las em contribuições para a construção teórica do processo em curso em prol da construção da reforma agrária popular.

Portanto, o entendimento dos processos de consolidação das cooperativas

⁹Refere-se a condição de sentir-se Sem Terra por identidade (Caldart, 2012), e por momentos, estar na condição de acampado sem-terra como sujeito de direito.

¹⁰A hipótese fundamental da dialética é de que não existe nada eterno, nada fixo, nada absoluto. Não existem ideias, princípios, categorias, entidades absolutas, estabelecidas de uma vez por todas. Tudo o que existe na vida humana e social está em perpétua transformação, tudo é perecível, tudo está sujeito ao fluxo da história (Löwy, 1995, p. 14).

regionais e seus processos de gestão, são elementos essenciais a serem discutidos durante essa construção, considerando que este é um processo permeado por muitas fragilidades e desafios no enfrentamento às investidas do capital no campo, na busca do saber e da ciência na construção da autonomia camponesa.

1.2 Percursos Metodológicos

O método é sempre esse percurso escolhido entre outros possíveis (Oliveira, 1998). Nesse sentido, a escolha desafia o caminhar do pesquisador na vivência de suas realidades na inserção para com os sujeitos pesquisados. Acrescenta-se, segundo Oliveira (1998), que “nem sempre o pesquisador tem consciência de todos os aspectos que envolvem este seu caminhar, mas não deixa de assumir um método”.

Nesse caminhar desafiador de ser geógrafo-pesquisador-militante, buscando superar a subjetividade, buscou-se no decorrer da pesquisa ampliar as aproximações *dos e nos* momentos de campo, eventos, dentre outras atividades participativas junto aos territórios (assentamentos) que possibilitaram uma maior aproximação para com os processos em estudo. Acredita-se que a visão social de mundo é um valor que auxilia nas escolhas teóricas e metodológicas.

Para se construir um entendimento da questão agrária é necessário envolver-se e perpassar uma visão social de mundo, seja pelas ideologias e utopias que alimentamos, para manter uma ordem social estabelecida, ou para desestruturar e construir outras formas de organização social. Nessa perspectiva, Löwy (2007) aponta a ideia “visão de mundo” como categoria ampla que daria conta da compreensão da utopia e da ideologia, embora possam apresentar objetivos diferenciados.

Mannheim (1976) analisa como as ideias (ideologia e utopia) influenciam nossa percepção e ação na sociedade, especialmente em relação à manutenção da ordem existente ou à transformação social. A ideologia, para o autor, refere-se a ideias que justificam a ordem social, enquanto a utopia representa ideias que visam mudar essa ordem.

O conceito de “ideologia” reflete uma das descobertas emergentes do conflito político, que é a de que os grupos dominantes podem, em seu pensar, tornar-se tão intensamente ligados por interesses a uma situação que simplesmente não são mais capazes de ver certos fatos que iriam solapar seu senso de dominação. Está implícita na palavra “ideologia” a noção de que, em certas situações, o inconsciente coletivo de certos grupos obscurece a condição real

da sociedade, tanto para si como para os demais, estabilizando-a. O conceito de pensar utópico reflete a descoberta oposta à primeira, que é a de que certos grupos oprimidos estão intelectualmente interessados na destruição e na transformação de uma dada condição da sociedade que, mesmo involuntariamente, somente veem na situação os elementos que tendem a negá-la. Seu pensamento é incapaz de diagnosticar corretamente uma situação existente da sociedade. Eles não estão absolutamente preocupados com o que realmente existe; antes, em seu pensamento, buscam mudar a situação existente. Seu pensamento nunca é um diagnóstico da situação; somente pode ser usado como uma orientação para a ação. Na mentalidade utópica, o inconsciente coletivo, guiado pela representação tendencial e pelo desejo de ação, oculta determinados aspectos da realidade. Volta as costas a tudo que pudesse abalar sua crença ou paralisar seu desejo de mudar as coisas (Mannheim, 1976, p. 66-67).

As contribuições de Manheim (1976) têm uma importante contribuição na história da teoria social, agregando um movimento teórico da sociologia do conhecimento que relaciona as teorias como historicismo e marxismo e o positivismo. O autor defende que o pensamento é socialmente condicionado, e portanto, o pesquisador deve compreender todo o aparato histórico-social que é base para esse conhecimento em detrimento da oposição não refletida de outras formas de pensar.

Freire (1980) traz a discussão sobre utopia, embora com especificidades diferenciadas. Para o autor a utopia não é irrealizável, contrapondo-se ao idealismo. A utopia refere-se à conjunção da denúncia e do anúncio. A denúncia ao modelo desumanizante em curso e o anúncio de outra sociedade humanizante, guiada pelo sonho de transformação do mundo. Considera que somente os utópicos podem profetizar e serem portadores de esperança.

Para mim o utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é um compromisso histórico [...] A utopia exige o conhecimento crítico. É um ato de conhecimento. Eu não posso denunciar a estrutura desumanizante se não a penetro para conhecê-la. [...] o anúncio não é o anúncio de um anteprojeto, porque é na práxis histórica que o anteprojeto se torna projeto. [...] é precisamente a história que devemos criar com nossas mãos e que devemos fazer [...] Por isso mesmo somente os utópicos [...] podem ser proféticos e portadores de esperança. Somente podem ser proféticos os que anunciam e denunciam, comprometidos permanentemente num processo radical de transformação do mundo (Freire, 1980, p. 27-28).

Nos desafios de desenvolver a pesquisa, vivencia-se diversos processos dialéticos que envolvem a investigação social/política e científica, e trabalho na militância política. Estas ações transitam juntas e se conectam com a formação pessoal, profissional e acadêmica.

É fato que por mais que entendemos parte dessa ambiguidade entre os termos política e ciência muitas vezes com vocações distintas, mas na condição de pesquisador-militante vamos sendo construtores de uma esperança que vai sendo realimentada nas tarefas como assessor técnico (militante) vamos construindo com os grupos acompanhados, novas formas de ir se organizando socialmente.

Quando o pesquisador Bartholl (2018), afirma em sua obra que acredita em uma Geografia em Movimento e que centraliza a ciência como ferramenta de luta, ele nos instiga da seguinte forma: Qual epistemologia, quais ferramentas metodológicas, conceituais e teóricas temos e/ou devemos desenvolver para fortalecer a ciência em sua função de servir a essas classes e suas lutas? E acrescenta:

Entendo Geografias feitas junto aos, nós e pelos movimentos como proposta de acrescentar uma forma de relacionar pesquisa/teorização e prática/autorreflexão (saberes-com e saberes-fazeres), tanto a nível de relações intra como intersujeito ao mesmo tempo, como tarefa coletiva (trans-sujeito) na qual não há uma forma ideal, um padrão que todas e todos devem seguir, mas onde os sujeitos se abrem para o desafio de militar-refletir-pesquisar-teorizar. Isto não nos libera da necessidade de ter que definir com clareza em que momento/etapa/processo/lugar nos ciclos de prática-teoria nos encontramos, mas, em termos epistemológicos, a postura pode e deve ir para além de “ou um, ou o outro”, “ou pesquisador, ou militante”. [...] esse processo pode envolver estruturas acadêmicas e mais estritamente, científicas ou não (Bartholl, 2018, p. 57-58).

Ainda corroborando com Oliveira (1998), trago presente a observação de que na maioria das vezes o método também deve estar associado ao tema da pesquisa e a biografia do pesquisador. Partindo dessa perspectiva essa pesquisa com vista na compreensão dos processos e desafios do gestar cooperativas no ideário das vivências camponesas, pesquisa esta que demarca uma posição clara das inter-relações que se estabelecem junto aos territórios pesquisados e que faz parte do viver-fazer militante no cotidiano do pesquisador, que mesmo percorrendo uma gama de possibilidades a partir do seu modo de pesquisar.

Para além da identificação do pesquisador com a temática, a pesquisa em sua essência passa por uma construção coletiva e que reúne as diversas experiências camponesas em defesa da permanência enquanto campesinato e em seus processos de produção e gestão (em cooperativa, associações, entre outros). Na ocasião, acreditar e defender o campesinato é acreditar em suas lutas para fortalecer a reforma agrária, pois para além da conquista da terra as cooperativas agroindustriais

camponesas são essa expressão da resistência e organização camponesa.

Nesse bojo de ações concepções teórico-metodológicas e filosóficas discutidas que deram suporte a pesquisa, foram realizadas reuniões, visitas técnicas, eventos socioculturais, assembleias, rodas de conversa, entre outras ações para com os assentados/as, frentes e coletivos de trabalho. Além de entrevistas com os diferentes públicos (assentados/as, técnicos/as, dirigentes, frentes, etc.) inseridos dentro dos processos cooperativos desenvolvidos junto ao MST.

A investigação ampara-se na interpretação da realidade buscando compreender as contradições e conflitos das relações sociais, mantida no processo histórico que sugere o entendimento das inter-relações de escalas e dimensões espaço-temporais e territoriais. Nessa proposição, a filosofia de Lefebvre (1995) desperta um olhar sobre as dúvidas de pesquisadores que separam o que se une, o que se articula, deixando de compreender a essência dos fenômenos. Assim, os conflitos e as contradições permeadas nessas relações devem ser analisados dentro do contexto estrutural que as promovem, levando em conta a multiescalaridade dos processos que articulam o mundial ao nacional, regional e local, além da multidimensionalidade que compõe o território, isto é, as dimensões econômica, política e cultural (Raffestin, 1993; Fernandes, 2008).

Nesse caminhar metodológico, adotamos as contribuições da pesquisa- ação de Thiollent (1985) que nos apresenta como uma pesquisa com base empírica “realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”.

Essas construções metodológicas nos trazem diversas possibilidades no fazer da ciência geográfica, adotando como postura de pesquisador engajado/envolvido e comprometido com os processos organizativos do território, realizando uma pesquisa participante que se soma na perspectiva do “compreender para servir”, onde a convivência e o compromisso articulam-se para dar sentido a uma prática científica que participa do trabalho político das classes populares (Brandão, 1999).

Ainda nessa forma de participação no pesquisar e pesquisar participando, vemos que Fals-Borda (2007), nos afirma que a referida proposta metodológica tem se tornado essencial para realizar uma pesquisa portadora de sentido para os sujeitos, que possa fortalecer seus processos de luta e resistência, bem como diversas outras metodologias de cunho social e participativo. Reforçando essa modalidade de

pesquisa, Le Boterf (1984) já afirmava que ela auxiliava a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas, a realizar a análise crítica destes e a buscar as soluções adequadas.

Ao referir-se à pesquisa-ação e a pesquisa participante, busca-se inserir na construção deste trabalho um diálogo necessário também com a pedagogia do território (Sousa; Cavalcante, 2021). Esse conceito se refere a contribuição epistemológica referente ao próprio modo no qual está assentado a Geografia, que deve ser questionado e posto em evidência, a fim de se perceber a quem o conhecimento geográfico atende e se ele foi construído em diálogo com os sujeitos e os territórios.

Demo (2000) trata da pesquisa participante como técnica, caracterizando-a como pesquisa prática. Para esse autor:

[...] a pesquisa prática é ligada à práxis, ou seja, à prática histórica em termos de usar o conhecimento científico para fins explícitos de intervenção, não esconde sua ideologia, sem com isso necessariamente perder de vista o rigor metodológico (Demo, 2000, p.21).

Na pesquisa participante existe um componente político que possibilita discutir a importância do processo de investigação tendo por perspectiva a intervenção na realidade social.

É urgente a construção de um fazer-Geografia com, a partir e para os sujeitos e os territórios, produzindo um saber verdadeiramente emancipatório. Nesse sentido, considera-se que a Geografia tem o papel de realizar suas pesquisas por meio do diálogo de saberes para um fim prático, que agregue as formas do pensar, do saber e do fazer geográfico (Sousa e Cavalcante, 2021). Considerando os esforços,

A Pedagogia do Território foi se constituindo como práxis intercultural e pluriepistêmica, fazendo dialogar sujeitos, conhecimentos, saberes e fazeres da universidade, da militância dos movimentos sociais, da experiência de moradores e moradoras das comunidades atingidas por injustiças ambientais. Essa práxis, pois, é o que tem embasado nossas escolhas ético-epistemológicas, nos impulsionado na gestação de novas formulações teóricas e metodológicas, fundamentado nossa concepção de formação acadêmica, docente e de pesquisadores críticos e solidários, que atuam na construção de uma ciência e um saber emancipatórios (Rigotto; Leão; Melo, 2018, p. 369)

Para os autores, a contribuição metodológica da Pedagogia do Território é

bastante relevante para a pesquisa em Geografia, pois ela orienta ao pesquisador, a manter uma postura dialógica, através da escuta sensível de suas demandas e anseios. E assim, construir uma Ciência que seja verdadeiramente importante e possa fortalecer suas lutas e (re)existências.

A ideia de participação envolve a presença ativa dos pesquisadores e de certa população em um projeto comum de investigação que é, ao mesmo tempo, um processo educativo, produzido dentro da ação (Haguete, 1985). Para o autor, as pretensões da pesquisa participante constituem-se de:

- a) um processo concomitante de geração de conhecimento por parte do polo pesquisador e do polo pesquisado; b) um processo educativo, que busca a intertransmissão e compartilhação de conhecimentos já existentes em cada polo; c) um processo de mudança, seja aquela que ocorre durante a pesquisa, que preferimos chamar de mudança imediata, seja aquela projetiva, que extrapola o âmbito e a temporalidade da pesquisa, na busca de transformações estruturais práticas que favoreçam as populações ou grupos oprimidos (Haguete, 1985, p.149-150).

Dessa forma, Haguete (1985) contribui na compreensão pelo método aqui utilizado, considerando que “aspectos subjetivos da ação, percepções, definições, explicações”, ocorrem no processo, no caminhar da pesquisa. Nesta perspectiva considerando a vivência do pesquisador junto aos camponeses, ao participar das diversas reuniões, processos formativos e demais questões, vão para além das construções tradicionais em que não há esse envolvimento e nem essa preocupação com a perspectiva da luta de classe, em buscar resolver as coisas para fortalecer os coletivos em seus territórios acompanhados.

Nesse sentido, Thiolent (2004), utiliza o termo metodologia da pesquisa-ação, definindo-a como um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Ainda nesta perspectiva, Engel (2000) afirma que “[...] a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa participante engajada, em oposição à pesquisa tradicional [...] procura unir a pesquisa à ação ou prática, isto é, desenvolver o conhecimento e a compreensão como parte da prática”.

Vale ressaltar, entretanto, que em função das possibilidades de aplicabilidade

da metodologia de pesquisa-ação, esta pode apresentar alguns limites, dependendo do método utilizado, em função do caráter analítico situacional, em determinados casos, que podem não considerar as problemáticas mais gerais ou estruturais.

Contudo, optou-se por adotar técnicas da pesquisa-ação e participante mesmo que o referido autor considera as vezes que seja situacional, nesse contexto Engel (2000, p. 82) diz que “a pesquisa-ação é situacional: procura diagnosticar um problema específico numa situação também específica, com o fim de atingir uma relevância prática dos resultados”. Mesmo assim, consideramos uma técnica importante no âmbito da valorização dos saberes, das construções coletivas juntos aos movimentos sociais e que somada à visão de mundo do pesquisador contribui para a busca de soluções e algumas intervenções em problemas em vários momentos nos diversos territórios.

A metodologia deste trabalho foi desenvolvida a partir de uma práxis militante e pesquisadora comprometida com os assentamentos de reforma agrária no Estado do Ceará em seus processos cooperativos e agroindustriais, utilizando procedimentos de pesquisa associados a pesquisa participante dentre outros, ou melhor, sempre caminhando apoiando-se no materialismo histórico dialético, por entender que realidade é movimento, considerando que estes são basilares na compreensão da realidade vivenciada pelos sujeitos em suas cooperativas agroindustriais camponesas e em seus assentamentos, tendo mais precisão quanto aos desafios enfrentados.

Por isso, ao concebermos uma pesquisa participativa junto aos assentamentos do MST, é porque aprendemos no início da formação dos acampamentos e em seguida assentamentos que a cooperação agrícola é uma das formas de ir introduzindo e aumentando a divisão do trabalho na agricultura. Por sua vez, permite uma maior especialização dos trabalhadores em cada tarefa aumentando o rendimento do trabalho e o resultado da produção (Caderno de Formação/MST, 1993.p.18).

Nessa argumentação, realizamos atividades que foram orientando as descobertas e contribuições acerca da realidade camponesa pesquisada, a considerar:

- a) A construção do problema da pesquisa, que incide pelo envolvimento com a realidade do campo e com a lutas dos camponeses em defesa da implantação das agroindústrias como uma forma de agregar valor suas produções, mais acima de tudo fortalecer os processos cooperativos e de resistências em seus territórios de vida e

sustento;

- b) A realização de formações direcionadas para a criação das cooperativas solidárias no MST-CE que foram visibilizando os processos organizativos/produtivos para a disputa imediata com o Estado pelas agroindústrias junto aos editais do Projeto São José;
- c) Os desafios do acolhimento às famílias no âmbito da produção mais organizada (escalonada) como foco no atendimento a mercados mais exigentes sejam eles, convencionais ou institucionais. Além do estabelecimento do resgate da confiança do camponês com o camponês, já que grande parte deles a um período longo de sua produção sempre atrelou sua comercialização ao atravessador para beneficiamento para grandes empresas (como é o caso dos assentados/cooperados produtores de leite);
- d) Participação nas reuniões e coordenações junto às diretorias dos assentamentos para compreender suas realidades, construir metodologias a partir de oficinas como a FOFA¹¹ para ajudar na sistematização e qualificação da pesquisa e dos seus processos organizativos;
- e) Realização de assembleias e rodas de conversas como os sujeitos sociais e políticos garantindo seu lugar de fala e de escuta em um diálogo necessário e horizontal, que acrescentou muita na trajetória da minha pesquisa e nas trocas com os camponeses/as;
- f) Colaboração na construção dos diagnósticos, cadernos zootécnicos, elaboração do programa de formação dos gestores/as e colaboradores/as das agroindústrias camponesas;
- g) Participação nas diversas negociações junto ao Estado, parcerias (universidades), e os possíveis segmentos para a implantação das agroindústrias;
- h) Reafirmar a importância social da pesquisa para os camponeses/as organizados junto ao MST-CE.

Para a pesquisa, foram realizadas, entrevistas tendo como referências os

¹¹ A análise FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) – do inglês SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats) é uma técnica utilizada para fazer análise de contexto (ou análise de ambiente), sendo usada como base para gestão e planejamento estratégico de uma empresa, mas podendo, devido a sua simplicidade, ser utilizada para qualquer tipo de análise de cenário. A Análise SWOT organiza o pensamento e permite a tomada de decisões de melhor qualidade e com maior embasamento e assertividade. Disponível em: <https://dheka.com.br/ebooks/fofa/>. Acesso em 27 de jul 2024.

camponeses que chamamos de informantes qualificados, que são aqueles que consideramos que conhecem o território em sua totalidade e fazem uma leitura de resistências e conquistas desde o acampamento aos processos vivenciados na atualidade, não que sejam verdades absolutas seus depoimentos e análises mais que nos auxiliam na compreensão mais aprofundada dos processos. Como nos alerta Bosi (1994), quando diz que “não devemos levar em conta apenas as verdades escritas pela história oficial celebrativa”. E ainda acrescenta:

[...] não somente cada um dos recordadores foi um trabalhador, mas sobretudo os recordadores são, no presente, trabalhadores, pois lembrar não é reviver, mais re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição, “O velho, de um lado, busca a confirmação do que se passou com seus conterrâneos, em testemunho escritos ou orais, investiga, pesquisa, confronta esse tesouro de que é guardião. De outro lado, recupera o tempo que correu e aquelas coisas que quando perdemos nos sentimos diminuir e morrer (Bosi, 1994, p. 20-21).

Outros segmentos são os presidentes de associações e das cooperativas, alguns cooperados produtores, gestores e jovens filhos de assentados que estão na condição de colaboradores/as das agroindústrias (em especial o Laticínio Terra Conquistada), para conseguir realizar um apanhado geral dos processos e pessoas que se encontram imbuídas nesta tarefa de se organizar em cooperativas para melhor produzir e comercializar.

Para além destes caminhos teóricos-metodológicos, realizou-se um outro procedimento organizacional desta pesquisa que foi a definição de três principais eixos teóricos-metodológicos:

- I. Cooperativismo e Reforma agrária;
- II. O modelo de Gestão Cooperativista do MST-CE; e,
- III. Agroindustrialização na Reforma Agrária.

Ao ponderar essa definição, realizar-se as posteriores etapas na construção desta tese, dentre elas, a pesquisa bibliográfica e documental, pesquisa de campo, sistematização de dados e elaboração de tabelas, gráficos e produção de mapas de localização das agroindústrias/cooperativas e abrangências dos assentamentos envolvidos nas rotas da cooperação e agroindustrialização camponesa.

Nesse sentido, foi necessário planejar e organizar os momentos da pesquisa para que os devidos estudos, conseguissem dar conta de alinhar a noção de totalidade, na compreensão de diversos processos para os rumos da pesquisa assegurem ao pesquisador atingir os objetivos a atingir. A proposição deste estudo é a partir da *práxis*, possibilitar a inserção da ciência popular na produção de conhecimento científico.

Por fim, destacamos aqui que realizamos levantamento bibliográfico centrado nos seguintes temas: Cooperativismo, Cooperativas Solidárias, Agroindustrialização (agroindústrias camponesas), Reforma Agrária, dentre outros mais centrais para a construção da referida pesquisa. Com relação aos desafios na gestão das cooperativas e as agroindústrias camponesas ligadas politicamente ao MST do Ceará temos construído também alguns quadros, mapas, figuras, gráficos e tabelas com base nos bancos de dados das cooperativas, bancos de imagens das entidades, alguns eventos e arquivos do setor de produção, cooperação e meio ambiente do MST-CE, os quais se encontram distribuídos dentre os capítulos desta pesquisa.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, sendo o primeiro a Introdução que apresenta uma panorâmica do trabalho, revelando a importância do tema trabalhado e do percurso desenvolvido. No capítulo 2, é apresentado os desafios do campesinato frente à cooperação. No capítulo 3, são apresentadas as cooperativas da reforma agrária e o sistema cooperativista. No quarto capítulo estão contidas as informações das cooperativas ligadas ao MST.

2 O CAMPESINATO NA COOPERAÇÃO AGRÍCOLA E SEUS DESAFIOS

O que não está dito é para quem a comida não pode faltar, já que o flagelo contemporâneo é determinado, em grande medida, pela política de exportação de alimentos pelos países periféricos, e que tem culminado na privação desses mesmos alimentos para os pobres que ali vivem. (Paulino; Almeida, 2010, p. 100).

2.1 As condições camponesas

Ao longo da história as condições camponesas foram precarizadas e marcadas por exploração, servidão, ameaça de fome e despejos dos seus lugares de vida e sustento. Nesse cenário, os camponeses se mantiveram na condição de opressão pelo jugo dos senhores feudais e, posteriormente, dos fazendeiros que exploravam todas as famílias em troca de moradia e comida.

Para Benatti (2009) o campesinato brasileiro em toda a sua trajetória de luta e permanência no campo carrega as marcas profundas da expropriação camponesa, seja na condição de posseiros, sob jugo da posse, seja na usurpação de parte de sua produção. A reflexão baseia-se no entendimento acerca das imposições que relações de imposição, às quais os camponeses foram submetidos nas sesmarias, e atualmente na propriedade moderna.

No caso cearense, as condições seculares às quais os camponeses foram submetidos, acrescido às transformações ocorridas no campo, que fortalecem o modelo de desenvolvimento agrícola por grande da governança do referido estado. Refere-se aqui a um contingente de camponeses que resistiram a diversas investidas do capital no campo com o agronegócio, na tomada e destruição de territórios para os projetos do capital, em detrimento das produções e existências camponesas com foco numa perspectiva camponesa e agroecológica.

Nas diversas formas de se reinventar para existir e produzir, os camponeses vêm se metamorfoseando na condição de camponeses irrigantes, atingidos pelos perímetros públicos de irrigação, atingidos por barragens e demais obras de contenção de águas para fins irrigáveis e industriais, atingidos pela mineração, atingidos pelos parques eólicos, atingidos pelos parques solares, atingidos pelas questões climáticas dentre outras condicionantes capitalistas impostas a estes sujeitos.

Lima (2015) ao discutir a ideologização do processo produtivo em assentamento do MST, frente a consolidação do agronegócio, em uma disputa de concepção de modo de produção agrícola, aponta que há uma interferência no modo de produzir, e no modo de viver dos camponeses. E estes vão em um processo misto e bastante diversificado buscando se afirmar como camponeses “contaminados” pela dinâmica do agronegócio.

Mesmo havendo uma tentativa de ideologizar o processo produtivo, a fim de se obter o cultivo de valores de coletividade, numa perspectiva de produção de alimentos saudáveis, há famílias que resistem, e mesmo passando por diferentes processos de formação político-ideológica, acreditam que se individualizando no assentamento, teria maiores possibilidades de renda. E de fato, as famílias convivem lado a lado com o modelo produtivo do agronegócio, do outro lado da cerca do assentamento está a plantação de banana, a plantação de goiaba, a plantação de forragem para alimentar os rebanhos bovinos (Lima, 2015.p.60).

De algum modo, os camponeses, condicionados aos processos de assentamentos e reassentamentos, se auto organizam na construção de territórios, denunciando e ressignificando o enfrentamento com o latifúndio, e até mesmo, com as grandes obras e projetos. E muitas vezes, submetidos a precariedade, constroem seus territórios de vida e sustento, permeados pela negação das políticas públicas de fomento à reforma agrária. E a tão sonhada conquista após as lutas, são distorcidas do que seria uma condição camponesa sonhada para os que lutam por terra, produção, cooperação e dignidade.

No entanto, o campesinato se diferencia de tempos e tempos, territórios e territórios, mesmo em meio às formas precárias de acesso à terra. E,

[...] sem dúvida sem negar sua existência do campesinato, no Brasil, trata- se de compreender, em cada caso, as estratégias fundiárias, produtivas e familiares e a amplitude desta capacidade de iniciativa que, dependendo das circunstâncias concretas, pode oscilar entre a possibilidade de negociar, de forma subalterna e assimétrica, a ocupação de espaços precários e provisórios e a criação efetiva de raízes mais profundas de modo a estabelecer, no longo prazo, comunidades camponesas com mais perenidade (Wanderley, 2015, p. 27).

Na concretização de uma fixação prolongada, com uma garantia assegurada ao direito de permanecer em um pedaço de chão, independentemente de ser uma área pequena ou grande, os camponeses se enchem de esperança, e vão aos poucos

organizando seu espaço de reprodução, e trabalho. Embora, muitas vezes, se encontrem cercados por grandes fazendas que dominam as regiões e determinam e especificam “serviços camponeses”.

Esse misto desencadeou vários formatos de condições de apropriação da renda da terra. No caso cearense, há diferentes situações em que trabalhadores do campo, se submetem a condição de empregados em grandes empresas, seja elas rurais ou urbanas, com relações abusivas, e de auto exploração de sua mão de obra, ou mesmo até na condição de moradores de fazendas por anos e anos, que mantêm sob seu domínio familiar, suas áreas individuais, na expectativa como dizem eles, em se sentir sujeito e liberto.

[...] Digo que é ruim porque não é pra gente né, [...] que a gente trabalha muito aqui, mais num é da gente, aí a gente só se sente sujeito e liberto quando tá no seu né, [...] porque aí a gente faz do jeito que quer e quando quer, né. Mas enquanto a gente não ganha para investir mais lá no da gente, aí vamos fazendo, [...] mas eu quero é me libertar, né... porque a gente cansa e o da gente vai ficando para trás, né. Quando nós começamos aqui na fazenda eu tinha um filho, hoje tem três [...], mas a gente ficou muito tempo porque ele (o fazendeiro) sempre dava o todo o leite deles, ... porque eu não tinha minhas vacas, né, e também a terra não tinha mesmo onde criar muito não agora no assentamento é diferente, a gente trabalha também mais é pra gente, mais foi luta viu para nós sair dessa condição (Assentado Camponês de Luta, Que foi morador de fazenda em Quixeramobim -CE).

Essas são construções que permeiam o caminhar de muitos camponeses trabalhadores que até os dias atuais vêm resistindo em defesa das condições de vida no campo. Essa constante e longa peregrinação na busca de terras e dias melhores, é uma janela aberta para várias formas de buscar compreender as dinâmicas de constituição e reprodução desses camponeses caminhantes que se dizem muitas vezes “livres”, mesmo em regiões cercadas por fazendas de gado e outras investidas do capital, que em suas formas de trabalho utilizam a mão de obra bastante explorada.

São famílias, que, por muitas vezes, ocuparam uma fatia marginal das terras sob o jugo e a ameaça de fazendeiros vizinhos. Nessas condições, a agricultura praticada por estas famílias, foi sendo desenvolvida como prioridade apenas para abastecer o sustento familiar. Os plantios eram no período de chuvas, e se sobravam um excedente, mesmo que mínimo, comercializavam para comprar algo que não produziam como alimento, não gerando excedente para ampliar a produção. Por sua

vez, no restante do ano vendiam sua força de trabalho nas áreas de empresas ou fazendas vizinhas.

Na atualidade essas relações ditas modernas, são realizadas de forma não tão silenciosa. No entanto, quando nos referimos ao trabalhador rural assalariado, essas relações são muito formais e ditas até legais do ponto de vista jurídico. As diversas empresas do ramo da fruticultura e de outras commodities para a exportação adotam a estratégia de metas de produção e trabalho, o que condicionam os camponeses, na condição de proletários das grandes empresas, a trabalharem num ritmo bem acelerado para garantir uma meta acordada ou designada, levando esses trabalhadores a um exaureimento físico e mental.

São muitos desafios dessa complexa teia de relações permeadas entre o capitalismo e suas ramificações para estabelecer domínio sobre terras e territórios, e a permanente luta do campesinato em meio a economia capitalista na atualidade. Traz-se presente algumas reflexões de Almeida e Paulino (2010), quando busca compreender essa condição camponesa no capitalismo. Sendo necessário refletir sobre os pensadores clássicos da questão agrária destacando-se marxistas como Kaustky (1980), Lênin (1985), dentre outros mais que se dedicaram a essas análises quanto a resistência e as condições de reprodução camponesa em meio as contradições capitalistas, mas que não foram suficientes para destruir totalmente suas ações.

Essas breves análises não são centralidades totais desta pesquisa, mas considera-se importante sua constituição, e principalmente a condição camponesa em curso se faz necessário rever desde estas correntes, já que nessa perspectiva e neste período histórico esses autores preveem o fim do campesinato e a sua transformação em proletário ou pequeno capitalista como resultado do desenvolvimento do capitalismo no campo e do processo de diferenciação social que este gera.

Na obra de Lênin, *O problema agrário II* (1979), o autor realiza uma diferenciação dos grupos camponeses (ricos, médios e pobres), sob essa ótica de uma classe fadada à extinção, trazendo as fragilidades camponesas e afirmando que não há espaço para o campesinato na estrutura capitalista. Enquanto Lênin (1979), dizia que o capitalismo moderno exige que o pequeno camponês, que está sendo arruinado e oprimido, abandone sua concepção classista e adote a concepção do proletariado, Kautsky (1986), analisa que o camponês vai sempre existir como uma classe pobre, por compreender que as pequenas unidades de produção não são

suficientes para produzir e fornecer todos os alimentos que a família camponesa precisa, e acrescenta:

[...] A certa altura de evolução o desenvolvimento do capitalista chega mesmo a produzir um despovoamento em termos absolutos. E são precisamente os elementos mais competentes, mais enérgicos e mais inteligentes são atraídos do campo para a cidade. Apenas os mais fracos e incapazes são os que acabam ficando. Esse despovoamento do campo faz- se acompanhar, inclusive, de uma decadência em termos de níveis intelectual da população remanescente (Kautsky, 1986, p. 282).

Nessa abordagem, tem-se autores como Abramovay (1992), que optam por adjetivar esses camponeses de “agricultores familiares” como se fosse uma outra forma de vida que se distanciasse da condição camponesa, e que, portanto, teria outro modo de vida, ou até espaço na concepção capitalista de produção moderna, considerando que:

[...] uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa (Abramovay, 1992, p. 22).

As formas de reprodução e condições camponesas brasileiras deleitam sobre outras situações no campo, mesmo quando diferentes autores se dedicaram a interpretar a inserção do capitalismo no campo, em que este iria fazer sucumbir todos os processos não-capitalistas, demonstrando que o campesinato estaria em vias de extinção. Venturelli (2008)

[...] Ao remeter essas reflexões para entendimento do desenvolvimento do capital no campo brasileiro, aqueles que seguem essa corrente teórica, concluem que o capital atingiu níveis de inserção no campo que são irreversíveis, e que cada vez se consolidará como o que vem a ser a expressão do moderno. [...] é presenciado no campo brasileiro a irracionalidade da concentração de terras, que faz prevalecer a desigualdade social, expressando a face do país. Assim, a Reforma Agrária e a consolidação da classe camponesa no Brasil é necessidade não apenas para o fortalecimento do mercado interno, como também veículo pra a distribuição de renda e qualidade de vida, afirmados como bandeira dos movimentos sociais (Venturelli, 2008, p. 97).

Ao pensarmos na condição do campesinato brasileiro nos dias atuais nos reportamos aos “resistentes na terra de vida”, muitas vezes cercados pela grande

extensão de monocultivos padronizados para as exigências internacionais, como é o caso da sojicultura em fronteiras agrícolas estratégicas. Nos escritos de Wanderley (2014), uma representação desta agricultura brasileira, vê-se numa monótona e monocolorida paisagem da planície, máquinas possantes vencem o tempo e o espaço e diluem da imagem qualquer presença humana.

Embora haja as profundas investidas do capital no campo em detrimento da sustentação produtiva e social do campesinato, optamos por compreender que as condições camponesas também perpassam por pensamentos e debates paradigmáticos (Campos; Fernandes, 2011).

O entendimento acerca do campesinato não é padrão, porém, as espertezas capitalistas implantadas no campo brasileiro, evidenciam posturas políticas ideológicas de seus governantes, pois como nos diz Campos (2012), “estes paradigmas influenciam direta ou indiretamente nas decisões para o desenvolvimento do campo, repercutindo em modelos voltados a agricultura camponesa ou o agronegócio.”

Baseado nestas reflexões, ressalto a importância da opção pelo paradigma da questão agrária, pois mesmo admitindo que há uma forte penetração das relações capitalista no campo, os camponeses marcham em condições subalternas em vários momentos, mais se permitem reproduzir-se em seus modos de vida, pois mesmo,

[...] sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervaga suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês (Shanin, 1980, p. 58, *apud* Paulino, 2006, p. 56).

É nessa jornada de resistência em defesa do acesso à terra para nela se reproduzir, que os camponeses vão materializando suas lutas, nessa classe “hora roceira, hora operária e camponesa”¹² que segue se organizando junto aos movimentos socioterritoriais, na luta por reforma agrária anticapitalista. Por fim, adotando o que nos assegura Campos (2012), que no paradigma da questão agrária,

¹²Jogral utilizado pelos camponeses, em analogia a condição camponesa que em momentos lutam pela terra, em outros lutam por outras conquistas.

a perspectiva está na transformação da sociedade, no enfrentamento e na superação do capitalismo, sendo a luta camponesa pela terra uma luta contra o capital.

Enfatizamos também nesse cenário, que os camponeses em suas estratégias de reprodução, tem resistido às diversas transformações ampliando suas possibilidades de recriação com suas lutas. Mesmo com estas condicionantes, Oliveira (1991), assegura que o desenvolvimento do capitalismo no campo, ao mesmo tempo em que cria as relações capitalistas de produção, recria, contraditoriamente, as relações não capitalistas de produção como, por exemplo, a classe camponesa. Nessas condições prevalecem as relações tipicamente capitalistas, onde os trabalhadores encontram-se desprovidos dos meios de produção, condicionados apenas a venderem sua força de trabalho, sendo esta, a mercadoria que dispõe para negociar com os capitalistas. Quanto às relações não capitalistas existentes no campo, Paulino (2006) comenta que:

[...] as formas de sujeição violenta empregadas sobre os trabalhadores destituídos dos meios de produção. Com isso, os proprietários de tais meios que, por razões diversas, não desejam se enquadrar nos princípios básicos da ordem capitalista a obtêm contrariando o mecanismo de compra e venda da mercadoria força de trabalho. Como exemplo destacamos a peonagem, prática que persiste no Brasil, inclusive no seio do agronegócio (Paulino, 2006, p. 29).

Buscando explicar, algumas nuances da realidade agrária brasileira, Oliveira (2005) comenta que no território brasileiro ocorre um processo de agricultura diferenciado, pois com o desenvolvimento do modo capitalista de produção (contraditório e combinado), vê-se que:

[...] ao mesmo tempo que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especialmente capitalistas (implantando o trabalho assalariado pela presença no campo do boia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença e aumento do trabalho familiar no campo) (Oliveira, 2005, p. 73).

Também acrescenta a esta perspectiva do entendimento da questão agrária brasileira, as análises de Fernandes (2007), quando afirma que essas contradições, advém de um problema estrutural do modo capitalista de produção, pois:

Este problema é criado pela lógica da reprodução ampliada do capital, que provoca o desenvolvimento desigual, por meio da concentração de poder expresso em diferentes formas, por exemplo: propriedade da terra, dinheiro e tecnologia. Esta lógica produz a concentração de poder criando o poder de

concentrar, reproduzindo infinitamente. A reprodução infindável é da natureza do modo capitalista de produção, portanto, para garantir sua existência, o capitalismo necessita se territorializar sem limites. Para sua territorialização, o capitalismo precisa destruir outros territórios, como por exemplo, os territórios camponeses e indígenas. Esse processo de territorialização e desterritorialização gera conflitualidades diferenciadas que se modificam de acordo com a conjuntura da questão agrária. Todavia, a questão agrária não é uma questão conjuntural, como muitos pensam. A questão agrária é uma questão estrutural, portanto não há solução para a questão agrária a partir do modo capitalista de produção (Fernandes, 2007, p. 78).

A racionalidade camponesa é muitas vezes confrontada com o caráter contraditório do desenvolvimento do capitalismo.

Quando o capital se apropria da terra, está se transformando em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio [...] são regimes distintos de propriedade em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura (Martins, 1980, p. 42).

Na lógica de reprodução camponesa, a relação com a terra se dá pela oposição ao desenvolvimento do capitalismo, e pelo fortalecimento dos modos de viver, do modo de produção camponês com sua diversidade e heterogeneidade.

A heterogeneidade é a principal marca no campo, pois existem dois tipos de propriedade privada da terra: a capitalista e a camponesa. Dentro da propriedade capitalista, a terra constitui-se em objeto de negócio, seja pelo fato de consistir em instrumento de exploração do trabalho alheio, logo, de extração de mais-valia, seja pelo fato de ser mantida como instrumento de especulação, em outras palavras, reserva de valor. Quanto à propriedade camponesa, constitui em terra de trabalho, estando a exploração restrita ao regime de trabalho familiar; assim, essa não se configura como instrumento de acumulação de capital, mas de sobrevivência da família (Paulino, 2006, p. 30).

Assim, os camponeses para se manterem em seus processos produtivos e cooperativos, nota-se que estes sujeitos, mantêm-se em um processo constante de recriação de estratégias, para disputar as terras e territórios para se reproduzirem. E as relações desencadeadas permitem construir reflexões acerca dos desafios para compreensão do campesinato neste mundo moderno:

A permanência da questão camponesa no mundo “moderno” carrega consigo a problemática da terra e do território no capitalismo. Por conseguinte, não é possível falar em camponês sem fazer referência a esse debate, pois a terra, em disputa, se transforma em território e continua desempenhando papel *sui generis* no capitalismo (Paulino; Almeida, 2010, p. 16).

Nessa compreensão é necessário entender o campo de disputas profundas por terra e território. E a defesa de terras de trabalho, os camponeses, encontram-se inseridos sobre uma configuração territorial da violência. Fernandes e Girardi (2009), que nos leva a crer que os assassinatos e outras formas de violência no campo, em sua maioria, estão associados à grilagem da terra, a expulsão de posseiros das regiões de fronteiras agropecuárias, e mais precisamente os conflitos violentos com fazendeiros/latifundiários, em meio a luta pela terra junto aos movimentos socioterritoriais.

O campesinato, na luta por território, realiza as ocupações de terra e tem como resposta a violência direta dos fazendeiros e empresários. Ameaças de morte, assassinatos, despejos judiciais e expulsões são as violências mais imediatas sofridas pelos camponeses. Também compõe o cenário de violência contra a pessoa o trabalho escravo, prática que evidencia ainda mais a ausência do Estado fiscalizador no campo, deixando a lei nas mãos dos interesses particulares de fazendeiros e empresários que utilizam trabalho escravo para ampliar seus capitais, configurando mais uma contradição do capitalismo no campo brasileiro (Fernandes e Girardi, 2009, p. 366).

E embora tenha desbravado muitas lutas para chegarem às atuais condições, e para alguns sintam-se vitoriosos em terem como conquista o acesso à terra e moradia, há um empobrecimento dos camponeses. Estes, principalmente na Região Nordeste, estão submetidos a situações de negação ao acesso de políticas públicas que possibilitem uma vida digna no campo, como as políticas de acesso à água e a alimentação em quantidade e qualidade necessária. Além disso, os camponeses brasileiros ainda têm enfrentado diversas conflitualidades em defesa de seus territórios, pois há um aparato nas reações do Estado burguês em formato violento para agir na defesa da propriedade privada capitalista.

Uma das lições apreendidas pelos camponeses que se vincularam à organização do MST, é que mesmo em condições difíceis em relação à infraestrutura, a negação de direitos, estes sujeitos carregam em si a esperança coletiva de que, um dia chegarão à vitória. O receio e a esperança estão contidos na fala dos sujeitos da pesquisa quando perguntávamos se valeria a pena ir à luta pela terra para se assentar.

Para mim eu digo, graças a Deus e ao MST, porque quando vieram fazer as primeiras reuniões eu não confiava muito, porque nossas condições já era tão sofridas para criar meus filhos e como fui morador né ... aqui eu tinha pelo menos o leite de todos os meus filhos e morava na casa, mais criar e plantar não podia né ... porque tudo era dele. Então eu que só tinha o leite dos meus filhos, hoje eu tenho minhas vacas, minha campineira e o mais importante a minha terra, por isso eu digo nossas condições foi sofrida mais vale a pena ir para assentamento viu (Trecho de Conversa na residência do Camponês de Luta 12, Assentado no P.A Nova Canaã em Quixeramobim- CE, em 09/10/2022).

Embora estes sujeitos percebam, que há condicionantes ao desenvolvimento nas áreas conquistadas condições camponesas, a conquista da terra já se consolida como uma grande conquista nas ações “embrionárias” de reforma agrária brasileira. Eles demarcam em seus movimentos socioterritoriais a necessidade de novas conquistas, porém compreendem o valor daquilo “tudo” tem sido construído com luta e esforço desde os processos de acampamento.

Aqui mesmo para chegarmos a ter essa agroindústria, a escola, a rádio, nossas casas e quase tudo que tem aqui, foi muita luta e ocupação dos órgãos viu ... porque por eles lá do INCRA, do Estado né, nós tinha que esperar, mais a gente aprende que tem que lutar né, mesmo que às vezes somos perseguidos né. Mais prá pobre que nem nós que é da roça só com luta (Informação verbal - Camponês de Luta 2, Assentado no P.A Nova Canaã em Quixeramobim-CE, em 10/10/2022).

A fala do depoente demonstra que este sujeito passou por um processo de construção de uma consciência social e organizativa, advinda da ação dos movimentos socioterritoriais de luta pela terra, nesse caso específico do MST. Nesse contexto Caldart (2001) afirma que,

[...] participar do movimento da luta vai educando um jeito específico de *ser humano*, que potencializa o principal traço da humanidade: a possibilidade de fazer-se e refazer-se a si próprio, enquanto contesta a ordem estabelecida, problematiza e propõe valores, transforma a realidade e se produz como sujeito da história. As lutas sociais produzem transformações históricas, e o fazem à medida que conseguem conformar os sujeitos sociais capazes de operá-las e, ainda mais, de consolidar os novos parâmetros de vida em sociedade que vão criando neste movimento (Caldart, 2001, p.214).

A partir desta compreensão da necessidade de se manter organizados na luta, Fernandes (2006), reflete que nesse caminhar camponês, vai havendo uma compreensão do espaço, do território, do lugar, nas relações sociais.

Cabanes Morote e Gómez López (2014) trazem reflexões sobre a importância de organizar-se em cooperativas para se conseguir estrategicamente mudar as realidades a partir de uma economia mais solidária e social:

[...] la economía social y sus a gente s principales, las cooperativas, cuentan con interesantes capacidades para generar cambios en pro del bienestar de los territorios, pero estas oportunidades deben enfrentarse de forma estratégica, coordinada, y compartida, a partir de redes de comunicación e intercambio de experiencias que enriquezcan este proceso de cambio sociopolítico y económico (Morote; López, 2014, p. 140).

Nessa perspectiva, vê-se que o agronegócio em sua gana por lucro, opta por um “campo sem gente” onde os camponeses/as têm sido afastados (expulsos) para a locação das projeções agropecuárias das grandes empresas. E quando estes sujeitos se rebelam em algum lugar, construindo acampamentos, hasteando bandeiras que anunciam a luta por divisão da terra, ainda parecem poucos. No entanto, ecoam suas vozes como “pontinhos vermelhos” em meio às vastas propriedades monocultoras, tendo em vista que não são ações tão isoladas, são focos de resistências articuladas junto aos movimentos socioterritoriais, inclusive o MST, na tentativa de mudar as condições camponesas.

Em suma, vemos que as reproduções camponesas, permanecem em constantes disputas e, houve uma modernização dos latifúndios, mas as relações de poder, se reproduzem no mais profundo arcadismo, denotando as diversas faces da expropriação e da violência impostas aos camponeses. E estes seguem em condições diferenciadas, impostas pelo capital no campo, mais resilientes como vanguardas de uma classe social que não se entrega a todos os ditames escravistas e excludentes na atualidade, são camponeses/as se agrupando, cooperando e construindo novas formas de organização socioespacial.

2.2 O cooperativismo organizando a necessidade

“As cooperativas dos trabalhadores do campo seria uma maneira de organizar algumas das atividades econômicas do campesinato nos lugares em que a produção em grande escala possui vantagens significativas” (Chayanov, 1991).

Ao pensarmos na temática do cooperativismo como ação coletivizada das mais possíveis formas para conseguir sobreviver em sociedade, Bialoskorski Neto (2006) afirma que o cooperativismo e as formas de cooperação são algo muito antigo na história da humanidade. Pensando por essa ótica há relatos sobre processos de cooperação, atos solidários e ajudas mútuas desde a pré-história da civilização em tribos indígenas ou em antigas civilizações, como os povos babilônios.

Os registros referenciais de surgimento das primeiras cooperativas camponesas são século passado, já haviam relatos de processos cooperativo dos camponeses a partir da necessidade cotidiana, que os unificava em prol da realização de trabalhos em mutirão para melhorarem as condições materiais da vida:

Os povos indígenas brasileiros tradicionalmente desenvolveram uma economia organizada com base no modo de produção comunal primitivo, pautado principalmente na caça, na coleta de frutos e na agricultura rudimentar de subsistência. Posteriormente sem mencionar as experiências desenvolvidas pelos índios guaranis (nas reduções jesuítas) e, possivelmente, as experiências comunitárias nos quilombos (Palmares e outros, sendo muitos remanescentes até os dias atuais), há poucos registros desse tipo de experiências produtivas (Christoffoli, 2012, p. 158).

A organização em famílias em grupos coletivos possibilita que ampliem suas produções e alcance resultados que dificilmente teriam na individualidade. Agrupar gera forças, e essa percepção já emergia durante as vivências feudais. As pessoas se alojaram em torno dos senhores feudais, possuidores de bens, e estes, lhe ofereciam guarida e proteção no interior de seus muros, e como benefício dispunham da vassalagem. Em situações ameaçadoras essa forma de cooperação configura-se como uma estratégia de sobrevivência, mesmo condicionada a uma manutenção dominadora.

Baseados nas necessidades reais do cotidiano camponês, reunir-se e cooperar-se sempre foi um caminho para fortalecer-se, e no ato de juntar-se e construir as saídas coletivas.

As pessoas também tendem a reunir-se em torno de valores e de crenças, vivem em comunidade, formam cidades e agregam-se dentro desses grupos maiores, em outros menores, ou ainda maiores que os primeiros, buscando preservar-se e manter-se (Santos, 2001, p. 24).

Na tentativa de construir as possíveis relações ancestrais e culturais que norteiam as origens cooperativistas, desde as civilizações mais antigas, as formas de ajuntamento dão conta das dificuldades sofridas pelos grupos. No entanto, é necessário diferenciar o ato de cooperar com o cooperativismo, sendo o primeiro um ato “natural”, e o segundo uma resistência.

Transportando para o contexto atual da sociedade, o cooperativismo adentra o cenário, como estratégia alternativa para recompor as forças comuns em um mundo tão competitivo. Pinho (1966) afirma que o cooperativismo, enquanto doutrina, teoria, sistema ou movimento associativista de trabalhadores, é um fenômeno moderno oriundo da oposição operária às consequências do liberalismo econômico praticado na Inglaterra e na França do século XVIII e XIX.

Cooperativismo no sentido de doutrina que tem por objeto a correção do social pelo econômico através de associações de fim predominantemente econômico, ou seja, as cooperativas; cooperativas no sentido de sociedades de pessoas organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços como também a realizar determinados programas educativos e sociais. Trata-se, insistimos, de sociedade de pessoas e não de capital, sem interesse lucrativo e com fins econômico-sociais. Seu funcionamento se inspira nos chamados “Princípios dos Pioneiros de Rochdale”: adesão livre, gestão democrática, juros módicos ao capital, retorno proporcional às operações, transações a dinheiro, neutralidade política, religiosa e ética e desenvolvimento do ensino (Pinho, 1966, p.8).

O surgimento do cooperativismo dentro do processo econômico-social, foi iniciado na Europa, difundindo-se em todo o mundo. Pinho (1966) e Costa (2007), denominam de pré-cooperativas as primeiras experiências cooperativas na perspectiva socioeconômica que surgiram no final do século XVIII e início do século XIX na Inglaterra, França, Alemanha e em outros países da Europa como iniciativas contra as péssimas condições de vida dos trabalhadores.

As mais antigas cooperativas de que se tem notícia são: a cooperativa dos trabalhadores dos estaleiros Woolwinch e Chatham, na Inglaterra (1760); a cooperativa de consumo dos tecelões de Fenwick, na Escócia (1769); e cooperativa de consumo inglesa, a Oldhan Co-operative Supply Company (1795). Depois desse período houve uma grande proliferação de cooperativas de consumo na Inglaterra. Entretanto, antes de 1844, todas as tentativas de se implementar cooperativas de consumo foram fracassadas, sobretudo em Brighton (1827), na Inglaterra, e em Guebwiller (1828) e Lyon (1835), na França (Costa, 2007, p.60).

A experiência mais exitosa de cooperativa foi a Cooperativa de consumo do “Pobros Pioneiros de Rochdale”, constituída em 21 de dezembro de 1844, na cidade de Rochdale¹³.

Mesmo com limitados recursos, os planos da, à época, jovem cooperativa, divulgados com seus Estatutos Sociais, eram grandiosos e incluíam, além de abrir o armazém para venda de gêneros alimentícios e vestuário, também, adquirir ou construir casas para os membros que desejasse ajudar-se mutuamente, proporcionar a fabricação de determinados artigos para auxiliar na renda dos membros que não possuíssem empregos ou que seu salário não fosse suficiente, realizar a organização da produção, da distribuição e da educação no seu próprio meio e com seus próprios recursos, auxiliando, inclusive, as demais pessoas que se interessassem em unir-se em sociedades cooperativas (Pinho, 1982, p. 21).

Para Pinho (1966), o sucesso transformou a experiência dos Pioneiros de Rochdale em um símbolo. É um fator atribuído ao sucesso se deu desde o início atividades, onde manifestaram sério objetivo de cuidar de seu aperfeiçoamento moral e intelectual. Além disso, a autora acrescenta que eles “simbolizaram a solução pacífica das questões sociais (Pinho, 1966)”. Após um ano de reuniões e debates para encontrar uma maneira de melhorar sua precária situação econômica, e com a contribuição financeira mensal de todos (Mauad, 2001, p. 20).

A Revolução Industrial estava a pleno vapor na Europa, e o Estado controlava o avanço do capitalismo moderno, gerando um crescimento acirrado da classe proletária, que estava sujeita ao controle e às condições de trabalho impostos pelos capitalistas. A ideia era que o cooperativismo conseguisse gerar uma mudança estrutural que gerasse melhorias a classe proletária.

No entanto, Vicentino (2001) traz presente que um dos grandes dramas advindos do processo da Revolução Industrial, refere-se à alienação do trabalhador em relação à sua atividade. O autor justifica que, ao contrário do artesão da Antiguidade ou da Idade Média, o operário moderno perdeu o controle do conjunto da produção. Então, ele não mais domina todo o processo produtivo da geração de mercadorias. Ele passou a ser responsável por apenas uma parte deste ciclo produtivo, ignorando os procedimentos técnicos envolvidos. Além disso, há uma mecanização no processo de receber “salário”, em virtude do trabalho realizado. O

¹³ Pequena cidade têxtil localizada no distrito de Lancashire, Manchester, Inglaterra, onde ocorreram sérios problemas sociais decorrentes da industrialização.

operário alienava o fruto de seu trabalho ao capitalista, transformando-o em mercadoria sujeita ao mercado (Vicentino, 2001).

A condição camponesa era bem sofrida, segundo Bialoskorski Neto (2006) era uma realidade de pobreza e exploração do trabalho, o trabalhador era submetido a uma jornada de 17 horas diárias, passaram fome e não contavam com nenhum benefício social, em um mundo de desemprego, carestia e miséria, que leva alguns pensadores econômicos à revolta.

Surgem, então, alguns pensamentos diferenciados, como: 'A cada um, de acordo com seu trabalho', e 'A cada um, segundo a sua capacidade; a cada um, segundo as suas necessidades'. Esses pensamentos e a preocupação com a situação social, aliado a uma revolta contra a propriedade privada e à livre concorrência, fazem nascer um grupo de socialistas, chamados utópicos (Bialoskorski Neto, 2006, p. 22).

Nesse percurso histórico comprehende-se que o cooperativismo surgiu a partir das iniciativas coletivas e ideias socialistas geradas pela indignação frente às desigualdades sociais motivadas pelo capitalismo, que "obrigaram" os trabalhadores a se organizarem para sua sobrevivência com dignidade a partir do enfrentamento ao capital, como fizeram os precursores iniciais, conforme (Sales, 2010, apud Reis Júnior, 2006), onde nos diz que os primeiros cooperativistas foram Robert Owen¹⁴ (1772 – 1858), Charles Fourier¹⁵ (1772 – 1837), Philippe Joseph Benjamins Buchez (1796-1865) e Louis Blanc (1812-1882).

Situando essas concepções de um cooperativismo que contribui para superar as dificuldades ou melhor que organiza a resistência para atender as necessidades, partilha-se das reflexões de alguns dirigentes nacionais do MST, que ao se referirem ao Nordeste eles se caracterizam por este viés.

Pois relatam que o cooperativismo camponês nordestino tem uma lógica que se diferencia pelas suas formas de resistência e superação das condições camponesas e coloca que o Nordeste traz questões muito peculiares para a necessidade da cooperação.

O nordeste, ele por si só constrói uma lógica de cooperação a partir da necessidade de resistir à há duas grandes questões, primeira a questão

¹⁴Nasceu na França. É considerado o idealizador das cooperativas integrais de produção. Lançava- se contra o *Laissez-faire*, a competição sem controle" (Reis Júnior, 2006, p.26).

¹⁵ "Nasceu na Inglaterra. É considerado o pai do cooperativismo. Viu na cooperativa a base para a nova ordem social, econômica e política" (Reis Júnior, 2006, p. 26).

climática que é ausência de água para a produção, então ela não exigiu ela obrigou a uma lógica associativista e cooperativista de se organizar a partir de alguns locais onde tem um açude próximo ou dispõem de um pouco mais de água, pra resistir às dificuldades, o componente do Bioma obrigou a um primeiro processo de cooperação que é a disponibilidade ou escassez dos recursos naturais como um componente cooperativado, associativo como condição da existência da vida camponesa nordestina. o segundo componente é componente do “*enfrentamento a cerca*” você tem uma massa de camponeses, ao longo do tempo tem convivido com um tipo de latifúndio que talvez seja um dos mais atrasados do país que é uma oligarquia (que juntou poder político, o poder econômico e o poder das armas) então a condição desse camponeses em conviver com esse formato de latifúndio, eram está pertos, então ou eles se juntam ou desaparecem e vão servir de mão de obra em regime análogo a escravidão como tem muitos ainda, temos muita influência dos negros, quilombos e indígenas onde sua resistência contribuem muito para consolidação de outras forma de cooperação (Trecho de Entrevista com João Paulo Rodrigues da Direção Nacional do MST do Estado de São Paulo)

2.3 Breve histórico do Cooperativismo no Brasil

No Brasil o cooperativismo surgiu ainda na colonização portuguesa, mas ficou esquecido durante o período da escravidão. Foi revitalizado, no final do século XIX, pelo Movimento Cooperativista Brasileiro. Neste movimento, diversas classes profissionais, funcionários públicos, profissionais liberais e operários adotaram o modelo cooperativista como instrumento de inserção e defesa dos seus interesses junto ao mercado. Baseava-se nos princípios da “Sociedade dos Probatórios de Rochdale” a qual era primeira cooperativa moderna, pautada por valores e princípios morais considerados, até hoje, como a base do cooperativismo.

A cultura da cooperação na época da colonização portuguesa foi impulsionada por funcionários públicos, militares, profissionais liberais, operários e imigrantes europeus. Em meados de 1889, em Minas Gerais, ocorreram as primeiras movimentações que culminaram com a fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto — cujo foco era o consumo de produtos agrícolas. Posteriormente surgiram outras cooperativas em Minas Gerais, e nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

O surgimento do cooperativismo junto à economia agroexportadora, sem uma ligação com a classe trabalhadora e/ou de movimentos sociais que os representassem, emergiu como uma política de controle social e de intervenção Estatal, que não resultou da associação voluntária de pessoas, em busca da superação dos seus problemas de forma coletiva. Assim o cooperativismo regional no

Brasil adequou-se aos interesses das elites políticas e agrárias, tornando-se, assim, um movimento conservador, localizado sobretudo no meio rural (Rios, 2004).

“Ao contrário do que ocorreu na Europa, em que os movimentos cooperativos iniciaram-se como uma reação proletária aos problemas sócio-econômicos criados pelo capitalismo. No Brasil o cooperativismo surge como uma promoção das elites (econômicas e políticas) numa economia predominantemente agro-exploradora. Não se trata, pois, de um movimento vindo de baixo, mas imposto de cima. Não é o caso pois de um movimento social de conquista, mas de uma política de controle social e de intervenção estatal (Rios, 2004.p.24).

Em 1932, o Estado reconheceu as sociedades cooperativas, promulgando o Decreto nº 22.239 que apresentava como conteúdo alguns incentivos a esses empreendimentos. Esse fato denota uma interferência significativa do Estado no cooperativismo brasileiro, conflitando-se com o princípio cooperativo da autonomia e independência. Em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, favorecendo a expansão das organizações cooperativas no país, e garantindo liberdade de constituição e autonomia necessária para a prática da autogestão.

Assim, “além das cooperativas originadas das necessidades e iniciativa dos agricultores, começaram a surgir cooperativas de grandes produtores rurais com a intenção de se beneficiar de todos os incentivos repassados pelo Estado (PONTES, 2004).” Deste modo, as primeiras cooperativas brasileiras objetivavam se organizar para se “adaptar” ao modo de produção capitalista no meio rural. E se consolidaram mantendo como um reflexo da desigualdade estrutural da sociedade brasileira, mantendo os desequilíbrios regionais no desenvolvimento socioeconômico do país.

Quanto às cooperativas, e antes de tudo, às cooperativas de produção, são elas pela sua essência um ser híbrido dentro da economia capitalista: a pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista. Mas, na economia capitalista, a troca domina a produção, fazendo da exploração impiedosa, isto é, da completa dominação do processo de produção pelos interesses do Capital, em face da concorrência, uma condição de existência da empresa. Praticamente, exprime-se isso pela necessidade de intensificar o trabalho o mais possível, de reduzir ou prolongar as horas de trabalho segundo as necessidades do mercado ou de atirá-la na rua, em suma, de praticar todos os métodos muito conhecidos que permitem a uma empresa capitalista enfrentar a concorrência das outras. Resulta daí, por conseguinte, para a cooperativa de produção, verem-se os operários na necessidade contraditória de governar-se a si mesmos com todo o absolutismo necessário e desempenhar entre eles mesmos o papel de patrão capitalista (Pontes, 2004.p. 86.).

A entidade representativa das cooperativas do campesinato é a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES). Esta foi fundada em junho de 2005, na cidade de Luziânia/GO e está presente em quase todo território brasileiro.

Além da sede Nacional em Brasília, atualmente há 21 UNICAFES Estaduais constituídas formalmente. O objetivo é ser um instrumento de representação do cooperativismo solidário, que se relaciona com a agricultura familiar, povos tradicionais, assentamentos da reforma agrária, entre outras categorias, visando o desenvolvimento sustentável nas ações de apoio aos associados e associadas.

Essas discrepâncias retratam as diferentes formas em que os grupos foram se organizando, alguns com componentes possuem um alto nível de consciência, mas também, é verdade, que outros tantos se formam simplesmente por influência das lideranças, sem o envolvimento verdadeiro dos seus elementos.

Muito embora a organização cooperativista na agricultura seja considerada a “melhor forma” para organizar a produção agrícola nas comunidades rurais, esta convicção ainda está longe de ser a *práxis* de todos os agricultores. Estes sentem dificuldade de compreender todos os aspectos da cooperação, principalmente, em seus aspectos, social e político.

Neste contexto, se a organização cooperativista se afasta dos cooperados, ela restringe sua função, e mesmo ocupando as discussões econômicas, deixa de contribuir para o avanço do desenvolvimento cooperativista mais amplo, e ao contrário, passa a inibir este processo.

Ainda nesta perspectiva, refletimos que mesmo diante dessas dificuldades que passamos na cooperação e na organização de nossa agricultura, ainda acreditamos que as cooperativas são alternativas de desenvolvimento, ou como nos diz, Gomés López (2004), as cooperativas agrárias são instrumentos a serviço do trabalho rural.

Considerar que são muitos segmentos camponeses e familiares que desenvolvem essa agricultura, é que organizar cooperativamente é um desafio muito complexo, mas é a saída.

[...] la territorialidad de un modelo de agricultura familiar y campesina se presenta prácticamente imposible sin la cooperación y la ayuda mutua, y se concluye que la territorialidad campesina ha de fundamentarse en la unión de la agricultura familiar representada en la región por comunidades ribeirinhas, campesinas, quilombolas, indígenas y cabanos, a través de una

materialización de un trabajo cooperativo y de estructuras cooperativas (López; Pérez, 2014, p. 67).

2.4 O cooperativismo no campesinato

Neste tópico dá-se ênfase ao cooperativismo desenvolvido e construído pelo campesinato junto ao MST:

Para a compreensão das atividades exercidas recentemente pelas cooperativas em território brasileiro, é necessário perpassar pelas principais características das cooperativas soviéticas e cubanas, cuja influência sobre o movimento cooperativista brasileiro na segunda metade do século XX é notável, especialmente no que concerne às cooperativas de produção agropecuária (CPAs) fundadas pelo MST, as quais exerceram uma intensa oposição em relação ao cooperativismo do período ditatorial (Vilas Boas, 2021, p. 5-6).

2.4.1 O Sistema Cooperativista dos Assentados do MST

É fato que a luta pela terra por si só configura uma experiência cooperativa, considerando que os sem-terra necessitam se juntar, se organizar estabelecendo alguns vínculos de vivência coletiva e confiança para conquistarem um pedaço de chão, mas a cooperação agrícola mesmo vem conjugada aos desafios da produção nestes territórios.

No MST, conforme os setores de educação e formação é mais precisamente nos anos de entre 1979 a 1985 quando começam a surgir os primeiros grupos coletivos ou associações informais na tentativa de organizar os processos produtivos nas áreas de assentamentos. É sabido que estes surgem porque as primeiras desapropriações ocorrem em condições desafiantes de sustento e resistência nos territórios camponeses.

Por sua vez, o trabalho da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outras pastorais sociais que encampam fortemente a importância do trabalho coletivo nos assentamentos, muitas dessas ações já partiam das preocupações com a força de trabalho nas áreas de produção. Via-se o crescimento do número de assentamentos, mas devido a não desapropriação de imediato das áreas não se concebe de forma mais expressiva a diminuição da fome e de algumas condições, famílias desistiram dos assentamentos muitas vezes em função das condições para produzir, daí a importância do trabalho coletivo.

Entre os anos de 1985 a 1989 começam a se multiplicar as experiências de associações nos assentamentos do MST. [...] para a compra de máquinas, de animais, para a compra e venda de produtos e mais adiante para o uso coletivo da terra. Nesta época havia certa restrição à palavra cooperativa, porque logo se pensava nas cooperativas tradicionais e também porque havia uma lei cooperativista que vinculava todas as cooperativas ao INCRA (Caderno de Formação – MST, nº 20, 1993, p. 24).

Posteriormente com a Constituição de 1988, muda-se a lei cooperativista e logo a partir de 1990 começa a se constituir as experiências de cooperativas nos assentamentos, que inicialmente realizavam grandes debates e formações sobre a fundação de cooperativas de crédito haja vista que as associações dos assentados não conseguiam avançar sem o acesso aos créditos para o desenvolvimento dos seus sistemas produtivos.

Diante dessa conjuntura adversa, o MST, nas palavras de Stédile, “voltou-se para dentro”, e foi acumulando e construindo uma proposta mais geral de cooperação agrícola para os assentamentos. Em maio de 1992, articula a construção do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Este sistema surge nos assentamentos do Sul do país, mas o MST a nível nacional desponta na organização de cooperativas nos vários estados, onde havia associações. Considerando os formatos constitutivos as orientações gerais do SCA, realizam o diagnóstico dos sistemas produtivos potenciais nas regiões e assentamentos, o nível de organicidade e o pertencimento ao conjunto das lutas do MST.

O Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) é organizado a partir do setor de produção do MST, com o objetivo de especializar-se na organização da produção dos assentamentos (Borges, 2010). Diante disso, surgiu a necessidade em observar o potencial produtivo dos assentados, e almejar assumir práticas cooperativas organizadas, a fim de concretizar as diretrizes sociais do movimento e ao mesmo tempo competirem no mercado.

Surge a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB, organizada a partir de sete cooperativas centrais estaduais e de cerca de 55 cooperativas de produção e de comercialização. Com o objetivo de garantir a representação política dos assentamentos ligados ao MST, bem como coordenar a organização da produção em diversos assentamentos

A organização de cooperativas nos assentamentos colocava-se como uma

necessidade porque, segundo o movimento, a conquista de um pedaço de terra não era insuficiente para viabilizar a produção:

Há a necessidade de encontrar meios que lhe possibilite ter acesso a recursos financeiros e técnicos, condições favoráveis de produção e comercialização; acesso às técnicas de produção mais desenvolvidas e à mecanização, recursos que somente estariam ao alcance dos grandes proprietários, mas que poderiam, em boa medida e com lutas, ser conquistados pelas cooperativas dos assentados (Assentado Antônio José - Dirigente do Setor de Produção do MST-CE).

É no bojo de suas lutas concretas em defesa e construção da reforma agrária no Brasil, que o estímulo à cooperação agrícola para o segmento dos assentamentos fortalece a perspectiva de resistência ao sistema capitalista. Nessa compreensão o cooperativismo aparece corajosamente como uma bandeira que une forças na consolidação dos sistemas produtivos com foco na sustentabilidade.

O SCA representado na figura 1 indicava três níveis de organização: a nível local, Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA), a nível estadual, Cooperativa Central das Áreas de Reforma Agrária (CCA) e a nível nacional, Confederação Nacional de Cooperativas (CNC).

Figura 1 - Organograma do Sistema Cooperativista Brasileiro (CONCRAB)



Fonte: Adaptação a partir de dados do Setor de Produção do MST-CE, 2023.

O modelo de gestão cooperativista para o MST sempre foi muito desafiante, pois se trata de uma forma de organização para a produção que exige como premissa, superar dificuldades de ordem moral, política, técnica e gerencial. Estas são gestadas em uma sociedade capitalista que molda as pessoas nessas ordens em meio ao controle e exploração de sua força de trabalho.

O MST desde 1986, passou a se dedicar a diversos estudos, debates e experiências sobre a cooperação agrícola, pensando principalmente a realidade dos assentamentos e considerando os desafios diante da organização da produção nos novos espaços da vida social dos assentados; estando esta questão central no tocante à formação da consciência crítica e da resistência das famílias assentadas em relação ao modelo de organização da produção vigente na agricultura, no contexto do desenvolvimento capitalista (Elias, 2010.p.31).

Nesse sentido, dificuldades de ordem moral veem como recorrente até os nossos dias porque encontram-se atrelados a comportamentos individuais e coletivos, que muitas vezes se manifestam profundamente no individualismo e no comodismo e que causa estragos profundos na gestão. Se pensarmos as questões gerenciais nos damos conta dos problemas enfrentados por ausência e conhecimentos necessários nas questões administrativas e contábeis para gerir os recursos disponíveis e contratar nas cooperativas. No mais, quando nos referimos às dificuldades da esfinge técnica e prática refere-se o desafio de acompanhar o avanço no conhecimento produtivo e tecnológico que atenda às exigências do mercado.

Os primeiros passos que contribuíram para consolidar essa coletividade, mais organizada, partiu da necessidade de enfrentar as explorações impostas pelos latifundiários e a construção coletiva na organização da luta pela terra. E esta luta, teve um papel fundamental em ressignificar o papel dos camponeses possibilitando a estes, se legitimaram como movimento social e de luta para que a terra pertença a um coletivo maior de camponeses. Daí, por exemplo, vemos o surgimento do MST no final da década de 1970 com as primeiras ocupações e se materializou como movimento nacional no 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em 1984, em meio ao processo de abertura política (Coletti, 2005; Silva, 2007).

Conforme o Caderno de Cooperação Agrícola nº 5 da CONCRAB, o MST assume o posicionamento político de fazer duras críticas ao modelo de produção vigente e busca construir um cooperativismo que priorize [...] o

desenvolvimento do associado e as relações de cooperação entre os associados e entre as cooperativas (CONCRAB, 1998, p. 10).

Nesse sentido, a cooperação tinha suas primeiras nuances na construção coletiva das tarefas mais pesadas, por proximidade, ou no ato de solidariedade mais popular “vamos se ajudar para acabar logo com isso”, então essas formas de cooperar sempre existiram entre os camponeses, como nos reflete Plínio Ayrosa (1934):

[...] o mutirão não é propriamente um socorro, um ato de salvação ou um movimento piedoso; é antes um gesto de amizade, um motivo para folgança, uma forma sedutora de cooperação para executar rapidamente um trabalho agrícola (Ayrosa, 1934, p. 49)

A cooperação no MST, também foi uma forma de compreender que não há outro caminho para ir desenvolvendo suas formas de sustento coletivo se não for se organizando internamente, porque as instituições de fomento à reforma agrária não estão preocupadas com essa reprodução com dignidade não.

Nas diversas investidas em que o Movimento Sem Terra tem tentado pressionar o Estado ou melhor o INCRA, sobre algumas possibilidades de realização de ações junto aos assentamentos, onde essas contemplem algumas necessidades dos camponeses na reforma agrária nos deparamos com um abandono total da entidade e portanto, precisa ser realmente reestruturado para esse fim.

[...] a estrutura administrativa para fazer a reforma agrária está falida. O Incra virou uma tapera velha. Não tem força. Não tem recursos e nem funcionários. [...] O Procerá, que finalmente conseguimos passar para o Banco do Brasil e levar as decisões para os estados, agora não tem recursos. E do limite máximo de Cr\$ 900 mil por família, que ainda é pouco, em alguns estados, houve assentamentos que receberam 60 mil cruzeiros por família, por um ano, o que mal dá para comer, que dirá cultivar a terra e fazer investimentos!¹⁶

No caderno lançado em 1998, estão expostos os objetivos que o sistema deve cumprir, assumindo o papel de orientador básico para o cooperativismo do MST. Esses objetivos estão divididos em três tipos: orgânicos, sócio-políticos e econômicos. Por sua vez, os objetivos orgânicos estão relacionados à organização dos assentados,

¹⁶ Disponível em: <https://www.redetv.uol.com.br/jornalismo/politica/no-rs-lider-do-mst-defende-dilma-e-critica-ministros>. Acesso em: 20 mar. 2023.

à massificação das organizações e à politização das ações. São alguns deles:

- ✓ Consolidar a organização de base do MST;
- ✓ Desenvolver a consciência política e social dos integrantes do movimento;
- ✓ Transformar a ideologia do camponês: substituir o “meu” pelo “nossa” e mudar o aspecto artesanal de trabalhar e enxergar o mundo;
- ✓ Garantir a organização do povo assentado.

Nesse sentido percebe-se que o MST sempre teve uma preocupação com o fortalecimento da organização interna, mais com essa condição de ir para além do meu lote, da minha parcela, mais sim como nos organizar para desenvolver o “nossa” assentamento de forma cooperada.

Quando nos relacionamos aos objetivos sócio-políticos, vemos que os mesmos dizem respeito ao caráter transformador que o movimento pretende dar ao modelo cooperativista, por exemplo:

- ✓ Vincular-se a um projeto estratégico de mudança da sociedade e, portanto, de luta, portanto sendo uma forma de resistência ao capitalismo;
- ✓ Contribuir para a construção do “Homem Novo” e da “Mulher Nova”, ou seja, pessoas responsáveis, politizadas, culturalmente desenvolvidas, solidárias e fraternas umas com as outras;
- ✓ Criar melhores condições de vida para as famílias assentadas: habitação, luz elétrica, saúde, educação, cultura.

Na ocasião, ver-se o quanto o MST em sua forma de cooperar tem esse olhar para os sujeitos sociais envolvidos no seu processo cooperativo, só adianta cooperar se for para olharmos para os nossos assentamentos como lugares de vida em sociedade com dignidade, porque os direitos sociais e políticos devem chegar até os assentamentos, por isso a defesa da educação do campo, da saúde camponesa, da cultura e comunicação camponesa e tantas outras possibilidades de vivenciar a diversidade social que devem ser aportado para o coletivo de famílias dos assentamentos como expressão da cooperação na reforma agrária.

Por fim, traz-se presentes os objetivos econômicos que se referem à necessidade de se gerar renda para os cooperados/as nos assentamentos de reforma agrária, destacando que se faz necessário:

- ✓ Desenvolver a cooperativa agrícola como uma empresa econômica que produza sobras, ou seja, resultados financeiros para as famílias;
- ✓ Gerar progresso econômico e social dos assentamentos, garantindo o aumento da produtividade do trabalho, a utilização melhor da área e dos recursos naturais disponíveis, a diminuição da exploração dos trabalhadores;
- ✓ Criar um modelo tecnológico adequado à realidade dos assentamentos;
- ✓ Propor um tipo de organização da produção agropecuária que sirva de alternativa para o conjunto dos trabalhadores do campo;
- ✓ E fomentar a agroindústria (Beneficiamento).

Pode-se perceber, então, que tais objetivos apontam para a construção de um modelo produtivo que se atenta para além da produção de bens e serviços de qualidade e da aquisição de retornos financeiros satisfatórios. A questão social e as características diferenciadas do modelo de gestão estão latentes nos materiais sobre o cooperativismo do MST. Para tanto, o movimento tem buscado formas coletivas de organizar o trabalho em seus assentamentos onde a luta política e a organização das questões econômicas estejam integradas, mas sempre muito desafiador pensar esses formatos produtivos-organizativos em meio ao mercado capitalista e suas relações de produção tão severas com a agricultura camponesa.

A cooperação produtiva, é elemento chave em nossa estratégia, pois combinados com os demais aspectos anteriormente citados, poderão criar condições materiais e objetivas para a melhoria de vida das famílias, bem como permitir o florescimento de uma consciência social que ajude aos assentados a compreender a complexidade da luta de classes no país e gere condições para que estes se insiram na luta política em curso. (MST, 2006, p. 7)

Apesar do movimento não evidenciar com muita ênfase seus objetivos de mercado no Caderno de Cooperação Agrícola nº 5,

[...] a sobrevivência econômica dos assentados depende do aumento da produtividade do trabalho, do uso racional dos escassos recursos financeiros, naturais e humanos e da ampliação da competitividade dos produtos no mercado (Scopinho, 2007, p. 87).

Desta forma, temos que considerar a existência da desafiadora dimensão do mercado, visto que as cooperativas são organizações produtivas e com fins lucrativos. Assim, não poderia deixar de atender a algumas exigências dessa dimensão mercadológica, que destaca objetivamente:

- ✓ Produzir mercadorias de qualidade a preços competitivos;
- ✓ Conquistar novos mercados e
- ✓ Fortalecer os sistemas produtivos.

Percebe-se, que ao analisarmos as intencionalidades das cooperativas coordenadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assim como todas as organizações de produtores associados e cooperados, estão sujeitas às tensões geradas pelo aspecto dual do cooperativismo social. Pois seus objetivos orgânicos e sócio-políticos estão diretamente ligados à superação do modo de produção capitalista.

Com estas diretrizes as cooperativas buscam amenizar as relações de competição entre os trabalhadores e as suas organizações, priorizando a solidariedade tanto no processo de produção quanto no de distribuição da produção. Neste sentido, os objetivos econômicos e mercadológicos exigem das cooperativas a inserção de seus produtos no mercado capitalista. Na maioria das vezes tornando necessário que as organizações negociem os bens a preços estabelecidos por empresas capitalistas, além de adequarem as características da própria mercadoria às exigências do mercado.

Muitos são os desafios quando se propõe a construir e vivenciar experiências cooperativistas, o pesquisador Chayanov (2017) estudando com afinco as teorias das cooperativas camponesas, vai dizer que existem problemas e riscos que atrapalharam a coordenação das cooperativas, tais como o oportunismo, a infidelidade dos sócios e a necessidade de uma gestão qualificada do empreendimento cooperativista. Para

resolver essas problemáticas, Chayanov 2017 propõe um modelo da gestão colegiada no qual fossem criadas instâncias de participação dos camponeses através de assembleias, conselhos e comissões. E para que essa forma de governança acontecesse, ele aponta a necessidade de qualificação dos dirigentes cooperativistas para gerir as instituições, pois, o bom êxito das cooperativas é medido pelo aumento da renda dos seus membros, e não simplesmente pelos lucros da própria cooperativa. É a renda dos membros que importa, e nada mais (Chayanov, 2017).

Conforme Chiariello e Eid (2010),

Esta particularidade gerada pelo aspecto dual proporciona grandes dificuldades para as cooperativas sociais. Entretanto, apesar de buscarem níveis de eficiência exigidos pelo mercado, as empresas devem se alinhar aos princípios solidários [...] de equidade nas relações internas e resistência ao processo de concentração e centralização de renda, poder e terra, primando pelo caráter popular de sua gestão (Chiariello; Eid, 2010, p. 111).

O MST é um movimento social que surgiu, conforme já exposto, no início da década de 1980 com a finalidade de organizar os trabalhadores rurais para lutar por terra, reforma agrária e mudanças sociais no país. Como prática articuladora e organizativa, o Movimento insere em seus processos organizativos os posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros e pequenos agricultores que, desprovidos de terra, não podiam exercer seus direitos de produzir alimentos. Hoje, ele está organizado em 24 estados, nas cinco regiões do país, reunindo cerca de 450 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e organização dos trabalhadores rurais.

À medida que obtinham a posse dos primeiros assentamentos, o MST encarava um novo desafio, que era o de organizar estas famílias para que estabelecessem uma nova relação de produção. Diante do debate em torno do desenvolvimento da agricultura no capitalismo, foram estabelecidos três princípios que deram origem ao modelo de cooperação agrícola do Movimento:

Não separar, nas lutas pela terra e pela reforma agrária, a dimensão econômica da dimensão política; entender que a luta não termina na conquista da terra, ela continua na organização simultânea da cooperação agrícola das ocupações; priorizar o investimento na formação dos Sem Terra e dos assentados para sua qualificação profissional, tendo em vista as transformações da estrutura produtiva do (MST, 2016).

Pensando na junção estratégica para negociações financeiras, creditícias, mercados e demais construções para o desenvolvimento da cooperação de forma solidária junto a classe trabalhadora do campo e da cidade, a União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias (UNICOPAS) surge como esse esforço político das diversas organizações integradas, buscando avançar para um novo marco legal do cooperativismo no Brasil e na formulação (e qualificação) de políticas públicas que promovam o desenvolvimento rural sustentável e a melhoria de vida das famílias de trabalhadores/as do campo e da cidade.

O organograma representado na figura 6, apresenta uma trajetória de muitas reuniões assembleias e análises para chegar a essa concepção de solidariedade entre as diversas cooperativas ligadas às áreas de reforma agrária e da agricultura familiar no Brasil.

Figura 2 - Organograma da Cooperação Solidária no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor com base em UNICOPAS, 2023.

Acredita-se que as Cooperativas Solidárias representam um movimento de renovação do cooperativismo brasileiro. Os ideais Cooperativistas Solidários são coerentes com as novas visões que se formam a respeito de um funcionamento mais justo dos mercados. Ao participar ativamente do mundo econômico, as cooperativas ajudam a demonstrar que os mercados são frutos de uma construção social e cooperativa, onde o ato cooperativo perpassa o direito de produzir e consumir, pois se

fortalecido serão viabilizados assim como atos políticos que possibilitam a construção de novas lógicas nas relações socioeconômicas.

Com o processo de implementação do Sistema, o movimento estabeleceu uma meta central com três passos. O primeiro é desenvolver uma produção de subsistência para a manufatura de mercadorias, o segundo é passar da fabricação de bens para o acúmulo de capital, em que os retornos possibilitem investir no desenvolvimento produtivo, e o último passo é atingir uma escala agroindustrial de alimentos e demais artigos. No processo de acúmulo de melhorias econômicas, o MST almeja também o avanço da organização em sua atuação política:

Queremos melhorias sociais, mas queremos também atuar politicamente, colocando as cooperativas no cenário de luta de classes, com definição ideológica favorável ao projeto político da classe trabalhadora (CONCRAB, 1999, p. 12).

Assim, pode-se observar claramente um caráter dual em sua atuação. Por um lado, a organização almeja desenvolver seu modelo produtivo economicamente e, por outro, deseja manter seu caráter de movimento organizado que resiste às contradições geradas pelo sistema capitalista.

Chayanov (2017), destaca que uma das formas de promover a socialização do trabalho e o controle do capital comercial no nível dos processos de comercialização seria a cooperação. Para ele, isso culminaria no estabelecimento de um tipo de concentração vertical diferente, em que o cooperativismo permitiria aos camponeses assumirem o controle das etapas de processamento e comercialização de seus produtos agrícolas no lugar de grandes empresas. Logo, no sistema capitalista, tal sistema de cooperativas constituía um dos meios para uma melhor inserção dos camponeses nos mercados agroalimentares.

É nesse ponto que fica evidente a aliança entre terra e capital no Brasil, que difere dos países de capitalismo central. Sendo que no Brasil é comum se fundir na mesma pessoa a figura do latifundiário e do burguês, “privilegiando a propriedade privada da terra, sob seu caráter rentista, em detrimento da produção (Martins, 2001).” Portanto, a resistência e capacidade de reprodução camponesa, expõe fortemente a contradição de classes entre esses e os capitalistas, como também a luta pela terra, que é a expressão política de um reordenamento territorial em constante disputa.

Disputa essa entre os camponeses e agricultores familiares onde esses

segmentos são responsáveis por 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros (Censo Agropecuário, 2017), enquanto o latifundiário/agronegócio tem se destacado como o grande fornecedor da soja na ração do gado europeu, ou que desmata a Amazônia para móveis de luxo nos EUA, dentre outras atrocidades cometidas na extração e na produção em larga escala apenas para acúmulos lucrativos e destruição ambiental em massa.

Em outra perspectiva, Chayanov (2017) destaca os benefícios que uma organização cooperativa precisaria proporcionar aos associados, e fala sobre o modo como ela deveria ser gerida pelos camponeses. O autor enfatiza que

[...] as instituições precisariam ser orientadas de acordo com as necessidades das unidades camponesas, de sorte a resolver o problema da organização da produção agrícola (fornecimento de insumos) e da comercialização desses produtos, ao melhor preço possível. Para o autor, a grande diretriz de uma cooperativa seria “que o camponês receba o preço mais alto possível pela produção resultante de seu trabalho e comprar pelos preços mais baixos possíveis e com boa qualidade os produtos que necessitar” (Chayanov, 2017, p. 155).

A cooperação dos trabalhadores na agricultura tem se consolidado como estratégia de otimizar a resolução de problemas e necessidades agrícolas, econômicas, sociais e essencialmente humanas. O processo de cooperativismo no Brasil, tem raízes dualistas, ora com viés econômico de inserção ao mercado capitalista, ora na perspectiva de resistência dentro de um sistema econômico excludente.

Aportar essa concepção cooperativa, colaboradora, solidária e integrada aos diversos segmentos produtivos no meio rural e urbano brasileiro tem sido desafiador para todas as cooperativas, associações e demais organizações envolvidas. As disputas junto aos governos, estados e demais organizações exigem esforços dos cooperados da reforma agrária, e de todos os demais que compõem a UNICOPAS, afinal a cooperação só conseguirá incidir nas estruturas econômicas de governança se estivermos organizados para disputar créditos, mercados e outros desmembramentos políticos se forma integrada.

2.4.2 Nossas Instâncias Cooperadas no Sistema Cooperativista do MST-CE

O espírito de cooperar no Movimento Sem-Terra inicia desde as reuniões nos

trabalhos de base com os trabalhadores, que sensibilizados e despertos a partir das discussões, decidem em coletivos seguir juntos em carroças e caminhões nas madrugadas para acampar na esperança da conquista da terra. As primeiras tarefas cooperadas ocorrem nas primeiras reuniões à luz das fogueiras dos acampamentos, com a retirada do maior galho de árvores para hastear na entrada da fazenda a bandeira da luta coletiva pelo acesso à terra. A dimensão do hastear para demarcar que ali tem trabalhadores reunidos em defesa da reforma agrária, é um dos primeiros anúncios de que a “terra coletiva é uma conquista coletiva”.

Ao introduzir a ideia da coletividade e o princípio da divisão de tarefas como condição camponesa nos processos de resistência e organização territorial, expande-se essa compreensão junto aos processos produtivos de base camponesa. Este em sua maioria são constituídas de experiências organizativas que buscam integrar o ato de cercar, de plantar e criar, o capinar, o irrigar, o colher, o ordenhar, dentre outras tarefas, que se somam ao ato partilhar e de comercializar como forma de garantir sua (re) produção de forma coletivizada e construída embasada na cooperação camponesa como condição de sustento e existência.

Adentrar ao cooperativismo como condição camponesa é permear desafios profundos quanto aos processos de produção e comercialização, permeados pela lógica mercantil capitalista. Os camponeses/as são inseridos de forma precária, individualizada, e categorizados como meros produtores de mercadorias que utilizam baixas tecnologias em seus processos de beneficiamento. Estes muitas vezes são condicionados a vender sua força de trabalho e sua produção, permanecendo subordinados a uma racionalidade mercantil que enquadra o camponês, em suas demandas mercadológicas, em detrimento do fortalecimento da cooperação e da valorização do trabalho e da produção camponesa.

No dia a dia camponês percebemos que os assentados da reforma agrária, ficam tão centrados em garantir a terra lhes dê o sustento, concentrando a maior parte do tempo plantar-produzir-plantar para consumir e destinar o restante ao mercado. Essa rotina tende a mascarar o tempo do planejar, avaliar e cooperar para crescer e melhorar, pois nessas condições muitas famílias camponesas acreditam que estão “bem” vivendo em uma falsa liberdade já que o mercado os domina de forma silenciosa e organizada.

Compreender a luta sem terra para além do direito de produzir faz parte de construções históricas da organicidade do MST, para que eles não desapareçam ou

desistam de suas pequenas produções. O capital tem procurado incorporá-los aos complexos agroindustriais, seja integrando ou ramificando em pequenos produtores capitalistas, visando atender aos ditames da mercantilização capitalista. Estes fatores geram a necessidade de organizar os camponeses para cooperar e resistir, pois, caso contrário, a lógica será engolir os pequenos em nome da lucratividade.

A resistência pela cooperação no MST está no jeito de organizar e direcionar a ideologização do processo produtivo nos assentamentos e acampamentos. A organização das tarefas no processo produtivo para que os trabalhadores possam produzir coletivamente e consigam produzir mais, trabalhar menos, e aprender mais. E assim possibilitar melhorias para o conjunto, as condições materiais de sobrevivência, seja na facilitação para a compra, o uso de máquinas, transportes, vendas e suas produções, disputam melhores preços na concorrência capitalista. É necessário conscientizar para superar a necessidade de vender a mão-de-obra aos grandes latifundiários, pois essa é uma forma organizativa que historicamente mantêm a condição camponesa atrelada a indústria e o comércio capitalista.

A partir desta perspectiva, imersos pela construção a nível nacional acerca do cooperativismo como forma de resistência para os assentados/as da reforma agrária, o MST do Ceará adentra ao sistema cooperativista para organizar os atos cooperativos nas áreas de reforma agrária porque são processos que fortalecem a coletividade, influenciando no aumento e na organização da produção e do processo produtivo, e assim gerando trabalho, renda e qualidade de vida dos cooperados assentados/as.

Para a compreensão das atividades exercidas recentemente pelas cooperativas em território brasileiro, é necessário perpassar pelas principais características das cooperativas soviéticas e cubanas, cuja influência sobre o movimento cooperativista brasileiro na segunda metade do século XX é notável, especialmente no que concerne às cooperativas de produção agropecuária (CPAs) fundadas pelo MST, as quais exerceram uma intensa oposição em relação ao cooperativismo do período ditatorial (Vilas Boas, 2021, p.6)

Nessa trajetória da construção das reflexões sobre o cooperativismo no campesinato, trago presente um debate que me causou muitos questionamentos sobre as visões da “cooperação camponesa nordestina”, se é que posso dizer assim para regionalizar as falas, depoimentos e análises.

Mas trata-se de um olhar para além da formação do campesinato nordestino e

os camponeses dos assentamentos da região Sul, mais porque quando das entrevistas com os dirigentes das várias regiões de atuação do MST, sempre antes de iniciar os mesmos diziam “antes de iniciar quero dizer que vocês aqui no Nordeste têm uma forma de cooperar diferente”. Nem sei se é isso, mas quero em breve momentos problematizar nesta pesquisa.

Ao meu ver a cooperação do Nordeste ela tem como principal questão é a resistência né, em todo momento conforme a situação de cada território você vê ela se expressando de forma diferente. E é a cooperação que funda a unidade coletiva de referência em cada território. “Você não sobrevive em nenhum desses territórios sem isso”. É a cooperação para acessar o território, seja aquele assentamento de família típica do campesinato, seja aquelas áreas onde os trabalhadores se juntam para ocupar ou ocuparam antigamente se você for mais longe na história do Nordeste por exemplo, populações que migraram do Nordeste seja pelo fenômeno da seca seja por outro, mas eles foram para regiões por exemplo da Amazônia de forma coletiva né. Você vai encontrar vários núcleos de campesinato típico que foram para regiões de fronteiras de forma conjunta. Isso é a primeira experiência de cooperação por exemplo família nenhum de retirante da seca se estabeleceu em regiões da Amazônia sem formar comunidades então eu diria que essa seria uma experiência de cooperação que não seria relatado em outra parte do Brasil porque ela está relacionada a necessidade de sobrevivência. (Trecho de Entrevista com Elias do Setor de Produção Nacional do Estado do Maranhão, 2024).

Ainda nessa perspectiva da construção cooperada no Nordeste, acrescenta-se que:

Assim eu tenho um conceito ampliado, porque a cooperação, que ela surge depois para você se territorializar, por exemplo para você dar conta de fazer o processo produtivo, você não faz uma roça sozinho é aquele camponês tradicional que usa o corte e queima, ele não consegue usar por exemplo fogo sozinho porque aquele fogo pode ser um instrumento de destruição por mais que acerte, ele não consegue cobrir uma casa com palmeira de babaçu com palmeira de Carnaúba, sozinho então eu acho que tem aquele princípio básico de que “a necessidade comanda a vontade”, que faz você partir da esfera individual para esfera coletiva eu acho que isso é muito forte nessa região tradicional nossa né, então meu conceito de cooperação é esse né... (Trecho de Entrevista com Elias do Setor de Produção Nacional do Estado do Maranhão, 2024).

Outras análises destas concepções do cooperativismo no campesinato nordestino, reflete que:

Por isso eu acho que o conceito de cooperativismo do Nordeste vai ser próprio deste Bioma, não tem como copiar do Sul porque a construção da

resistência dos camponeses, dos indígenas e do movimento negro aqui ele foi diferente, isso é que eu acho que quando você tiver condição “investimentos maior na agricultura que permite ter uma quantidade de matéria prima e tecnologia para transformar, eu desconfio que ela vai ser muito mais cooperativada, e também associativada que a do centro sul, que é mais econômica, mas agroindústria do que cooperação. (Trecho de Entrevista com João Paulo Rodrigues da Direção Nacional do MST do Estado de São Paulo, 2024)

No caso do Ceará, as primeiras discussões sobre a criação de cooperativas de produção foram nos assentamentos Lagoa do Mineiro no município de Itarema, Assentamento Novo Horizonte em Tururu e Assentamento Santana em Monsenhor Tabosa, CE. Considerando as necessidades de comercialização e outras questões que envolvem a produção, a comercialização, as licitações e outras possibilidades que exigem a condição dos assentados e assentadas de forma cooperada.

Com o advento das agroindústrias e as possibilidades de ampliar suas participações junto às chamadas públicas para fornecimento de alimentos para diversos segmentos sociais, o MST do Ceará decide coletivamente fortalecer as cooperativas de produção já existentes e criar cooperativas regionais, com foco nas agroindústrias camponesas e seus sistemas produtivos regionais construindo um sistema cooperativo específico das áreas de reforma agrária vinculados ao MST e construindo em sua forma organizativa uma intercooperação nos eventos, feiras e chamadas públicas onde essa estratégia solidária, fortalecedora dos processos e cooperativa que garante a participação de todas as cooperativas.

Figura 3 - Sistema Cooperativista MST-CE



Fonte: Elaborado pelo autor em parceria com o Setor de Produção do MST-CE, 2023.

Nessa analogia, destacamos as construções desenvolvidas junto aos camponeses do MST-CE com foco nas cooperativas regionais e de produção, iniciando processos de intercooperação e suas interfaces a partir dos sistemas produtivos desenvolvidos em cada região. Neste processo, busca-se também, a gestão cooperativa, onde partilhamos de uma breve representação dessas relações junto ao sistema cooperativista do MST- CE, conforme figura 06.

Nas condições camponesas em áreas de reforma agrária vinculadas organicamente ao MST, temos construído uma sintonia relacional quanto a intercooperação e alguns sistemas produtivos camponeses. Buscamos a partir da organização interna de cada assentamento e cooperativa, construir canais de formação, nivelamento, intercâmbio e cooperação junto a outras entidades possibilitando ampliar o conhecimento das experiências consolidadas ou em processo de consolidação para além dos territórios em que se situam.

O Sistema cooperativista do MST-CE, tem se organizado a partir da Cooperativa Central das Áreas de Reforma Agrária do Estado do Ceará- CCA-CE, se relaciona diretamente com a Cooperativa de Trabalho das Áreas de Reforma Agrária do Estado do Ceará - COOPTRACE, após esta junção, construímos essa centralidade a partir das Associações dos Assentados/as dos Assentamentos de Reforma Agrária do Estado do Ceará.

As cooperativas têm se organizado, de forma coletiva, por meio de uma gestão compartilhada envolvendo seus cooperados/as, colaboradores, técnicos e gestores. A gestão ocorre por meio das instâncias, previstas na organicidade interna da cooperativa como: assembleia, núcleo de família, diretoria, conselho fiscal. Além dessa organização legal a cooperativa conta as frentes de produção e agroecologia, agroindústria, comercialização e jurídico-contábil. Essa forma organizacional de nossas cooperativas será apresentada nos tópicos posteriores deste capítulo.

As instâncias cooperadas (figura 28), estão interligadas por meio de processos e dinâmicas que ocorrem para garantir uma organicidade funcional. Para garantir a articulação dos segmentos em cada coletivo, se faz necessário um dinamismo que acompanhe o dia – a dia das entidades cooperadas tornando-se rotinas as reuniões de planejamento em que a participação das famílias envolvidas, e assim, construir suas agendas com o campo no cuidado com os animais, as pastagens, os plantios e

com a gestão das cooperativas.

Figura 4 - Instâncias das Cooperativas – MST-CE



Fonte: Setor de Produção do MST-CE, 2022.

A partir do organograma da figura 4, compreendemos que todas as ações pensadas e discutidas até chegarem à assembleia geral, são construídas por diversos coletivos que se somam para que as coisas aconteçam. Destaca-se que cada coletivo tem suas tarefas e responsabilidades, e que, socializam suas ações em reuniões. As demandas são debatidas desde as brigadas que reúnem a direção política do MST, as diferentes instâncias na coordenação das cooperativas, frentes de gestão e os gestores das cooperativas.

Em outro momento, organizam-se as reuniões dos núcleos de produção onde atuam os coordenadores dos produtores cooperados, como também dialogam com as frentes, e mais precisamente, à frente de produção e agroecologia e, a de formação e pessoas que transitam pelas diversas instâncias, como uma transversalidade aos momentos de planejamentos e execuções dos processos formativos.

Por fim, tem-se o retrato das construções coletivas, e a partir do conselho deliberativo e fiscal, constroem com a participação de todos, inclusive de representantes de todas as instâncias, a assembleia geral como culminância dos diversos processos em curso. São tomadas as decisões e definidas as diretrizes das

instâncias para garantir a continuidade no processo de cooperação e construção da organicidade camponesa

O SCA- CE tem buscado integrar suas ações garantindo a participação de todos os sujeitos envolvidos dentro dos processos cooperativos, na perspectiva de fortalecer as potencialidades e superar os desafios. Caminha na certeza que a organização sempre vai construir “saídas coletivas”, junto aos camponeses/as cooperados, compreendendo que é possível construir formas de trabalhar com o campesinato nos territórios e favorecer a vida através da organização para viver na terra e nos assentamentos de reforma agrária de forma cooperada.

3 O MODELO DE GESTÃO DO MST-CE E SEUS PROCESSOS ORGANIZATIVOS

3.1 As cooperativas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Ceará

Dando continuidade à essa projeção cooperada, após as reuniões e assembleias junto ao setor de produção do MST do Ceará, foi surgindo a necessidade real dos assentamentos com relação a comercialização e ou beneficiamento das produções camponesas em seus territórios. Portanto, as cooperativas de produção agroindustrial que se aliam com o sistema cooperativista do MST do Ceará são construções coletivas dos assentamentos e surgem a partir da demanda das associações dos assentados na perspectiva de resistirem dentro dos mercados.

Sobre esta experiência do Ceará, realizou-se entrevistas breves com alguns dirigentes de cooperativas e do setor de produção nacional e de outros estados para construirmos alguns paralelos da coletividade no MST.

Então se a gente entender a cooperação só como a cooperativa a gente nunca vai compreender a cooperação que se vivencia na realidade no Nordeste, e por outro lado a gente falando aqui do Ceará especialmente a condição que vocês tem né de organização desses sistemas produtivos e de construção de uma cooperativa central essa é uma experiência fantástica e ela não perde nada para experiência de outros Estados. (Informação Verbal concedida por meio Entrevista com Ana Terra - Setor de Produção Nacional do MST, 2023)

3.1.1 As primeiras cooperativas do Sistema Cooperativista do MST-CE

A Cooperativa de Produção Agroindustrial do Assentamento Novo Horizonte (COPANH), e as cooperativas de produção agropecuária: Cooperativa Agropecuária do 25 de maio (COOPAMA); Cooperativa de Produção Agropecuária Lagoa do Mineiro (COPAGLAM); e a Cooperativa de Produção Agropecuária Águia do Assentamento Santana Ltda (COPAGUIA). A seguir descreve-se um pouco da história das referidas cooperativas.

3.1.1.1 Cooperativa de Produção Agroindustrial do Assentamento Novo Horizonte (COOPANH)

A Cooperativa de Produção Agroindustrial do Assentamento Novo Horizonte

encontra-se localizada no referido assentamento no município de Tururu-CE, fundada em 16 de Junho de 2008, com atividades agroindustriais no ramo do beneficiamento da castanha e do pedúnculo do caju, polpas de frutas e cajuína, possui em seu quadro 41 cooperados/as, mas no momento estão com as atividades paradas e com proposta de retomada agora em 2025 com algumas chamadas do PAA e do PNAE, nesse entremeio fazem a gestão e algumas atividades coletiva junto a casa de farinha comunitária do referido assentamento.

Posterior condição mais ousada, por entender que na conquistas dos demais assentamentos, mas camponeses trabalhando e plantando e produzindo, nessas condições o setor de produção e cooperação do movimento sem-terra constroem as devidas discussões e fundam as cooperativas de produção agropecuária que tinham como função além organizar a gestão da produção participar dos diversos editais de chamadas para comercialização junto ao mercado institucional e em algumas vezes convencional, este por sua vez sempre mais desafiador.

3.1.1.2- Cooperativa de Produção Agropecuária Águia do Assentamento Santana Ltda (COPAGUIA)

A COPAGUIA surgiu a partir da organização da Associação Geradora de União de Imenso Amor (ÁGUIA) do Assentamento Santana em Monsenhor Tabosa, que iniciou com 110 sócios. A criação da cooperativa veio com a estratégia e a necessidade de organizar a produção e responder aos desafios cotidianos que surgiam com a produção aqui no assentamento.

A criação da associação foi muito importante para as famílias no processo de organização do assentamento. As famílias aos poucos começaram a se organizar, trabalhar coletivamente, discutir os problemas (dentre eles a organização da produção, falta de escola para os filhos) e todas as formas de viver e conviver no assentamento (Duarte, 2007, p. 48).

No dia 16 de dezembro de 1990, foi fundada a COOPAGUIA com 77 sócios cooperados, vale lembrar que a cooperativa traz esse nome em alusão ao nome da associação, denominada Cooperativa de Produção Agropecuária Águia do Assentamento Santana Ltda (COPAGUIA).

No decorrer da pesquisa foi realizado um intercâmbio no Assentamento Santana, e foi realizada momentos de reunião com o coletivo da diretoria, e alguns

professores para conhecer seus processos de gestão da produção, das máquinas, animais e demais estruturas, assim como também as relações que a cooperativa estabelece junto às instituições atuantes no referido assentamento.

Figura 5 - Visita a COPÁGUA.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

3.1.1.3 - Cooperativa de Produção Agropecuária Lagoa do Mineiro (COPAGLAM)

A Cooperativa de Produção Agropecuária Lagoa do Mineiro -9COPAGLAM do assentamento Lagoa do Mineiro no município de Itarema-CE foi fundada em 14/04/1991. Na ocasião discutiu-se como objetivo para a entidade, a responsabilidade por concentrar, comercializar e distribuir os produtos dos cooperados, além de ser espaço de contribuição na formação de novos sujeitos sociais. A cooperativa tem o reconhecimento dos sócios em relação a sua importância social e produtiva, conforme fala do Assentado e presidente da cooperativa.

Essa organização é fruto de muita luta e organização dos moradores do assentamento na busca de produzir o necessário a sua sobrevivência e constituir o espaço de reforma agrária como um espaço de resistência, estabelecendo uma nova forma de produzir, respeitando o meio ambiente e o tempo da natureza, a partir de produtos orgânicos, livres de agrotóxicos e, consequentemente, não provocando agravos à saúde humana (Informação

verbal concedida pelo Presidente da COOPAGLAM - Camponês R.A, 2023).

A COOPAGLAM é formada por um colegiado dirigente composto por 15 pessoas, com uma gestão de 3 anos, conforme o referido estatuto, sendo estes escolhidos pelo conjunto de membros cooperados em assembleia. A cooperativa é formada por representações de cada uma das 07 comunidades que compõem o assentamento, assim como das 06 associações e a cooperativa do assentamento Lagoa do Mineiro. A cooperativa é bastante representativa, e seu núcleo gestor é responsável por impulsionar as atividades desta unidade socioeconômica visando o bem estar coletivo e individual dos seus membros e de suas famílias.

3.1.1.4 Cooperativa Agropecuária do 25 de maio (COOPAMA)

A Cooperativa Agropecuária do 25 de maio (COOPAMA) surgiu para organizar a produção do Assentamento 25 de Maio, forjado a partir da luta e organização de 420 famílias de trabalhadores rurais que no dia 25 de maio de 1989, ocuparam a antiga fazenda Reunidas São Joaquim. O Assentamento está localizado na região Sertão do Ceará, a 212 km da capital Fortaleza e constitui-se de uma área de 22.992 hectares, dividida em 11 comunidades, com sede no município de Madalena e faz intersecção com os municípios de Quixeramobim e Boa Viagem.

A Cooperativa foi fruto do diálogo entre suas comunidades, sendo fundada no dia 31 de março de 1990. Atualmente conta com 81 sócios em seu quadro social, distribuídos em quatro de suas comunidades: Paus Brancos, Nova Vida I, Ipueirinha e Quiet. A COOPAMA como também as demais cooperativas, realizam junto ao setor de produção do MST diversos processos de formação interna, seja por meio de reuniões, assembleias, entre outros. A figura 10 retrata um convite/ convocação dos sócios para assembleia realizada em agosto de 2022, na qual o pesquisador esteve presente.

A referida assembleia ocorreu na Escola do Campo, que é uma estrutura ligada à dimensão da cooperação nos assentamentos de reforma agrária. Na ocasião foram discutidos os desafios da cooperação, as agroindústrias camponesas como uma conquista de todas as famílias do MST e a possibilidade de garantirmos a intercooperação como uma forma de organizar e inserir a produção dos assentamentos que ainda não tem agroindústrias de médio e grande porte para

beneficiamento.

Figura 6 - Convocação de Assembleia da COPAMA



Fonte: Acervo do Setor de Produção do MST-CE, 2022.

O momento da formação, iniciado com uma mística, que recapitulava algumas falas que traziam elementos da história da comunidade, na perspectiva de alimentar a pertença dos assentados quanto à necessidade da cooperação na reforma agrária. Em uma fala do dirigente do Setor de Produção do MST, o Senhor Antônio José, faz um apelo aos cooperados ressaltando a importância de unificar-se e avançarmos na cooperação: "a importância de estarmos organizados em cooperativas para ultrapassar os limites que as associações oferecem". Ainda acrescenta que se quisermos garantir a comercialização de nossas produções temos que "ter uma estrutura forte para organizar a produção local dentro de nossas comunidades", fechando o estudo sobre cooperação afirmou que "nenhuma instituição se sustenta sem unidade e participação".

A figura 7 retrata, uma reunião realizada com as lideranças (coordenadores do assentamento) e demais colaboradores para amadurecimento das propostas e projetos na ocasião, em reunião com atual governador Elmano de Freitas, que na época, exercia seu mandato de deputado estadual. A COOPAMA discutia a necessidade de construir parcerias com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário e

demais entidades para a construção de uma fábrica de ração e solicitava do referido parlamentar apoio e construção coletiva da proposta junto aos camponeses cooperados.

Figura 7 - Reunião na COPAMA para negociação coletiva



Fonte: Acervo do Setor de Produção do MST-CE, 2022.

Essas construções orgânicas e internas dos momentos de formação dos cooperados e cooperadas dos assentamentos de reforma agrária do MST, tem nos mostrado que não teremos uma construção coletiva perfeita e harmônica em nossos coletivos produtivos e sociais, mas toda e qualquer forma de avanço na cooperação agrícola passa pela participação e contribuição consciente de seus cooperados e cooperadas.

3.1.2 As Cooperativas Regionais do MST-CE

Dando continuidade a caracterização do Sistema Cooperativista do MST-CE, trata-se aqui das cooperativas regionais, que surgiram a partir das diversas lutas do MST em defesa das agroindústrias camponesas como uma forma de garantir o beneficiamento e organização da produção camponesa e pelos limites enfrentados assentados enquanto associações. Eram necessárias as cooperativas para superar

as dificuldades nas chamadas públicas e demais formas de inserção junto aos mercados, certificação e outros trâmites para garantir a comercialização dos produtos fundam-se as cooperativas regionais, onde as mesmas foram formadas a partir de uma divisão regional e por vocação dos sistemas produtivos mais potenciais nos diversos assentamentos.

Vale ressaltar que essa configuração do sistema cooperativista camponês do MST do Ceará traz consigo uma regionalização que vem sendo caracterizada pelos assentados e assentadas em seus diversos territórios das regiões cearenses, daí as nomenclaturas de cooperativas regionais e agroindústrias camponesas, porque construímos um elo com o que se produz e onde se beneficia, em qual agroindústria de qual região.

3.1.2.1 Cooperativa de Produção Agropecuária Luiz Carlos Ltda (COOPALC)

O nome da cooperativa faz parte de uma prática do MST de homenagear o legado de lutadores e lutadoras do povo, para nomear empreendimentos, instituições, escolas, cursos e outros lugares e formas. Trata-se de um ato de reconhecimento a sua militância e suas lutas em defesa da reforma agrária e outras lutas anticapitalistas. Nesse sentido, o assentado Luiz Carlos foi dirigente do setor de produção na região e sempre foi atuante nas ações coletivas e organizativas do MST e que foi vitimado em seu assentamento por uma descarga elétrica, deixando todas as famílias do assentamento em luto, daí a cooperativa homenageia sua luta como o nome da cooperativa.

Sempre que possível, as famílias e a militância realizam junto a cooperativa, místicas e memórias que resgatam sua história do militante, para inspirar também as novas gerações no âmbito da coletividade, da solidariedade e da sua participação e contribuição para a construção da cooperação junto às famílias dos assentamentos.

Tendo em vista que no olhar da cooperação e da intercooperação o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente (SPCMA) do MST vai reunindo os diversos assentamentos que produzem castanha de caju em diferentes regiões do Estado, e centralizados na região Metropolitana, mais especificamente no município de Chorozinho. Nesta região, há um maior potencial produtivo da atividade, o que não impede os cooperados de outros assentamentos, mesmo estando em outra região,

fornecerem sua produção para a cooperativa regional vinculada ao seu sistema produtivo.

A assentada Mônica do PA Bernardo Marin II, em diálogo com o pesquisador, afirma que

“Aqui é a região do caju e, portanto, temos a agroindústria do caju, e daí criamos a cooperativa da região do caju. Ela fica lá no Assentamento Zé Lourenço no município de Chorozinho no Ceará. É a COOPALC, a Cooperativa de Produção Agropecuária Luis Carlos. Agente se organiza e a castanha aqui de Russas é levada para lá para beneficiar. O preço é bem melhor (Informação verbal concedida pela Assentada Mônica do PA Bernardo Marin II, 2023)”.

A COOPALC absorve o potencial produtivo da castanha e do caju, além de outras frutíferas para a produção de polpas, o que possibilita a ampliação das formas de participar do processo cooperado, a partir da diversificação dos sistemas produtivos familiares das áreas de reforma agrária dos assentamentos das regiões Metropolitana e Baixo Jaguaribe. A figura retrata a identidade visual da COOPALC, significando a produção de caju e castanha que são os produtos de destaque na entidade.

Figura 8 - Identidade visual da COOPALC



Fonte: Acervo Setor de Produção do MST-CE, 2024.

É nesse contexto que surge a Associação Zé Lourenço, fundada em 2011, que evoluiu para se tornar a COOPALC (Cooperativa Agroindustrial Luiz Carlos), como uma iniciativa transformadora, unindo agricultores familiares em torno de um modelo de produção agroecológica, sem venenos, e que valoriza a qualidade de vida, a geração de renda e a preservação ambiental. Criada em 2011, a cooperativa é um exemplo de como a organização coletiva pode superar desafios históricos e abrir caminho para a comercialização direta e justa (<https://mst.org.br/2025/02/17/transformando-o-ceara-com-agroecologia-e-justica-socioambiental-conheca-a-coopalc/>).

Os cooperados/as da COOPALC estão distribuídos entre os municípios de Russas-CE, no P.A Bernardo Marin II, P.A Croatá-Jandaíra e P.A Chico Mendes II; Jagaruana-CE com os assentados/as do P.A Rosa Luxemburgo; Ocara-CE com famílias do P.A Antônio Conselheiro; e Chorozinho-CE com as famílias do P.A Zé Lourenço. nessas condições a cooperativa tem articulado as possíveis forma de participação desde de se filiar vir para as reuniões e quando não são sócios mais são assentados que produzem vamos tentando aproximar da cooperativa a partir das formações, trabalhos coletivos e possibilidade de compra da matéria prima mesmo ainda não sendo cooperado.

Nesse sentido, construir consciência da necessidade da cooperação camponesa como forma de resistência e organização da vida e da produção são processos diferenciados para cada família e cada assentamento. Portanto na atualidade estamos com a seguinte situação quanto às condições de famílias cooperadas e suas produções, ver Tabela 3.

Tabela 01– Distribuição Sócio Espacial e produtiva da COOPALC.

ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	FAMILIAS COOPERADAS	ÁREA CAJUCULTURA (hectares)	PRODUÇÃO TOTAL	
				CASTANHA KG	CAJU KG
ANTÔNIO CONSELHEIRO	OCARA-CE	19	96	96.000	86.4000
BERNARDO MARIN II	RUSSAS-CE	08	28	32.000	25.2000
ZÉ LOURENÇO	CHOROZINHO-CE	35	356	53.400	80.1000
CROATÁ JANDAÍRA	RUSSAS-CE	05	40	35.000	12.000
ROSA LUXEMBURGO	JAGUARUANA-CE	17	35	18.000	11.000

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do trabalho de campo junto a Diretoria da COOPALC, 2024.

A COOPALC está inserida em uma experiência de intercooperação (Figura 9), a partir das demais cooperativas regionais, principalmente considerando a

organicidade do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST-CE, vinculada à Cooperativa Central das Áreas de Reforma Agrária (CCA-CE).

Figura 9 - Ação de intercooperação entre a COOPALC e COOPERANORTE de matéria prima negociada.



Fonte: Acervo da COOPALC, 2023.

A figura 9 apresenta uma ação de intercooperação entre a COOPALC e COOPERANORTE para ilustrativas acima, trata-se de um informe disponibilizado nas redes sociais da cooperativa e do setor de produção do MST, para conscientização dos camponeses assentados sobre a possibilidade de organizar a intercooperação entre as cooperativas dos assentamentos. A intercooperação é um princípio necessário para que se fortaleça as possibilidades de crescerem juntas, organizadas e fortes.

Buscando compreender o termo intercooperação como um princípio estruturante do cooperativismo, trazemos presente suas intencionalidades e refletimos a partir de Meinen (2018), em seu trabalho: “Intercooperação não basta pregar!” e direciona reflexões acerca do referido princípio.

A doutrina condutora do movimento cooperativo ao redor do mundo, como é de amplo domínio, assenta-se em sete princípios, universalmente consagrados e largamente difundidos. Entre eles, o 6º da lista, está o da Intercooperação, inicialmente ungido como tal em 1966 (Congresso de Viena da Aliança Cooperativa Internacional – ACI), então assim versado: “Ativa cooperação entre as cooperativas em âmbito local, nacional e internacional”. Já o texto vigente foi definido em 1995, durante o Congresso da ACI em Manchester, com o seguinte teor: “As cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais

e internacionais". (Disponível em: <https://easycoop.com.br/Artigos/681/Informativos/> acesso em 04/03/2025.)

Faz-se necessário compreender como intercalar esses processos na prática, para compreendermos de forma mais simples como nos conta o gestor financeiro da COPRANORTE após a negociação:

Nós da região do litoral temos castanha e a castanha de caju por ser uma fruta de cultura bem adaptada à nossa região de abrangência, temos capacidade para fornecer mesmo no período de entressafra. Cumprindo todos os trâmites legais, ocorreu o processo de filiação com a integralização da cota parte da COOPRANORTE junto a COOPALC. Foi assim, aí com este processo de intercooperação através de ato cooperado, movimentamos nesse processo de comercialização uma quantia de aproximadamente 250 mil reais (Depoimento colhido junto ao gestor financeiro da COOPRANORTE em março de 2022).

Na ocasião trata-se da COOPRANORTE que por sua vez tem uma vocação maior para a produção de mandioca, mas por estar no litoral cearense, dispõe de solos propícios ao cultivo de cajueiros. Desta forma, foram organizadas reuniões que possibilitaram a intercooperação com a COOPALC na perspectiva de fornecimento de matéria prima de prioridade para ser beneficiada junto a agroindústria da referida cooperativa.

Essa projeção tem buscado integrar diversas ações e atividades de caráter formal e também informal. Considerando nesta parceria as assessorias e fortalecimento institucional, a assistência técnica, envolvendo diferentes entidades, como a Fundação Mundukide, o Instituto Agropolos, o Banco Mundial, o Projeto São José III, o Governo do Estado do Ceará através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (DAS) e a Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará (ACACE), em uma proposta de fortalecer a organização da produção e a cooperação entre os assentados/as da Reforma Agrária do estado.

3.1.2.2 Cooperativa Regional dos Assentados da Região Litoral (COOPRANORTE – LTDA)

A COOPRANORTE tem sua sede em Amontada/CE. É uma cooperativa que tem como objetivo social congregar bens e serviços oferecidos por seus/suas

associados/as, pessoas físicas e jurídicas, em vista do exercício de atividades econômicas de proveito comum, especialmente em áreas de assentamento de reforma agrária, proporcionando à melhoria das condições de vida de seus/suas associados/as, por meio da produção agropecuária principalmente voltada a produção agroecológica, por meio da prestação de serviços, da agroindustrialização de produtos e da comercialização.

Figura 10 - Identidade visual da COOPRANORTE



Fonte: Adaptado pelo autor do acervo do Setor de Produção do MST-CE.

Figura 11 - Camponesas na Produção de Farinha e fécula



Fonte: Acervo do Setor de Produção do MST-CE, 2023.

A Cooperativa atua na organização, produção, comercialização nos mercados institucionais e convencionais, trabalhando na perspectiva de agroindustrialização no sistema produtivo da mandioca dos assentamentos de reforma agrária de Amontada, Itarema, Itapipoca, Acaraú, Miraíma e Santana do Acaraú, contribuindo na articulação dos processos da produção e comercialização. A figura 15 mostra as mulheres cooperadas da COOPRANORTE no processo de beneficiamento artesanal da fécula (goma).

3.1.2.3 Cooperativa Regional dos Trabalhadores Apícolas Assentados e Assentadas da Reforma Agrária (COOPERAMEL)

A Cooperativa Regional dos Trabalhadores Apícolas Assentados e Assentadas da Reforma Agrária (COOPERAMEL) foi criada em 2019, fruto da organização de trabalhadores rurais da região sertão central do Ceará vinculados ao MST. A COOPERAMEL foi criada com o objetivo de obter resultados positivos como a geração de emprego e renda, a inserção de homens, mulheres e jovens nos processos políticos, organizativos e na gestão do empreendimento, além de produzir alimentos de qualidade e garantir a inserção dos apicultores no mercado.

No processo de mobilização para o fortalecimento do sistema produtivo da apicultura pelo MST-CE, com foco no acesso ao Projeto São José II, houve a realização das capacitações para identificar, territórios da reforma agrária com potenciais apícolas, com foco na construção das casas de mel, aquisição de colmeias para ampliação dos apiários, dentre outras questões.

Assim, os apicultores encontraram diferentes motivações para se organizarem, pois havia a possibilidade de realizar a organização da produção, integrar os assentamentos da região, acessar mercados, políticas públicas e créditos, além de melhorar a organicidade interna dos assentamentos como também as iniciativas coletivas com relação os manejos dos apiários e capacitações.

A COOPERAMEL atualmente é composta por 111 cooperados (as), e tem construído a partir da gestão do seu entreposto de mel, uma relação com as diversas comunidades e assentamentos da região, e, mais precisamente, com os

assentamentos ligados diretamente à cooperativa. Esta envolve em média 200 famílias de apicultores que produzem mel dos municípios de Mombaça, Pedra Branca, Monsenhor Tabosa e Tamboril.

Em sua fundação e suas diversas assembleias formativas os assentados foram construindo seus objetivos, alguns valores e princípios que regem as cooperativas, dentre eles afirma-se que os cooperados/as são politicamente vinculados às lutas sociais. Além disso, propõe-se a fortalecer a dinamização econômica das famílias envolvidas com resultado positivo na geração de trabalho e renda, e na divulgação da Reforma Agrária como uma política fundamental para o desenvolvimento sustentável.

Ressalta-se que os cooperados e as famílias beneficiadas, em sua maioria, são organizados e acompanhados pelo MST. Este movimento vem, por meio de suas lutas e processos organizativos, construindo pautas e implantando projetos estruturantes como a Escola do Campo de Ensino Médio, uma Rádio Comunitária e as agroindústrias que se somam com as Casas de Mel e o Entreposto de Mel, dentre outros projetos e ações políticas que possuem caráter de articulação, integração e cooperação a nível de região.

As famílias beneficiadas são predispostas a variações produtivas são frutos de fatores que são condicionados a cada safra, colheita e manejo dos apiários. Acrescenta-se a estes aspectos, os elementos da gestão e das questões técnicas e os fatores climáticos e naturais, como as floradas, quadra inverno, a disponibilidade de alimentação e água para as abelhas nos períodos de estiagem e sem dúvida a articulação dos gestores da produção e comercialização da cooperativa dentre outras variantes.

Figura 12 - Cooperado da COOPERAMEL manejando suas colmeias.



Fonte: Setor de Produção do MST-CE, 2023

Embora, houvesse uma variação na produção principalmente do mel, porém a cooperativa traçou como centralidade para a visão futura na perspectiva de fortalecer o sistema produtivo,

“Aumentar o número de cooperados produtores e melhorar sua renda familiar, buscando acesso a projetos para ir realizando investimentos no sistema produtivo da apicultura, com foco na produção orgânica, como também na melhoria do beneficiamento e da comercialização do mel (ACACE, 2021)”.

Nas assembleias fluíam diferentes discussões inerentes ao processo produtivo, e as formas de organização, mais discutindo com uma linguagem mais acessível de “cooperado a cooperado”, com suas formas de simplicidade e consciência coletiva, mistificam-se e encontravam a cooperação como caminho.

Pessoal a luta não é fácil e o desafio é grande, mas nós temos que se organizar igual essas abelhas das nossas colmeias, porque elas só conseguem fazer esse mel, esse própolis e essas coisas aqui tudim, porque elas são unidas viu ... portanto sei que é difícil, mas não vamos pensar só no dinheiro agora não que a gente consegue (Informação verbal - Camponês do P.A Monte Socorro em Pedra Branca-CE, cooperado, assentado e produtor).

Essa construção coletiva, vai sendo ajustada com algumas especificidades em cada sistema produtivo, região e capacidade de gestão, mas sempre com processos formativos, participação e orientação a partir dos princípios e valores do MST. A figura 13 retrata o timbre da COOPERAMEL, a qual traz implícita a importância da atividade apícola para os sócios.

Figura 13 - Identidade visual da COOPERAMEL



Fonte: COOPERAMEL, 2023.

Ainda na perspectiva da geração de renda e ampliação das frentes de atuação da cooperativa, ela atua no desenvolvimento social, na gestão e organização dos sistemas agrícolas e pecuários como ênfase nos plantios de sequeiros para composição da alimentação familiar, e principalmente o fortalecimento da apicultura como sistema produtivo prioritário. O fortalecimento dessa atividade visa dar suporte ao entreposto Terra conquistada como estratégia para agregar valores à produção apícola e melhorar as condições de vida das famílias.

Figura 14 - Assembleia geral da COOPERAMEL para Avaliação e Construção do Plano de Negócio



Fonte: Acervo da COOPERAMEL, 2022.

A figura 14 retrata a assembleia da COOPERAMEL em 2021 durante a construção do Plano de Negócios da cooperativa. Na construção do referido documento, alguns objetivos sociais foram criados, dentre eles:

1. Visar o bem-estar social; 2. Incentivar a realização de cursos voltados para o assentamento; 3. Implantar e ampliar meios de comunicação; 4. combate à fome, a pobreza; 5. Desenvolver o espírito associativista; 6. Estimular as lideranças do assentamento; 7. Colaborar com a elaboração de programas; 8. Participar da análise e interpretação dos dados básicos para identificação das necessidades; 9. Proporcionar a melhoria do convívio entre os assentados (as) através da integração de seus moradores (ACACE, 2021).

No anseio de cumprirem com esses objetivos, a partir da realização desta pesquisa, percebe-se que a COOPERAMEL se insere e se empenha na participação das diversas estratégias de cooperação do MST-CE, considerando as especificidades de cada cooperativa, dos seus gestores e demais sistemas produtivos. Tudo isso, por acreditarem que para desenvolver-se como assentamento sustentável é necessário almejar uma construção coletiva, para os camponeses do sistema produtivo e fortalecer processos de participação de forma cooperada.

3.1.2.4 Cooperativa Regional dos Assentados/as de Reforma Agrária da Região dos Inhamuns (COOPERAMUS)

A Cooperativa Regional dos Assentados/as de Reforma Agrária do Sertão dos Inhamuns (COOPERAMUNS), representa camponeses/as dos Territórios dos Sertões dos Inhamuns e Sertões de Crateús, e tem sede no assentamento Palestina no município de Independência-CE. A mesma abrange 9 municípios, articulado a 38 associações e conta com a participação de 574 famílias distribuídas nos assentamentos de reforma agrária destes territórios.

Os assentados e assentadas se reuniram para fundar a referida cooperativa em 07 de julho de 2015, no município de Tamboril-CE. A partir de estudo coletivo organizado pelo Setor de Produção do MST, refletiu-se sobre a importância da criação da entidade, inclusive da relevância da participação das mulheres e jovens que atuam nos processos produtivos e organizativos dos assentamentos. Os depoimentos que seguem são de assentados, hoje cooperados que estiveram atuantes no processo de estudo para fundação da COOPERAMUNS. Eles trazem elementos importantes sobre a participação das mulheres.

Nós dizemos e aprendemos com o MST que sem a mulher a luta vai pela metade, desde que entramos na terra já trazíamos esse aprendizado das reuniões dos acampamentos, depois a gente foi vendo no assentamento porque a associação, a escola e todos os projetos se as mulheres não fazer frente não sai, eu vejo assim se é uma cooperativa é a mesma coisa, elas sabem fazer (Camponês Assentado e cooperado Venceslau do P.A Palmares em Crateús-CE, 2023).

Outra coisa que eu digo, é que nossa cooperativa tem que ter as mulheres porque nós temos que ter uma cooperativa para nós garantir o de comer e de vender, mais o de comprar quase sempre quem sabe é a mulher (rsrs) nós temos que entender que elas sabem tudo que falta, e eu estou dizendo não é só por isso é pelas reuniões que elas é quem chama e puxa, na igreja, elas tem um grupo de mulheres que sempre reúne, elas não acabam, então essas reunião das cooperativas nós vamos, mas é elas quem organiza viu, eu digo pelo nosso assentamento aqui elas são muito de participar mesmo viu. (Seu Biró – Camponês Assentado no P.A Santana em Monsenhor Tabosa-CE, 2023).

Pensando nas reflexões dos assentados e assentadas na construção das cooperativas regionais, percebemos o quanto tem sido estratégico do ponto de vista organizativo e também para o acesso a créditos, licitações e o ingresso em programas e chamadas públicas. A participação ativa das mulheres e jovens, e o registro em estatuto, eleva a pontuação da cooperativa em agências de fomento, em chamadas públicas.

Nesse sentido, percebemos não ser tarefa tão simples, mas para o MST, há um processo permanente em curso por meio dos setores de produção, formação e gênero. Eles trazem para as cooperativas regionais reflexões acerca dessas temáticas como fundamentos da concepção de cooperação para as áreas de reforma agrária, compreendendo que também são princípios do MST e do cooperativismo.

O setor de produção do MST, atuou discutindo as diversas formas de atuação, os processos das filiações junto a cooperativa regional, e sua vinculação à Cooperativa Central das Áreas de Reforma Agrária (CCA-CE), dentro do Sistema Cooperativista de Assentados/as do MST-CE. A cooperativa regional atua, fazendo as articulações com produtores assentados cooperados e quando necessário buscando animais e outros produtos de produtores não cooperados.

A estratégia definida inicialmente era assegurar a centralidade na produção e melhoramento dos animais e comercialização para os mercados institucionais. Atualmente, os produtos do SCA-CE, são representados pela marca Terra Conquistada, possibilitando aos produtos dos cooperados da COOPERAMUNS serem disponibilizados no mercado local, estadual e nacional.

Sua atuação tem se expandido nos diferentes mercados, por se tratar de uma cooperativa que possui um abatedouro certificado pelo MAPA, e ter um corpo técnico, inclusive com veterinário que realiza visitas periódicas aos rebanhos dos cooperados, com ênfase na garantia das boas práticas de produção, e técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que tem contribuído na área da forragicultura alternativa, que tem instruído muitos camponeses assentados a plantarem a “palma forrageira”¹⁷ (figura 15), como suporte na alimentação de grande parte dos rebanhos, como também na produção seja no manejo e criação, além de outras ações coletivas que a gestão tem discutido em seus processos formativos e de planejamento e que alguns assentados consideram vantagens para fortalecer suas criações.

Figura 15 - Palmal no P.A Santana em Monsenhor Tabosa-CE e Corte da palma para fornecimento aos animais no P.A Santana em Monsenhor Tabosa-CE



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

¹⁷A palma forrageira, também conhecida como **palma-de-engorda**, é um cacto suculento de origem mexicana. O nome científico mais comum para a palma forrageira é *Opuntia ficus-indica* (L.) Mill. No entanto, outras espécies de *Opuntia* e *Nopalea* também são frequentemente utilizadas como forragem, sendo comum o uso do termo "palma" de forma genérica para estas plantas. A palma forrageira é originária do México, mas possui ampla distribuição geográfica, sendo cultivada na América do Sul, na África, e na Europa (Souza *et al.*, 2008). No Brasil sua introdução ocorreu no final do século XVIII (SIMÕES *et al.*, 2005). A priori, era destinada à criação de uma cochonilha (*Dactylopius coccus*) capaz de produzir corante (Lira *et al.*, 2006). Logo em seguida, a planta passou a ser usada como ornamental. E somente no início do século XX, como planta forrageira. Esse último uso se intensificou na década de 90 quando ocorreram secas prolongadas no Nordeste (Albuquerque, 2000; Simões *et al.*, 2005).

Essa é uma prática realizada por diversos camponeses criadores de ovinos e caprinos, que optaram por realizarem os plantios de palma forrageira, no período da colheita realizam seu corte por raquetes grandes, ao chegar em casa vão cortar menores para fornecer aos animais e outros passam na forrageira junto ao capim para reforçar a ração verde. Os plantios de palma são fruto das formações na área da cooperação técnica e melhoramento da alimentação em períodos de estiagem. Nessa perspectiva, os camponeses partilham das suas formas de acreditar e ir inserindo esses cultivos em suas áreas.

Eu mesmo gostei dessas ideias da nossa cooperativa, porque a gente diminuiu essa coisa de “matar animal na moita né”, tem ainda quem faça assim né, mais é menos. Porque a gente aprende né que nem sempre é legal, as questões de higiene né e porque o pessoal só quer comprar quando sabe dessas condições e também fica melhor para o preço para nós vender né. E outra coisa que eu gostei foi a ideia das pastagens alternativas como a palma que nos ajudou muito nessa parte do comer dos animais, porque eu mesmo não acreditava não viu. Mas eu tenho e meu pai também tem um plantio e tem sido muito bom para o sustento dos nossos bichos (Informação verbal - Sr Naldo - Camponês Assentado Cooperado do P.A Palestina em Independência-CE, 2023).

A fala do assentado, retrata uma desconfiança inicial com o processo de cooperação agrícola e pecuária no ideário camponês. Compreende-se no processo histórico, o cooperativismo no Nordeste, é permeado de desconfianças e medos iniciais que levam os camponeses a questionarem e refletirem o ato de cooperar. E que vem aos poucos sendo superado com os cooperados dentro do SCA. O ato de unir-se em cooperativas é um processo realizado junto à coletividade bem interna deles, uns com os outros, assentado com assentados convencendo o outro e discutindo as vantagens e desvantagens a seu modo para depois refletir e começar a defender.

Figura 16 - Assembleia da Cooperamuns em 2024



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

De acordo com relatos da assembleia geral realizada em 2024 (Figura 16), a perspectiva para os próximos anos é o aumento do número de cooperados e a partir do processo de discussão dos sistemas produtivos da ovinocaprinocultura e fruticultura irrigada e de sequeiro na região, de modo a garantir o funcionamento do abatedouro/frigorífico e da indústria de beneficiamento de polpa.

A COOPERAMUNS realiza a gestão administrativa do Abatedouro e Casa de Polpa Terra Conquistada, com acompanhamento desde a instalação das unidades industriais até o planejamento financeiro, industrial e comercial e possui articulação com mais de 570 famílias agricultoras e produtoras assentadas no Sertão dos Inhamuns e nos sertões de Crateús. A figura 17 retrata a identidade visual da cooperativa.

Figura 17 - Identidade Visual da COOPERAMUS.



Fonte: COOPERAMUNS, 2024

Nos processos de planejamento, nos quais participei como pesquisador/militante, participei da assembleia anual junto aos cooperados e cooperadas (figura 16) em 2025, foi possível observar como são complexos os desafios de entidades pelos trabalhadores. Por outro lado, nos revela o quanto os empresários e demais investidores no mundo industrial ficam incomodados com a capacidade camponesa de se reunir e buscar gerenciar sua produção sem atravessadores e oportunistas.

Nossa cooperativa tem nos ensinado muito sobre coletividade e solidariedade. Digo isso porque depois da criação das agroindústrias e a cooperativa começou a visitar os assentamentos para ver o que nós produzíamos, a gente ver que se a gente se organizar a gente pode fazer uma renda mesmo. Agora um desafio que a gente percebe é que muitas vezes as famílias não estavam preparadas para vender e sim para produzir, para vender na feira ou trocar com os demais camponeses ou entregar aos atravessadores nossa matéria prima do jeito de sempre. Com a cooperativa há sim uma mudança no jeito de fazer as coisas e isso foi para melhor porque estamos aprendendo no coletivo e com consciência de nossa responsabilidade, eu acredito na cooperação como saída para resistirmos e irmos melhorando nossas vidas (Informação verbal - Claudia – Cooperada e Presidente da COOPERAMUNS, 2023).

Os processos de gestão das cooperativas do SCA-CE, têm exigido diversos momentos de formação, algo que interfere diretamente no cotidiano camponês. No entanto, percebe-se que o coletivo da diretoria tem buscado planejar para que haja uma participação das famílias seja em momentos noturnos, ou práticos, na busca por

ajustar a dinâmica do assentamento para não comprometer os outros processos.

Olha a gente gosta de participar e eu acredito nas cooperativas, mas tudo tem que ser combinado, porque quem mora em assentamento, você sabe né, a gente não tem tempo para nada. E se for muita reunião, eh véi o pessoal não fica não viu. Mas a gente acorda conversando todos nós da cooperativa aí dar certo, porque todo mundo tem os bichos né, tem a água e o comer, e as vezes ainda tem que “campear” eles, aí é complicado, mas eu acho importante porque a gente se ajuda e aprende como tem que fazer (Informação verbal - Assentado Tio Gordo, Trabalho de Campo, conversa com o produtor do P.A Santana em Monsenhor Tabosa, 2023)

No âmbito da formação, a COOPERAMUNS tem desenvolvido ações de acompanhamento técnico aos cooperados (as) em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a formação em gestão com parceria com a Fundação Mundukide, como também parcerias com a Universidade Federal do Ceará (UFC) na formação dos colaboradores/as do Frigorífico e Fábrica de Beneficiamento de Polpa Terra Conquistada.

A assembleia realizada em abril de 2025 (figura 20) teve como pauta a prestação de contas anual, presença de novos sócios e sócias, situação atual dos rebanhos, desafios para alimentação/forrageamento para os animais, avaliação sobre os profissionais da ATER, situação dos colaboradores/as nas agroindústrias, lutas e reunião com a direção do MST da região. A partir da pauta pode-se perceber, o quanto os processos organizativos são intensos, no entanto, a discussão coletiva permite que melhorem os processos de cooperação. É a partir da assembleia como soberana que se dinamiza a gestão, e a divisão de responsabilidades entre os cooperados, e coletivos (produção, comercial, formação, etc) definindo metas para garantir os processos.

Figura 18 - Assembleia Anual da COOPERAMUNS em abril de 2025.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

3.1.2.5 Cooperativa dos Assentamentos de Reforma Agrária do Sertão Central – COOPERASC

As primeiras ideias de criar uma cooperativa para representar os assentamentos de reforma agrária no município de Quixeramobim, vinculado à organicidade do MST, nasceram junto aos fóruns dos assentados que aconteciam mensalmente e reuniam os presidentes de associação dos diversos assentamentos.

Olha gente essas ideias da cooperativa, eu me lembro que nós puxamos numa discussão muito grande que deu no fórum dos assentados, nesse dia houve uma “confusão grande” devido aos preços do leite, e os problemas com os atravessadores que roubavam a gente né ... ai nós pensamos que uma saída era nós comprar e vender a empresa, nós ainda nem pensava, nem sonhava em ter uma agroindústria, nós só fazia nossos queijos em casa mesmo. Só que a ideia da cooperativa era para se juntar e vender só dum preço só né, porque “eles passavam a perna em nós”, mas nem vingou a ideia porque os fóruns acabaram. (Assentado Zé Airton do P.A Posto Agropecuário em Quixeramobim-CE, 2023)

Compreendendo que é uma região desafiadora da bacia leiteira do Ceará, onde o MST em seus enfrentamentos, conseguiu fincar diversas bandeiras vermelhas nos latifúndios do Sertão Central. Nesse sentido, organizar esses camponeses para a construção de uma reforma agrária com mais produção e autonomia faz parte da construção de uma coletividade organizada para defender seus territórios e melhorar sua produção.

Com essas leituras do agrário da reforma agrária cearense, a direção do MST em seus processos formativos, discutiu que disputariam junto ao governo do Estado do Ceará e vinculado ao Projeto São José III, infraestruturas que fortalecesse a comercialização dos produtos da reforma agrária, que por sua vez foram nas negociações das lutas, pleiteadas junto aos órgãos de financiamentos e pesquisas as agroindústrias camponesas. Em virtude da possibilidade, dos camponeses construírem empreendimentos que pudessem armazenar e processar sua matéria prima para agregar valor à suas produções, veio a necessidade de se criar uma cooperativa regional que desse conta de realizar a comercialização, tendo em vista as exigências legais perante as alternativas de venda dos produtos.

Surge então a discussão com as associações dos assentamentos do MST com o intuito de criar uma cooperativa. Em 19 de novembro de 2014, após estudos e muitas reuniões com camponeses assentados das áreas de reforma agrária de Quixeramobim e outros municípios do Sertão Central, funda-se a Cooperativa Regional dos Assentamentos de Reforma Agrária do Sertão Central (COOPERASC LTDA). Esta configurou-se como uma entidade da sociedade civil com personalidade jurídica, de direito privado e de finalidades não lucrativas, com sede administrativa e foro jurídico na comarca de Quixeramobim – CE, atuando em todo o território nacional, em especial no Sertão Central do Ceará.

A figura 19 apresenta a identidade visual da cooperativa, criada da demanda de apresentação da cooperativa junto aos mercados conhecendo os produtos, daí foram criando as identidades visuais.

Figura 19 - Identidade Visual da COOPERASC



Fonte: COOPERASC, 2023.

A cooperativa estava a serviço dos trabalhadores (as) rurais, pequenos produtores e pequenas produtoras, assentados (as) e acampados (as) em áreas de Reforma Agrária, promovendo o desenvolvimento social desde a prática da cooperação pela organização, a capacitação técnica, a educação para a cidadania, a agroindustrialização e a construção e implantação de um modelo de agricultura e pecuária baseado na prática da agroecologia.

No decorrer de sua existência, a COOPERASC foi ganhando corpo e desenvolvendo suas formas de inserção de sócios de ofertas de serviços aos cooperados, inicialmente com a compra do leite concentrando na cooperativa para apenas um fornecedor, mesmo dividindo opiniões e preferências as famílias assentadas confiaram e seguiram produzindo e ampliando seus rebanhos e consequentemente sua produção leiteira. A Figura 20 mostra jovens filhos de assentados realizando a ordenha dos animais durante visita *“in loco”*, em Trabalho de Campo realizado na COOPERASC, no Assentamento Nova Canaã em Quixeramobim-CE.

Figuras 20 - Jovens camponeses realizando ordenha manual do rebanho



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

3.1.2.6 Cooperativas Novas: expandindo os processos cooperativos

Na tarefa de organizar camponeses assentados de reforma agrária em várias regiões do Estado onde existem atuação da organicidade do MST, e a partir do exemplo exitoso das cooperativas regionais que foram base do fortalecimento dos sistemas produtivo no estado na última década, no caso, COOPERASC, COOPERAMUNS, COOPALC, COOPERAMEL e COOPRANORTE, surgem outras demandas de cooperativas de caráter regional para fortalecer os processos de cooperação agrícola. Estas ainda em processo inicial, mas fortalecidas pelo acervo de cooperação existente no estado a partir do MST. A seguir descreve-se uma contextualização atual destas novas cooperativas.

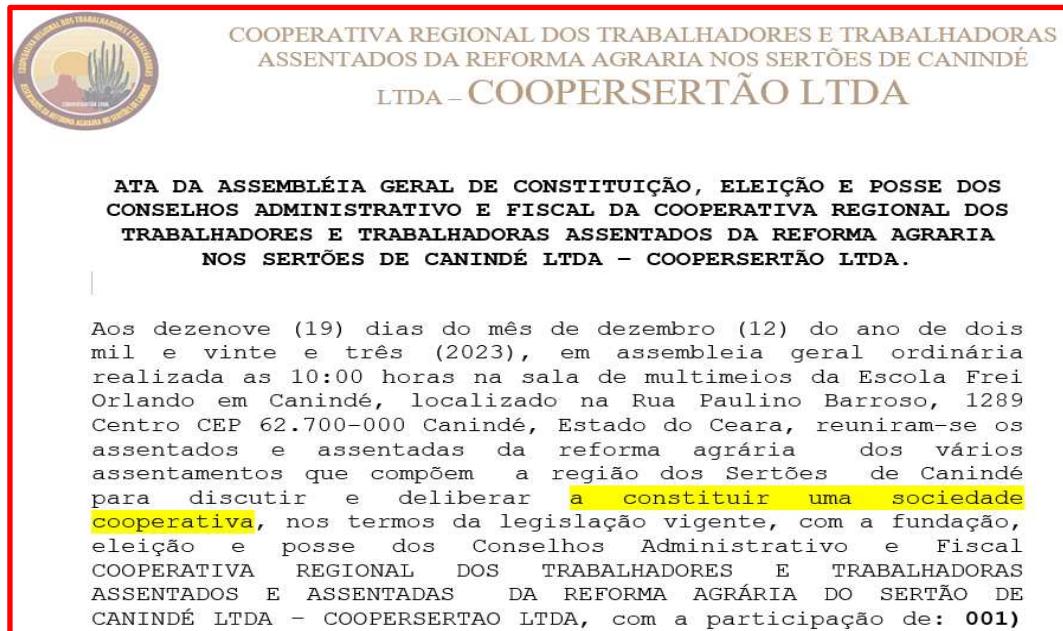
3.1.2.6.1 Cooperativa Regional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assentados de Reforma Agrária nos Sertões de Canindé Ltda (COOPERSERTÃO)

A COOPERSERTÃO foi fundada em 19 de dezembro de 2023, com sede em Canindé - CE. Este município, é uma referência histórica na luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária no estado, sendo onde ocorreu a primeira desapropriação para fins de reforma agrária no estado, após um grande conflito de terras, que teve como alvo a Fazenda Japuara, em 1971.

De lá para cá, Canindé já soma 39 projetos de assentamento federais e assume o primeiro lugar no ranking do número de assentamentos no Ceará e no Brasil. Os projetos ocupam uma área de 84.240 hectares, com capacidade para 2.139 famílias. Hoje, 1.791 famílias estão assentadas. Estima-se a presença de, no mínimo, 7.164 pessoas em áreas reformadas no município, considerando a média de quatro membros por unidade familiar. Ou seja, dos 27.598 habitantes da zona rural de Canindé, 26% são assentados da reforma agrária (<https://50anos.incra.gov.br/caninde-referencia-de-luta-pela-reforma-agraria-no-ceara>).

A figura 21 retrata a Ata de fundação da COOPERSERTÃO como uma cooperativa regional vinculada a SCA do MST.

Figura 21 - Ata de Fundação da COOPERSERTÃO - Canindé-CE.



Fonte: Acervo do Setor de Produção, 2023.

Criada na perspectiva de construir possibilidades organizativas de cooperação entre os assentamentos de reforma agrária. O sistema produtivo predominante refere-se à criação de animais de pequeno porte e culturas anuais. Já faz parte da cultura dos assentados/as do município, participarem de feiras livres e buscarem formas de comercialização de seus produtos de forma institucional via PAA e PNAE.

Eu digo que foi um passo importante, porque a cooperativa representa todos nós, porque somos o município do Ceará que possui o maior número de assentamentos, aproximadamente 64 assentamentos, e mesmo que não sejam todos acompanhados pelo MST são frutos da luta pela terra e na construção da reforma agrária. Assim, é muita gente né, não é fácil, mas se a gente se organizar teremos muitas famílias produzindo para vendermos nossos animais, verduras e frutas no preço melhor né ... é assim que eu digo que a cooperação é bom (Informação verbal - Betinho, camponês assentado no P.A Todos os Santos no município de Canindé-CE)

3.1.2.6.2 Cooperativa Nova Vida das Áreas de Reforma Agrária do Vale do Salgado (CONVIDA)

A Cooperativa Nova Vida é uma entidade da sociedade civil com personalidade jurídica, de direito privado e de finalidades não lucrativas. E foi

constituída por deliberação da Assembleia dos Fundadores no dia 30 de janeiro de 2018, a partir dos assentados e assentadas de reforma agrária de assentamento dos municípios de Icó, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira, Barro, Antonina do Norte, Jati, Mauriti e Crato no Estado do Ceará. A CONVIDA tem sede e funcionamento no Assentamento Chico Mendes I no município de Icó-CE, conforme figura 22.

Figura 22 - Cooperativa CONVIDA - P.A Chico Mendes – ICÓ-CE.



Fonte: Acervo da Cooperativa CONVIDA, 2024.

Por ter maior quantidade de cooperados no Assentamento Chico Mendes I, sua sede administrativa e seu foro jurídico está na comarca de Icó-CE, mais com atuação em todo o território nacional e mais especificamente no Vale do Salgado¹⁸ do Ceará, atualmente a cooperativa conta com um quadro de 76 sócios cooperados distribuídos nos assentamentos da região.

A CONVIDA tem sido uma experiência boa, porque nós aqui fica muito isolado, a gente mora longe da cidade e nem sempre é fácil para comprar ração, vacinas, etc, agora com a nossa cooperativa uma coisa que ajuda é comprar a ração junto, vender o leite junto e nós bota tudo no mesmo tanque e o preço é um só para todos, porque nós combinamos né que quem for cooperados vende do mesmo preço, e todos sai ganhando né. Eu digo assim que a cooperação dar certo se a gente acreditar e confiar nos outros. (Informação verbal - Giló assentado e cooperado do P.A Chico Mendes em Icó-CE, 2024)

¹⁸ O Vale do Salgado é uma região do Ceará, Brasil, que abrange a bacia hidrográfica do Salgado, localizado na Bacia Hidrográfica do Rio Salgado e está localizada no sul do Ceará. Faz parte da bacia do rio Jaguaribe, com uma área de drenagem de 12.865 km² e grandes potencialidades, incluindo os melhores aquíferos da bacia do Jaguaribe. Acrescenta-se que também é o nome de uma região com centros universitários, como Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS), com clínicas-escola e um Núcleo de Práticas Jurídicas. (Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Vale+do+Salgado-CE&oq=Vale+do+Salgado-CE>).

Os sistemas produtivos potenciais dos assentamentos do Vale do Salgado, destacam-se a bovinocultura leiteira, um pouco de rizicultura e a fruticultura irrigada. Na atualidade, a atividade principal da cooperativa é a venda do leite *in natura*. Com essa atividade, a cooperativa já realizou algumas vendas de forma coletiva e participou de algumas chamadas públicas de PAA e PNAE. Assim como também realizou processos de intercooperação com outras cooperativas do SCA do MST para fortalecer os vínculos e relações junto às condições camponesas.

Outra coisa que eu acho importante das nossas reuniões das cooperativas são os estudos sobre cooperativismo (figura 23), gênero e outros né, porque na cooperativa nós mulheres tem que participar e decidir também né, nós também produzimos e moramos aqui, então nessa parte dos estudos é muito, bom e a gente aprende muito sobre o movimento e as cooperativas, aí vamos tentando melhorar né, porque cada uma fala e fica muitas ideias, eu acredito né que a gente se juntando é melhor para vender nossas produções (Informação verbal - Patrícia cooperada e assentada do P.A Chico Mendes I em Icó-CE, 2024)

Assim como as demais cooperativas do SCA-CE, a CONVIDA tem realizado alguns estudos com foco na compreensão da cooperação camponesa, de estudos de mercado e cursos de formação com foco na gestão e comercialização para ampliar suas vendas e melhorar sua produção e renda das famílias.

Figura 23 - Momento de Estudo sobre o Cooperativismo durante assembleia da CONVIDA



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Uma cooperativa em nascedouro, reunindo famílias camponesas na tarefa da expansão das cooperativas regionais, e para fecharmos essa discussão acerca das cooperativas em construção, como dizem os cooperados nosso mais novo fruto ou nosso “bebê da cooperação”, está sendo gestada a partir dos processos coletivos de intercooperação no MST. A participação como pesquisador/militante nos debates anteriores, e na assembleia de constituição da mais recente cooperativa regional do MST-CE, foi de grande relevância, para a compreensão que muitos desafios que se tinha durante a criação das cooperativas anteriormente discutidas nesse trabalho, já haviam sido superadas, dentre elas a desconfiança e a incerteza se aquele processo seria ou não exitoso. Aqui, já se tinha a expectativa de que a cooperativa iria dar suporte no fortalecimento dos sistemas produtivos, e que pela comercialização via cooperativa, haveria uma melhoria de vida para as famílias por meio da venda de seus produtos.

O processo de criação e registro da CONVIDA foi mais rápido e facilitado, pois já havia uma expertise dos Setores do MST- CE para orientar os percursos a serem percorridos. Ainda em fase de organização da SEDE e demais infraestruturas já foi registrada a Ata de fundação com membros eleitos e empossados.

3.2 Os processos formativos e seus desafios com a formação de pessoas (Camponeses assentadas/cooperadas) no MST-CE.

3.2.1 A contribuição da Mundukide na implantação do modelo de gestão

No desafio de construir formas organizativas junto a classe trabalhadora, com seus desafios permanentes no pensar coletivo para produzir, resistir e existir, o MST faz parcerias com a Fundação Mundukide. Esta fundação é reconhecida como líder mundial em cooperativismo, representante da Corporação Mondragon, oriunda do País Basco, na Espanha. Dentro da parceria constitui-se como objetivo estabelecer e desenvolver relações de cooperação internacional por meio de transferência de conhecimentos técnicos, científicos e culturais. Assim, tem colaborado com os camponeses no Brasil, em especial com o MST, na tarefa de incorporar as boas

práticas sobre o modelo de gestão aplicado em cooperativas do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Ceará, objetivando a socialização destas práticas com os demais organismos cooperativos no Brasil.

“O nosso papel é desenvolver um modelo de gestão capaz de simplificar e melhorar a atuação das associações e cooperativas em todos os seus âmbitos (da produção à comercialização), entendendo-as a partir da nossa experiência dentro e fora do Brasil (Informação verbal, Luis Lejardi, colaborador da MUNDUKIDE no Brasil, 2024).

A concepção de um modelo de gestão que direciona suas ações com o olhar para as empresas sociais e entidades que buscam fortalecer a economia social, inserimos fortemente a organização camponesa como sustentáculo da referida proposta. Baseado no esforço coletivo de sistematizar as experiências dos estados anteriormente mencionados constroi-se um Manual Prático para o Modelo de Gestão para Empresas Sociais, participando nessa construção, formação e desenvolvimento além dos companheiros/as do MST, o Núcleo de Estudos em Cooperação da Universidade Federal da Fronteira Sul (NECOOP-UFFS), o Instituto Conscientia, dentre outros coletivos.

As iniciativas da discussão junto ao MST e na elaboração dos documentos que auxiliaram nessa concepção de gestão foram construídas face ao declínio do sistema cooperativista frente às investidas de governos neoliberais, que atacaram e extinguiram alguns programas para agricultura camponesa. Mesmo que consideramos que estes se apresentam de forma incipiente, colaboraram com o desenvolvimento de territórios camponeses, destacando o Programa de Crédito na Reforma Agrária (PROCERA) que aportava crédito para as famílias assentadas com foco nos sistemas produtivos agrícolas e pecuários observando as especificidades de cada região e suas condições de semiaridez.

Nesse cenário das negações das políticas públicas para o público da reforma agrária, o MST optou pela a realização dos processos de gestão em parceria com a Mundukide, a qual é uma é Organização Não Governamental (ONG) que topou vir para o Brasil e desenvolver com o setor de produção do MST e as diretorias das cooperativas uma proposta de modelo de gestão capaz de simplificar e melhorar a atuação das associações e cooperativas em todos os seus âmbitos (da produção à comercialização).

A Fundação Mundukide surgiu em 1999 e tem por objetivo desenvolver programas de desenvolvimento socioeconômico, formação, assistência técnica e fortalecimento institucional dirigido a grupos coletivos consolidados e com identidade política na cooperação.

No Brasil, a fundação já desenvolve atividades em parceria com o MST, acompanhando a gestão cooperativa nas regiões Sul e Nordeste, sendo que os primeiros contatos da fundação Mundukide, surgiram desde de 2003 e depois de alguns momentos de intercâmbios, eventos para uma troca de experiências, em virtude disso, avaliou-se importante e viável o trabalho de campo com as organizações junto ao movimento desde de 2008. Os trabalhos de campo iniciaram-se com foco nas regiões sul e Nordeste, sendo que os trabalhos iniciais se deram na região Sul no Estado do Paraná, pelo aporte das várias cooperativas que o MST tem em seus assentamentos no referido estado.

Mais precisamente, em 2011, iniciaram atividades no Nordeste, tendo como proposta o desenvolvimento regional, em 2014, após seis anos de experiência se inicia um novo enfoque mais centrado nas organizações econômicas vinculadas ao movimento, fundamentalmente as Cooperativas no estado do Rio Grande do Sul.

Quando já com uma experiência constatada na forma de desenvolver projetos de desenvolvimento sócio econômico com o movimento, em 2016, se faz uma reflexão conjunta a nível nacional para seu desenvolvimento, colocando-se um Modelo de Gestão para Empresas Sociais como guia na aplicação, e uma integração de atividades de formação formal e informal, assessoramento e fortalecimento institucional, sempre em colaboração com as instituições dos governos federal, estadual ou municipal que desenvolvem algum projeto em parceria com o movimento, a exemplo as Universidades Federais da Fronteira Sul, a Universidade Federal de Santa Catarina, Instituto Federal de Sergipe e a Universidade Federal do Ceará em especial o curso de economia ecológica e agronomia em parceria nos processos formativas das agroindústrias camponesas.

Fruto desta reflexão se gera uma nova parceria para ampliar geograficamente a aplicação. Nesta articulação se integra também o Instituto Conscientia do Coordenador-Formador Pertti Simula¹⁹, que contribui com reflexões a partir das Relações Humanas e a Cooperação, que como Mundukide tem um contexto histórico de colaboração com o movimento.

Na realidade camponesa, particularmente a prática cooperativista, ela sempre nos remete a um processo de coletividade, mas também de inclusão social em sua essência e melhorias econômicas. Nesse sentido, Simula (2017) fala que cooperar significa agir juntos com vistas a um fim comum e oferece a possibilidade de aprender a se relacionar mais conscientemente com os outros e desenvolver um maior autoconhecimento. Significa aprender e agir para o bem coletivo mesmo contra a própria vontade, se submetendo ao desejo da maioria.

A cooperação é um objetivo desafiante: ela intensifica as relações humanas, expõe os conflitos de forma mais concreta, uma vez que os membros da cooperação têm uma dependência mútua. Se na cooperação alguém na trabalhar direito, isso afeta diretamente os outros, levando a uma tendência de certa vigilância mútua, o que tem aspectos positivos e negativos (Simula, 2017 p. 193).

No Ceará, o projeto de desenvolvimento que está sendo executado com a proposta da Fundação Mundukide para empresas sociais, traz presentes atividades de caráter formal e informal, assessoramento e fortalecimento institucional, assistência técnica, envolvendo diferentes entidades: Fundação Mundukide, o Instituto Agropolos, o Banco Mundial, o Projeto São José III, vale ressaltar que na atualidade há uma parceria com os movimentos sociais em defesa do campo, inclusive o MST, na tentativa de contribuir na organização camponesa e no fortalecimento da cooperação agrícola no estado do Ceará com foco na colaboração com o Estado do Ceará através da Secretaria Desenvolvimento Agrário (SDA) e a Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará (ACACE), e a Cooperativa

¹⁹ Pertti Simula é Mestre de Ciências pela Universidade de Helsinki, vive e atua há 40 anos entre o Brasil e a Europa. É autor do Livro “Transformação das relações humanas e cooperação”, publicado em 2017 pela Expressão Popular. Ele começou a trabalhar com o MST no estado do Paraná em 1999, para acompanhamento de uma cooperativa em crise. Logo após vieram outras demandas e o autor resolveu aceitar. “Senti que o trabalho era muito desafiante e gratificante e os ideais correspondiam com o meu sonho”. No Brasil ele trabalha com nove cooperativas, duas escolas, três institutos de formação, uma universidade e um curso de cooperativismo na parceria com o MST, Fundação Mundukide e Instituto Conscientia. Disponível em: <https://expressaopopular.com.br/livraria/9788577433032transformacao-das-relacoes-humanas-e-cooperacao>. Acesso em 04 de mai. 2025.

Central das Áreas de Reforma Agrária do Estado do Ceará (CCA-CE), contratada para a ATER.

No percurso, foi realizada uma análise do contexto histórico da exploração dos sistemas produtivos da mandiocultura, da cajucultura, da bovinocultura, da ovinocaprinocultura e da apicultura, como também da fruticultura irrigada e de sequeiro no geral, considerando as características atuais como base para a projeção futura.

Ao longo do ano 2017, avançou-se a discussão para o desenvolvimento de uma proposta de trabalho com a ACACE, atuando em um contrato desta entidade com o Governo do Estado por meio do Projeto São José. Logo em 2018 o MST do Ceará, consegue incorporar duas pessoas da Fundação Mundukide vindas do país Basco na Espanha para conviver com o campesinato cearense, na tarefa de organizá-los para a criação e gestão das cooperativas regionais agroindustriais.

A partir dessa construção do MST em parceria com a Mundukide, inicia-se um processo de construção além de realizarem as formações terão que selecionar filhos e filhas de camponeses para processos de gestão e demais postos de trabalhos no interior das agroindústrias. Na construção dos perfis dos gestores e colaboradores os coletivos têm se esforçado para construir processos que contemplam as questões da cooperação, das relações humanas e demais que cabem aos envolvidos mais diretamente nas ações cooperadas e industriais.

Os gestores e colaboradores precisam ter consciência de que as mudanças sociais, a melhoria das condições de vida, e do desenvolvimento da produção dependem das iniciativas organizadas. - É necessário ter conhecimento e convicção com os ideais do MST, para que os gestores/as sejam a gente s de fortalecimento da organização. Sua atuação é baseada na democracia, respeitando os coletivos e as instâncias da organização. Os gestores têm um papel de assessoria e não podem substituir o papel dos dirigentes (Informação verbal, Luis Leijard, Mundukidi, 2019).

Nessa concepção os gestores devem ter uma postura pedagógica, aprender e ensinar mutuamente, trabalhar como um formador e aprender com o coletivo. Eles precisam ter uma vocação de estar constantemente pesquisando e conhecendo a realidade social e rural, a vida dos trabalhadores, devem ter uma formação eclética, atuando em vários campos do conhecimento. Eles precisam estar imbuídos de ideais altruístas, de querer mudar a sociedade.

Em parceria com o Projeto São José a nível de estado, o acordo com o governo

cearense seria de parceria no âmbito da formação cooperativa com fins na agroindustrialização e comercialização na agricultura familiar, focando numa gestão a partir das empresas sociais gestadas por camponeses/as. A Fundação Mundukide adentra ao contrato com a tarefa contribuir na gestão dos sistemas produtivos, a partir do monitoramento das ações de desenvolvimento dos sistemas produtivos no Ceará.

Pensando no modelo de gestão das cooperativas no MST-CE em curso e em construção e formação permanente, não dá para fugir desta construção histórica do MST, pois toda a trajetória do MST em seus processos organizativos, fundar e dar funcionalidade a cooperativas regionais nos últimos tempos tem sido desafiador. A fundação Mundukide vêm ao Ceará para colaborar mais diretamente nesse processo, vindo com sua experiência, seu potencial humano e técnico junto aos coletivos organizados no MST do Ceará, com foco na gestão dos diversos projetos ligados aos projetos dos sistemas produtivos em parceria com as associações e cooperativas dos assentamentos de reforma agrária do MST-CE.

Na consolidação da parceria foram realizados junto às cooperativas do MST-CE diversos momentos formativos com os beneficiários, e formações direcionadas para construir os coletivos de trabalho, e definir suas funções e responsabilidades. Foram definidos coletivamente os perfis esperados para os gestores/as das cooperativas e para os colaboradores de nossas agroindústrias camponesas, de modo a garantir um bom desenvolvimento dos sistemas produtivos, assim como de suas agroindústrias e as tarefas coletivas que iam sendo identificadas a partir dos processos em curso, e das discussões realizadas.

Neste cenário, foram e ainda são muitos os desafios impostos ao setor de produção do MST, na ênfase ao desenvolvimento territorial e os sistemas produtivos da agricultura camponesa no âmbito das agroindústrias. E nesse cenário a equipe da Mundukide realizou seu planejamento buscando direcionar suas contribuições para garantir esses objetivos sendo basilar na avaliação, atualização e ajustes desde os planos de negócios ligados a todos os projetos conveniados junto às associações, tendo o devido zelo com a organização do MST, e considerando a organicidade já existente.

Para a construção dos parâmetros para as diversas análises de dirigentes e demais militantes dos setores e brigadas orgânicas do MST-CE, foram realizados momentos para estudo da proposta em coletivos e instâncias organizativas para sua melhor compreensão, dentre eles foram realizados: Curso sobre Modelo de Gestão

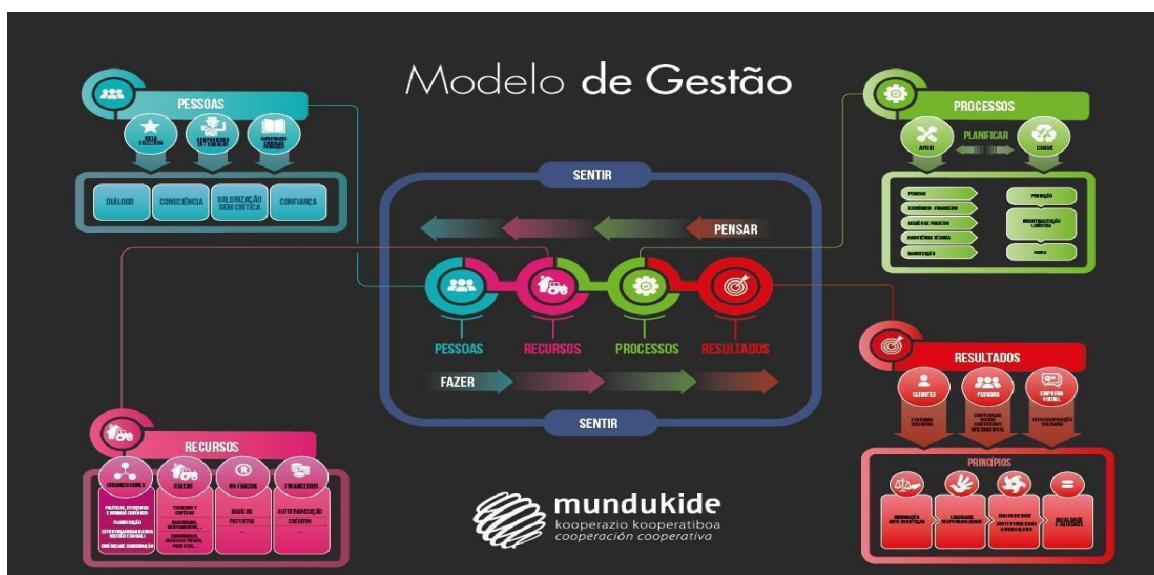
das Cooperativas; reuniões do Setor de Produção, Educação, Formação, Juventude dentre outros; reuniões da equipe executiva do setor de produção; reunião com a executiva dos sistemas produtivos; coletivos gestores das cooperativas, construiu-se os calendários das reuniões por cooperativa e demais coletivos.

Para compreendermos as suas dinâmicas junto as cooperativas são organizadas os momentos de planejamentos por frentes e por cooperativas, tendo em vista que todos as demandas das cooperativas são vivenciadas pelas frentes com suas especificidades. Para tanto, as cooperativas definem e operam também por frentes, que levantam seus desafios e características, e com suas especificidades são dialogadas unificadas dentro das frentes estaduais, e embora cada sistema produtivo tenha suas especificidades, em relação a produtores assentados e cooperados/as, tem também, suas singularidades.

3.2.2 Dinâmicas e processos em curso: Modelo de Gestão para Empresas Sociais

A partir dos trabalhos realizados no Sul do país, a ONG construiu uma proposta de Modelo de Gestão para Empresas Sociais (Figura 24) do MST a qual é norteada pelos princípios da “Liberdade/Responsabilidade, Solidariedade e Igualdade”, com sua atuação voltada para uma gestão que predomine as “pessoas” conquistando, aplicando e mobilizando os “recursos”, e através de “processos”, conquistando os “resultados”.

Figura 24 - Modelo de Gestão Mundukide



Fonte: Arquivos Mundukide, 2019.

O Modelo de Gestão (figura 26), apresentado pela Mundukidi, apresenta como elementos centrais da metodologia: PESSOAS, RECURSOS, PROCESSOS e RESULTADOS. Para estes, nos empreendimentos, são as “pessoas” que mobilizam os “recursos” através de “processos” para conquistar os “resultados”. Essa é a essência da execução, do “fazer”. Na sequência lógica, colocam-se os três primeiros elementos em ordem para obter “resultados”, e considerando que para atingir o resultado, há a necessidade de “recursos e pessoas” para desenvolvê-los.

É por meio deste modelo de gestão que ocorre a mobilização dos diferentes atores, as pessoas/campões, envolvidas nos sistemas produtivos do MST-CE, e discute-se a partir dos Modelos de Gestão para Empresas Sociais (MGES) a construção de uma ferramenta (Figura 30) que integra os processos de diagnose (SENTIR), planejamento (PENSAR) e execução (FAZER) por meio de pessoas, recursos e processos para chegar aos resultados esperados.

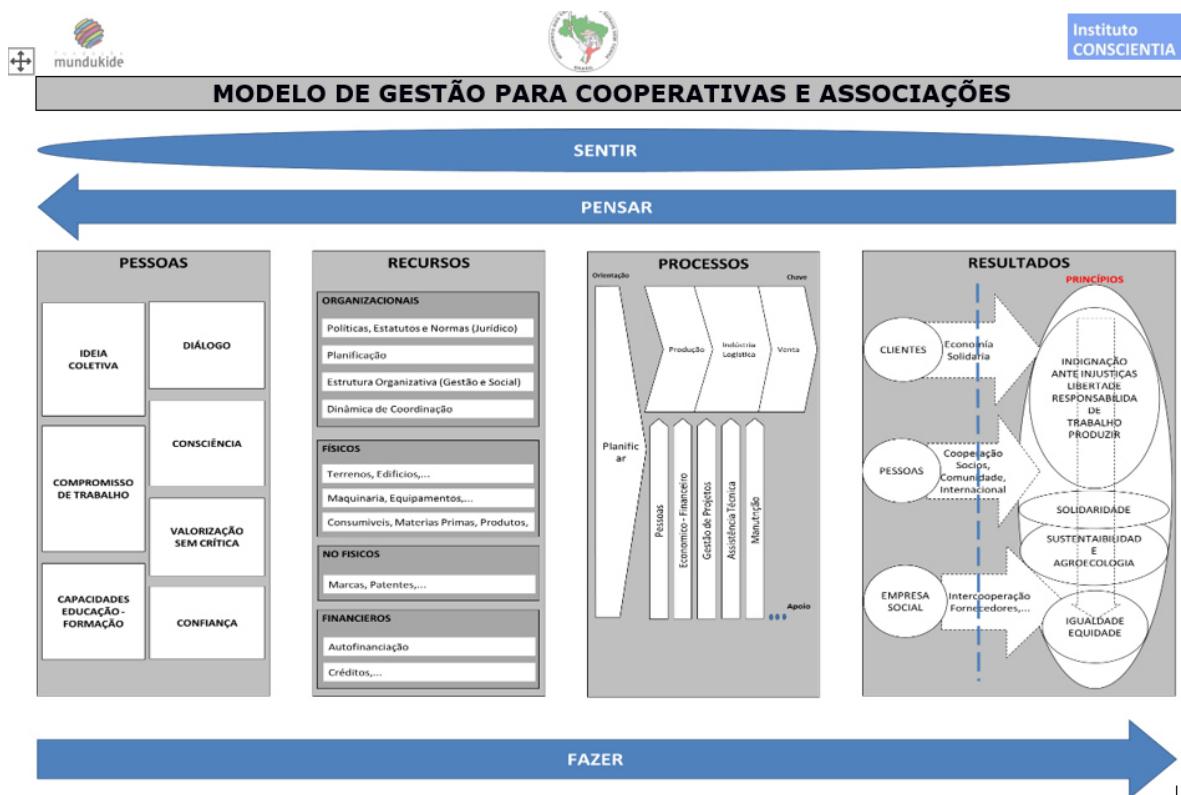
Nesta nova metodologia, o horizonte de temporalidade para cada ação é indefinido, uma vez que, o sentir se estende por todo o processo. O pensar inicia-se com a projeção dos resultados esperados, e a partir destes serões pensados os processos, os recursos necessários e as pessoas envolvidas para poder alcançá-los. Na condição camponesa, esses processos da diagnose, vão sendo explorados nos coletivos gestores desde as diretorias, conselhos fiscais, dentre outras atribuições para que a partir destas observações e das ferramentas, possamos ir traçando junto com os companheiros “Bascos” um perfil dos gestores/as e suas dificuldades.

No começo eu confesso que foi muito estranho, porque tínhamos muitas reuniões, muitos planejamentos, e tudo que acontecia no nosso dia, os bascos que a gente chamava eles era assim né, tinha que anotar. Porque para todos os problemas que nas cooperativas tem muitos né (risos) a gente tinha que propor e caçar uma solução e as reuniões só acabavam quando a gente tinha respostas (risos) aí eu e muitos gestores estranharam muito mesmo, porque a gente ficava com uma dúvida sobre a organicidade do MST e esse modelo de gestão, mais de fato ele se soma com as nossas brigadas e nossas pautas. Mas é um processo em que a pessoa tem que se dedicar porque só dar conta da gestão se ser conta de tudo que acontece [...] mas estamos indo né [...] (Informação verbal, Lúcia – Cooperada e Gestora Administrativo Contábil da COOPERAMUNS, 2023).

Chegando a este entendimento, inicia-se o processo de execução (fazer), e este no processo inverso – executam-se as ações com as pessoas, mobilizam-se os

recursos, mobilizam-se os processos para atingir os resultados. Na ilustração as setas do pensar e do agir estão em sentidos opostos, indicando haver uma inversão da sequência. Inicia-se com nós camponeses, com os recursos que temos, e daí vamos construindo nossos processos de camponês a camponês, assentado a assentado até que chegamos aos resultados. E como resultado espera-se termos consciência que mesmo com nossas formações e com o modelo de gestão em curso, sempre teremos famílias que não acreditam e que não participaram, e que sempre será desafios para as nossas cooperativas.

Figura 25 - Diagrama Geral do Modelo de Gestão para Cooperativas e Associações



Fonte: Setor de Produção- MST-CE, 2020.

Durante as reuniões e capacitações para gerar as agroindústrias camponesas, ocorriam vários debates sobre os “resultados” básicos a se obter, quando são pensadas as características para buscar satisfazer aos clientes ao adquirirem os produtos. Estes também são as “pessoas” implicadas direta ou indiretamente no projeto de cooperação agroindustrial pensado pelas famílias dos assentamentos do MST. E mais ainda, nos resultados das próprias “empresas sociais” com a projeção

de melhorias na infraestrutura no processo produtivo, de gestão e outros segmentos necessários.

No entanto, não somente estes são os resultados esperados, pois eles incidem sobre os interesses individuais, gerados no sistema capitalista em que se vive. No contexto das empresas sociais, além destes, têm-se o compromisso da conquista de resultados sociais, na construção de uma sociedade mais justa e baseada em princípios sociais, como a liberdade, a solidariedade, a igualdade, a sustentabilidade e nossa construção maior que coaduna com o nosso projeto de campo e de reforma agrária que é a agroecologia.

Quando pensamos os “processos” referimo-nos à sequência de tarefas que nos levam à conquista de resultados. Tudo o que se faz nas cooperativas e associações são processos planejados com vista em nossas realidades para obter resultados, assim estes devem ser sistemáticos e bem executados para garantir o alcance dos objetivos que se propõem. Ainda nessa perspectiva e como base no modelo de gestão, os processos podem ser divididos em momentos de orientação, de planejamento, de desenvolvimento e de avaliação.

Nesse sentido, há um processo que classificamos como chave ou estratégico mesmo, pois são aqueles que servem para desenvolver a finalidade da cooperativa. No caso das cooperativas do MST, podemos exemplificar como o produzir, industrializar e comercializar os produtos agropecuários. Para garantir o funcionamento do processo chave, ocorrem diferentes processos acessórios, os quais são os processos para administração e financiamento do empreendimento, gestão das pessoas (formação e capacitação), gestão de projetos, etc.

Quando nos referimos aos recursos os que possuem maior relevância são os recursos organizativos, que incluem as políticas e normas (Estatutos, regimentos, etc.), o planejamento (documento), a divisão de tarefas e a dinâmica de coordenação com seus tempos para pensar juntos. Muito embora, seja um fator que não receba muita atenção por parte das organizações, estes são os mais importantes, já que influem na atividade das pessoas, nem sempre as cooperativas enfatizam sua importância porque sentar para pensar e construir com calma e segurança demanda tempo e o camponês sempre foi muito impaciente para esse caminhar nos tempos, o relógio camponês é muito livre e por vezes bem espontâneo mesmo.

Ainda sobre os recursos, como parte componente da proposta de gestão, destacam-se os recursos físicos que se referem às condições materiais e de

infraestrutura, já os recursos financeiros se referem às fontes de financiamento, seja externo (empréstimos) que em sua maioria, geram dependência, ou por autofinanciamento (recursos próprios) que geram autonomia. Ainda temos os não físicos que se referem às condições necessárias para facilitar a venda e ganhar visibilidade no mercado, como por exemplo, as marcas e certificações, que no caso do MST-CE a marca Terra Conquistada e suas certificações a partir da agroecologia nos núcleos de produção.

Salienta-se que a construção junto ao Estado tem se mostrado sempre de forma muito burocrática. Há uma exigência de solicitação de tanta documentação que já se tem até jargões entre os camponeses quando da organização dos documentos, como dizem eles:

[...] meu Deus um crédito para o pobre camponês pedem tanto papel, que parece que é para dificultar mesmo, ou a desconfiança de nós assentados é tão grande mesmo viu, o Estado ou banco sei lá não param pedir comprovantes que nós é agricultor, ficam sempre duvidando que nós num trabalha na terra. (Fala espontânea da Assentada Dona Rosa do P.A Salão em Mombaça-CE).

Nesse sentido, têm-se desempenhado um trabalho de legalização e organização documental com as famílias camponesas por meio das cooperativas e associações para apresentar junto as instituições financeiras, (bancos e outros) para que o crédito seja fomentado com segurança. No âmbito da organização há um diálogo construído junto as agências e demais financiadores com foco na gestão cooperada, tendo como desafios a formação das diretorias e coletivos para evitar posturas e direcionamentos verticalizados que comprometam os processos de gestão existente nos territórios da reforma agrária onde os camponeses/as serão beneficiados/as.

E por fim, têm-se as “pessoas”, que dentro de uma proposta empresarial do sistema convencional (sistema capitalista) denomina-se de recursos humanos, o que induz que há algo a utilizar enquanto têm vida útil, e que este será descartável quanto não tiver mais rentabilidade, por isso construímos diversas análises que olhem para as pessoas com outras possibilidades sempre, porque para o capitalismo, trabalhadores e trabalhadores são os seus “utensílios” para acumular riquezas e na condição camponesa esse lucro-riqueza acumulada não é a centralidade, faz parte do viver do trabalhar e ser gente.

Neste ponto das pessoas enfatizamos que temos construído algumas formações direcionadas para pensarmos essas pessoas, sejam elas assentadas, cooperadas e camponesas, para o capitalismo se não estiver na idade ativa e rendendo são realmente descartáveis, para nós do MST que pensamos uma sociedade sustentável para além do lucro e da exploração do trabalho, o camponês ao defender o seu território tem uma função social muito importante, na confiança, no respeito, na história, na memória, na cultura e sem falar na longevidade da vida camponesa na roça em que vários assentados após os 60 anos que ainda tem assegurado a condição camponesa.

Eu gostei muito dos estudos do professor Pertti Simula, no curso de gestão, porque ele não desmerece mesmo a luta dos camponeses, nós temos que se orgulhar da nossa força de trabalho e mais ainda de nossa autonomia, porque antes quando nós trabalhava para os fazendeiros, nós nem tinha dia nem hora para largar o serviço, agora nós tem nossas coisas e nós faz nosso tempo, não é ser irresponsável é porque nós temos que ter nossos direitos de fazer no nosso tempo, porque estamos trabalhando no que é nosso viu, na nossa terra, cuidando dos nossos bichos então quem decide é nós. Isso o pessoal da Mundukide nos fazia entender mesmo, que mesmo com nossas individualidades, quando pensamos no que conseguimos, eles nos diziam sempre que a nossa cooperação foi o que nos trouxe até aqui. (Informação verbal - Seu Mauro – assentado e cooperado da COOPERAMEL, 2022)

De fato, são construções sociais e culturais porque para a sociedade que queremos construir o ser humano será sempre importante, e na Metodologia de Gestão das Empresas Sociais (MGES), as pessoas representam o início e o final da conquista de resultados na sociedade. Assim sendo, o primeiro passo é a construção da ideia coletiva do empreendimento, baseada nas necessidades das pessoas, em uma lógica que a cooperativa nos une, e é a solução para o coletivo.

Durante o curso de gestão das cooperativas, o módulo de relações humanas mexia muito comigo, porque eu sou mãe, mulher e assentada e a gente discutia as pessoas né e por várias vezes a gente discutia o papel da mulher e o de cada um né na cooperação, mas sempre o instrutor dizia, “é uns cuidando dos outros”, se não o coletivo fraqueja, não esqueça que todos são importantes nessa cooperativa, cooperado triste e desmotivado não combina com as nossas relações, vocês do MST se dizem companheiros, pois acompanha o outro, observa o outro e ajuda o outro. Porque só existimos porque somos coletivo e nessa cooperativa não vivemos sozinhos. Isso era muito marcante, porque na prática não existe uma cooperativa sem um coletivo de cooperados unidos né, que são as pessoas, os assentados né. (Informação verbal - Janaina, educanda do curso de gestão, assentada no P.A Riacho do Meio em Senador Pompeu-CE e cooperada da COOPERAMEL, 2022)

Se há uma reflexão coletiva profunda, a cooperativa nasce com um forte compromisso por parte das pessoas. Ressalta-se que nas formações para a gestão que éramos exigidos a construir acolhidas e místicas para tocar as pessoas, como algo que mexia com as relações. Porém, temos que ir além do compromisso, necessita-se de um fazer (processos) bem executado para se alcançar os resultados almejados.

Portanto, pensando no MGES, vemos que as famílias assentadas, cooperadas ou não, devem se preparar sempre para a vida em comunidade, se formar e no sentido mais amplo, se educar de forma contínua. Para desenvolver esta sequência (Ideia Coletiva – Compromisso – Educação), as pessoas precisam dialogar mais, se reunir mais (dedicar tempo), ser conscientes no diálogo (respeito aos outros e a si mesmo, participando ativamente) e valorizar (não exigir, reprimir, etc.) a todas as pessoas implicadas no processo, o que gerará um clima de confiança.

Em vigência destes processos, os empreendimentos (associação, cooperativa...), criam espaços em que as relações humanas se baseiam nos princípios da liberdade, solidariedade e igualdade, como valores que também são defendidos na prática militante do MST e discutido junto às famílias assentadas.

Reafirmamos que na elaboração deste diagrama, ou melhor desses documentos norteadores do processo de gestão nas cooperativas, foram inseridas parte das equipes das cooperativas e demais atores dos projetos, inserindo suas dinâmicas como geradoras do processo de planejamento (diagnóstico, planejamento e monitoramento), além das visitas constantes aos P.A's na vivência assentada junto às famílias.

Assim, parte dos elementos, aqui constantes, surgem da participação nas reuniões do projeto junto aos núcleos de famílias, das associações e nos diversos processos dessa construção junto aos camponeses, desde as assessorias e as demais equipes integrando diferentes atividades e metodologias do “fazer participar para entender e defender” para que possamos ter uma cooperação mais forte e coerente com as necessidades da base camponesa assentada de reforma agrária do MST-CE.

3.2.3 Os coletivos gestores e frentes (*Produção, Comercialização, Formação, Agroindústria, Administrativo Contábil*)

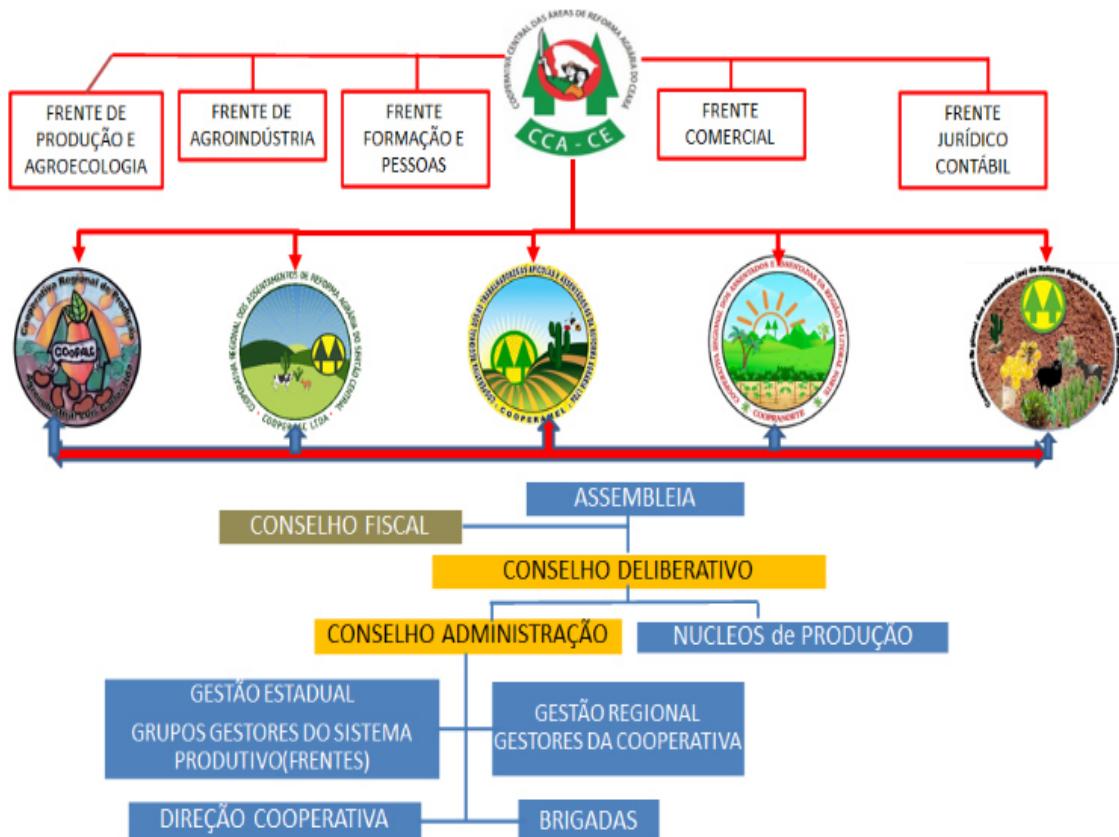
Ao longo da história do MST a formação de sua base assentada e acampada sempre foi um princípio, desde a ocupação para a organizar os usos do território conquistado ou para resistir naqueles que ainda se encontram em disputa. Nesse sentido, nos referimos a formação que vai para além das reuniões, são processos de compreensão que exige da nossa base, confiar e construir junto, experimentando, praticando os processos solidários, decisivos e muitas vezes de mudanças que não são fáceis, por isso estudar e dialogar em coletivo é uma das saídas encontrada pelo movimento para conscientizar sua base.

Muitas vezes, essa formação acontece de modo tão profundo que nem conseguimos mensurar, pois dependendo de sua metodologia, o MST tem nos levado a percepções de diferentes formas de olhar para essa construção formativa e social. Nas reflexões da pesquisadora Roseli Caldart (2001) ela nos diz que:

[...] trata-se de olhar para o MST como lugar da formação do sujeito social Sem Terra, e para a experiência humana de ser do MST, e participar da construção da coletividade Sem Terra, como um processo de educação, que é também um modo de produção da formação humana, tanto mais significativo do ponto de vista social, político e pedagógico, por ser movido por uma luta social centrada em questões de vida e morte e de vida inteira, porque vinculadas às raízes de um processo de humanização mais profundo: terra, trabalho, memória, dignidade. (Caldart, 2001, p. 210).

Dentro da proposta de gestão do MGES, foram organizados coletivos denominados frentes, que se reuniam com periodicidade para estudar, analisar e definir processos a serem realizados. Outra vertente dessa organicidade cooperativa reside no trabalho, incansável das frentes que por sua vez estão vinculadas a Cooperativa Central as Áreas de Reforma Agrária (CCA-CE), como ver-se no demonstrativo da organicidade cooperada (ver figura 26) quando traçamos seus elos de interconexões das frentes com as cooperativas. Na construção da proposta foram criadas as frentes para dar suporte aos diversos segmentos e desafios das cooperativas e agroindústrias.

Figura 26 - Organicidade cooperada a partir da CCA cooperativas regionais, assembleias e demais instâncias.

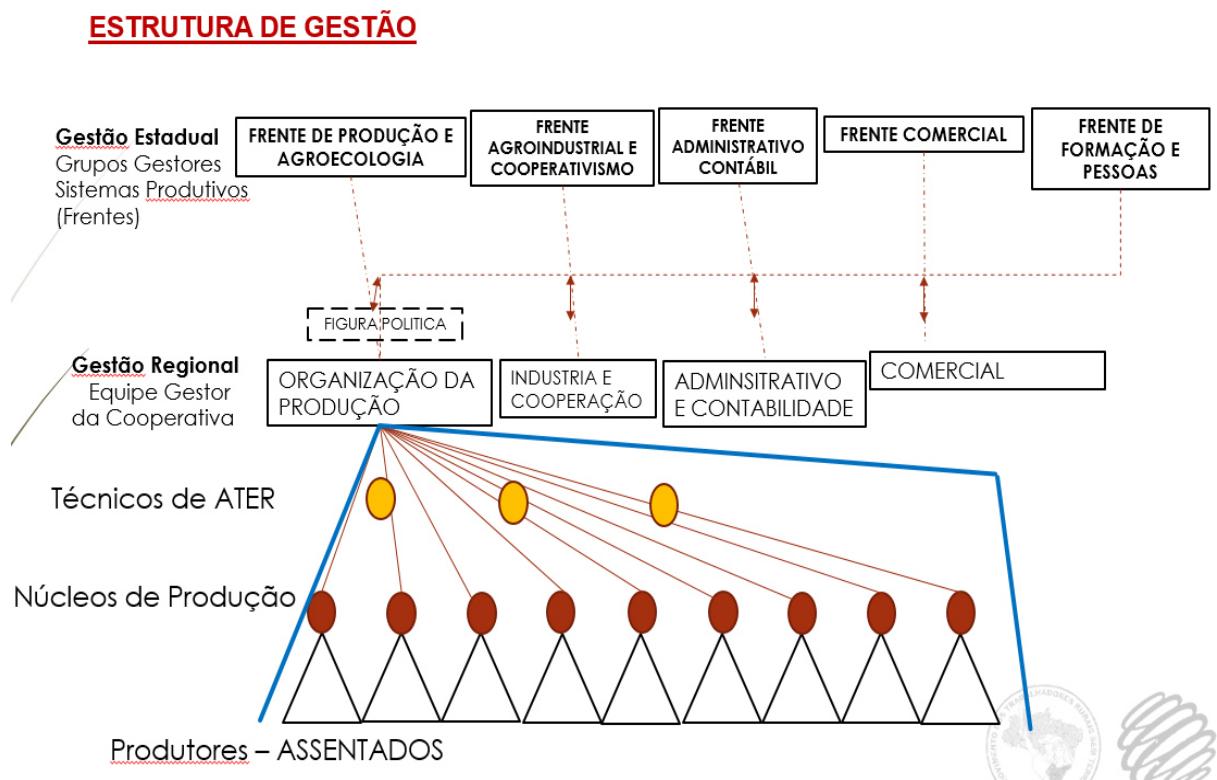


Fonte: Acervo do Setor de Produção do MST-CE, adaptação do autor, 2023.

Na continuidade, dessa foram organizativas e cooperadas, fazendo a junção com as instâncias cooperadas, as frentes e suas ações, temos constituindo junto às nossas cooperativas e associações a estrutura de gestão das entidades sociais.

Na figura 27, vamos percebendo como se dá essa teia de relações recíprocas na construção e estruturação da gestão em curso junto ao setor de produção do MST. Nessa estrutura, temos na base de nossa pirâmide de gestão, os elos mais importantes de nossa estrutura que são o alicerce de toda essa construção.

Figura 27 - Estrutura de Gestão – Sistema Cooperativista do MST-CE.



Fonte: Acervo do Setor de Produção do MST-CE, 2023.

Veja-se que são diversas ações articuladas para a convergência maior da frente que é a garantia da produção para a comercialização. Essa frente atua nas diversas cooperativas com ações para os diversos sistemas produtivos, por que numa situação de intercooperação todas as cooperativas tem que está em sintonia com as demandas para um fornecedor para outra para garantir a entrega de chamadas e demais clientes, todas as frentes se articulam para fornecer os produtos da terra conquistada, dando referência aos processos cooperados junto a CCA e o MST.

Eu vejo que o desafio é muito grande, mas não temos um outro caminho a não ser se organizar de forma cooperada. Porque a reforma agrária, ela é uma política muito ineficiente para dar conta de melhorarmos de vida e se manter no campo sozinhos, e muitas vezes são até estratégias de não investir nos camponeses para sempre dizer que a luta pela terra não vale apena, mas nossa forma organizativa e nossa solidariedade pode ser um caminho. Não temos as melhores respostas sobre “lucro, riqueza e luxo”. Mas temos construído alternativas para a “resistência, a fartura e a cultura” como caminhos para viver na terra e ser feliz. Para mim isso é cooperação com a vida e as condições camponesas (Informação verbal - Antônio José, Dirigente do Setor de Produção do MST-CE, 2022)

Essas frentes estão interligadas com a gestão da COOPERAMEL, da COOPERASC, da COOPERAMUNS, da COPRANORTE e da COOPALC em nível regional e com as frentes a nível de estado, o que garante a relação e a intercooperação com as demais cooperativas regionais e de produção com compõem a Cooperativa Central dos Assentados (CCA), essas representatividades compõe a executiva do setor de produção do MST-CE, conforme representado no organograma acima sobre esses processos na dinâmica cooperativista do MST-CE.

Para exemplificarmos melhor essas nuances trazemos presentes uma ação da frente de produção e agroecologia em que o diálogo com a COOPALC sobre a melhoria na produção de caju e castanha passa por um processo de conscientização das famílias quanto a ampliação de suas áreas produtivas. A mesma frente, com a COOPERAMUNS tem o desafio de ampliar o rebanho, mas primeiramente adotar manejos dos rebanhos e construção de saídas alimentares que garantam um padrão de carcaça para ser abatido no referido frigorífico para que possamos escoar nossa produção de qualidade. Para ampliar a compreensão das frentes expressas nas figuras 28 e 29, descreve-se um pouco de cada uma delas.

Figura 28 - Reunião com da Frente de formação com o coletivo da COOPRANORTE no P.A Lagoa do Mineiro em Itarema-CE.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022

A *frente de formação e pessoas* possui uma tarefa muito estratégica junto às cooperativas, pois trata-se de construir processos de formação e capacitação junto às famílias cooperadas, aos produtores, aos coordenadores de tanques, os colaboradores e colaboradoras das agroindústrias e demais famílias envolvidas, reuniões com os diversos coletivos (figura 28) para construir as indicações para as

capacitações de gestão e as formações técnicas.

Reafirmando a necessidade de construir sempre nossos processos de formação da consciência da base cooperada do MST, como nos reflete a dirigente do setor de formação Selma Santos (2020):

A formação é parte orgânica e constitutiva das ações do MST desde suas origens, cuja preocupação com a consciência política e ideológica de sua base social é parte da centralidade de suas ações e perpassa toda a sua História até o presente momento. Ela é compreendida como uma ferramenta necessária para o avanço da luta social, uma vez que as ações que alteram a correlação de forças nas lutas de classes, tem a ver com o nível da consciência social das massas, bem como, a apropriação do projeto político por parte dos trabalhadores. (Disponível em:<https://mst.org.br/2020/02/23/caio-prado-junior-e-a-formacao-politica-no-mst/> Acesso em 08 de maio. 2025)

Vale ressaltar que umas das primeiras tarefas do referido coletivo passou pela elaboração das ferramentas de avaliação e construção de perfis das pessoas e também na construção das diversas propostas curriculares dos cursos, metodologias de sistematização, na qual utilizou-se uma técnica que faz parte de um resgate histórico em que temos chamado de forma popular de “conversa desenhada”²⁰ (ver figuras 29 e 30), que facilita a leitura dos processos estabelecidos pelos instrutores nos cursos, estudos técnicos e reuniões para retomadas de encaminhamentos e memorização de conteúdos pelos camponeses.

Eu mesmo, tenho que dizer que esses desenhos me ajudou muito né, porque a minha leitura é pouca, eu sei o que nós temos que fazer na cooperativa e tudo né, e sobre as abelhas e o gado também, mais se a gente olhar pro desenho a gente aprende mesmo viu. Fica bem feito porque a gente ver os bichos e as coisas como deve fazer aí a gente mesmo não tendo anotado porque escrevo pouco mesmo aí até se eu tirar uma foto quando eu olhar eu já sei, para mim ajuda mesmo viu. (Informação verbal - Seu Valdeci-cooperado e apicultor do P.A Massapê em Mombaça-CE, 2023).

²⁰ A técnica da conversa desenhada surgiu a partir da utilização do desenho como meio de comunicação e registro, desde os tempos mais remotos da história da humanidade. Os homens primitivos, por exemplo, já usavam desenhos nas cavernas para registrar suas experiências e comunicar informações. Essa forma de comunicação visual evoluiu ao longo do tempo e, mais recentemente, foi adaptada para fins pedagógicos e de comunicação, como forma de sistematizar informações e experiências. A técnica da conversa desenhada, como é conhecida hoje, é uma forma de utilizar o desenho para sistematizar e comunicar informações de forma visual e interativa, sendo utilizada em diversas situações, como em lives, palestras e atividades pedagógicas.

Disponível em: <https://www.google.Como+surgiu+a+é+C3%A9cnica+da+conversa+desenhada>
Em 2021, o arte-educador Ricardo Wagner, por exemplo, sistematizou uma live de lançamento do site SERPOVOS por meio de ilustrações, dando o nome de "conversa desenhada" a essa forma de comunicação visual. Disponível em:https://ceara.fiocruz.br/serpovos/?s=&ct_post_type=post%3Apage

Figura 29 - Conversa Desenhada – Curso de BPF na COOPERAMEL



Fonte: Acervo do Autor, construção do Arte-educador Ricardo Wagner, 2023

Nós aqui do nosso assentamento participamos de todas as etapas desse curso, e todos gostaram viu, porque não é só nas nossas agroindústrias, a gente aprende tanta coisa para as nossas casas e para os nossos apiários. Foi muito bom viu, eu mesmo agradeço muito nós ter essa cooperativa, porque os cursos são importantes para todos os assentamentos, ajuda na produção, na organização e até na união viu ... porque agora quem aprendeu aí já tá dizendo que vai ensinar os outros, e aí todos se ajuda né, eu digo é bom por isso porque as pessoas se une né porque quer fazer certo né. (Francisco – Cooperado, coordenador da Casa de Mel do Assentamento no P.A Salão/Morada Nova em Mombaça-CE, 2023)

Também como elementos de sistematização dessas formas visuais, o coletivo da frente de formação também utilizou durante as capacitações algumas ilustrações, a partir da vetorização de cards digitais, conforme consta nos registros realizados em campo (ver figura 30), para facilitar o aprendizado dos camponeses nos cursos, dar uma animação nas memórias camponesas, além de realizar um diálogo prévio com todos os consultores sobre a linguagem utilizada para dar conta de atingir a percepção dos camponeses, participando das formações e realizando suas anotações.

O coletivo da formação também precisa se atentar quanto a metodologia junto às capacitações com foco em práticas com cargas horárias suficientes para que os futuros colaboradores/as pudessem dar conta dos processos.

Figura 30 - Camponeses participando do Curso de Boas Práticas de Fabricação.



Fonte: Elaborado pelo Autor, vistorização realizada pelo Arte-educador Ricardo Wagner Teixeira Fernandes, 2023.

É necessário compreender que estamos lidando com camponeses e camponesas em que pensar a formação da consciência vai para além de compreender os princípios e valores de uma organização, de uma cooperativa, passa também pela escolarização de sua base, sua cultura dentre outras questões que atravessam a condição camponesa. Por tanto, vale ressaltar que nas diversas formações se trabalhou com mulheres, homens, idosos, jovens, sem terrinhas e buscando compreender todas as possíveis diversidades dos perfis dos assentados/as e acampados/as e futuros cooperados ou colaboradores.

Destaca-se também, o quanto é estratégico termos as mulheres participando dos processos formativos, em especial das capacitações técnicas (ver figura 34), foi possível observar que nas práticas dos cursos direcionadas às agroindústrias camponesas, as mulheres foram protagonistas das formações, pela maioria ter uma escolaridade mais avançada, mas para além disso a compreensão sobre a produção de alimentos de qualidade, as condições de higienização, armazenamento dentre outros processos agroindustriais que elas dominam e na atualidade contribuem.

No caso das capacitações técnicas as capacitações de Boas Práticas de Fabricação – BPF, foi uma definição organizativa a partir do modelo de gestão que teríamos a mesma metodologia em todas as cooperativas e coletivos agroindustriais, apenas as práticas diferenciadas devido às estruturas maquinários e as técnicas de beneficiamento da matéria prima, mas os camponeses e camponesas foram muito assíduos e muito participativos.

Figura 31 - Camponesas com placa informativa no Curso de boas práticas apícolas e Cooperadas no Curso de Boas Práticas Apícolas

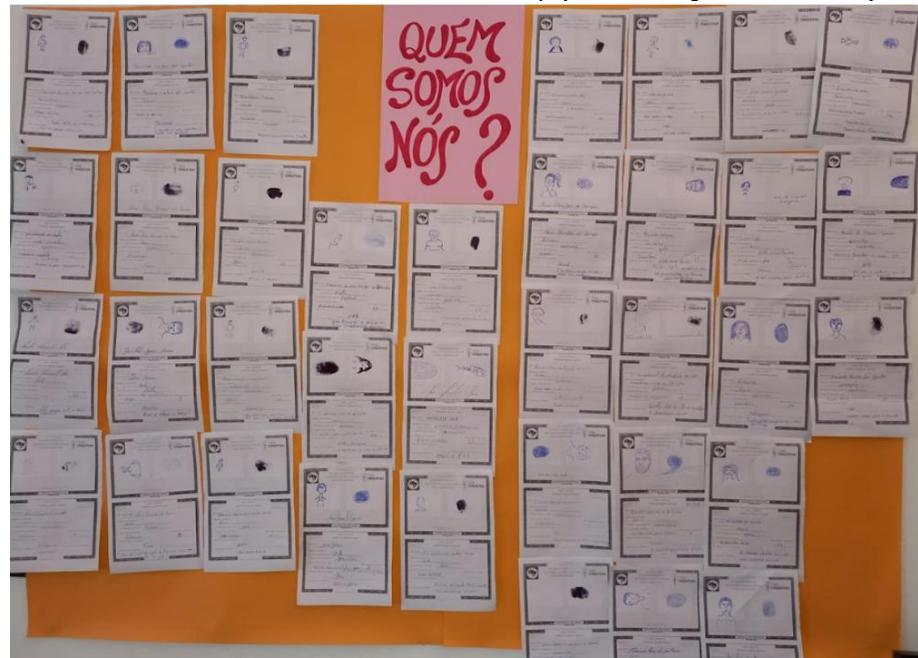


Fonte: Elaborado pelo autor no P.A Salão Morada em Mombaça-CE, 2023.

Para estas capacitações a frente de formação fazia toda uma acolhida e apresentação dos participantes, com uma dinâmica de participação a partir de uma identidade lúdica para conhecer quem eram os camponeses e camponesas (conforme figura 31), é um processo de resgate identitário e auto-reconhecimento do campesinato e em seguida eram distribuídos os materiais didáticos (apostilas, canetas e outros), alguns Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) com foco nas práticas já no chão das agroindústrias, como também faziam parte das observações para futuras contratações dos primeiros gestores e colaboradores das cooperativas agroindustriais vinculadas ao modelo de gestão do MST-CE.

Durante todas as capacitações eram realizados os registros dos momentos de participação e ao final o coletivo da frente de formação elaborava um resumo dos momentos para ficar como memória para os camponeses cursistas que tinha mais dificuldades com as leituras da apostila, pois era uma sistematização que facilitava o aprendizado. Nesse sentido, elaboravam um mural para colocar nas sedes das cooperativas e associações e como forma de assimilar para os cooperados que participavam do curso se elaborava um compilado de fotos onde se realizavam a vetorização das imagens com as informações transformando numa breve “telenovela”, que os cooperados recebiam e ao acessar as imagens e os balões informativos iam rememorando todo o conteúdo. A figura 35 retrata a realização do curso de BPF na COOPERAMUNS.

Figura 32 - Painel das identidades lúdicas (apresentação dos camponeses)



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2023.

Figura 33 - Telenovela do Curso de BPF na COOPERAMUNS



Fonte: Elaborado pelo Autor, vetorização e produção da “telenovela do arte-educador, Ricardo Wagner Teixeira Fernandes, 2023.

Para além de todos esses momentos de formação para compreender como de seria o funcionamento das agroindústrias, instalações de algumas máquinas, dentre

outras questões, o MST também tem que cuidar da consciência política das suas direções, mas também pensando na diversidade humana (social, sexual de classes, etc) que temos no campesinato na contemporaneidade em vários assentamentos de reforma agrária do Brasil.

Nessa sintonia, trata-se de estabelecer que as formações do MST é para formar pessoas (militantes, camponeses), mais acima de tudo com respeito às diferenças, pois todos estes estarão nas trincheiras da luta pela reforma agrária contribuindo em nossas cooperativas e agroindústrias, construindo o projeto de campo e de sociedade que queremos. Neste sentido, Santos (2020), ainda acrescenta que:

[...] a formação está ligada à necessidade de formação de militantes, dirigentes, quadros, capazes de interpretar a complexidade histórica (desde a grave crise econômica do capital, aprofundamento do imperialismo sobre as comunidades do mundo, a barbárie, o aumento do ódio/intolerância, a crise ambiental, a expropriação dos territórios de comunidades tradicionais, o reacionarismo de determinadas religiões, o genocídio sobre os trabalhadores pobres, negros, mulheres, jovens, imigrantes, étnica, as questões LGBTs, etc.). (Disponível em: <https://mst.org.br/2020/02/23/caio-prado-junior-e-a-formacao-politica-no-mst/> Acesso em 08 de mai. 2025)

Em suma, a frente de formação terá sempre sua atuação estratégica em todos os momentos da cooperação, pois as pessoas e as relações econômicas, políticas e sociais dos camponeses se dão em todos os seus espaços formativos. Por esta razão, na proposta do modelo de gestão das cooperativas do MST-CE, diversos processos de formação de quadros, de reciclagem dos colaboradores e demais instâncias organizativas serão acionadas pela frente de formação junto ao setor de produção, cooperação e meio ambiente (SPCMA.)

Como fruto da proposta integrada às frentes, destacamos a *frente de produção e agroecologia*. Que reflete sobre as alternativas produtivas do MST-CE na construção da agroecologia. Sobre esta perspectiva, Lima (2015 p. 33), nos reflete que os camponeses têm a capacidade de pôr gerenciamento próprio, realizar a unificação dos instrumentos disponíveis como integrantes de seu processo produtivo, seja pela adaptação, seja pela criatividade.

Sem desprezar os avanços tecnológicos, mas fazer uma junção dessas construções que por vezes refletidos como atrasados e outros como modernos, vale refletir sobre o que expõe Andriolli (2005).

Apesar da hegemonia das assim chamadas tecnologias modernas na agricultura, métodos agrícolas tradicionais ainda podem ser encontrados. A combinação entre tecnologias tradicionais e “modernas”, que foi desenvolvida em decorrência do reduzido poder de investimento dos agricultores, pode ser uma explicação para o fato da agricultura familiar ter um menor custo de produção e para a existência de muitas pequenas propriedades agrícolas. No entanto, a grande novidade em termos de resistência a tecnologias geradoras de dependência, exclusão social e destruição ambiental é o movimento agroecológico. (Andrioli, 2005. p.31).

A frente de produção e agroecologia, tem funções importantes junto ao modelo de gestão das cooperativas agroindustriais, elas têm feito uma das melhores pontes junto aos núcleos de produção. As reuniões do coletivo da frente, é coordenada pelos camponeses que representam a coletividade das produções camponesas e agroecológicas que devem vir para as agroindústrias camponesas.

Nesse sentido, a organicidade desta frente faz o trabalho de visitar os apiários, ao grupo dos produtores de castanha e caju, da mandiocultura e demais plantios com a tarefa de orientá-los sobre os processos produtivos agroecológicos nos territórios dos assentamentos.

O coletivo da frente tem desenvolvido parcerias junto às escolas do campo de ensino médio, em que os filhos dos assentados, estão cursando o curso Técnico em Agroecologia, por sua vez vão estagiar nos territórios da reforma agrária e reforçar os trabalhos da frente e ajudar na organização dos núcleos produtivos agroecológicos e na articulação das agroindústrias.

No âmbito da pecuária, a frente tem construído uma parceria junto às escolas, mas também contando com a parceria de veterinários das equipes de ATER do Setor de Produção do MST, que por sua vez auxiliam na produção pecuária no desafio da agroecologia para as agroindústrias camponesas no beneficiamento do leite e no processamento de carnes de ovinos e caprinos, onde pensar a parte do alimento dos animais, as pastagens não envenenadas e outras vertentes da agroecologia são construções desafiadoras junto à frente de produção e agroecologia.

Além disso, todo o coletivo tem se desdobrado nas formações na área de melhoramento genético, manejo sanitário dos rebanhos, realizando dias de campo, cursos específicos (ver figura 35), para assegurar as certificações, intercâmbios dentre outras necessidades que os camponeses cooperados tiveram que exercitar com a mudança de comercializar os produtos nas cooperativas para beneficiar nas agroindústrias.

Olha com o modelo de gestão, aí veio a frente né de produção que é o pessoal da agroecologia, prá nós mudou muita coisa, porque a gente se compromete né, porque agora nessas reuniões aí da certificação, aí um fiscaliza o outro né, e a agroecologia prá nós é o certo né porque não usa veneno e a gente tem como provar. Porque se nós não fizer assim aí a nossa agroindústria não vai dar certo né. (Irmão Antônio, assentado do Bernardo Marin II em Russas-CE e Cooperado COOPALC, 2023).

Figura 34 - “Conversa Desenhada” - Curso de Manejo Sanitário Apícola (Colheita e Pós Colheita)



Fonte: Elaborado pelo autor, construção do Arte-educador Ricardo Wagner Teixeira Fernandes, 2019.

Como vemos na ilustração acima, trata-se da realização de uma das atividades em parceria com a frente de produção e agroecologia e a frente de formação, que realiza a articulação com os cooperados, o território e suas necessidades, onde vê-se uma sistematização sobre a importância do fortalecimento da apicultura em suas vidas, como se armazena, colhe, temperaturas adequadas, dentre outros cuidados para sermos certificados e aprovados com os selos do Selo de Inspeção Municipal - SIM e Selo de Inspeção Federal – SIF. Ressalta-se que há uma relação de confiança dos assentados que produzem para a agroindústria, quando discutimos a agroecologia na perspectiva do fortalecimento da cooperação, pois as agroindústrias camponesas são a divulgação social da qualidade da produção camponesa.

Outra frente, que também se soma fortemente nesse arranjo da gestão das cooperativas agroindústrias é a frente jurídico contábil, esse coletivo reúne com os gestores administrativos contábeis que são os responsáveis pelas questões burocráticas, financeiras e econômicas das cooperativas e agroindústrias.

Na construção da proposta da frente junto ao modelo de gestão das cooperativas do MST-CE se tomou como definição construir o Curso de Gestão de Cooperativas, que ocorreu em 2019, contando com a participação de jovens de diferentes regiões do Estado, considerando os cinco grandes sistemas produtivos trabalhados inicialmente.

Cada ação dessas, passava por um processo de registro, que gerava relatórios e elementos para propiciar a análise do processo de gestão em curso. A imagem a seguir retrata o diálogo realizado em meados de 2019, sobre os objetivos do Setor de Produção do MST-CE.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico, o Curso de Gestão em Cooperativas para beneficiários (as) do Projeto São José III junto às cooperativas e associações com foco nas agroindústrias, pautou-se como demanda das cooperativas, por entender que os gestores e gestoras das várias frentes juntas a agroindústrias teriam que adquirir conhecimentos contábeis, técnicos, produtivos, comerciais, dentre outros.

Pois entendia-se que o perfil para realizar a gestão destes empreendimentos necessitaria desses conhecimentos e práticas, pois os mesmos teriam que dar suporte à parte produtiva, organizativa e comercial dos sistemas produtivos desenvolvidos pelas famílias dos assentamentos de reforma agrária distribuídos em 98 associações e as cooperativas regionais agroindustriais de forma a fomentar o fortalecimento dos sistemas produtivos do LEITE, do MEL, do CAJU, da MANDIOCA e dos OVINOS e CAPRINOS.

Para nós o curso foi de suma importância mesmo, porque somente com o contato com os instrumentais, as tabelas, os balanços, orientações de precificação, contratação, direitos trabalhistas dentre outros, mesmo que sendo os advogados e os contadores que nos orientaram, mas agora nós como filhos de assentados e gestores é que vamos ter que tocar, pois são desafiadores mais sem o curso aí é que nós não conseguimos, de fato o MST tem pensado em tudo, porque para nós essas cooperativas e essas agroindústrias é uma conquista, mas não é fácil para fazer essa gestão, por isso viemos para aprender e praticar. (Lúcia – Cooperada e Gestora Administrativo Contábil da COOPERAMUNS, 2023).

Nós que somos da COOPERAMUNS e temos que ajudar na nossa agroindústria de caprinos e ovinos, eu nem sei, mas a gente aprendeu tanta coisa. Porque nem a gente que cria os bichos num sabia tudo isso né, outra coisa é os padrões né de carcaça, os cortes, os nomes que para nós esses nomes dos cortes, ninguém quase sabia, agora nós já estamos começando a aprender. E sobre o manejo dos animais, para engorda, para abate, a questão das pastagens, tudo foi muito bom eu agradeço muito pelo MST, os instrutores e o pessoal da Mundukide e as cooperativas e os assentamentos que confiaram em nós porque é muita coisa viu. Nós dos caprinos aprendemos muito viu. (Tarcinélio – assentado, cooperado - Aluno do Curso de Gestão – Sistema Produtivo da Ovinocaprinocultura, 2023)

A frente administrativo contábil e a formação e pessoas realizaram uma seleção por sistemas produtivos, mas todos faziam o curso mais o conteúdo da parte administrativa contábil teria os diferenciais de produtos, fluxos, diagnósticos, balanços, dentre outras questões com especificidade para cada sistema produtivo.

Figura 35 - Cursistas do Sistema Produtivo de Ovinos e Caprinos



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2019.

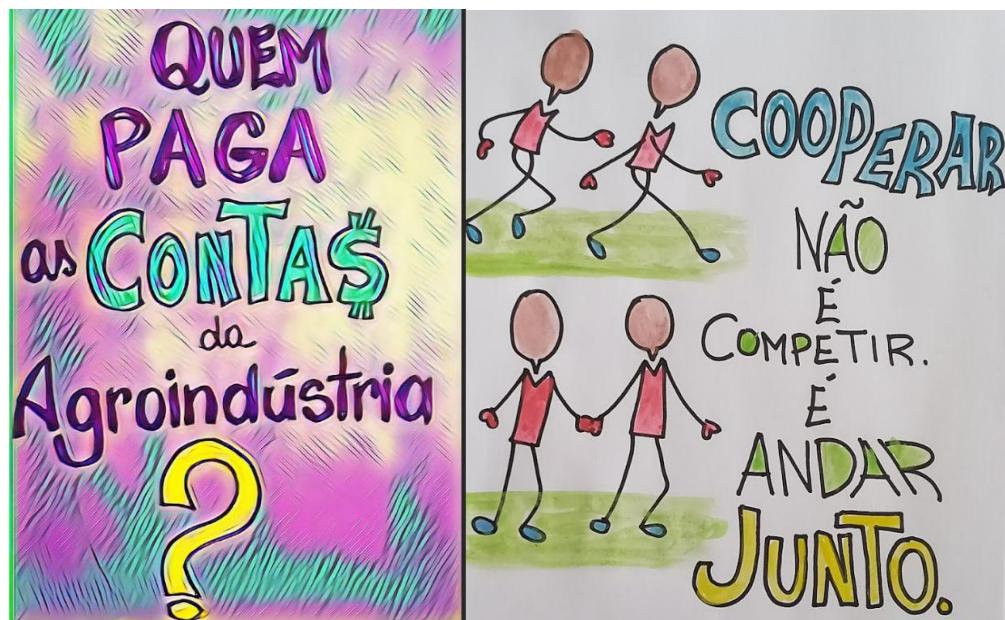
Na referida imagem (figura 35), vemos a turma de jovens dos assentamentos da região dos caprinos, este foi um curso com carga horária de 1520 horas com 60 educandos, a maioria jovens, realizada a partir da pedagogia da alternância. Durante o período de 6 meses, destinado aos filhos de assentados/as com nível médio concluído, inserido nos movimentos sociais e ou organizações populares do campo,

e ser indicado (a) pelo movimento ou comunidade e assentamentos nos quais encontravam-se inseridos.

Assim, a proposta era integrar a ação de todos os/as agentes que participam no assessoramento das cooperativas junto às direções políticas do Movimento e do Setor de Produção, de modo a consolidar o modelo de gestão com foco na gestão das cooperativas e suas agroindústrias, formando em gestão a fim de desenvolver cooperativas de referência que logo possam serem espaços de estágio para as demais cooperativas.

Quando concluímos o curso, percebemos que os gestores administrativos tinham tanta coisa para dar conta que não sabíamos como enfrentar viu. Nós hoje temos que ajudar na construção dos estatutos das associações, das cooperativas, organizamos as assembleias anuais, ordinárias, extraordinárias, contratos, licitações, chamadas públicas, documentação das certificações, sistemas de inspeção, celebração de convênios, balanços, fluxos de caixa, pagamento de pessoal, contratação, demissão, vendas, saídas entradas ... organização das eleições das diretorias, balanços, DREs dentre outras atribuições jurídicas e contábeis que são estratégicas e fortalecem o modelo de gestão das empresas sociais do MST-CE. Meu Deus! Nunca pensei que após esse curso teríamos tanta demanda, de fato a *gestão das cooperativas é o coração de nossas agroindústrias* e de tudo, sem a organização dos camponeses também lá nos núcleos nada anda né, tudo tem que interagir para funcionar, mais o curso foi o que nos orientou mesmo (Informação verbal, Márcia Páscoal – Assentada e Cooperada - Gestora Administrativa Contábil da COOPERASC, 2023).

Figura 36 - Conversa Desenhada – Indagações/Afirmções da Frente Administrativo Contábil (Curso de Gestão)



Fonte: Elaborado pelo Autor, construção do Arte-educador Ricardo Wagner Teixeira Fernandes, 2019.

Na construção do curso, os/as filhos/as de assentados sempre traziam várias indagações para refletirmos sobre as temáticas retratadas nesta pesquisa e questionavam com a juventude curiosa, ousada, mais desafiada, tais como, e “se essa agroindústria não funcionar que paga a conta?” (Figura 36). Depois chegaram também a algumas afirmações, como por exemplo, uma jovem fala “cooperar não é disputar é andar juntos” (Figura 36), se não nunca vamos conseguir.

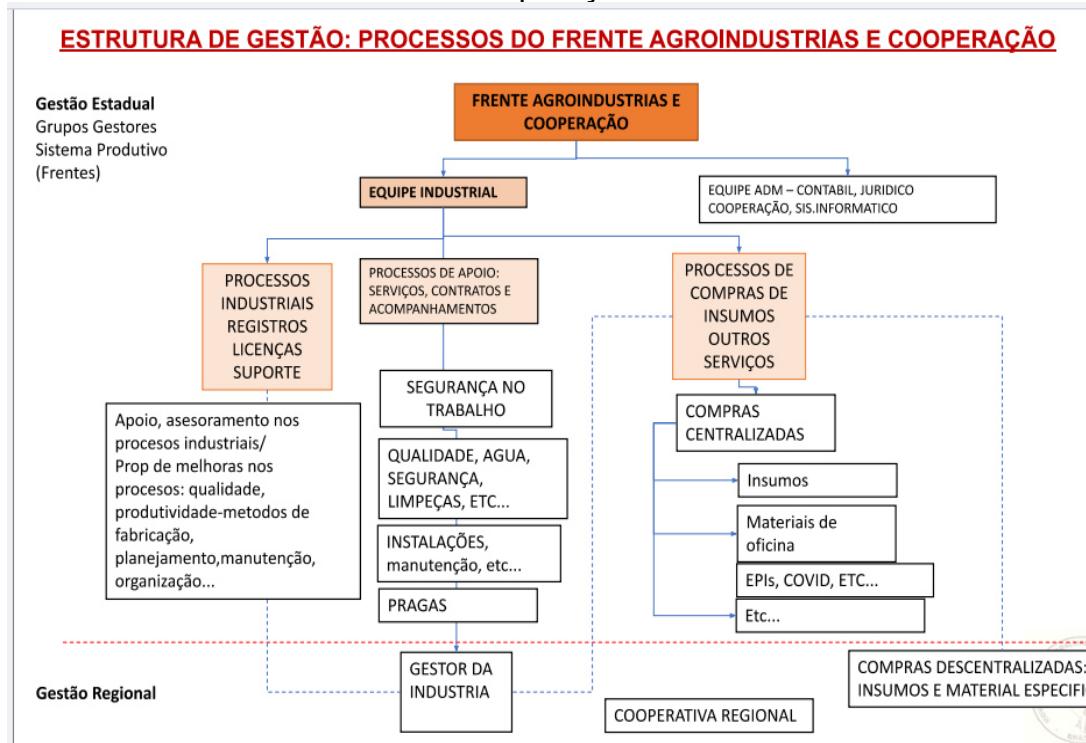
Vale ressaltar que na atualidade, após reuniões das frentes com o setor de educação do MST, foi possível a criação de um curso de Técnico em Administração com ênfase na gestão das empresas sociais, que funciona nas escolas do campo de ensino médio do MST e que já formou uma primeira turma no Estado. Esses jovens cursistas realizaram estágios nas cooperativas e agroindústrias, e alguns já estão contribuindo com os processos orgânicos no assentamento, e nas associações e cooperativas.

As frentes de agroindústria e cooperação, que passaram a atuar com profundidade com a implantação das agroindústrias e seu funcionamento. As agroindústrias camponesas e a cooperação são pontes necessárias para o fortalecimento do MST e de sua base assentada. Nessa perspectiva, a gestão das cooperativas com a conquista das agroindústrias tem sido uma realidade desafiadora

para os camponeses produtores, gestores e cooperados de uma forma geral. Trata-se de garantir o funcionamento das agroindústrias, mas acima de tudo conscientizar para um processo de produção e comercialização de forma cooperada.

Na construção coletiva das demandas das agroindústrias, temos que realizar processos de planejamentos a nível estadual, por entender que as frentes sempre atuarão com outras frentes para dar conta das questões das cooperativas e agroindústrias, articulando as diversas instâncias como nos mostra o formato de estruturação a partir do organograma da figura 37.

Figura 37 - Estrutura de gestão de processos da Frente Agroindústrias e Cooperação.



Fonte: Acervo do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST-CE (2022).

Como vemos na figura 37, quando explicitamos claramente como vemos inicialmente as agroindústrias nos remetemos a esclarecer que o olhar dos assentados tem sempre as pretensões lucrativas. Postura até compreensível inicialmente pela classe trabalhadora, quando comparado com os proprietários das indústrias na lógica capitalista. Sem contar que a maioria de nossos assentados, antes de conquistar a terra a partir da luta do MST, viviam como empregados do senhor da indústria, da fazenda, da terra e etc.

Na oportunidade, ressaltamos que as frentes constroem essa junção como

força organizativa do movimento, mas acima de tudo para dar conta de melhorar sua renda com as vendas dos produtos para a agroindústria e beneficiar, e acreditar que esse agregar valor volta para as famílias na condição de recursos, mais também como autonomia e segurança enquanto camponês do que produzo, do que vendo, melhorando a qualidade que ofertamos para consumo e acima de tudo reforçando a cooperação agrícola e a reforma agrária. Isso é um avanço ambiental, produtivo e humano que os lucros não contabilizam.

Figura 38 - Conversa desenhada Seminário sobre as agroindústrias camponesas



Fonte: Elaborado pelo Autor, construção do Arte-educador Ricardo Wagner Teixeira Fernandes, 2021.

Nos reportamos à frente de comercialização como uma frente muito desafiadora e uma das mais estratégicas para o sucesso das agroindústrias camponesas. Tendo em vista que um dos maiores desafios dos territórios da agricultura familiar e camponesa é os mercados, pois seu acesso é muito burocrático e a busca pela construção de um canal de comercialização com fixação e com valorização dos produtos da agricultura camponesa é muito desafiador.

Nesse sentido, a frente tem por tarefa crucial, a garantia de acesso aos mercados, que na parceria com o Estado e outras entidades o que mais tem sido possível são os mercados institucionais com base nas chamadas públicas de programas com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que tem sido uma forma de nossos produtos chegarem até os hospitais, casas de idosos, fundações, presídios

dentre outras repartições que aderiram o PAA na proposta da Lei nº 11.947²¹ . Que regulamenta que 30% destes alimentos devem ser provenientes da agricultura familiar. Como nos diz o assentado do P.A Nova Canaã em Quixeramobim-CE, vender para o governo é bom o ruim é porque atrasa.

Quando a nossa cooperativa, ganha para botar no P.AA claro que a gente fica muito feliz, porque estamos valorizando nosso produto, fortalecendo nossa agroindústria e também nossa cooperativa, mais infelizmente nosso maior problemas são os prazos de pagamento desse programa porque para nós pequenos produtores fica muito complicado passar até 03 meses como já aconteceu sem recebermos, porque a gente tem que comprar a ração para os bichos e nossa comida né ... eu digo assim que é bom, mas para nós esse governo dificulta muito viu, porque os grande tem dinheiro em caixa, por isso que eles ganhavam essas chamadas e acumulam porque o preço é bom, mais para o pequeno se demorar ele sofre muito, e o grande tem como esperar, mas vamos a luta né ... (Informação verbal - Adauto, produtor de leite e cooperado da COOPERASC, 2023).

Ainda nesse desafio de acessar mercados institucionais, tivemos que realizar junto com a frente de formação e pessoas algumas formações com o agente de vendas e frente administrativo contábil sobre as chamadas públicas, onde podemos entrar e fornecer e garantir a demanda o que temos nas cooperativas regionais que podemos entrar em solidariedade da intercooperação, mas o debate é que as cooperativas agroindustriais têm que concorrer para sobreviver enquanto entidade e indústria.

Para esses momentos realizamos cursos de formação em compra institucional (figura 44), com planejamentos, visita a fornecedores, apresentação de catálogo e negociações dentre outros caminhos para fluir a comercialização.

²¹ A Lei nº 11.947, de 13 de julho de 2009, estabelece que no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) devem ser destinados à aquisição direta de produtos da agricultura familiar. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Lei+que+regulamente+os+30%25+para+a+agricultura+familiar>

Figura 39 - Conversa desenhada Formação sobre Mercados Institucionais



Fonte: Elaborado pelo Autor, construção do Arte-educador Ricardo Wagner Teixeira Fernandes, 2021.

Com relação aos mercados convencionais, esse sim, tem sido o nosso maior desafio, não porque o MST não tenha produtos de qualidade, porque os produtos das cooperativas de camponeses têm todo uma história, uma simbologia e um caminho sobre a verdade de nossa produção desde o modo como se cultiva, as relações estabelecidas no campo produtivo, ambiental e humano estão embutidas até chegar nas prateleiras.

Nosso desafio reside nos preços ofertados pela grande concorrência, que chega a ser desleal com a produção camponesa. Estamos diante de muitos empresários principalmente no ramo dos laticínios e demais *commodities*, trata-se de uma relação muito desigual, pois muitas das cooperativas camponesas por não ter capital de giro e o Estado não se responsabilizar por isso, os impérios alimentares, as corporações do mercado de alimentos, conseguem dominar a precificação no mercado convencional ao ponto de se tornar inviável para os camponeses as vendas em alguns estabelecimentos.

Na construção das ações vinculadas à comercialização sabemos que existe uma necessidade de planejamento (ver figura 45) contínuo de suas tarefas, pois assim como o mercado é dinâmico os consumidores, os locais, os preços e etc, tendem a ser modificados pela demanda do consumo da sociedade.

Figura 40 - Conversa desenhada Formação sobre os desafios da comercialização.



Fonte: Elaborado pelo Autor, construção do Arte-educador Ricardo Wagner Teixeira Fernandes, 2021.

Há muitos problemas com a inserção dos camponeses na lógica mercadológica que temos, como diz nossa camponesa e cooperada Maria de Jesus, nosso mercado tem que ser popular. Em uma das reuniões em sua cooperativa a assentada nos refletia sobre qual o papel dos camponeses na produção de alimentos e qual deve ser nossa relação com o mercado.

Nós aqui do assentamento, decidimos se cooperar e produzir para as nossas agroindústrias, mas nós não queremos essa lógica de subalternização aos outros produtores grandes não, essa ideia de integrar para comercializar é uma ameaça a nossa autonomia, nós do MST, acreditamos que essa proposta das cooperativas agroindustriais terão que encontrar um canal de aliança com os consumidores, porque nossa saída é com os consumidores, claro que para além das nossas feiras que são estratégicas, mas não podemos ser regulados e nem mediados pelos grandes consumidores e ou empresas que ditam nossos preços e o que querem que nós produza. (M.J – Assentada e Cooperada da COOPALC, integrante do Grupo de Mulheres do Laticínio de Castanha de Caju, 2023).

Ao pensarmos a comercialização como estratégia de resistência e sobrevivência camponesa, temos que garantir que nossa aliança com a produção de alimentos que faz o elo campo e cidade não pode ser regulada pela lógica do mercado, defende-se um mercado aliado com o povo, como é o que defendemos com a implantação do armazém do campo do Ceará, como uma aposta de driblar algumas relações com essa concorrência brutal com os “super”, “hiper” e “mega” mercados que não respeitam as lógicas da produção camponesa e desvalorizam seu trabalho e seus produtos, por mais que não queiramos aceitar, a condição camponesa exige que

pensar o preço faz uma grande diferença e tem muitas consequências para a vida dos camponeses, afinal é seu sustento e sua renda que se discute na condição de mercado.

Fechando esse ciclo junto à organização das frentes estaduais destacamos a frente de infraestrutura e projetos com o olhar da gestão das cooperativas agroindustriais e sua organicidade. Nesse cenário trazemos presente o que temos de gerar sobre toda a parte de máquinas, equipamentos, transportes e demais infras que deem conta de melhorar a logística das agroindústrias camponesas.

No âmbito dos projetos, o coletivo da frente tem planejado diversas ações com foco na conquista de investimento a partir de projetos que fomentem a comercialização, numa rede de mercados que garantam o escoamento da produção de nossas agroindústrias. Além destas buscas, a luta pela liberação de um capital de giro para as cooperativas com uma gestão articulada com o compromisso das chamadas públicas institucionais, pois as políticas públicas no âmbito da cooperação e da agroindustrialização tem se mostrado muito incipiente e na condição camponesa por muitas vezes considerada inexistente.

Compreendendo que ao se fortalecer a organização das frentes temos um avanço também nos sistemas produtivos em suas regiões e territórios, projeta-se que a médio prazo, haverá uma ressignificância em todos os processos. No entanto, é necessária a regularidade nas ações de uma assistência técnica vinculada aos processos agroindustriais e cooperativos daqui para frente. No atual cenário, essa necessidade de uma produção organizada, de qualidade para atender aos mercados específicos e mantendo uma gestão comprometida com a reforma agrária na perspectiva da geração de renda e autonomia camponesa, é processo fundamental para as condições camponesas.

Ainda assim ressalto que há também uma vertente que caminha junto a todas essas ações das frentes que é o desafio conjunto de materializar a experiência dos sistemas produtivos à condução a partir de uma matriz de base agroecológica, com foco nas relações humanas na cooperação e demais processos produtivos e organizativos.

Sem dúvida, todas as iniciativas citadas até aqui junto às frentes estaduais para fortalecer a gestão, se faz necessário reconhecer que tudo isso só acontece porque temos tido a capacidade de nos mobilizar e nos organizar de forma coletiva. Não há saídas individuais e nem só uma família ou um assentamento teria conseguido

tamanha conquista de forma individualizada, sem um processo cooperativo entre 2.607 (duas mil seiscentos e sete) famílias dos 121 (cento e vinte um) assentamentos envolvidos na produção de matéria prima para garantir o funcionamento das agroindústrias camponesas nos cinco sistemas produtivos.

4 OCUPANDO, RESISTINDO E NEGOCIANDO EM DEFESA DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA DO MST-CE

Nós “sem terra” precisamos construir esse controle político daquilo que a gente produz, e esse controle político e econômico tende a evitar a presença de atravessadores que vão levar para as grandes agroindústrias e vão descharacterizar o nosso produto. Então tudo que a gente produz, ou muito do que a gente produz acaba indo para os atravessadores para o mercado e as pessoas nem sabem que aquele é um produto que vem das áreas de assentamento. Então a agroindústria também tem essa tarefa de forjar essa identidade do produto, o alimento produzido pelos assentamentos por nossos acampados e assentados em seus processos cooperados e de muita coletividade em situações bem difíceis, mais produzindo como camponeses e camponesas da reforma agrária do MST. (Trecho de Entrevista com João Paulo Rodrigues da Direção Nacional do MST, 2023).

Os desafios da agroindustrialização na reforma agrária, vem de longas datas, buscando uma construção necessária para a sustentabilidade de um projeto político que fortaleça as atividades produtivas camponesas no campo e que contribua na melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas. O MST do Ceará em seu processo organizativo e de luta tem nos mostrado que a simples desapropriação das terras para os trabalhadores/as não tem concebido garantias e condições efetivas de reprodução camponesa e de mudanças sociais.

É fato que o MST tem sido ousado quando pautou coletivamente a necessidade de construirmos agroindústrias camponesas para comercializar nossos produtos, bem antes do Ceará conquistar as agroindústrias os “sem terra do Estado de Santa Catarina” já diziam que industrializar é afirmar que temos que agregar valor às nossas produções.

A industrialização e comercialização são um estágio superior da nossa proposta de assentamento e nossa proposta de Reforma Agrária. Primeiro vem a questão de produzir o auto sustento, a comida, e a matéria-prima. A agroindústria vem no sentido de agregar valor. Há quinze anos discutimos que nosso grande desafio era a industrialização e comercialização dos produtos dos assentamentos. Não podemos dizer que isso está superado, mas acho que demos passos importantes na industrialização dos produtos da Reforma Agrária, inclusive do ponto de vista político e ideológico. Pois a industrialização não é só uma questão econômica. A partir do momento que a gente vende um litro de leite que tem o timbre do MST, estamos disseminando uma ideologia e provando a viabilidade da Reforma Agrária. (Trecho de Entrevista ao Jornal Sem Terra - Euclides Rodrigues - COOPEROESTE) Disponível em: <https://mst.org.br/2009/07/28/o-potencial-de-nossas-cooperativas>.

Pensando nas possibilidades de ampliar a política pública, desde os créditos e fomento às infraestruturas em territórios da agricultura familiar e camponesa, temos que refletir que essas encontram-se amparadas as estruturas hierárquicas do Estado em que a cada mandato presidencial e/ou governamental encontram-se em suas intenções e promessas que por vezes não iludem muito os camponeses organizados no MST que seguem lutando.

E lutando por agroindústrias camponesas para afirmar com nossos produtos que a reforma agrária é viável, e que o MST quer terra para trabalhar, produzir comida e libertar os camponeses dos atravessadores e exploradores. Por tanto reflete-se que:

É através das agroindústrias que os assentados conseguem agregar mais valor e provar que a Reforma Agrária é viável. Fortalecemos assim os laços de cooperação entre as famílias assentadas, oferecendo alimentos industrializados à sociedade e criando espaços de vida digna para as pessoas que vivem nas áreas de assentamentos. Além disso, se consegue quebrar o tabu da mídia, que diz que o MST é só enfrentamento. Através da produção, industrialização e comercialização dos produtos da Reforma Agrária, mostramos a face do Movimento que a maioria da população não conhece. (Trecho de Entrevista ao Jornal Sem Terra - Euclides Rodrigues - COOPEROESTE). Disponível em: <https://mst.org.br/2009/07/28/o-potencial-de-nossas-cooperativas>

Nesse caminhar, nas disputas por políticas e projetos junto ao Estado, seja por questões ideológicas ou materiais, constroi-se junto ao governo a necessidade de investimentos para fortalecer os sistemas produtivos dos camponeses como uma alternativa junto aos projetos existentes em parceria com o Banco Mundial, no caso mais específico os assentamentos que estavam vinculados pelas implantações do Projeto São José - PSJ (Ver figura 41).

A figura 41 retrata, o então governador do estado, Camilo Santana²² no Ceará em 2022, fazendo o anúncio do fortalecimento dos sistemas produtivos da agricultura familiar, priorizando fortalecer as regiões e territórios. E que tinham sido contemplados com o investimento da agroindustrialização, para assim ir fortalecendo as possibilidades da comercialização dos produtos da agricultura familiar e camponesa.

²² Desde de 2023 é o ministro da Educação do Brasil e senador (licenciado) pelo Estado do Ceará.

Figura 41 - Anúncio de entregas no Dia de São José sobre recursos para as Cadeias Produtivas (Sistemas Produtivos da Agricultura Familiar) em 2019.

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Day of São José: Government of Ceará announces investments of R\$ 400 million for the rural sector

Cadeias produtivas



Fonte: Ceará, 2022.

As primeiras linhas de investimento do PSJ, iniciou no Ceará em 1995, com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (Banco Mundial) para implantação do Programa de Apoio ao Produtor Rural -PAPP. Aqui no Ceará, ganhou a denominação de Projeto São José em referência ao padroeiro do Estado, que os devotos e as diversas crenças camponesas que sempre nos afirmam que o ano será bom de inverno e produtivo para os agricultores se formos agraciados com a “chuva de São José”.

Anualmente, a data é marcada por anúncios de entregas por parte dos governos estaduais, como nos mostra a figura 49, referente ao ano de 2025. As entregas nessa data para os agricultores já é uma tradição do dia de São José e é continuada pelos governadores sucessores no Ceará.

Figura 42 - Anúncio de entregas governamentais no Dia de São José sobre recursos para as Cadeias Produtivas (Sistemas Produtivos da Agricultura Familiar) em 2025.

Dia de São José: Governo do Ceará anuncia R\$ 572 milhões para o fortalecimento da agricultura familiar e combate à fome

19 DE MARÇO DE 2025 - 14:23

Texto e fotos: Casa Civil



Fonte: Ceará, 2022.

O Dia de São José é tratado pelo público do campo como um ato de prestação de contas dos secretários de agricultura e desenvolvimento agrário do Estado como também o anúncio de novos investimentos e entregas de maquinários e implementos, aquisição e desapropriação de áreas dentre outras atividades são direcionadas para o período festivo. Como diz a reportagem da ordem do dia:

[...] no Dia de São José os agricultores esperam um dia de chuva como bom presságio para o plantio, todos já sabem. No entanto, no Ceará, aqueles que atuam diretamente na agricultura familiar têm outro motivo para aguardar ansiosamente o dia 19 de março. É porque por aqui já se tornou tradição o Governo do Ceará fazer um anúncio de investimentos nesta data. Hoje não foi diferente. Disponível em: <https://www.sda.ce.gov.br/2025/03/19/dia-de-sao-jose-governo-do-CEara-anuncia-r-572-milhoes-para-o-fortalecimento-da-agricultura-familiar-e-combate-a-fome/>.

De acordo com Eleutério *et al* (2019), o Projeto São José I, também denominado Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), surgiu com o objetivo de reduzir

dificuldades enfrentadas pelos homens e mulheres do campo com foco na redução da pobreza na zona rural do Estado do Ceará. Em 2002, foi lançado o Projeto São José II, o qual foi destinado ao combate da pobreza rural no Ceará.

Nos Projetos São José I e II os investimentos foram focados especialmente em projetos de eletrificação no campo, introdução de máquinas na produção agrícola e fornecimento de água. Ambas se destinavam a garantir acesso de famílias rurais carentes à atividade de geração de emprego e de renda, estimulando a participação efetiva das comunidades. Também eram oferecidos serviços de infraestrutura e de âmbito social, destinados a colaborar com a diminuição da pobreza no campo. Boa parte dos recursos foi destinada a projetos de fornecimento de água, exatamente por que as famílias do campo no Estado do Ceará eram profundamente afetadas por problemas provenientes da falta prolongada de chuva (Eleuterio *et al*, 2019, p.4)

Em 2012, o governo do Estado por meio da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (DAS), lança o Projeto São José III, destinado a aplicar e gerenciar recursos para dar viabilidade ao Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS, tendo como premissas garantir o desenvolvimento sustentável no Ceará. Esta etapa do PSJ III, ficou conhecida como “São José Produtivo”, beneficiando 154 municípios, com suas comunidades, famílias, associações e cooperativas, priorizando o apoio a projetos produtivos.

A versão mais recente do PSJ, em andamento, tem como objetivo principal contribuir com o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, com ações voltadas à consolidação da produção e comercialização da agricultura familiar e, garantir o acesso à água de qualidade para o consumo humano e saneamento, integrando - se com as políticas estaduais de desenvolvimento econômico e social de segurança hídrica e alimentar das comunidades rurais do Estado (Eleuterio *et al*, 2019, p.5)

Foram diversos diálogos em audiências, reuniões, diagnósticos e demais instrumentos para mensurar a capacidade camponesa de gestar recursos a partir de uma burocracia excessiva que levou várias associações desistirem dos projetos demandados devido às exigências. As discussões e anseios a projetos produtivos integrados estruturantes (as agroindústrias camponesas) iniciaram anteriormente em 2012, mas foram iniciados os diagnósticos e visita aos territórios da reforma agrária vinculados ao MST, mais precisamente no ano de 2015.

Foram muitas negociações e renegociações, muitas ocupações e audiências na construção desse caminho para a conquista das agroindústrias. O MST como movimento de articulação e luta, foi resistindo, muitas vezes até, ignorando e batendo

de frente com alguns órgãos para ir destravando documento a documento de órgão a órgão para possibilitar o investimento dos recursos para as associações conveniadas com foco na agroindustrialização camponesa.

4.1 Desafios da agroindustrialização camponesa

Nesse caminhar das lutas seja pela agroindustrialização, a cooperação, educação dentre outras conquistas importantes, vale lembrar que o MST, acredita tem luta por políticas públicas para fortalecer a reforma agrária. No Ceará em seus 35 anos de existência ao comemorar a conquista das agroindústrias, faz-se a defesa da integração dos sistemas produtivos ao projeto de campo e de sociedade que acreditam, (ver figura 43) que faz alusão às lutas e conquistas do MST em todos os aspectos da reforma agrária e da luta pela terra com seus sujeitos sociais envolvidos nesta construção que vai para além da agroindustrialização na reforma agrária.

Figura 43 - Arte em alusão aos 35 anos do MST-CE (Lutas e Conquistas).



Fonte: Elaborado pelo Autor, construção do Arte-educador Ricardo Wagner Teixeira Fernandes, 2021.

Pensar a importância das agroindústrias e das cooperativas no MST, nos remete a vários debates sobre o que elas somam nos processos do MST, vale ressaltar que nos trabalhos de campo realizou-se entrevistas durante o Encontro Nacional das Cooperativas do MST que ocorreu em Fortaleza em 2023, e na estruturação das entrevistas uma pergunta que realizei nos ajuda com os olhares sobre as agroindústrias camponesas, onde questionou-se os entrevistados sobre “Em que medida as agroindústrias desafiam e colaboram com a cooperação no MST”?

Nesse sentido, se compartilha de olhares do MST das diversas regiões sobre as temáticas e os processos do MST do Ceará que engrandecem esse trabalho, na

ocasião alguns dirigentes do setor de produção dos estados e membros das cooperativas, quando indagados sobre esse papel e ou lugar das agroindústrias na reforma agrária, propiciou a construção de algumas análises coletivas e orgânicas.

[...] vemos a agroindústria como uma alternativa, porque a agroindústria ela é capaz de fazer com que a produção de escala, ela tem a quantidade e qualidade então assim, se tu tens quantidade de produção aqui na mercadoria, né, aqui falando “mercadoria-alimento” tá, nesse caso é muito complicado né, mais eu tenho essa compreensão de que alimento não é mercadoria é um direito. Mas enfim, só para explicitar né, então assim, a quantidade e a qualidade quanto maior, tu precisas de cooperação porque individualmente tu não consegues fazer. Então, esse é o desafio, nós precisamos massificar, seja ela micro, pequena, média e grandes agroindústrias cooperativadas independentemente da linha de produção, porque nós precisamos industrializar nosso produto e agregar valor porque também precisamos trabalhar a renda das famílias assentadas e aí infelizmente até que a gente, tem que se tocar que não estamos brincando de produzir e vender, pois como o alimento hoje ainda não é um direito universal, infelizmente ele ainda é uma mercadoria que precisa ser comprado e pago né ... então nós precisamos também que nosso camponeses tenha comida e renda, por isso as agroindústrias na reforma agrária são construções desafiadoras mais importantes. (Informação verbal com o Assentado Ravanelo – Dirigente do Setor de Produção do Estado de Santa Catarina, 2024).

Considerando as agroindústrias camponesas desafiadoras mais uma conquista muito importante, partilha-se que são construções integradas à renda dos camponeses, porque a lógica da cooperação nos mantém de pé e organizados coletivamente.

[..] olha não é só no Ceará viu ... nós não vamos conseguir implementar uma política de agroecologia massiva, as agroindústrias e outras ...se junto com ela não tiver ou vier a renda. Nós precisamos então vincular então com a renda ela é muito importante e a renda também hoje nem sei se com o nosso sistema econômico né, também sempre vai ser necessário primar pela eficiência e pela eficácia, a qualidade por baixo custo, esses detalhes mas em todos esses tempos a diferença é a distribuição das sobras, que é diferente né (...) num sistema que é social e no outro é privado, mas a qualidade dos produtos e o profissionalismo eles tem que estar em todos os sistemas, então essa é a nossa grande contribuição da agroindústria [...]. (Informação verbal - Ravanelo Dirigente Setor de Produção de Santa Catarina, 2023).

Ainda nessa perspectiva das rendas, outras partilhas contribuem também para pensarmos, quão desafiadora se apresentam as políticas públicas para os camponeses. No debate das agroindústrias do MST do Ceará, sempre havia diversas perguntas sobre como será essa inserção das produções dos assentados, já que as condições camponesas precisam ser valorizadas, precisamos melhorar a renda dos camponeses, e outras várias preocupações e desafios.

Porque eu penso assim, estamos construindo né, olha hoje na reforma agrária as agroindústrias são opções e definições políticas também certo. Tipo ninguém tá falando daquela indústria de fundo de quintal para a gente vender na feira, quando a gente se desafia dizendo que nós queremos uma disputa no mercado, e é certo que primeiro ela vai exigir da gente romper inclusive com a lógica porque tipo não dá pra gente dizer que é uma lógica só camponesa não dá [...] nós vamos para dentro da coisa, é você adentrar e botar um pé no capital com uma perspectiva diferente [...] só que aí mesmo que a gente tenha uma relação diferente de que a terra não é mercadoria, é um bem comum, que nossas agroindústrias produzem comida e não só mercadoria, mas é para além disso, não tenho dúvida de vocês aqui do Ceará estão tentando diferenciar, ainda que seja forte e diferente da Betânia que é uma concorrente de vocês aqui com a nossa agroindústria do leite, mas do ponto de vista inclusive do regramento das lógicas do mercado, do atendimento das normas é o mesmo [...] (Informação verbal- Trecho de Entrevista realizada com Débora Nunes– Dirigente do Setor de Produção do MST do Estado de Alagoas, 2023)

Ainda acrescenta, a Dirigente Débora Nunes, que temos que construir possibilidades para lidar com esses desafios.

[...] vocês já viram que não dá para vocês ser do mesmo jeito, não vão conseguir entrar e se manter nesse mercado simplesmente se formos fazer as coisas na lógica do que faziam os nossos pais, nossos avós, achavam que tinha que ser a lógica da produção de leite se você nem consegue pagar as contas ...porque você tá dizendo, olha assentados, tudo higienizado, porque se não cumprir, aqui você tem problema no leite, você pega aqui no tanque e deu problema, você pega esse tanque todo e aí perde mesmo [...] não existe consciência no mundo viu, que garanta que o assentado tenha que aceitar perder, ainda que ele seja militante ou dirigente ele vai chegar para ti e te dizer que ele vai perder ? Não vai, então você entende que a gente assim tem que ter habilidades para lidar com essa realidade (Informação verbal- Trecho de Entrevista realizada com Débora Nunes– Dirigente do Setor de Produção do MST do Estado de Alagoas, 2023)

As reflexões sobre as agroindústrias camponesas na reforma agrária no Ceará, também nos alerta para o debate das construções culturais no mundo da produção e da condição camponesa, são muitas mudanças em que os cooperados produtores ao decidirem beneficiar na agroindústria, tem que atender e claro por mais que entendemos que são ditames da agroindustrialização capitalista mas estamos falando de produção de alimentos e isso pesa na exigência mercadológica, no consumo e sem falar da concorrência. Como nos reflete Jerônimo (2005), quando diz que diante de todas estas adversidades ainda tem que enfrentar a concorrência.

Com o acirramento da concorrência resultante desse processo, as organizações que sobrevivem e prosperam nesse ambiente dinâmico são as que podem tomar as decisões mais rápidas, construir relações de confiança e aprender a como se adaptar a esse novo ambiente competitivo (Jerônimo, 2005, p. 43).

Sobre esta realidade ainda refletimos que se faz necessário compreender essas situações que acontecem nos territórios dos camponeses, já que são muitas as mudanças numa condição cooperada e industrializada, pois vemos que mesmo com desafios, temos os ganhos sociais e organizativos das famílias assentadas que se somam na experiência em curso.

A gente precisa compreender, assim olha, quando a gente vai para o meio desse povo (as empresas) para disputar o mercado né, que não é fácil, temos que ter muito cuidado em relação a condição camponesa, vou dizer assim tipo, “pura e original”, temos que considerar as exigências do mercado que não fazem parte inclusive da nossa condição e muitas vezes da compreensão dos camponeses né ... Por exemplo a minha avó, minha avó tirava o leite e nós vendíamos todo na garrafa PET onde é que você admite isso? (rsrsrs) é complicado porque é exigência desde o aspecto dessas unidades serem implantadas temos visto que são as regras do jogo do sistema, mas veja elas também por outro lado olhando uma outra perspectiva elas forçam que o camponês se organiza na cooperativa, para poder atender as necessidades né. Então nesse sentido na atualidade ela seria o principal vetor né, que mesmo que exige, que tem como consequência a cooperação entre as pessoas, e esse cumprir não é só uma crise, por mais que seja angustiante mais é a luta por viabilizar as coisas, mas é também para que o assentado seja feliz. (Informação verbal – Débora Nunes – Dirigente do Setor de Produção do MST do Estado de Alagoas, 2023).

Em meio a todos esses desafios da agroindustrialização camponesa e sua gestão cooperada, também trazemos presente as condições camponesas nas áreas reformadas pela política pública de assentamento de famílias, que apresentam diferentes realidades, sendo algumas delas bem atípicas. Em alguns assentamentos de reforma agrária, as condições de acesso à água para plantios e dessedentação animal são bem limitadas, muitas vezes as estradas são de difícil acesso em certos períodos do ano tem delas que são intransitáveis, outro agravante também reside nas áreas de plantio que às vezes são bem restritas ou áreas bem acidentadas, existem casos em que as características de uso e ocupação do solo limitam essas atividades.

Trago essa realidade por que as condições camponesas sempre são mais complicadas, por que são essas áreas que os governos têm destinado para fins de reforma agrária e mesmo assim, o Estado financia e revaloriza esses empreendimentos no processo de desapropriação, muitas vezes por pressão dos proprietários/fazendeiros até realiza uma valoração como se fossem áreas produtivas e acessíveis, por isso na referida pesquisa quando nos referimos a esta integração quanto a condição camponesa e os desafios da cooperação na gestão das

agroindústrias é para refletirmos sobre quantas adversidades para estas famílias chegarem com suas produções para beneficiarem.

Nós aqui tem época que ficamos ilhados viu, porque não temos como passar, e fica complicado porque não passam os carros pipas, o caminhão da cooperativa para pegar nosso leite, o ônibus da escola de nossos filhos, aí fica tudo complicado a gente sabe que tem que garantir a demanda da cooperativa, mas a reforma agrária é luta viu. (Trecho de Conversa em campo com o Assentado Francisco do P.A Oziel Alves em Potiretama-CE, 2023).

Ao mesmo tempo, esse Estado, não investe em processos de recuperação destas áreas, viabilizando seu uso para fins de manutenção das famílias nas áreas. Esta realidade tem condicionado as áreas de reforma agrária como obstáculos quanto ao investimento para viabilizar as formas de reprodução camponesa em seus territórios. Se a permanência dos assentados em território que necessitam de muito investimento para tornar viável as produções e criares, imaginemos essa caminhada para adentrar a agroindustrialização da produção camponesa.

O governo tinha que selecionar melhor nossas áreas de reforma agrária, nós aqui já gastamos tanto para cercar nossas áreas, porque o INCRA pagou como se o fazendeiro tivesse entregue para nós uma área pronta para trabalhar, por isso que a reforma agrária é difícil, aqui para nós ter direito as vazantes e áreas para plantar foi sofrido, porque não tinha cercas não, tivemos que construir muita coisa para nós morar aqui ainda, não tínhamos água, foi tudo nós trabalhando e juntando para comprar todos os canos do açude até as casas do assentamento, e a gente sabe que ajuda ou crédito do governo para os pobres sempre vai ser demorado né ... aí nós vamos se juntando e fazendo, se não a gente desanima e vai embora da terra. (Informação verbal colhida em trabalho de campo durante entrevista com o Seu Xavier – Assentado no P.A Bernardo Marin em Russas-CE, 2023).

Há um cenário real na atualidade cearense, para que sempre que formos referenciar a cooperação como possibilidade de garantir nossa industrialização já temos travados muitas batalhas, e uma delas é enfrentamento que os pequenos produtores sejam de leite, frutas e animais, neste caso, os assentados de reforma agrária, que é o da concorrência imposta pelos fazendeiros produtores da região. Eles margeiam os assentamentos e dominam os preços e os investimentos dos ramos produtivos, condicionando muitos trabalhadores a trabalharem para eles, desafiando mais ainda a dignidade na reprodução camponesa, o que a torna mais desafiadora para além da manutenção dos plantios e criares, muitas vezes de pequeno porte.

Acrescenta-se a esta realidade as ações dos atravessadores, que geram uma dependência frente a uma situação incontrolável, em que na maioria dos casos,

contribui para desorganização e exploração dos trabalhadores/as que tendem a vender seus produtos por um preço muito baixo. Como forte exemplo desta realidade destacamos a situação do leite no município de Quixeramobim no Estado do Ceará, onde centralizo parte da análise cooperativa camponesa a partir da organização dos produtores camponeses de leite bovino, o qual é um produto perecível, e que é necessário haver uma dinâmica de comercialização organizada, pois está não sendo cumprida, resulta em perdas significativas da produção.

Nesta realidade dos assentados produtores de leite da região Sertão Central, vê-se o camponês sujeitado por muitos anos à ação de grandes fazendeiros agroindustriais como garantia de compra e fidelidade na produção camponesa, uma situação condicionante dominadora. Fato este que causou muito estranhamento quando surgiu a ideia da cooperativa de beneficiamento do leite nesses assentamentos. Durante as visitas de campo e convivência com os assentados via-se depoimentos reveladores desta condição subalterna dos camponeses/as assentados/as.

Eu acho muito difícil dar certo essa agroindústria, porque essas cooperativas nossas tem que ter dinheiro né, eu posso até colocar no tanque que é nosso né ... mas todo o leite eu não coloco não, porque já vendo a muitos anos para ele (ao atravessador da agroindústria), e também porque tem que saber se o preço é bom né, eu sei que o de lá da Betânia nem sempre é bom, mas já vendemos a muito tempo, eu tenho muito medo dessa nossa cooperativa atrasar aí a gente sofre viu, por isso que não coloco todo, lá e vou te dizer eu nem disse ao encarregado que meu leite diminuiu porque estou colocando em outro tanque não, falei que era umas vacas que tinha apartado aí diminuiu mesmo, para não gerar confusão né, mas ele sabe que já estamos com outro tanque da cooperativa aqui no assentamento ... (Informação verbal, Depoimento do Assentado Zé Airton do P.A Posto Agropecuário, 2023).

Nessa construção das Agroindústrias e a fixação dos tanques de resfriamentos (ver figura 44), haviam muitos questionamentos, por parte dos assentados, que embora compactua-se com a necessidade e a importância da agroindústria justificaram a situação de dependência para com os empresários.

Figura 44 - Tanque de Resfriamento do MST-CE no P.A Nova Canaã em Quixeramobim-CE.



Fonte: Elaborado pelo autor em trabalho de campo, 2023

Vale lembrar que esse tanque é coordenado por uma jovem do assentamento, a mesma fez o curso de gestão em cooperativas e tem toda uma pertença a luta, vejam que ela ornamenta todo o espaço interno com a simbologia do MST, mas no mesmo assentamento tem também um tanque de resfriamento colocado pela empresa concorrente para manter a dependência e a divisão das famílias assentadas.

Como os atravessadores já estavam a mais tempo, algumas famílias devem diversos *favores* e até *dívidas* ao comprador de leite e que é empresário do ramo de implementos e insumos agropecuários, então sempre é o fornecedor de ração dos assentamentos. Vemos que estas e outras estratégias, tem disputado a autonomia dos camponeses, além de afetar a organização dos assentamentos e a confiança dos assentados e gerando descreditos mesmo, como vemos partilhas dos assentados nas reuniões que os gestores da produção e comercialização faziam para construir a rota e as quantidades a serem coletadas para as agroindústrias camponesas.

Será que dois tanques darão certo aqui no mesmo assentamento? Deveria ser só um né, porque nós produzimos tudo aqui né, mas assim eu peço desculpas e não me levem a mal sei que sou do MST, mas vou ficar colocando no tanque da empresa porque assim, quando estou precisando de ração ou de uma medicação é só pegar lá porque ele tem o depósito né. Sei que a gente paga em leite né, mais se a cooperativa não der certo ele não quer mais

ajudar a gente né. (Informação verbal, assentado do P.A Parelhas em Quixeramobim-CE, 2023)

Percebe-se que há uma estratégia fazendária e atravessadora de manter os produtores assentados a esse elo de fidelidade para garantir o canal de dependência. Eles são fornecedores de ração e outros favores como forma de garantir o controle da produção camponesa para a grande indústria, construindo nessa política de atravessamento uma “assistência satisfatória para as necessidades camponesas”.

Aqui a gente não tem de que reclamar, porque às vezes o preço do leite é muito baixo né, mas se a gente ceder para outro tanque ai quando precisa de uma coisa ele nunca mais nos ajuda, olha essa semana minha filha adoeceu eu fui lá ele me emprestou o dinheiro de comprar o remédio e ainda pagou o táxi para vir deixar ela em casa, aí disse que não tinha problemas que depois descontava na venda do leite, aí fica difícil da gente sair né, porque sempre que a gente precisa ele está ali e nos ajuda né. Eu falo por mim certo. Por isso eu não coloco meu leite “todo” para o tanque do MST. (Informação verbal, assentado do P.A Nova Canaã em Quixeramobim-CE, 2023).

Percebam que há também uma insegurança na construção dessa cooperação agroindustrial, alguns assentados acreditam, mas com receio, “temos algumas famílias assentadas que ordenham suas vacas duas vezes ao dia, então na ordenha da manhã vai para o tanque do atravessador e a ordenha da tarde vai para o tanque da cooperativa”. Esses são desafios que a gestão e a frentes de comercialização e produção tem tentado construir para irmos conquistando as famílias em sua totalidade.

Na ocasião, esclarece-se que temos assentamentos que é só o tanque da cooperativa, e fazemos essa referência ao leite porque os demais sistemas de produção camponesa não temos essa disputa tão explícita, pois sabemos que o leite é um produto perecível e de custos e ordenhas diárias, a disputa dos atravessadores é muito grande, pois todas as investidas sobre o valor do litro de leite e mudanças de cooperados na entrega pode comprometer entregas demandadas pelas agroindústrias camponesas.

Mesmo com desafios constantes, como temos partilhados no decorrer desta pesquisa, agroindustrialização da produção camponesa de forma cooperada segue sendo pauta dos movimentos sociais do campo, que têm demandando em suas lutas, políticas públicas que possam fortalecer esses processos de agregação de valor as suas produções, apontando ainda que com recursos limitados, mais como caminho a

implantação de agroindústrias nos assentamentos em outros sistemas produtivos.

Essa estratégia é uma reconfiguração do sistema produtivo desses produtos, de forma que se permita que o produtor possa ter o domínio de um maior número de etapas desta cadeia. [...] permite principalmente quando falamos no âmbito dos movimentos sociais rurais, pensar um sistema produtivo mais solidário, promovendo uma relação mais saudável entre seus diferentes elos e evitando um ambiente competitivo mesmo entre fornecedores e clientes (EID *et al*, 2015, p. 136).

Na condição camponesa atual, seguiremos reafirmando essa necessidade de agroindustrializar nossas produções e fortalecendo nossos sistemas camponeses de produção. Nessa perspectiva, constroi-se referências aos processos que ocorrem na agricultura camponesa no MST-CE e seus caminhos até a conquista das agroindústrias utilizando sempre que possível o termo “sistemas camponeses de produção” e não “cadeias produtivas” por uma opção ideológica e conceitual pois nos referimos a um conjunto de relações produtivas e sociais que compõem essa condição camponesa e produtiva.

O sistema camponês de produção está integrado e interligado, e sempre diversificado e não vejo que seu fim é o lucro, se não der lucro ele pára, estagna mais não se acaba, porque é um sistema que tem vidas a serem seguidas, sob lógicas e rationalidades familiares, então por isso adotar sistemas camponeses de produção é pensar que essas junções camponesas e familiares, vão ressignificando as práticas e relações, para dar lugar quando possível a uma comercialização satisfatória e digna de valorização do trabalho e da renda dos camponeses.

Para diferenciar desta outra concepção, reflito que essas construções dos sistemas produtivos camponeses e familiares, vão sim até as agroindústrias camponesas, mas, são diferentes, pois:

[...] expressam o reconhecimento da permanência de ‘lógicas camponesas’ que estão combinadas a uma diversidade de estratégias socioprodutivas de caráter familiar na agricultura. Lógicas de resistência e estratégias de reprodução social que combinam produção mercantil com produção para o autoconsumo, e cujos resultados estão voltados para a construção/reprodução do patrimônio familiar” (Ribeiro; Salamoni, 2011, p. 215).

Quanto a ideia da *cadeia produtiva* que ao nos referirmos às concepções mais modernas e na linha de produção do agronegócio, sei que ela tem que manter os elos entre a empresa e os produtores de matéria prima, um processo que geralmente tem

que ser *contínuo, interligado e permanente*, não que enquanto camponeses não devemos se organizar para isso. No entanto, como pesquisador expresso que há uma conotação muito “fechada” no sentido que diferencia-se de algo que se junta, que se acolhe se reúne e também que se produz, sinto que há uma ideia de “prisão mesmo”, “de grades” ou de direcionamento muito enquadrado, não diverso, só integrado, subalternizado, aprisionado dentro desta “*cadeia de coisas*”, há um sentimento de não-liberdade no meu sentir de pesquisador camponês e militante e por isso coloco que não utilizarei muito esse termo, por essa condição de que ela expressa um estranhamento ao meu ver em seu vocábulo no mundo camponês.

Reflito também que em um trabalho de campo em que participei com uma cooperativa de algumas das reuniões com as empresas, ficavam muito inquieto com a forma como os empresários enquadra os camponeses, lembro de uma vez que um fazendeiro e coordenador de um tanque da empresa de laticínios da região falou, “*vocês têm que se enquadrar, vocês agora estão na cadeia, na cadeia produtiva do leite*”, “*se liguem tem que aceitar que é uma cadeia*”.

Essas formas de se expressar sempre me incomodavam e quando ia me pronunciar como pesquisador e também militante do setor de produção, sempre dizia que nós não estamos, nós somos um sistema camponês de produção e queremos colocar nosso leite sim para a agroindústria camponesa. Confesso que sentia uma forma de “determinar” muito forte, mesmo sabendo que são exigências desse formato empresarial, prefiro acreditar e fortalecer essa ideia dos sistemas produtivos camponeses.

Dentro do ponto de vista técnico, as cadeias produtivas são a soma de todas as operações de produção e comercialização que foram necessárias para passar de uma ou várias matérias-primas de base a um produto final, isto é, até que o produto chegue às mãos de seu usuário, seja ele um particular ou uma organização (Batalha, 1997).

Castro (2007) considera que a prospecção tecnológica de cadeias produtivas comprehende duas grandes etapas: a análise diagnóstica e a análise prognóstica. Na primeira etapa, pesquisa-se a situação e desempenho passado e atual (presente) da cadeia produtiva. Na segunda etapa, o comportamento futuro da cadeia produtiva é investigado, aplicando-se técnicas de prospecção ou de estudo do futuro. Nessa concepção da autora a cadeia deve ser pensada em diagnosticar e fase prognóstica.

Silva (2005) acrescenta que entender a cadeia produtiva permite visualizar a

cadeia de forma integral; identificar as debilidades e potencialidades; motivar o estabelecimento de cooperação técnica; identificar os gargalos e elementos faltantes; incrementar os fatores condicionantes de competitividade em cada segmento.

Reforço esta breve análise, que trago mesmo em sentido figurado, porque alguns documentos construídos pelo Estado, e dentro do entendimento técnico mesmo que essa nomenclatura seja usual, esse termo não representa o nosso imaginário camponês, o que acreditamos como formas de produção coletiva e solidária se estabelece em redes e coletivos, é fato que mesmo no sentido simbólico da palavra, nos remete a aquilo que prende, que tira a liberdade, que confina, submete a servidão, ao cativeiro.

Por fim, considero o trabalho e a produção camponesa e cooperada integrada a partir dos sistemas produtivos agroecológicos que darão suporte às agroindústrias camponesas de forma socioprodutiva, embora que, ainda exista uma questão mais sistêmica em debate relacionada ao planejamento da produção camponesa, mais ver-se como pertinente refletir sobre os termos e expressões citadas nessa construção.

4.2 “Agora eu acredito” ... as agroindústrias camponesas do MST-CE

Eu digo mesmo, porque eu já participei de tantas reuniões em Fortaleza e no MST e assembleia, já assinamos tantos papéis e esperamos tanto que eu nem sabia mais o que dizer, mais “agora eu acredito”, porque quando a gente ver tudo isso aqui feito, uma fábrica tão grande e tão bonita, aí a gente acredita né (Depoimento de Seu Zé Airton no dia da Inauguração do Laticínio Terra Conquistada em julho de 2023)

As agroindústrias camponesas, são vistas como alternativas que se somam à luta para que os assentados/as fortaleçam sua permanência no meio rural. No Ceará, os projetos estruturantes de construção das agroindústrias camponesas, foram realizadas nos assentamentos vinculados politicamente ao MST e definidos politicamente junto a direção estadual e o setor de produção, com foco nos sistemas produtivos regionais.

As questões legais de convênios e contratos foram realizadas por intermédio da Cooperativa Central das Áreas de Reforma Agrária do Estado do Ceará (CCA-CE) e do Setor de Produção Cooperação e Meio Ambiente do MST (SPCMA), através da realização de seminários regionais, diversas oficinas temáticas por região com foco

nos diagnósticos de potenciais agrícolas e pecuários com possibilidades agroindustriais a serem fortalecidos e ampliados nos diversos assentamentos.

Destas ações qualificadas, o Setor de Produção Cooperação e Meio Ambiente do MST do Ceará foi construindo em suas audiências e lutas, quais segmentos da produção agrícola e pecuárias do sistema produtivo dos camponeses, deveriam ser fortalecidos para dar suporte aos empreendimentos agroindustriais dos assentamentos para assegurar sua gestão e produção que garantisse a funcionalidade nos territórios dos assentamentos. Um dos percursos seguidos foi por meio do acesso ao projeto São José, o qual financiou a elaboração de diagnósticos técnicos e planos de negócios na perspectiva de viabilização dos empreendimentos.

A compreensão era que para a defesa das pequenas “agroindústrias camponesas”, teríamos que, enquanto setor de produção, se organizar em cooperativas para gestar nossos pequenos empreendimentos, pois as associações dos assentamentos eram sem fins lucrativos e não davam conta de aportar o patrimônio e os demais trâmites de aquisição, comercialização, contratação de pessoas dentre outras questões. Sabe-se, pois, que as grandes empresas por terem recursos e/ou amparo do Estado para investimentos implantaram diversas agroindústrias e vão controlando a produção camponesa.

Nesse sentido, vê-se que quando os camponeses não se organizam, restam-lhes integrar-se precariamente, muitas vezes, tornando-se assalariados dessas indústrias no campo ou até nas cidades, mantendo em suas migrações apenas o retorno ao campo para moradia nos assentamentos na condição de camponeses que produzem apenas em período de sequeiro de forma familiar/individualizada e com muitos desafios das condições camponesas.

Assim, podemos encontrar diversos camponeses que se mantêm na sazonalidade com a venda da sua força de trabalho nas agroindústrias fazendárias e empresariais. No caso da bovinocultura de leite, por exemplo, como um dos sistemas produtivos em estudo, os camponeses assentados (muitos ex-moradores de fazenda), vão para vacarias e queijarias da vizinhança e como parceria quando estão com as suas poucas vacas botando leite (período de pastagem natural), colocam sua produção para esse empregador, como troca de favores, “política da boa vizinhança ou do atravessamento e de controle da produção”.

Nessa concepção de fortalecimento dos sistemas produtivos camponeses, foram mapeadas algumas regiões com foco nas potencialidades e nas vocações de

alguns assentamentos, nesse sentido construiu-se uma proposta de projetos de agroindústrias de beneficiamentos de produtos da reforma agrária para o MST do Estado do Ceará.

Na oportunidade, foram sendo construídas propostas técnicas e administrativas para fortalecer a organização da produção camponesa, os quais foram sendo projetados e subdivididos assim:

- Sistema Produtivo do Leite – Com a intenção de planejar o fortalecimento do sistema produtivo da bovinocultura leiteira no território do Sertão Central-CE, através de investimentos em melhoramento genético, suporte forrageiro, instalação de tanques de resfriamento e construção de um laticínio para beneficiamento do leite in natura e fabricação de derivados.
- Sistema Produtivo da Ovinocaprinocultura - Fortalecer o sistema produtivo de ovinos e caprinos da região dos Sertões dos Inhamuns-CE, com investimentos com foco no suporte forrageiro, melhoramento genético, manejo sanitário dos rebanhos para garantir os padrões de comercialização, áreas de confinamento/melhoramento e construção de um abatedouro com entreposto de caprinos e ovinos, para comercialização de vários cortes e subprodutos.
- Sistema Produtivo da Cajucultura - Para garantir uma ampliação das áreas de plantio da cajucultura, com foco em outras fruteiras tendo em vista o beneficiamento de outras polpas frutíferas. No fortalecimento do referido sistema, optou-se por investimentos na área de produção de mudas e distribuição para os assentados/cooperados inseridos, assistência técnica e construção da agroindústria de beneficiamento da castanha e do pedúnculo do caju, com seus diversos subprodutos e fabricação de polpas de frutas.
- Sistema Produtivo da Mandiocultura – Fortalecer a mandiocultura nos assentamentos da região litorânea do Estado, buscando investir na ampliação das áreas de plantio, com assistência técnica vinculadas às safras anuais e a construção da agroindústria de beneficiamento da mandioca, ampliando as possibilidades de beneficiar e fabricar outros subprodutos.
- Sistema Produtivo da Apicultura - Planejar a ampliação dos apicultores/as e apiários com foco na comercialização, investindo no sistema produtivo do mel, voltado para a manejo dos apiários, aquisição de colmeias e construção do entreposto de mel, para garantia de beneficiamento, armazenamento, envase e saída para os mercados

institucionais e convencionais.

Em resumo o Setor de Produção Cooperação e Meio Ambiente SPCMA do MST do Ceará, tem trabalhado e se organizado nessa malha espacial da atuação das agroindústrias conforme figura 45, que demonstra a espacialidade e atuação nos sistemas produtivos camponeses vinculados às agroindústrias camponesas gestadas pelas cooperativas do MST-CE, explicitando também as propostas de investimentos e o quantitativo de famílias para garantir as implantações do Projeto São José II.

Após o processo a realização dos diagnósticos, socioprodutivas dos assentamentos, planos de negócios, concessão das licenças de instalação e operação – LIO, planos de manejos aprovados, outorgas, comodatos dentre tantos outros passos consolida-se a implantação de 06 (seis) agroindústrias nos assentamentos do MST, via Projeto São José, atendendo aos sistemas produtivos a serem fortalecidos.

As famílias organizaram-se nas cooperativas regionais para garantir uma gestão de produção e logística que possibilitasse o funcionamento dos referidos empreendimentos, com uma organização regional e produtiva. Na proposta inicial a atuação teria uma abrangência inicial que estimou a participação de 1.995 famílias envolvidas diretamente na produção e fornecimento de matéria prima para as devidas agroindústrias (ver figura 45), atingindo 24 municípios do Estado com participação inicial de 96 assentamentos de reforma agrária com suas devidas produções e criares em parceria com as associações cooperativas para fortalecer e valorizar as produções camponesas.

Nessa perspectiva, a proposta das investidas no fortalecimento das potencialidades agropecuárias das famílias assentadas e cooperadas direcionam os recursos iniciais para a assistência técnica aos produtores e produtoras assentadas para melhoria da qualidade da produção primária. Em seguida firmou-se parcerias com o Projeto São José e demais parceiros para garantir capacitações no âmbito da gestão dos empreendimentos, e com foco nas questões ambientais e de sustentabilidade.

Foram elaborados e executados planos de manejo da caatinga como forma de preservar o bioma, mas também para garantir outras questões ligadas à renda, suporte forrageiro e enfoques nas práticas agroecológicas junto às produções dos sistemas produtivos camponeses.

Figura 45 - Espacialização dos Sistemas Produtivos para as Agroindústrias Camponesas.



Fonte: Acervo do Setor de Produção do MST-CE, 2022 (Com adaptações do autor).

Paralelo aos processos de construção e organização das famílias assentadas, ocorria uma assistência técnica direcionada aos processos de legalização do empreendimento para funcionamento, regularização e certificação pelos órgãos competentes do estado e a nível federal, buscando melhorar as relações das cooperativas de produção agroindustrial camponesas com os mercados institucionais e convencionais, atendendo a legislação em curso. Assim, as agroindústrias camponesas, acessaram o Selo de Inspeção Municipal (SIM)²³ e no caso dos

²³O Serviço de Inspeção Municipal (SIM) é responsável por garantir a segurança alimentar, assegurando a qualidade dos produtos alimentícios que são produzidos no município e que chegam até a mesa do consumidor. Ele certifica através de seu selo, aqueles produtos que foram elaborados com a devida qualidade higiênica e sanitária. Os estabelecimentos com registro no SIM podem comercializar os seus produtos apenas no território do município. Disponível em: https://www.aprece.org.br/wp-content/uploads/2017/03/aprece-associacao-dos-municios-do-estado-do-CEara_servico-de-inspecao-municipal-sim.pdf

abatedouros e frigoríficos que são obrigados a terem registros no SIE²⁴, além destes as agroindústrias camponesas também acessaram o Selo de Inspeção Federal - SIF como forma de garantir acesso aos mercados para outras regiões e podendo circular com os produtos de nossas agroindústrias de forma intercooperada por outros estados.

Considerando que as cooperativas estavam organizadas para a produção e comercialização dos produtos beneficiados e produzidos nas agroindústrias camponesas, buscou- se atualizar e aprimorar os Planos de Marketing e Vendas junto a cada sistema produtivo. Nesse sentido, a CCA-CE fomentou uma parceria junto ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que é uma entidade privada que presta serviço as micro e pequenas empresas e trabalha na perspectiva de promover a inserção no mercado, abordando aspectos como a competitividade dos empreendimentos.

Embora esse tenha sido um processo inicialmente tenso, em virtude da compreensão da entidade acerca dos modelos de agricultura no campo, da competitividade, do lucro, entre outras aspectos que quando confrontado com o programa de formação propostos pelas frentes de formação e as reflexões dos gestores de produção e agroecologia e comercialização teve-se um processo de requalificação dos planos de marketing e venda de cada agroindústria camponesa, com foco no escoamento da produção das áreas de reforma agrária e seus possíveis acessos aos canais de comercialização.

O processo de requalificação dos referidos documentos em parceria com o SEBRAE, ocorreram na perspectiva da reconstrução coletiva, com participação e qualificação dos gestores/as comerciais e demais colaboradores/as das agroindústrias. Esse processo foi bastante necessário para dar suporte às ferramentas de pesquisa e aplicação dos instrumentos de pesquisa junto aos mercados convencional e institucional. Isto com base nas experiências desenvolvidas com o SEBRAE, mas considerando os princípios cooperativos do MST com foco na

²⁴O Serviço de Inspeção Estadual (SIE) através da Gerência de Inspeção e Fiscalização Animal (GEIFA) e Diretoria de Inspeção e Fiscalização Sanitária (DIFIS),é um sistema de controle e fiscalização que coordena ações, tais como: garantir a segurança dos alimentos ao consumidor através da inspeção ante e post mortem dos animais, aplicar medidas de controle de todo o processo produtivo dos alimentos de origem animal através dos programas de autocontrole e também atua prevenindo a ocorrência de zoonoses e outras doenças veiculadas pelos alimentos, contribuindo para a vigilância de doenças relacionadas à sanidade dos animais. Disponível em: <https://www.adagri.ce.gov.br/servico-de-inspecao-sie/>

autonomia, respeito às suas culturas e formas organizativas da produção cooperada.

Enfatizando a certificação e acesso aos mercados, criou-se a marca “terra conquistada” (ver figura 46) a qual representa uma história de lutas e significados, para que fosse representativa dos produtos da reforma agrária do Ceará com qualidade para acessar os possíveis mercados.

Figura 46 - Identidade visual da marca terra conquistada do MST-CE.



Fonte: Acervo do Setor de Produção, 2021.

A referida imagem remonta alguns elementos que compõem a luta por reforma agrária, como as sementes, as plantas suas raízes que só podem se fincar para florescer em uma terra e faz referência também ao recurso natural mais importante na luta por reforma agrária, o acesso à terra, que marca profundamente o direito de produzir comida, consumir para matar a fome das famílias assentadas e ter o que vender, mais nada pode acontecer para os camponeses se não conquistam a terra, por isso assim chamamos de “terra conquistada”.

As agroindústrias camponesas, encontram-se diante de alguns desafios que perpassam a questão da produção, mesmo considerando que as disputas que enfrentaremos com os mercados serão cruciais, mas precisamos acima de tudo de pessoas conscientes, pois necessitamos que nossos empreendimentos sejam todos gestados por uma cooperativa de camponeses/as produtores que adquiriram consciência dos processos organizativos junto ao MST, considerando sua autonomia mesmo que relativa em determinados momentos dessas experiências.

No entanto, o MST segue lutando e abrindo portas para projetar novas formas

de reprodução camponesa, se desafiando desde a criação de novas cooperativas aos seus processos de gestão, e implantação das agroindústrias como as cinco que descreveremos posteriormente. E essas conquistas são árduas e a passos lentos, porém vão contornando os territórios camponeses com empreendimentos que beneficiam as suas produções e ampliam mercados e possibilidades de melhoria de renda e de vida para os assentados da reforma agrária do Ceará.

Na oportunidade descreveremos um pouco da história e do funcionamento dos empreendimentos camponeses, sua espacialidade na atuação e na organização dentre outros aspectos que justificam a lutas pelo fortalecimento das agroindústrias camponesas.

4.2.1 O entreposto de Mel Terra Conquistada em Mombaça-CE

O sistema produtivo da apicultura foi um dos sistemas produtivos de destaque nos assentamentos de Reforma Agrária, principalmente da região do Sertão Central. A apicultura é uma atividade potencial para o desenvolvimento da agricultura familiar no Estado, pois envolve baixo custo produtivo e reduzida demanda hídrica, quando comparada às outras atividades produtivas pecuárias desenvolvidas na região, a exemplo da bovinocultura, ou mesmo caprinocultura.

Na cadeia apícola nordestina, coexistem diversos canais de distribuição, desde os mais simples, em que o apicultor vende seu produto diretamente ao consumidor final, até aqueles com mais percentual de apicultores comercializam sua produção para intermediários devido à inexistência de uma estrutura mais sólida de alguma modalidade associativa auto organizacional que possa coordenar o elo distributivo da produção (Vidal, 2018).

Mediante esse contexto da apicultura como sistemas produtivos exitosos em diversos assentamentos da reforma agrária distribuídos na região do Sertão Central, associados à necessidade de acessar a mercados e possibilitar a comercialização direta da produção, o MST pautou fortalecimento desse sistema produtivo com a construção de um entreposto de beneficiamento de mel, conforme mostramos na figura 52.

Figura 47 - Entreposto de beneficiamento do mel em Mombaça-CE (Vista Frontal)



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2022.

Com uma análise a partir do diagnóstico produtivo dos assentamentos da região e pelo volume de recursos destinado no referido projeto, avaliou-se que o entreposto (ver figura 47) foi pensada para beneficiar 248 toneladas de mel por ano, 29 toneladas de pólen, 59 toneladas de própolis e 2,48 toneladas de cera. Para construção do entreposto houve a articulação entre os assentamentos.

Figura 48 - Entreposto de beneficiamento do mel em Mombaça-CE (Visão Geral)



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2022.

A construção da agroindústria conforme nos mostra a figura 48, com uma vista aérea da obra, se deu em virtude da centralidade deste assentamento em relação aos demais que desenvolvem a apicultura como sistema produtivo principal e que realizarão o beneficiamento do mel via entreposto, além de dispor de água em quantidade suficiente e energia elétrica e no momento foi possível acordar com o poder municipal para realizar o asfaltamento de uma estrada que dar acesso da sede do município de Mombaça-CE ao assentamento Massapê onde fica localizado o referido empreendimento.

Figura 49 - Entreposto de beneficiamento do mel em Mombaça-CE (Vista aérea).



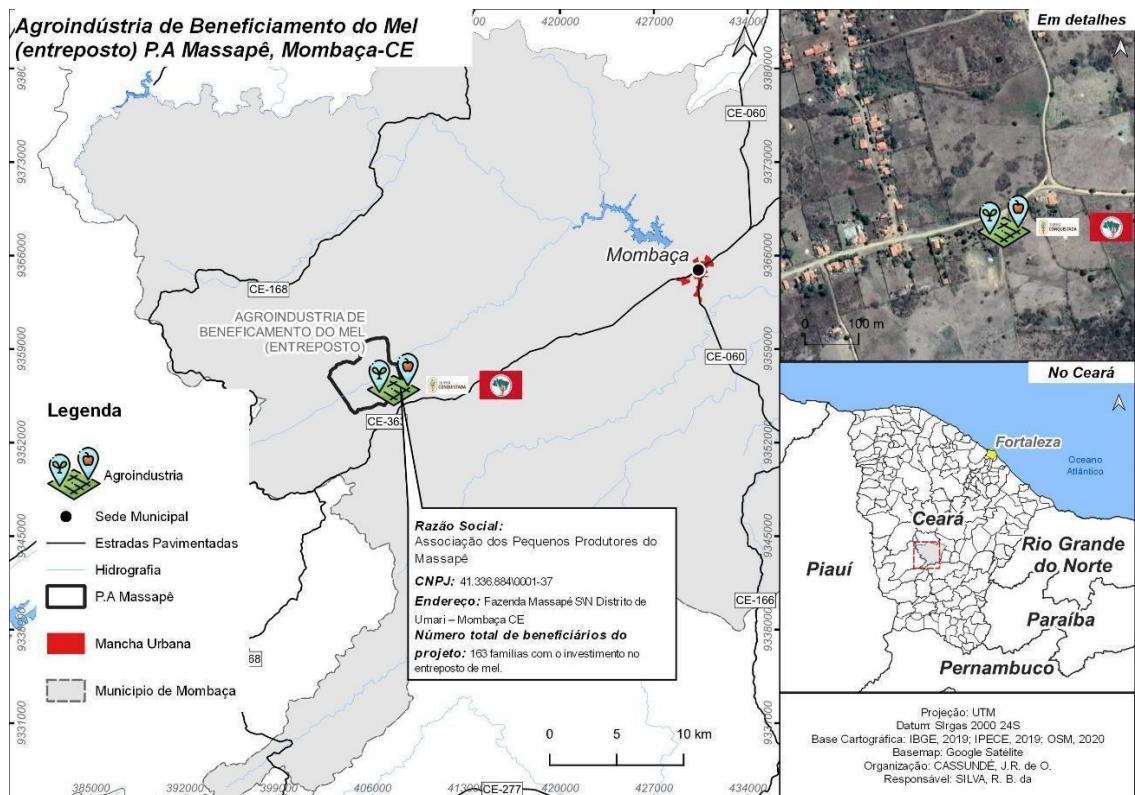
Fonte: Arquivo Setor de Produção do MST-CE (2022).

Além disso, este é um município estratégico para inserção de novos atores no contexto dos processos em desenvolvimento para a apicultura. Muito embora, seja difícil a articulação entre os assentamentos Xique-xique e Tira Teima que estão envolvidos no projeto que se encontram no município de Monsenhor Tabosa, pois a distância para o entreposto é bem considerável e as rotas para transportar o produto tem encarecido muito e dificultado algumas questões, mas estão sendo estruturadas boas casas de mel nos referidos assentamentos e as cooperativas estão se organizando para melhor garantir essa logística.

O empreendimento está localizado no assentamento Massapê no município de Mombaça-CE, conforme mostra a figura 50 da localização com detalhamentos, como desafio para a gestão de uma logística mais efetiva, temos uma

distância mínima de 150 km para Monsenhor Tabosa e 60km para o município de Senador Pompeu e ainda com parcerias com município de Pedra Branca-CE, que temos assentamentos que produzem mel e realizamos compras também de cooperados nesses territórios camponeses.

Figura 50 - Mapa de Localização da Agroindústria Terra Conquistada de Beneficiamento de Mel em Mombaça –CE



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Nos processos de gestão e articulação dos cooperados e cooperadas, temos construído uma articulação com os assentamentos, conforme demonstramos na tabela 05, em que realizamos assembleias junto às equipes de ATER e demais associações dos assentamentos para construirmos as possíveis rotas e demandas das equipes técnicas para garantir uma boa produção junto às famílias assentadas para beneficiarem no referido entreposto.

Vemos que a tabela apresenta os dados das associações beneficiárias do sistema produtivo em áreas de Reforma Agrária envolvidos nos processos de construção e gestão do entreposto, para tanto a cooperativa em seus processos organizativos tem desafiado os gestores comerciais e da produção tem realizado

visitas a outras comunidades e municípios para conhecer os processos de manutenção de apiários as estruturas de casas de mel, dentre outras regulamentações definidas na assembleia da COOPERAMEL, para buscar adquirir produtos em segurança para beneficiar no entreposto terra conquistada ampliando os processos de gestão e cooperação entre os apicultores da região.

Tabela 2 - Relação dos Assentamentos e associações inseridos no Sistema Produtivo da Apicultura

ASSENTAMENTO	ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA	MUNICÍPIO	BENEFICIÁRIOS
Massapê	Associação dos Pequenos Produtores do Massapê	Mombaça	21
Santa Rita I	Associação Comunitária Santa Rita I	Mombaça	16
Salão / Morada Nova	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Assentamento Salão/Morada Nova	Mombaça	77
Riacho do Meio	Associação dos Assentados do Assentamento da Fazenda Padre Cicero no Riacho do Meio	Senador Pompeu	16
Xique-xique	Associação Comunitária dos Assentados de Xique-xique	Monsenhor Tabosa	21
Tira Teima	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Nossa Conquista Tira-Teima.	Monsenhor Tabosa	9
TOTAL			159

Fonte: Adaptado pelo autor de COOPERAMEL (2023).

O principal crédito para investimento no projeto estruturante do mel foi o Projeto São José III, o qual é voltado para investimentos produtivos integrados, nesse caso garantiu-se na discussão a construção do entreposto e das casas de mel.

Os investimentos fortaleceram os sistemas produtivos existentes, possibilitando aos assentados/as beneficiários/as participantes do projeto na ampliação e estruturação dos sistemas produtivos familiares e coletivos, construção e equipagem do entreposto de mel, matéria prima, e assistência técnica.

Outro aspecto favorável e de grande relevância no sistema produtivo camponês da apicultura é a característica ambiental da atividade que agrupa sujeitos e coletivos produtores que não buscam apenas os produtos e subprodutos da atividade apícola, mas como uma atividade que contribui para o bem viver, para a preservação ambiental, e assim adquirem um perfil de artesão na produção de mel, vinculado a natureza, consciente que devem cuidar dela para ter uma produção correta,

considera-se também os processos de conservação ambiental, uma vez que não apresenta danos à cobertura vegetal, ao contrário favorece o desenvolvimento de espécies nativas de interesse em processo de extinção como é o caso da aroeira, angico e diferentes tipos de ipês.

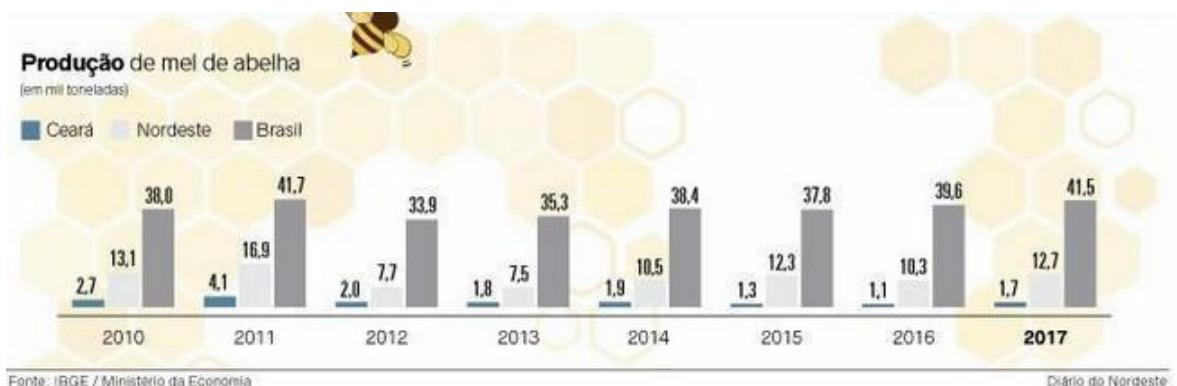
[...] é categórico afirmar que a apicultura atende, plenamente, o tripé da sustentabilidade, gerando renda no campo, uma melhor qualidade de vida e, sem sombras de dúvidas, contribui com a biodiversidade através da polinização de florestas, pastos, matas e lavouras, permitindo a regeneração e manutenção da flora e, consequentemente, da fauna local, além de propiciar uma maior produtividade e qualidade de frutas e leguminosas. (Disponível em: <https://abelha.org.br/a-apicultura-atende-plenamente-o-tripe-dasustentabilidade/>)

A região Nordeste é favorecida pelas condições climáticas, sendo apropriada para a exploração apícola, em virtude da reduzida umidade do ar, o que reduz o aparecimento de doenças. Além disso, a diversidade da flora local, que fornece uma grande riqueza nectarífera da vegetação. Ressalta-se que a irregularidade de chuvas prejudica o fornecimento permanente desta diversidade, o que pode ser superado com tecnologias de baixo custo como com o fornecimento de suplementação alimentar às abelhas.

De acordo com dados do IBGE (2023), a produção brasileira de mel foi de 64.188 mil toneladas, gerando uma receita de 908.084 mil reais. Houve uma queda em relação a 2022, onde o faturamento chegou a 982.362 mil reais. Em 2023, de acordo com dados do IBGE, o Estado do Ceará teve uma produção de 5.703.654 quilogramas de mel e uma receita de 56.845 mil reais advinda da atividade.

Traz-se presentes alguns dados produtivos, para compreendermos essa atividade e as justificativas técnicas para implantação do entreposto do mel, como nos reflete a figura 52, que apresenta um histórico da produção de mel no Ceará, no Nordeste e no país entre 2010 e 2017. E denota que no Brasil, a produção de mel oscilou no período citado, mas em 2017 houve um acréscimo de 8,03%. No Nordeste a oscilação também foi pequena com o descenso de 4,06% da produção. No entanto, em relação ao Ceará, houve uma redução significativa da produção em 37,04% da produção.

Figura 51 - Histórico da produção de mel no Ceará, no Nordeste e no país entre 2010 e 2017.



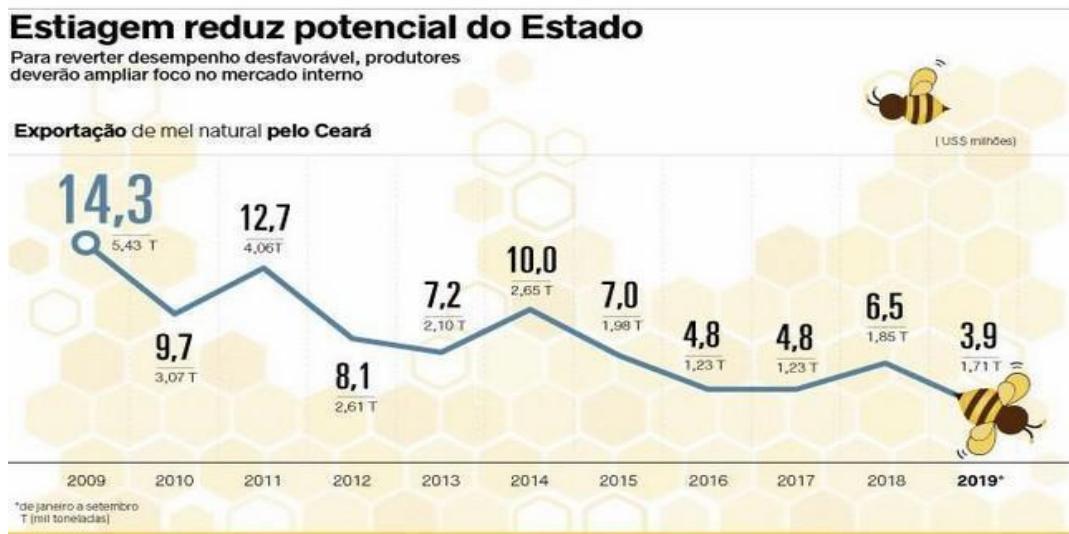
Fonte: IBGE.

Outro desafio da referida atividade reside em pensar sempre alternativas de garantir água e alimento mais perto das “nossas abelhas” porque ela sim é quem nos ajuda, como dizia uma das gestoras em um dos trabalhos de campo com o coletivo do entreposto durante uma visita ao apiário.

Nós temos que se prevenir contra a escassez, porque nossas trabalhadoras que são as abelhas vão sofrer mais ainda para ir buscar água e nem sempre sabemos a fonte, para termos nosso mel em quantidade e qualidade também precisamos fazer nossa parte, por isso que a cooperativa tem contratado a equipe técnica para dar conta de orientar os assentados e assentadas sobre esses manejos dos apiários porque se a estiagem é forte temos muita perda na produção e nos enxames. (Informação verbal - Gestora da Produção do Entreposto a jovem assentada Wilca – Agrônoma e Cooperada da COOPERAMEL, 2023).

Com base nas reflexões partilhadas com os assentados vemos essa realidade partilhada na figura 52 que apresenta um gráfico destas perdas, no Ceará ocorreu uma perda de 45% na produção de mel entre 2012 e 2017, em virtude das estiagens prolongadas. Em 2012, o Estado era o 3º exportador do Brasil, o 1º do Nordeste, com produção em 135 municípios. Em 2016, a produção do Estado foi de 1100 toneladas de mel, o que colocou o estado na quarta posição na região Nordeste. No entanto, ainda se mantém na exportação de toneladas de mel, no Estado, e tem-se como mercado os Estados Unidos e países da Europa. O Estado possui atualmente cinco entrepostos de exportação do mel de abelha.

Figura 52 - Histórico da exportação de mel no Ceará no período de 2009 a 2019.



Fonte: Diário do Nordeste.

No ano de 2021, as equipes de ATER que realizaram assessoria no sistema produtivo camponês da apicultura, realizou um breve levantamento da produção das famílias beneficiárias envolvidas no projeto de estruturação da apicultura, quantificando as colmeias, e adicionando suas produções de mel e de cera, nesse sentido os técnicos de campo tem nos informado que as famílias precisam avançar no manejo dos apiários porque tem potencial para melhorar a produção.

Tabela 3 - Produção apícola das famílias beneficiárias do Entreposto Terra Conquistada em 2021.

ASSENTAMENTOS	FAMILIAS BENEFICIARIAS	TOTAL COLMEIAS	PRODUÇÃO TOTAL	
			MEL (kg)	CERA (kg)
MASSAPÊ	21	252	6.100	504
XIQUE XIQUE	21	210	0	240
TIRA TEIMA	9	90	532	180
RIACHO DO MEIO	17	170	596	340
SALÃO MORADA NOVA	77	770	1.241	0
SANTA RITA I	15	150	120	300
TOTAL	160	1.642	8589	1564

Fonte: Adaptados pelo autor pelos dados da gestão da COOPERAMEL (2023).

Os profissionais que assistiam no período, eram contratados pela Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará via Projeto São José, relataram que a produção nos assentamentos foi afetada por uma estiagem que se prolongou, onde atingiram uma média muito baixa de quilos de mel por colmeia, mais com possibilidades de ampliação dessa colheita por considerarem que com o acompanhamento técnico o número de colmeias produzindo tem aumentado e teve-se uma redução das taxas de abandono dos enxames.

As vezes a gente não quer aceitar as explicações dos técnicos, eu mesmo sou meio desconfiado viu, porque já apanhei muito da vida viu, trabalhei tanto em fazendo dos outros, aí agora que a gente tá no quer da gente aqui, porque o MST lutou por nós viu, foi o movimento. Sim aí quando alguém vem dizer como é pra fazer a gente fica meio desconfiado, mas nós tem aprendido muito viu e hoje a gente tem mudado mesmo e nosso mel tá aumentando, a questão é que se a gente cuidar mesmo elas trabalham viu, eu vou dizer de coração depois dessa fábrica aqui eu acredito, "se a gente se unir a gente vai conseguir". (Seu Valdecir, camponês assentado e cooperado, 2023).

O entreposto de mel, realiza a gestão a partir do coletivo da Cooperativa Regional dos Trabalhadores/as Apícolas e Assentados/as da Reforma Agrária Ltda (COOPERAMEL), em nível regional e com as frentes organizadas a nível de estado pelo Setor de Produção do MST, o que garante a intercooperação com as demais cooperativas regionais e de produção agropecuária com compõem o sistema cooperativista dos assentados do Ceará vinculada a CCA-CE.

Nesse caminhar da produção e funcionamento do entreposto, apresentamos conforme as imagens da figura 53, que os principais produtos desenvolvidos pela COOPERAMEL, já com a rotulagem e as devidas embalagens que vão aos demais consumidores.

Figura 53 - Principais produtos da COOPERAMEL e suas embalagens.

Pote	Balde	Sachê	Bisnaga	Cera

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O entreposto funciona durante todo o ano, beneficiando a produção de mel dos assentamentos da região e do arranjo produtivo do mel e conta com 21 colaboradores/as que trabalham nas atividades de recepção de melgueiras, processamento do mel e cera, envase, armazenamento além das atividades de controle de qualidade, vendas, administração e gestão.

A seleção dos colaboradores realizou-se após um processo de capacitação dos beneficiários em agroecologia, gestão, comercialização, comandos elétricos, hidráulica, contabilidade, boas práticas de fabricação, boas práticas de beneficiamento e da produção, entre outras capacitações ofertadas para construção dos perfis. Os colaboradores/as incluíram jovens, mulheres, técnicos dos assentamentos inseridos no projeto produtivo e que foram capacitados para tal fim.

Os beneficiários do entreposto têm seus grupos produtivos em cada assentamento, e cada um deles tem sua própria dinâmica de trabalho, muito embora, todos sigam as normas definidas de higienização e manejo produtivo orientadas e defendidas em coletivo junto a cooperativa. A figura 54 apresenta a colheita de mel realizada pelo Grupo de Produção “Mel Puro” do assentamento Massapê em Mombaça-CE e que possui certificação de conformidade orgânica.

Figura 54 - Colheita de mel realizada pelo Grupo de produção Mel Puro do Assentamento Massapê em Mombaça-CE



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos registros em trabalho de campo na COOPERAMEL, 2023.

Vale ressaltar que como o empreendimento do entreposto, com esse porte é diferenciado na região, por esta razão o mesmo tem se estabelecido como um

exemplo de tecnificação e organização coletiva na região, sendo certificado pelo Ministério da Agricultura, possuindo SIF, e selo de certificação orgânica, a partir da organização e seus grupos, temos recebido algumas visitas técnicas (ver figura 55), de escolas, universidades, agricultores e técnicos da região na perspectiva de conhecerem a experiência.

Figura 55 - Visita de alunos da Escola Profissionalizante da rede estadual de ensino do município de Mombaça ao Entreposto Terra Conquistada.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos registros em trabalho de campo na COOPERAMEL, 2023.

Em resumo apresentamos de forma geral nosso sistema produtivo da apicultura, como também as infraestruturas produção e demais ações desenvolvidas na construção coletiva da cooperativa e da gestão do entreposto, como nos mostra a figura 56 em resumo, ela apresenta uma visão geral do sistema produtivo do mel em assentamentos do MST na região do Sertão Central Cearense.

Figura 56 - Sistema Produtivo do mel, a partir do Beneficiamento em nosso Entreponto



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos registros em trabalho de campo na COOPERAMEL, 2023.

Em suma, percebe-se que mesmo com todos os desafios da produção e gestão da agroindústria de beneficiamento do mel, os camponeses assentados seguem participando dos processos coletivo de forma cooperada e solidária, ampliando seus conhecimentos e buscando melhorar e ampliar seus apiários, enquanto as frentes e os gestores vão construindo outras possibilidades junto aos mercados e demais consumidores porque cooperação é união e confiança uns nos outros.

4.2.2 O abatedouro frigorífico Terra Conquistada em Independência-CE

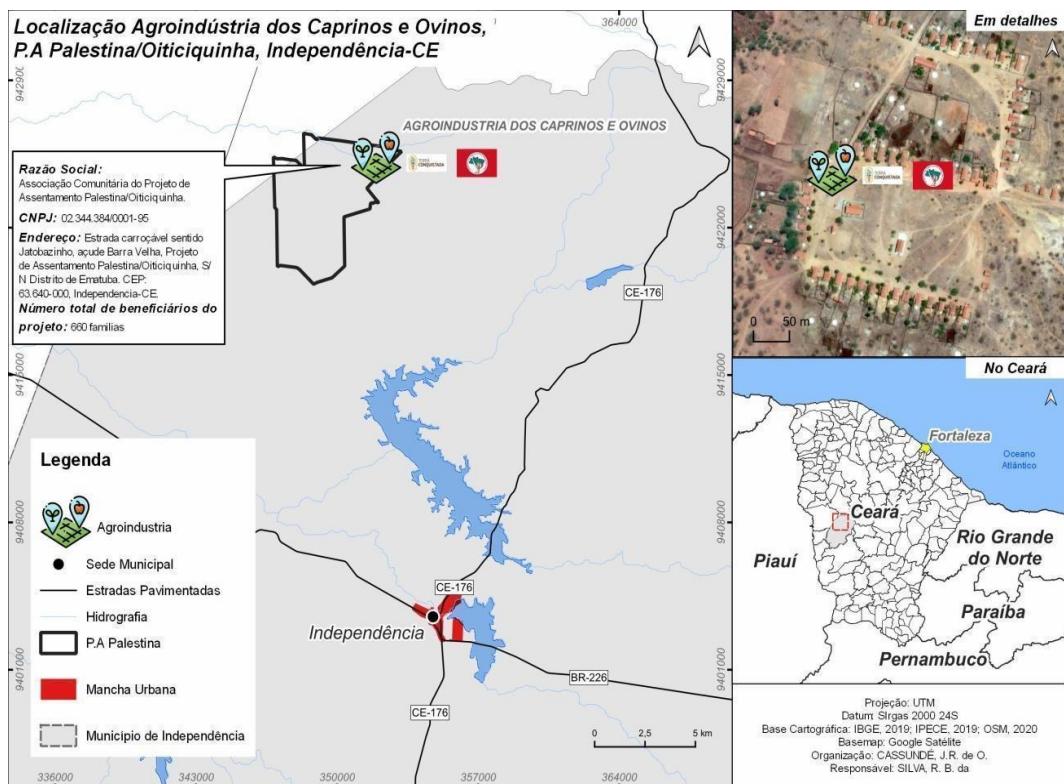
Após diversas lutas das famílias do MST do Ceará em defesa da reforma agrária e de políticas públicas que aportam recursos e tecnologias a serviço da classe trabalhadora no campo, os camponeses e camponesas vinculados ao Movimento Sem Terra conquistam um abatedouro frigorífico (Figura 57).

Figura 57 - Agroindústria dos Caprinos e Ovinos no Assentamento Palestina em Independência-CE (Vista aérea)



Fonte: Arquivo Setor de Produção do MST-CE, 2022.

Figura 58 - Localização Agroindústria dos Caprinos e Ovinos no Assentamento Palestina em Independência-CE



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2022.

A agroindústria camponesa dos ovinos e caprinos, como assim afirma o MST

nas reuniões do setor de produção, funciona no Assentamento Palestina/Oiticiquinha, (ver localização na figura 58), que após decisões políticas e técnicas junto ao MST com parâmetros técnicos apresentados juntos aos planos de negócios os empreendimentos camponeses, a associação do referido assentamento para obtenção de financiamento do Projeto São José III da Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará em parceria com o Banco Mundial.

As famílias do assentamento, nas reuniões e assembleias com pontos ligados as instalações e demais ações em prol da agroindústria dos caprinos e ovinos, fazem reconhecimento ao MST pela conquista.

Nós do assentamento Palestina agradecemos muito ao MST e também ficamos muito felizes por essa conquista, a gente sabe que não é fácil viu porque recurso do governo é demorado e quando é para os pobres aí é que é difícil né. Mais nós que somos criador de bode e ovelha viu, é uma benção e não só para nós né porque essa cooperativa e o frigorífico será para nossa região, então eu digo assim que o MST ajudou nós a ganhar para todos né. (José Nascimento – Assentado e Presidente da Associação do P.A Palestina e criador de ovinos e caprinos, 2023).

Uma peculiaridade que percebi do P.A Palestina/Oiticiquinha como também nos demais assentamentos vinculados ao sistema produtivo da caprinocultura é que a forma de criar seus animais sempre foi na solta, perto de casa (ver figura 65) e no manejo muito tradicional sem muita preocupação com padrão dos animais, pois sempre abatiam e pronto, como sempre nos falavam quando das capacitações voltadas para a melhoria do rebanho.

Figura 59 - Residência de Assentado e seu rebanho no “terreiro da frente no PA Palestina, Independência - Ceará”.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Eu vou dizer, que com esse negócio do abatedouro a gente tem que mudar o sistema viu, porque para botar os bichos na cooperativa, eles querem além do peso lá essa situação da carcaça né que se não nem compram viu. *Outra coisa que a gente também muda viu e essa é sério, nós aqui não precisa mentir né, porque aqui é muito longe da cidade né, então nós matava muito bicho na moita né que a gente chama.* Só era nós mesmo né, agente matava e depois saia vendendo por aqui mesmo na região, por isso que a gente não ligava mesmo viu, mas agora eu mesmo levo prá lá e eu acho muito bonito mesmo eles pendurado na nossa fábrica para mim é um orgulho viu quando eu vejo aquilo lá, é muito trabalho viu, mais é o certo, porque tudo é muito limpo viu, eu digo assim que muda né, mais é o certo né, porque essa carne vai para longe né e precisa ser tudo limpinho e bem congelado. A cooperativa tá certa né, tem que ser o certo nós tem o abatedouro agora então tem que ser lá.

No decorrer da pesquisa percebemos que a ovinocaprinocultura possui grande importância como cadeia produtiva em toda a região dos Sertões dos Inhamuns-CE, gerando ocupação, renda e segurança alimentar para as famílias camponesa das áreas de assentamento rural, porém existe a necessidade de investimentos que diminuam a fragilidade existente na integração de todos os elos do sistema produtivo camponês desde a produção, o beneficiamento até a comercialização, realizados hoje com poucos recursos tecnológicos, sem a possibilidade de agregação de valor e de qualidade e certificação sanitária aos produtos para atender o mercado.

Figura 60 - Coletivo de Gestores e Colaboradores da Agroindústria Camponesa de Polpa de Frutas em Tamboril-CE.



Fonte: Acervo da COOPERAMUNS, 2022.

Ainda também sob a gestão da COOPERAMUNS, traz-se presente uma conquista no viés da agroindustrialização na reforma agrária que foi a conquista da Agroindústria Camponesa de Polpa de Frutas (ver figura 60), que está localizada no Assentamento 2 de Maio no município de Tamboril-CE, por sua vez também está em funcionamento com a fabricação de polpas para atender algumas chamadas públicas do PNAE que foram contemplados pela COOPERAMUNS.

Nossa fábrica de polpa é uma oportunidade muito boa para nossa juventude, porque tivemos as capacitações e vemos que é possível realizar a gestão da agroindústria e construir parcerias com vários assentamentos para ampliar suas áreas de fruticultura, afinal a maioria de nossos assentamentos tem açude e podem fazer um projeto coletivo com irrigação. Eu digo que foi uma vitória nossa e do MST, porque as agroindústrias fortalecem a cooperação e dinamiza a organicidade dos assentamentos. (Depoimento do Jovem Assentado Aglemilson – Gestor Comercial da COOPERAMUNS)

Numa perspectiva de desenvolvimento dos territórios camponeses, o desafio das famílias assentadas é melhorar sua produção e a capacidade de inserção nos mercados locais. Na intenção, de construir uma inclusão com autonomia produtiva dos agricultores familiares e camponeses, se faz necessário estimular cada vez mais os

processos formativos para sua profissionalização e sua capacidade de empreendedorismo. Com isso, construindo soluções cooperadas para o desenvolvimento de tecnologias a serviço dos camponeses como próprias da modernização dos sistemas produtivos familiares.

A modernização implica o uso de insumos, processos, máquinas e equipamentos apropriados ao segmento e às condições dos agricultores familiares, permitindo ganhos significativos em produtividade e sustentabilidade (Bittencourt, 2020).

Atualmente, a produção de caprinos e ovinos dos cooperados/as é em média de 6.000 animais. Atualmente a agroindústria possui registro no Sistema de Inspeção Estadual – SIE para desenvolver suas atividades. O abate de animais é realizado para obtenção de carne e de seus derivados, voltados para o consumo humano. Nesse sentido, o abatedouro/frigorífico terra conquistada, e regulamentado por normas sanitárias, como as Portarias nº 711 de 1995 e nº 210 de 1998, ambas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Além destas regulamentações sobre o abate dos animais, de acordo com a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB (p. 25, 1993) é possível dividir as unidades de negócio do setor, quanto à abrangência dos processos que realizam, da seguinte forma:

- a) Abatedouros (ou matadouros): realizam o abate dos animais, produzindo carcaças (carne com ossos) e vísceras comestíveis. Algumas unidades também fazem a desossa das carcaças e produzem os chamados “cortes de açougue”, porém não industrializam a carne;
- b) Frigoríficos: podem ser divididos em dois tipos: os que abatem os animais, separam sua carne, suas vísceras e as industrializam, gerando seus derivados e subprodutos, ou seja, fazem todo o processo dos abatedouros/matadouros e também industrializam a carne; e aqueles que não abatem os animais compram a carne em carcaças ou cortes, bem como vísceras, dos matadouros ou de outros frigoríficos para seu processamento e geração de seus derivados e subprodutos, ou seja, somente industrializam a carne;
- c) frigoríficos e de casas de comercialização de carnes (açougués), como sangue,

ossos, cascós, chifres, gorduras, aparas de carne, animais ou suas partes condenadas pela inspeção sanitária e vísceras não-comestíveis. Seus produtos principais são o sebo ou gordura animal (para a indústria de sabões/sabonetes e para a indústria química) e farinhas de carne e ossos (para rações animais). Há graxarias que também produzem sebo ou gordura e o chamado adubo organo-mineral somente a partir de ossos. Podem ser anexas aos abatedouros e frigoríficos ou unidades de negócio independentes.

Diante de todos esses setores subdivididos nas seções que se organizam dentro do frigorífico, os colaboradores após as diversas formações temos avançado nas produções (Quadro 01) e principalmente nos diversos cortes caprinos e ovinos e que fazem um diferencial na comercialização.

Quadro 01 - Projeções de Produção do Abatedouro/Frigorífico Terra Conquistada

QTDE PRODUZIDA PARA COMERCIALIZAÇÃO				
Produtos	Dia kg	Mês Kg	Ano kg	
Carré curto	18	360	4320	
Costela	50	1000	12000	
File mignon* (30% PARA OS PREPARADOS)	18	360	4320	
Lombo*(30% PARA PREPARADO)	29,25	585	7020	
Pescoço fatiado	60	1200	14400	
Paleta* (30% PARA PREPARADO)	29,25	585	7020	
Pernil	60	1200	14400	
Picanha* (20% PARA PREPARADOS)	30	600	7200	
t-bone	24	480	5760	
Linguiça (40% dos preparados de carne)	29,2	584	7008	
Espetinho (40% dos preparados de carne)	29,2	584	7008	
Hamburguer (20% dos preparados de carne)	14,6	292	3504	
Buchada	125	2500	30000	
Produto	kg Dia	Kg Mês	kg Ano	
Carne refrigerada	252	5040	60480	

Fonte: Adaptado pelo autor dos Dados da COOPERAMUNS (2022).

Vale ressaltar que além destas produções destacamos também as produções realizadas e beneficiadas na Agroindústria Camponesa de Beneficiamento de Polpas de Frutas, referentes ao ano de 2022, quando de sua instalação e funcionamento. Partilhamos que a produção advém dos assentamentos da região dos Inhamuns Crateús, onde a frente de produção e comercialização traçam rotas considerando áreas de plantios e irrigados e as produções vinculadas ao calendário agrícola das

fruteiras no semiárido cearense.

Tabela 4 - Controle de Produção de Polpa produzido em 2022.

TIPO DE POLPA	POLPA PRODUZIDA	
	Mês	Ano
Goiaba	15730	188760
Acerola	1760	21120
Manga	660	3960
Maracujá	369,6	4435,2
Caju	1408	8448
Abacaxi	462	5544
Graviola	935	11220

Fonte: Acervo da COOPERAMUNS, 2022.

Por entender que é um empreendimento novo e de grande porte, com muitos equipamentos que muitos camponeses e camponesas nunca tiveram contato além das questões sanitárias e ambientais que exigem para instalação, manutenção e funcionamento de um abatedouro e de um frigorífico, a frente de formação e pessoas juntamente com a gestão da agroindústria organizou diversos cursos de formação técnica, política de profissionalização para que os filhos e filhas de assentados pudessem atuar no chão de fábrica com segurança e responsabilidade.

As formações e treinamentos específicos ocorreram com um grupo de 80 pessoas incluindo as duas agroindústrias, tendo em vista que os participantes da fábrica de polpa não realizaram cursos de operação de caldeiras, cortes, dentre outros que não se aplicavam a agroindústria citada, mas realizaram cursos operativos (ver figura 61) específicos para a Fabricação de Polpas.

Figura 61 - Cartaz dos Cursos Operativos na Agroindústria Camponesa de Polpa de Frutas em Tamboril-CE.



Foto: Acervo da COOPERAMUNS, 2023.

Para esses processos formativos, os participantes (filhos/as de assentados) que foram selecionados, pela frente de formação e os gestores da cooperativa participando de entrevistas, análises de currículos e selecionados participarem dos cursos para colaboradores, já que inicialmente a agroindústria necessitaria de 27 postos de trabalhos indiretamente em dias de abate.

Os cursistas filhos de assentados dos diversos assentamentos da região participaram de diversas capacitações em todas as áreas em diversas temáticas necessárias para a indústria (ver quadro 06).

Tabela 5 - Demonstrativo de Capacitações e Treinamentos da COOPERAMUNS para gestores/as e colaboradores/as do frigorífico.

CAPACITAÇÃO	Carga horária
1. Boas Práticas de fabricação	60
2. Abate e beneficiamento de carnes de ovinos e caprinos	80
3. Instalação e manutenção de equipamentos	60
4. Segurança do Trabalho	40
5. Acesso a mercado e vendas	200
6. Administração, gestão e logística	200
7. Controle financeiro (jurídico e contábil)	120
8. Agroecologia – certificação participativa	80
9. Manutenção elétrica industrial	60
10. Manutenção hidráulica industrial	60
11. Mecânica de máquinas industriais	60
12. Contabilidade - sistema de informática (APROSIS)	60
13. Estação de tratamento de efluentes - ETE	60
14. Brigada de incêndio	20
15. Operador de Caldeira	120

Fonte: Adaptado pelo autor dos Arquivos da Frente de Formação e Pessoas (2022).

As atividades de capacitação são nos temas: Abate de pequenos ruminantes, Cortes e Beneficiamento de carnes de ovinos e caprinos, Gestão, Cooperativismo, Instalações industriais, Qualidade, Comercialização e Marketing através de parcerias com o SEBRAE, SENAI, ACACE, MST, Fundação Mundukide, IFCE, UFC, UNILAB, Fundação Parque Tecnológico da Paraíba - PAQTCPB e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará.

Nessa construção tivemos que assumir que algumas aprendizagens foram para vida como dizem os colaboradores que participaram dos cursos, foram muitas capacitações, mas quando as instalações foram concluídas que foram realizar o abate dos primeiros 50 animais, para as testagens da trilha aérea, das câmaras frias, dor cortes, dentre outras tarefas, aí todos os colaboradores perceberam o tamanho do desafio e de tudo que ainda tinham a aprender.

A gente aprendia coisas que vamos levar para as nossas cozinhas, desde o jeito de cortar, de tirar o couro de lavar a carne, de higienizar as panelas, as pias, como limpar as vísceras, etc. Sem falar dos cortes, esses sim, nós ríamos dos nomes, mas quando víamos o quanto valoriza a carne de nossos animais, outra coisa que vamos descobrindo é que realmente se não garantirmos um padrão de carcaça permitido tem cortes que não se aplicam mesmo e perdemos muito com isso e nossa ideia é agregar valor, eu mesmo

digo que esse frigorífico para nós que somos jovens e não queremos sair para trabalhar fora ele foi uma grande conquista mesmo. (Trecho de uma Partilha da Assentada Keilha – Colaboradora do Frigorífico, 2024).

Com as agroindústrias camponesas, as famílias assentadas têm buscado se organizar em seus processos produtivos, construindo junto a gestão da cooperativa suas alternativas para garantir as tarefas e manter os empreendimentos, ambas as agroindústrias usam a marca terra conquistada que se encontra registrada no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), com diversos tipos de produtos, também usará embalagens padronizada, logomarca, código de barra e atenderá todos os critérios exigido para a carne e seus derivados.

Afinal a venda de carnes para supermercados, restaurantes e demais espaços onde a clientela é muito exigente, as agroindústrias têm que atender todos os padrões, pois os consumidores têm direito porque estão pagando por um serviço sobre a qualidade de sua alimentação, precisam ter segurança das conformidades para consumir.

Nesse sentido, a cooperativa tem se preparado para atender as entregas e cuidados com armazenamento e transporte de forma refrigerada (ver figuras 62 e 63) como garantia de que os produtos chegam com qualidade, realizando os canais de distribuição contemplando os varejistas, consumidores, mercados institucionais, convencionais dentre outras possibilidades.

Figura 62 - Entrega de Caminhão refrigerado para transporte de carnes e polpas.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022

Figura 63 - Recebimento de veículos da marca Terra Conquistada no Assentamento Palestina em Independência-CE



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022

Considerando que as atividades da cooperativa nos diversos assentamentos são com foco no fortalecimento das duas agroindústrias camponesas, centralizando as atividades da cooperativa e organização da produção, a agroindustrialização e comercialização em duas linhas de frente, o abate de caprinos e ovinos e a produção de polpa de frutas (Ver figura 64).

O abatedouro frigorífico possui capacidade de abate de 1.500 Kg de animais/dia e produção de 800 kg/dia de produtos beneficiados entre cortes finos e embutidos e na indústria de polpa de frutas a capacidade de beneficiamento é de 1000 kg de frutas/dia com a produção de 900 kg/dia de polpa de frutas. Sua produção na linha de ovinos e caprinos tem como produtos: Cortes congelados, linguiça, almôndegas, hambúrguer, buchada e farinha de osso. A cooperativa também processa e comercializa polpa de frutas.

Figura 64 - Ações produtivas e formativas com os colaboradores/a no Frigorífico Terra Conquistada (COOPERAMUNS0.



Fonte: Acervo do Setor de Produção do MST-CE.

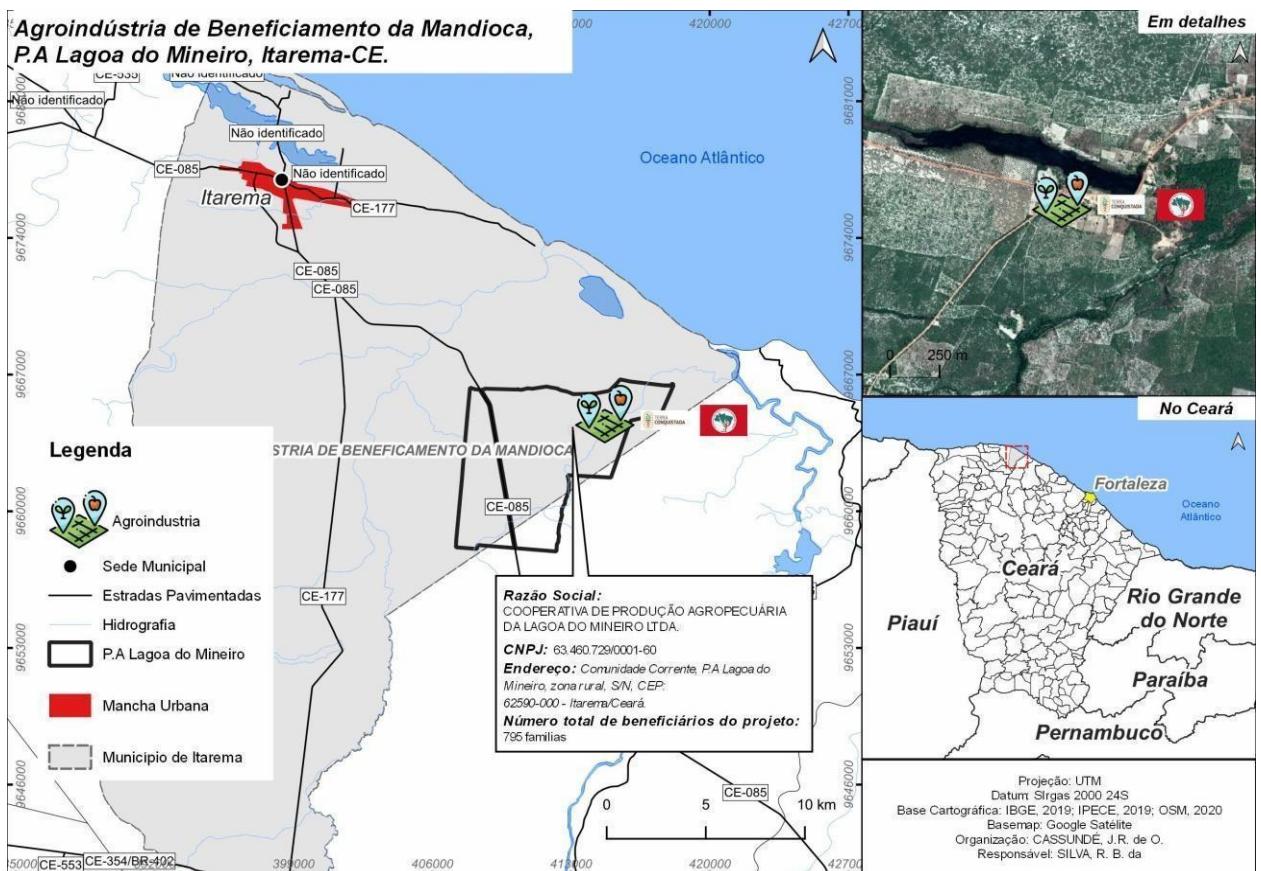
Por fim, traz-se presente que nesse sistema produtivo camponês também é muito desafiador, considerando os trabalhos de campo e visitas técnicas realizadas pelo pesquisador junto às famílias produtoras, os gestores e ao abatedouro e agroindústria de polpas de frutas. Faz-se necessário cumprir os planejamentos de melhoria de carcaça, qualidade dos animais, atendimentos das normas sanitárias, marketing de divulgação dos produtos, logística eficiente, preços competitivos, ofertas e qualidade que atendam as demandas, condições de pagamentos que atendam as modalidades praticadas hoje ou melhores, contribuir na articulação dos processos produtivos e organizativos de assentamentos de pequenos agricultores familiares de Tamboril, Crateús, Independência, Santa Quitéria, Miraíma, Monsenhor Tabosa, e Ararendá.

Sabe-se que a gestão das agroindústrias camponesas vinculadas a uma rede de cooperativas são desafios constantes e requerem habilidades de negociação, ou seja, de como lidar com interesses comuns, como estabelecer novas conexões e compromissos para obter resultados de forma coletiva e cooperada.

4.2.3 A Agroindústria de Beneficiamento de Farinha e Fécula em Itarema-CE

No caso do sistema produtivo da mandioca, essa é uma atividade que traz uma grande representação na vida das famílias da região, haja vista, a mesma apresenta grande importância para a segurança alimentar, geração de renda e inserção de todos os membros familiares dos assentamentos da região do litoral oeste do Estado do Ceará, mais precisamente nos municípios de Tururu, Itapiopoca, Amontada e Itarema na produção de mandioca *in natura* e no beneficiamento de farinha e fécula nas casas de farinha comunitárias, ainda muito rústicas e com baixo aporte tecnológico.

Figura 65 - Agroindústria de Beneficiamento de Farinha e Fécula em Itarema-CE



Fonte: Arquivo Setor de Produção do MST-CE (2022).

Na ocasião, a conquista da agroindústria camponesa de beneficiamento da mandioca é mais uma conquista coletiva da luta política do MST do Ceará para agregar valor aos produtos advindos da produção camponesa. Por sua vez, o empreendimento encontra-se sediado no assentamento Lagoa do Mineiro (ver figura 64- mapa de localização da agroindústria), no município de Itarema-CE que possui

uma boa produção de mandioca e tem uma experiência cooperativa com as famílias assentadas. Conforme os autores Siqueira e Sanches (2006) o cultivo da mandioca data cerca de 5.000 anos antes da chegada dos europeus às Américas, e seu cultivo representa proporções imensuráveis que se expande ao continente africano em meados do século XVI; se revelando assim um dos mais importantes cultivos do mundo, principalmente pela sua fácil adaptação em solos pobres de nutrientes.

Nesse sentido, quando pensamos no litoral cearense temos esta realidade com relação a algumas áreas de mandiocultura, solos muito arenosos e com pouca matéria orgânica, mas essa realidade nunca foi impeditiva das produções nas áreas de assentamentos dessa região. Há um processo cultural no assentamento Lagoa do Mineiro que fiquei encantado na ocasião do campo, porque vi várias casas de farinha. Uma reunião de famílias para gestar e organizar aquele espaço mais várias uniões de famílias, ou seja, várias farinhadas, vale lembrar que a produção da farinha é uma atividade ancestralmente coletiva, porque são muitas fases e todos se ajudam.

[...] “fazer-farinha” é um exercício essencialmente coletivo que mobiliza todos os membros da família. Na execução do trabalho não há uma divisão explícita e concreta das tarefas entre homens e mulheres, ambos realizam as mesmas atividades e vão se alternando durante a jornada, porém observa-se que havendo uma presença masculina na Casa esta permanecerá por mais tempo no forno, tendo em vista que o mesmo exige mais preparo físico em consequência do desgaste provocado pela alta temperatura do forno e da atividade quase ininterrupta de mexer a massa. (Linhares; Santos, 2014, p.56)

Ainda nessa perspectiva da coletividade para fortalecer os processos produtivos, traz-se também uma reflexão de que as comunidades do Assentamento Lagoa Mineiro em estudo para compreender porque da agroindústria de grande porte ser nesse território, dizemos que essas famílias desenvolvem uma atividade de produção de forma associada. Por sua vez, (Tonet, 2017), nos reflete que o trabalho associado possui as seguintes características identificadoras:

Liberdade, consciência, coletividade e universalidade. É uma forma de trabalho livre porque são os próprios produtores que determinam o que deve ser produzido, como isto deve ser produzido e como deve ser distribuído todo o produto. Não são poderes estranhos e alienados que comandam a produção. É uma forma de trabalho consciente porque, do começo ao fim, todo o processo está sob o expresso controle dos próprios produtores. É uma forma de trabalho coletiva porque implica a colocação em comum das forças individuais, permitindo, assim, multiplicar as forças sociais. É uma forma de trabalho universal porque, dado o estágio de universalização em que a humanidade se encontra, até por obra e graça do capitalismo, tanto a produção como o consumo exigem e permitem a interdependência de todos os espaços mundiais (Tonet, 2017, p. 06).

Este tipo de produção associada é bastante perceptível nas casas de farinha, trata-se de um momento coletivo dos assentamento em que há muita sociabilidade e muitas possibilidades coletivas surgem das partilhas e do descobrir como o outro está, como o outro produz, dentre outras questões, às vezes muitas questões que iriam para as assembleias de forma mais polêmica com as socializações ocorridas nas farinhadas muitos esclarecimentos da convivência no assentamento já contribui indiretamente para a organização das famílias.

O nosso assentamento fica muito mais animado quando tem farinhada, não é só um momento de trabalho não, é porque todo mundo se encontra sabe, a gente mora aqui faz muitos anos, mas tem gente que só vemos nas farinhada por que sempre chama muita gente né. Além disso tem muita partilha porque a cooperativa organiza uma parte das comidas, mais muita gente traz peixe e tudo vai só aumentando, eu acho a farinhada uma festa de fartura e de alegria viu, por isso quero que chegue essa outra casa de farinha mais moderna né, mas lá é todo mundo de máscara de avental, sei lá tudo muito chick, será que vai ter essas conversas e farturas né, mais eu quero muito que der certo porque nossa farinha é valorizada né. (Trecho de Conversa na Residência de Tia Bia da Comunidade de Saguim do Assentamento Lagoa do Mineiro em Itarema-CE, 2024)

É importante evidenciar, de que esse investimento no caso do sistema produtivo da mandioca irá ser contemplado com o fortalecimento das áreas de produção e a construção da agroindústria camponesa da mandioca (ver figura 68), que com o aumento significativo que subsidiará a demanda de matéria-prima, a agroindústria terá uma grande viabilidade, agregando valor com o beneficiamento, padronização, certificação e comercialização dessa matéria prima de forma a suprir tanto o mercado institucional como no mercado convencional. Isso dará autonomia para as famílias que atualmente estão à mercê de atravessadores que compram a farinha e fécula a preços baixíssimos e que muitas vezes não cobrem nem os custos de produção das famílias.

Figura 66 - Agroindústria Camponesa de Beneficiamento da Mandioca – P.A Lagoa do Mineiro em Itarema-CE.



Fonte: Acervo do Setor de Produção, 2023.

Para a região em estudo a produção e beneficiamento da farinha sempre foi algo muito cultural, por isso pensar apenas pelo viés econômico requer uma construção diferenciada para a cooperativa se tornado desafiador, há um diferencial regional com relação a mandiocultura.

Nas regiões norte e nordeste do Brasil, a mandiocultura tem uma trajetória de desenvolvimento cultural, paralelo ao econômico, que não ocorreu nas regiões centro-oeste, sudeste e sul, e este pode ser um dos motivos pelo qual o processo de industrialização tenha trajetória e impactos sociais diferenciados (Santos; Santos, 2013).

De acordo com plano de negócio da cooperativa elaborado pelos técnicos da ACACE, é cabível mostrar que com a implementação do Projeto São José III, será visível o avanço na produção de raiz de mandioca nos assentamentos da região, no período das análises produtivas potenciais o quadro de famílias pesquisadas apresentavam uma área de produção de 130 hectares plantada com mandioca e que com o fortalecimento através do Projeto São José III, será implantada um acréscimo de 106,50 hectares, portanto para dar suporte a demanda da agroindústria teríamos um aumento significativo do tubérculo para beneficiamento.

Na ocasião as famílias também discutiam a possibilidade de ampliar também a área do cultivo de coco, pois a cocoicultura tem uma importância econômica para várias famílias do assentamento mesmo não sendo a cultura principal, mas como todas as tapioqueiras da região usam muito coco mesmo porque é o segredo também dos beijus e das tapiocas das casas de farinha por isso relataram sobre essa possibilidade.

No caso do sistema da cultura do coco, a mesma também avaliada pelas as famílias como uma cultura de grande contribuição nas rendas dessas famílias, essa cultura sempre foi muito significante na vida dessas famílias, sendo uma cultura que muito se adapta ao solo do litoral do estado, ao agricultores que residem nessa região tem essa cultura como algo muito além, formulando uma relação muito intrínseca com essas árvores, as quais lhes servem como fonte de alimento e lhes fornecem matéria-prima para a construção de casas e para a confecção de artesanato e jangadas. Muitas das comunidades aí encontradas ainda vivem em meio a coqueirais, praias e dunas, compondo um quadro socioespacial bastante característico do litoral cearense.

Nos debates junto ao setor de produção do MST e COPRANORTE e também a COPAGLAM, os gestores e cooperados relataram que um dos principais entraves na trajetória do sistema produtivo tem sido a desvalorização dos produtos, que perpassa por outras limitações como a falta de infraestrutura adequada para beneficiamento de acordo com as exigências da vigilância sanitária e os critérios exigidos pelos comércios locais, como por exemplo, o processo de empacotamento e embalagens dos produtos beneficiados da mandioca.

Nesse sentido, percebemos que mesmo que acreditem nas possibilidades de uma agregação de valor aos produtos, na empregabilidade das filhas e netas, dentre outras questões, mas partilho de uma análise de que os camponeses e camponesas mais velhos ou residentes a mais tempo no assentamento ou mais precisamente aqueles que coordenam e organizam muitas farinhadas ao longo da vida camponesa, não deixam claro seus posicionamentos, mas possuem algumas resistências a esse processo de modernização que pode acabar com a cultura das farinhadas.

Você vai conversar comigo? Você é o rapaz que está responsável pela Casa de Farinha grande né? Eu acho que deve ter a fábrica né, mas nem todo mundo precisa colocar as mandiocas tudo para lá não, porque já tem umas casas de farinha aqui, que já está parada, eu mesmo tem um compadre que tinha farinhada boa viu, hoje não tem mais. Aí se nós não tiver a farinhada é muito ruim né, eu mesmo fico muito feliz quando tem viu, eu nem vou muito

porque não tenho mais idade, mas quando diz que tem farinhada e a gente sente o cheiro né e aquela zoada (risos), eu já fico feliz, porque farinhada é coisa boa viu, é que você é novo viu, mais para nós era o melhor divertimento, nas casas de farinha a gente é feliz e comi muito. (Trecho de uma linda conversa com a camponesa Maria Bia de 103 anos, assentada na comunidade Saguim do Assentamento Lagoa do Mineiro em Itarema-CE,204).

Durante a estadia do trabalho de campo, reflito que especificamente nesse sistema produtivo camponês da mandiocultura, há sim um objetivo de superar esses entraves e integrar os elos do sistema produtivo da mandioca, aos investimentos do São José III com vistas no aumento da produção de mandioca e funcionamento da agroindústria de beneficiamento da raiz com capacidade para 20 toneladas de raiz /dia, dentre outras ações de relevância social junto a renda das famílias assentadas no Assentamento Lagoa do Mineiro e demais assentamentos da região, mas queria dar destaque a essas falas ao visitar famílias dos camponeses mais experientes porque também vai de encontro uma questão cultural da região.

Não podemos negar que há todo um atrelamento aos processos industriais em curso que são inegáveis, porque além de tratarmos como uma cultura que sustentou gerações, o consumo na atualidade adquiriu novos hábitos e a farinha e a fécula não se concebem mais apenas como um alimento que garante a sobrevivência, mas também como um produto que mesmo produzido por camponeses tem que ser capaz de atender às exigências do mercado.

Pensando nessas reflexões e lembrando dos depoimentos da Tia Bia e demais farinheiras, suas falas tem sentido, pois ao analisar as contribuições de Nascimento (2016) vemos que:

[...] produzir farinha deixa de ser apenas o consumo de subsistência e a manutenção de uma cultura centenária para se transformar em excelente negócio, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, capaz de atender não apenas às demandas locais do produto, mas também proporcionar a melhoria da qualidade de vida das pessoas que se envolvem com a atividade, criar alternativas de mercado, fortalecer o desenvolvimento socioeconômico da região e garantir o atendimento às necessidades atuais e futuras das gerações (Nascimento, 2016, p. 2008).

Ainda nas condições camponesas, também nos reflete Wanderley (1996) de que nem sempre vamos transitar levemente e nem rapidamente:

Para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos

filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá diferir no tempo, o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local etc. (Wanderley, 1996, p. 07)

É importante ressaltar que as discussões que foram realizadas pelo MST, sempre tiveram um processo de formação e diálogo com os gestores e camponeses buscando atender a um compromisso social para com as formas de produção, onde se pensa uma exploração com uma menor degradação ambiental, respeitando as gerações futuras, garantindo uma forma de produção saudável, como também refletindo sobre suas questões culturais que se somam profundamente na discussão dos sistemas camponeses de produção.

Nesse sentido, estamos buscando com desafios e possibilidades junto a cooperação agrícola e as agroindústrias camponesas produzir com qualidade e embalar os derivados da mandioca (ver figura 67), com base na produção agroecológica.

Figura 67 - Processos e produtos da Agroindústria de beneficiamento da mandioca



Fonte: Acervo da COPRANORTE, 2023.

Por fim, sabemos que há uma tendência geral de que muitas mudanças sejam feitas para reajustar as relações de trabalho no campo, o que tem desafiado as cooperativas e os assentados de reforma agrária a inserir em seus processos

produtivos e sócias novas tecnologias para melhorar a produção e o beneficiamento como é caso das agroindústrias para atender às exigências mercadológicas da sociedade e da economia atual.

4.2.4 A Agroindústria de Beneficiamento de Castanha e Caju em Chorozinho-CE

Os camponeses e camponesas da reforma agrária sempre plantaram caju, o cajueiro comum ou *Anacardium occidentale*, é uma planta bastante difundida pelo mundo. Mas antes de chegar e florestar grande parte de Ceará, a atividade econômica hoje componente do chamado agronegócio do caju, com surgimento no Brasil “[...] por ocasião da II Guerra Mundial [1939-1945] para atender a demanda dos Estados Unidos pelo Líquido da Casca de Castanha de Caju (LCC), que na época constituía insumo estratégico para fabrico de tintas, vernizes, pós de fricção, lubrificantes, isolantes elétricos, dentre outras aplicações.” (Leite; Paula Pessoa, 2004, p. 02).

De forma mais ampla a conformação de um sistema produtivo, não totalmente camponês, ligado à produção de castanha de caju no Brasil, pode-se datar da segunda metade do século XX. Estrutura-se no contexto geral da modernização da agricultura brasileira, em uma fase desenvolvimentista e conservadora da política estatal brasileira.

Como havia um direcionamento desta produção mais específica, mas com o encerramento da guerra, a demanda pelo óleo da castanha diminuiu repentinamente, fazendo declinar seu preço no mercado mundial. Em consequência desta realidade, este produto acabou se transformando em um subproduto, dando lugar ao processo de exportação de amêndoas de castanha de caju (ACC)²⁵, extraídas do processamento da castanha, que continua sendo até hoje um produto de grande comercialização do agronegócio na cajucultura.

Na atualidade, o Nordeste possui uma centralidade quanto a sua origem e dispersão regional. Enfatiza-se que o Estado do Ceará possui a maior área de plantios de cajueiro do Nordeste, cujos cultivos localizam-se na faixa litorânea, sendo encontrados também em áreas da superfície sertaneja.

A cajucultura é uma atividade potencial de destaque no Estado do Ceará, de

²⁵ É uma especiaria consumida como aperitivo e destinada ao preparo de alimentos na indústria de panificação e confeitoria. As vendas de ACC se dirigem principalmente para os Estados Unidos, que absorve 60% do volume exportado. (Lopes Neto, 1997).

acordo com dados da Agência de Desenvolvimento do Ceará (2011), o Estado é 1º Produtor e Exportador do Brasil, com uma área plantada de 374,9 mil hectares, sendo que desta, 70,6 mil hectares são de caju Anão Precoce, e 304,3 mil é de Caju Comum.

O estado possui dentro da Câmara Setorial do Caju no Ceará²⁶, 05 Polos de produção envolvendo 59 municípios. As áreas de assentamentos objetos de estudo deste trabalho ficam situados nos Polos Aracati e Pacajus. O polo de Aracati possui 13 municípios e uma área plantada de 117.928 hectares, movimentando em torno de R\$ 35,2 milhões. O polo de Pacajus envolve 10 municípios e tem uma área plantada de 93.037 hectares, os quais movimentam em torno de 31,1 milhões de reais. Acrescenta-se que essas leituras de áreas plantadas se baseiam nas referidas câmaras técnicas do estado, em projetos da agricultura familiar e camponesa, mais também de projetos se agricultura empresarial e irrigada, bem adensado e de alto rendimento (Figura 68).

Figura 68 - Área de Cajucultura com superadensamento e irrigação

Cajucultura de alto desempenho no estado do Ceará



Fonte: Embrapa Caju Ceará, 2017.

No caso dos assentamentos de reforma agrária onde temos mão de obra limitada, muitas vezes a família não realiza um adensamento por que ele faz sempre

²⁶A Câmara Setorial do Caju do Ceará (CS Caju) é um órgão colegiado vinculado à Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE), com o objetivo de propor, apoiar e acompanhar projetos e ações para o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva do caju no estado. Essa câmara funciona como um espaço de discussão e colaboração entre diferentes atores da cadeia, como produtores, empresas, pesquisadores e governo, visando o desenvolvimento da cajucultura cearense. Disponível em: <https://www.adece.ce.gov.br/download/camara-setorial-da-cadeia-produtiva-da-cajucultura/>. Acesso em: 12 de maio de 2025.

um consórcio de cajueiro com a roça, ou feijão ou outra cultura de ciclo curto em que se colhe no período do inverno e se o cajueiro copou muito aí muda-se para uma área em que os cajueiros estejam menores no próximo inverno para não comprometer as leguminosas e os tubérculos por sombreamento, mais sempre será um sistema bem mais diversificado.

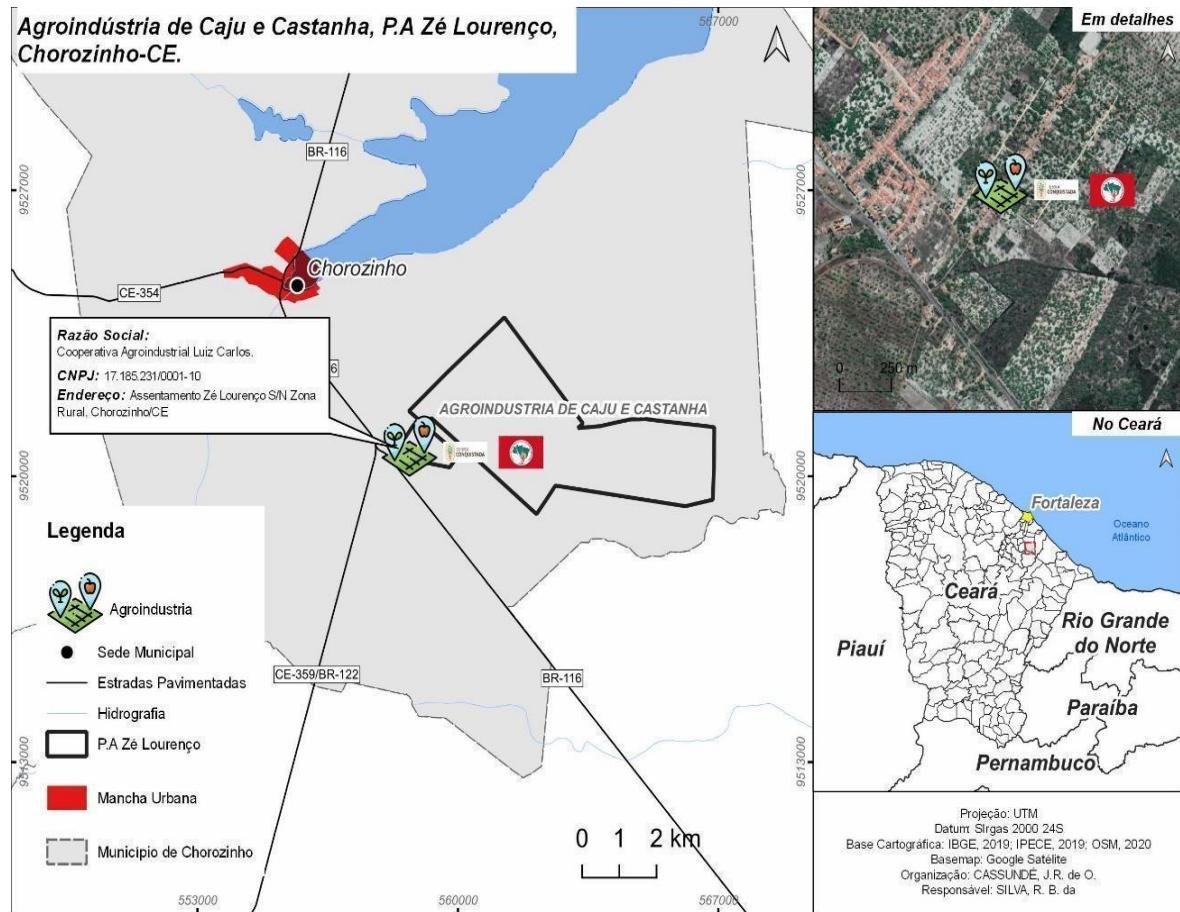
Nos assentamentos de reforma agrária do Ceará, precisamos discutir para que sejam realizados novos plantios de área e que sejam realizados os tratos culturais adequados para se ter uma produção satisfatória, pois como depende da mão de obra familiar desde o plantio, o ciclo de existência e o tamanho da família são aspectos importantes da lógica de reprodução da agricultura camponesa, podendo incrementar ou limitar a produção, permitir ou inviabilizar a liberação de membros da família para alguma atividade acessória.

Considerando a citação extraída de Wanderley (1996, p.7), como também o depoimento de um produtor de castanha, consegue-se denotar bem como que seus processos possuem uma centralidade na família camponesa, “como portadora do esforço de trabalho e detentora da propriedade, tanto quanto, definidora das necessidades de consumo, decorre a importância que assume a evolução de sua composição, como um elemento chave do próprio processo de transformação interna da unidade família/estabelecimento”.

Para nós aqui do nosso assentamento, mesmo que muitos já mudaram para o cajueiro precoce né, mais os cajueiros que tem dado mesmo uma produção boa são aqueles que agente limpa, poda né, que fica meio mexendo, e tendo a família prá ajudar a apanha a castanha viu que se for para pagar alguém de fora para apanhar as castanhas, numa dar quase nada pro produtor. (Chiquinho – Assentado e Gestor da Produção, 1997).

Nossa agroindústria camponesa de beneficiamento de caju castanha e polpa de cajue e outras frutas, encontra-se localizada no P.A Zé Lourenço no município de Chorozinho-CE (ver figura 69).

Figura 69 - Localização da Agroindústria de Beneficiamento de Caju e Castanha Terra Conquistada em Chorozinho-CE



Fonte: Arquivo Setor de Produção do MST-CE (2022)

Pensarmos a agroindústria do caju e da castanha, é uma inserção dessa cultura no celeiro do negócio das frutas e das amêndoas, gestada por uma agroindústria camponesa? Como assim, os assentados de reforma agrária embalando e vendendo torrada e caramelizada para o exterior? Pois é, perguntas como estas se viam de fazendeiros, grandes proprietários de castanha da região dos assentamentos, onde alguns assentados e filhos/as de assentados que trabalham nas empresas beneficiadoras de castanha e de caju.

O sistema produtivo da cajucultura, gestado pela COOPALC com seus gestores, cooperados e coordenadores dos núcleos de produção e direção do setor de produção do MST-CE, na atualidade abrange cinco territórios, sendo eles, Baixo Jaguaribe (Russas e Palhano), Litoral Leste (Aracati, Icapuí, Itaiçaba e Jagaruana), Região Metropolitana (Chorozinho, Ocara), Litoral Oeste (Trairi), Maciço de Baturité (Ocara). Estas regiões são conhecidas pelo potencial na atividade, com destaque

tanto na produção de cajueiro precoce como na produção de cajueiro comum (gigante), além de comportar as principais fábricas do Estado.

A agroindústria camponesa do caju envolve doze assentamentos subdivididos em dez municípios. A centralidade do sistema se dará em torno da agroindústria localizada no assentamento Zé Lourenço no município de Chorozinho. Vale ressaltar que o acesso é facilitado, pois o empreendimento se situa a 2 km do entroncamento das BR 116 e 122, as quais dão acesso aos principais centros urbanos do Estado. As estradas internas de acesso à agroindústria são de bom acesso tanto no período seco como no período chuvoso.

No momento estamos com colaboradores que contribuem diariamente, no beneficiamento de castanha e também na linha de polpas (ver figura 70), pois no momento a cooperativa venceu algumas chamadas públicas para realizar entregas junto às escolas do município e também estaduais.

Na discussão mais interna com o setor e a gestão da COOPALC a área destinada ao projeto é de 100x50m a qual abrangerá a agroindústria e viveiro de mudas. A topografia da área é plana, o solo plano arenoso, a proposta inicial do sistema produtivo da cajucultura, beneficiará diretamente a duzentos e setenta e sete famílias (tabela 06) que participam diretamente no processo produtivo, mais terá uma abrangência bem maior, considerando que durante o período de colheita há uma necessidade de mão de obra externa as famílias para garantirem a colheita dos produtos, castanha e caju, como também a inserção de outras famílias que produzem outras fruteiras tendo em vista que a agroindústria está realizando o beneficiamento de polpas de frutas.

Figura 70 - Colaboradores e Produtos da Agroindústria Camponesa de Castanha e Polpas



Fonte: Acervo do Setor de Produção, 2024.

Tabela 06 - Quantitativo de famílias e Assentamentos Beneficiados na Proposta Inicial do Projeto São José III

ASSENTAMENTOS	MUNICÍPIOS	Nº DE FAMILIAS BENEFICIÁRIAS DO PSJIII	Nº DE FAMILIAS ASSENTADAS
Antônio Conselheiro	Chorozinho	48	102
Bernardo Marin II	Russas	31	48
Croatá/Jandaíra	Russas	15	27
Novo Horizonte	Tururu	37	89
Quilombo dos Palmares	Palhano	17	24
Rosa Luxemburgo	Jaguaruana	17	21
São Francisco	Icapuí	24	52
Terra Esperança	Aracati	12	21
Zé Lourenço	Ocara	37	76
Zumbi dos Palmares	Aracati	22	78
TOTAL	08	277	538

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018.

A tabela acima traz presente uma proposta elaborada para o levantamento do diagnóstico para solicitação da demanda no Projeto São José III, na atual gestão da COOPALC temos alguns assentamento que não participam mais do projeto, foram

contemplados com assistência técnica, ampliação dos plantios, dentre outras questões propostas, mas por questões organizativas, estamos sem acompanhamento técnico, mas em negociações para negociar possíveis rotas para fornecimento para a agroindústria, tendo em vista que temos assentamento com grande número de famílias produtoras de castanha em Aracati e Beberibe.

No momento a agroindústria camponesa de beneficiamento de castanha e polpas de frutas tendo aos consumidores 04 tamanhos de embalagens das castanhas e também em sacos metalizadas e caixas, com castanha natural, torrada, torrada e salgada e castanha caramelizada, além de vários sabores de polpa de frutas (caju, acerola, cajá, abacaxi e outras) da marca terra conquistada (ver figuras 71 e 72)

Figura 71 - Tipos de Castanha comercializadas pela COOPALC



Fonte: Acervo do Setor de Produção do MST-CE, 2023.

Vale ressaltar que a COOPALC tem enfrentado diversos problemas com a concorrência da matéria prima, pois mesmo que tenhamos muita produção de castanha, sabemos que o camponês tem uma dependência das rendas de sua produção no ato da colheita. Como as famílias ao colherem as castanhas ao colocar na cooperativa, temos acordado com as famílias de pagarmos após 60 dias quando beneficiamos e agregamos valor porque no momento não temos um capital de giro para negociar.

No entanto temos tido muito problemas pois na época da venda vários

caminhos de atravessadores começam a entrar em nossos assentamentos e já andam com uma balança e com o dinheiro na mão anunciando no carro de som a seguinte mensagem: “você que tem castanha em casa a caminhão está passando na sua rua, pesamos, compramos e pagamos na hora, venham o preço é da hora e pagamos agora”.

Olha de fato não é porque a gente não queira é porque a gente só vai vender porque está precisando, porque eu gosto do pessoal da cooperativa né e meu filho fez uns cursos por lá, só que como agente precisa comprar as outras coisas né, porque toda família precisa comprar um café, né, pagar uma energia as coisas né, aí mesmo que pague melhor na cooperativa mais pra gente esperar é complicado, mas é só por isso viu, porque a gente precisa mesmo. (Seu Manoel – Assentado e produtor do Assentamento Zé Lourenço em Chorozinho-CE, 2024).

Figura 72 - Sabores de Polpas de Frutas comercializadas pela COOPALC



Fonte: Acervo do Setor de Produção do MST-CE, 2023.

Em suma, reafirmamos que a nossa agroindústria de castanha e caju, tema avançado na conscientização das famílias quanto ao plantio de mais algumas áreas de cajueiro e também outras culturas, entendendo que se temos uma área de alguma fruteira é possível colocar na agroindústria para ser beneficiada.

Outras construções coletivas que se tem decidido é sobre o capital de giro, que a cooperativa está se organizando para comprar a produção assentada para não ter que problemas com a demanda, para isso estão buscando alternativas para a realização da estocagem da matéria prima, assim também buscando ampliar ou construir outra câmara fria para garantir o armazenamento correto e em grandes

quantidades.

Reafirmamos que a Agroindústria de Beneficiamento da Castanha e de Polpas de Frutas foi a primeira a ser inaugurada pelo junto ao setor de produção e com todos os desafios da gestão cooperada, o MST tem buscado organizar a companheirada com a tarefa de fortalecer a reforma agrária popular com base agroindustrialização camponesa e organização social das famílias para a vida em comunidade e em luta por dias melhores sempre. Viva o MST, suas lutas e as agroindústrias camponesas.

4.2.5 O Laticínio Terra Conquistada em Quixeramobim-CE

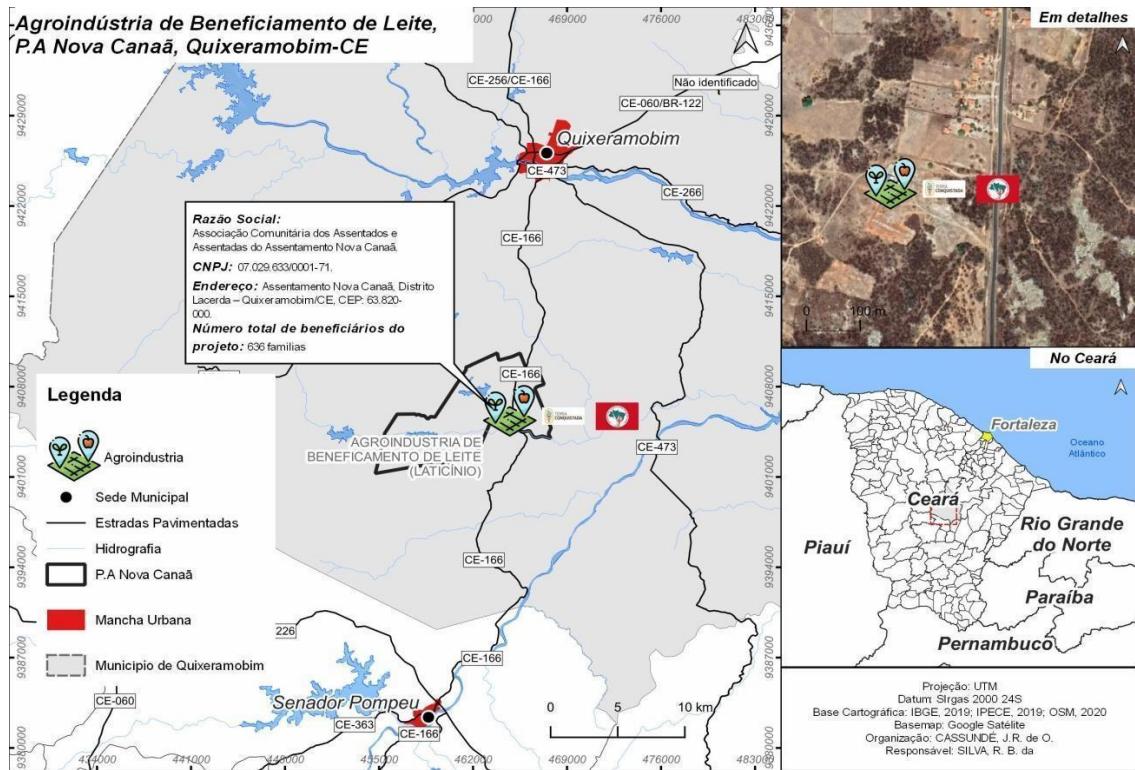
A região em estudo faz referência a um dos celeiros agropecuários do Estado do Ceará, que tem despertado olhares e diversos incentivos ao agronegócio com tecnologias e infraestrutura no âmbito da bovinocultura de leite no Sertão Central, é geograficamente centralizada no “coração do Ceará”²⁷, permeada de baixios, açudes e fazendas de gado que o adjetivam a região da “bacia leiteira do Ceará”²⁸.

A Agroindústria Camponesa de Beneficiamento do Leite, está localizada no município de Quixeramobim-CE, no assentamento Nova Canaã (ver figura 73), um território da reforma agrária vinculado a organização do MST-CE, conquistado após muitas lutas para garantir a desapropriação do latifúndio para assentar famílias camponesas da região.

²⁷ Quixeramobim possui a alcunha "Coração do Ceará", por abrigar o ponto de equidistância geodésica do estado. Ou seja, o ponto que está à mesma distância de todos os seus limites localizado em um marco obelisco com cerca de dez metros de altura, na Praça Dias Ferreira, feito em granito e aço. Disponível em: <https://www.conserce.ce.gov.br/omunicipio/> Acesso em: 20 de maio de 2025.

²⁸ O município de Quixeramobim, segunda maior cidade do Sertão Central, se destaca atualmente como a maior bacia leiteira do Estado do Ceará. Quixeramobim produz em média 200 mil litros diários de leite. O município conta com mais de 90 mil cabeças (entre bezerros, garrotes, novilhas, vacas secas e vacas em lactação). Disponível em: <https://moveceara.com.br/2022/04/04/cadeia-produtiva-do-leite-se-consolida-no-sertao-central/> Acesso em 20 mai. 2025.

Figura 73 - Localização do Laticínio Terra Conquistada no Assentamento Nova Canaã em Quixeramobim - CE



Fonte: Arquivo Setor de Produção do MST-CE (2022).

Pensar os desafios que regem a agroindustrialização na área da bovinocultura para os camponeses, são construções muito complexas do ponto de vista das condições camponesas e das tarefas da gestão cooperada. Por entender, que a cooperação nesse sistema produtivo é também um debate contínuo com os produtores, colaboradores e gestores das agroindústrias para todo o processo caminhar organicamente.

Estamos diante de uma produção de um alimento perecível que é o leite e que seus derivados, junto a isso os seus preços possuem muita oscilação devido aos valores da ração, dentre outras variáveis que comprometem os sistemas produtivos, um outro agravante que assola também a gestão da cooperativa, a agroindústria, os coordenadores de tanque de resfriamento e os demais assentados são as investidas dos atravessadores na compra do leite.

Eu mesmo sempre defendi o MST viu participei das lutas e tudo, a questão é porque a gente trabalha com leite a muitos anos e assim a gente tem palavra né, aí quando gente passou por muita dificuldade aqui com o leite, o rapaz do tanque nos ajudou muito, porque o patrão dele tinha um depósito de ração né

e arranjou prá nós prá gente ficar comprando e pagando com leite né, aí isso é um favor que a gente não esquece viu, mas eu já conversei com minha mulher e a gente vai tentar colocar o leite no nosso tanque, eu digo nosso porque é do nosso movimento né. (Depoimento de Assentado em reunião com o Gestor da Produção - Assentado do P.A do Lucilane em Senador Pompeu, 2022).

Nos momentos de campo, por vezes ficava me questionando como a condição camponesa é de muita resistência, porque as famílias por anos sempre foram apenas produtores de matéria prima para a indústria do patrão, o MST luta, conquista a terra, os assentados têm o direito a um lugar onde criar e plantar, mesmo assim permanece na dependência de ter a quem vender.

Quando começa a organizar em um processo cooperado e conquistando sua própria industrialização de sua produção, percebemos como as investidas do agronegócio no campo se manifestam mais forte ainda para desestruturar as famílias camponesas em seus processos organizativos da produção da vida.

A resistência e a existência camponesa serão sempre uma condição de enfrentamento, pois o capitalismo não aceita que os camponeses construam sua autonomia e suas melhores condições de vida, há um sistema que monopoliza todas as forças para desestabilizar os que lutam todos os dias.

Eu vou dizer, vocês sabe que agente entrou aqui nesse assentamento e começamos produzir e não tinha outro tanque né, a gente sabe que aqui é do movimento, mas não tem sido fácil, porque eles ficam nos pressionando mesmo para que a gente não coloque no nosso tanque, perguntam quanto nossa cooperativa está pagando, se está atrasando o pagamento, pergunta se a nossa cooperativa tem ração para vender. Eu sei que a pressão deles é grande, mas eu fico pensando rapaz os ricos não tem limite né, nós é começando, pelejando para dar certo nossa cooperativa, nossa agroindústria. A gente sabe que ele já são grande, tem patrimônio, caminhão, fábrica grande e num sossega né. Fico triste com isso. Ainda bem que eles são empresários, mas só são compradores porque a terra é nossa e as vacas também né (risos). (Adalto - Assentado e cooperado do P.A Nova Canaã em Quixeramobim, 2022).

Nesse caminhar de enfrentamentos e resistências, afirmamos como nos reflete o pesquisador (Saquet, 2019) quando ele nos diz que “apesar da atuação hegemônica dos atores ligados ao agronegócio, evidenciam-se experiências contra - hegemônicas”. Muitas vezes como pesquisador e militante nos perguntamos até que ponto resistiremos, mas sempre afirmando como dizem os militantes do MST, “ocupar a terra e organizar os camponeses para garantir sua reprodução com dignidade ainda é sim uma luta anticapitalista”.

Um dia desses, veio um rapaz aqui ele sabe que o nosso tanque tem dia que levam um bom volume né, aí ele disse assim, rapaz o homi lá disse que se vocês voltassem para o tanque deles ela pagava por semana, porque a gente sabe que vocês recebem por quinzena, ele perguntou se podia fazer uma reunião aqui, parece que ele quer trazer um veterinário, prá conversar sobre o gado as vacinas, ele quer ajudar né. Aí eu disse que nós já tínhamos acordado com a nossa cooperativa que nós recebia a cada duas semanas né, falei que nós já tinha um veterinário, mas mesmo assim ele ainda insistiu viu. Mas nós aqui tem que segurar porque eles ganham muito em cima de nós viu se não eles não vinham atrás né. pois é a gente tem que acreditar na cooperativa (Adriano - Coordenador de Tanque do Assentamento Muxuré Velho, 2022).

Nessas condições camponesas, refletimos também sobre os desafios de cooperar, não tem sido simples para a gestão das cooperativas do MST-CE em suas agroindústrias. Por isso, afirmar que as agroindústrias são camponesas, que o tanque é do MST, que temos construídos iniciativas de ampliar nossas vendas e que temos qualidade em nossos produtos, tudo isso faz parte da construção da autonomia camponesa que passa sim por um processo educativo e consciente.

Na percepção desses desafios, trago presente um relato das vivências em campo, quando interroquei o gestor industrial sobre os desafios diários no gerir dessa agroindústria e o mesmo nos trouxe um panorama desse empreendimento no sistema produtivo camponês de forma muito desafiadora para as condições camponesas na atualidade.

Para nós do Ceará está sendo um desafio muito grande e diário quando falamos de concorrência desleal e atravessadora, tem realidades que podem mudar muito por causa de cinco centavos (R\$ 0,05) a um real(R\$ 1,00), você perde dois produtores num tanque, sabe por causa de um aumento de 10 centavos no litro de leite, alguém não coloca hoje para nossa cooperativa, então são desafios constantes. No caso da COOPERASC aqui em Quixeramobim, a gente tem leite e tem o laticínio, então assim isso para nós é um desafio gigante porque estarmos ao lado da Betânia que já era um laticínio gigante aqui no Ceará, que agora fundiu com a Embaré e se torna o maior lácteo da América Latina aqui ao lado de nossos assentamentos, mesmo que os nossos assentados e cooperados não tenha noção disso, a gente sabe que os cara tem 2 milhões de litros beneficiados por dia, e nós aqui no nosso assentamento agora chegamos a 2, 4 ou até 6 mil litros por dia. Então assim, é muita coisa para nós camponeses já dar conta disso, mas muito aquém daquilo que pensamos que podemos enfrentar. E quando partimos para o desespero de que só o PAA ou PNAE não dar conta então, adentrar o mercado convencional são construções de muito enfrentamento e nos exige tempo, recursos e um capital de giro que até então nossas cooperativas do MST do Ceará não conseguem assegurar. Esses são os desafios mais se pensar muito não age né, então seguimos em luta e enfrentando devagarinho esse monstro do agronegócio. (Trecho da partilha do gestor industrial do Laticínio Terra Conquistada – Lucimério, 2022).

Ainda nessa perspectiva de construção e fortalecimento dos sistemas produtivos camponeses, traz-se presentes as leituras de Fernandes (2014) quando nos alerta sobre estas contradições, ele nos diz evidencia-se dois modelos de desenvolvimento territorial contraditórios no campo, “um capitaneado pelo agronegócio e outro pelo campesinato, pois enquanto este tem na terra o seu lugar de reprodução social, aquele comprehende a terra apenas como lugar de produção e acúmulo de capital”.

Figura 74 - Laticínio Terra Conquistada no Assentamento Nova Canaã em Quixeramobim - CE (vista aérea)



Fonte: Acervo da COOPERASC, 2022.

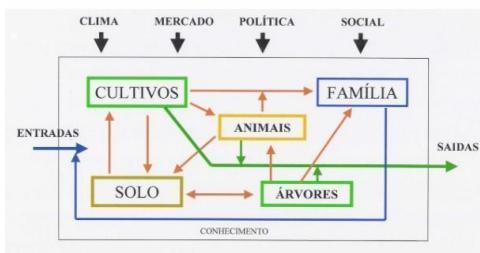
Vale ressaltar que o Laticínio Terra Conquistada está bem localizado, pois mesmo sendo localizado na zona rural, em área pertencente ao P.A Nova Canaã e mesmo que esteja um pouco distante da cidade, encontra-se próximo a BR -116, uma rota até a sede toda com manta asfáltica.

O sistema camponês de produção (ver figura 75) da bovinocultura leiteira vem sendo trabalhado com uma atuação política continua pelo MST, há alguns anos, onde se percebe a necessidade de avançar na exploração da atividade, em virtude disso, foi realizado vários processos para discussões no sentido de ampliar e melhorar os rebanhos existentes, bem como também discutir as formas de beneficiamento da matéria prima e uma forma de comercialização de maneira mais valorizada das

famílias.

Nesse sentido, a COOPERASC em seu portfólio já vem colocando com muita clareza o que seria esse sistema camponês de produção (figura 81), onde vemos todas as variáveis juntas de forma integrada, cultivos, animais, solos, árvores e famílias.

Figura 75 - Representação esquemática do Sistema Camponês de Produção.



O que é o Sistema Camponês de Produção

O sistema camponês de produção é um sistema de cultivo e criação diversificado, que se baseia em famílias e comunidades camponesas. Ele é caracterizado por:

- Priorizar a produção para o autoconsumo e para o mercado local
- Preservar recursos ambientais, como a água e a biodiversidade
- Combinar plantios anuais e perenes
- Utilizar insumos locais e subprodutos de uma produção para outra
- Buscar a autonomia genética e tecnológica
- Integrar novos conhecimentos e técnicas ao conhecimento já existente

O sistema camponês de produção é uma forma social de produção, que se baseia no caráter familiar dos objetivos e do modo de organização do trabalho. A família trabalha diretamente no empreendimento, com ou sem auxílio de terceiros.

A organização em associações ou cooperativas é um fator importante para o desenvolvimento das agroindústrias camponesas. A cooperação entre produtores e consumidores cria laços de confiança e promove mercados locais sustentáveis.

Fonte: Acervo da COOPERASC.

Por sua vez, o sistema camponês tem discutido sempre uma forma de contrapor essa lógica apenas na produção, vemos que construir autonomia genética e tecnológica pode ser uma forma de termos nosso produto, nosso público e mercado e nem por isso sermos engolidos pela padronização destas exigências que o mercado coloca sobre a nossa forma camponesa de se organizar.

Percebe-se que nas proposições do sistema camponês com os insumos a partir dos territórios camponeses, gestão da água e a preservação da biodiversidade e garantia do autoconsumo e construir alternativas para abastecer o mercado local.

Fortalecer nossos sistemas camponeses de produção é garantir que mesmo diante de todos os desafios, os camponeses nos assentamentos de reforma agrária no MST do Ceará seguirão buscando sua reprodução em seus territórios se recriando, como nos diz Fernandes (2023), já que:

“A resistência, a subalternidade e a destruição são as condições do campesinato no capitalismo. Elas podem ocorrer simultaneamente ou em tempos distintos, o que mantém o debate sobre a condição camponesa no sistema capitalista (Fernandes, 2023. p. 20)

Nas análises técnicas e organizativas do MST na região, quanto a escolha do sistema produtivo, teve sua fortaleza na percepção mesmo que desafiadora, de que a bovinocultura leiteira possui grande importância como sistema produtivo em todo o território do Sertão Central-CE, gerando ocupação, renda e segurança alimentar para as famílias agricultoras das áreas de assentamento rural.

Nesse cenário, existe a necessidade de investimentos que diminuam a fragilidade existente no domínio pelos agricultores de todos os elos do sistema desde a produção, o beneficiamento até a comercialização, pois sempre foram realizados até antes da discussão das agroindústrias com poucos recursos tecnológicos, sem a possibilidade de agregação de valor e de qualidade aos produtos para atender o mercado.

É aqui nós nunca deixamos de produzir leite não, tem tempo que é ruim e tem tempo que é melhor né, mas outra coisa que nunca faltou foi as coisas do leite né, porque nós sempre teve coalhada, o queijo a nata, o escaldado, o doce, até a manteiga a gente fazia né, agora na fábrica (agroindústria) é diferente né, tudo nas máquinas, tudo embalado né, só que é prá vender né. As nossas coisas era só pra comer mesmo né e se vender só para os vizinhos mas a gente sabe que tudo tem que melhorar porque hoje é pela saúde né por isso que as coisas mudou muito mesmo (Seu Cicero - Cooperado e produtor do P.A Nova Canaã, 2022)

Por isso nos desafios da gestão, sempre temos que construir as inserções e mudanças com muito cuidado como realizamos essa transição ou investimento, porque no planejamento estratégico da gestão as cooperativas têm que dar conta de acompanhar, “para os camponeses só dar certo cooperado”, para as grandes empresas eles tem dinheiro então pagam profissionais externos e ainda tem o estado que subsidia os financiamentos do agronegócio, no caso camponês sempre foi diferente.

Muitas vezes as mudanças no grande sistema de produção vão sendo incorporados e alguns camponeses tentam aportar nos territórios mais nem sempre temos suporte como as empresas, como nos diz Zoccal (2017, p.1), que “[...] evoluções tecnológicas e de gestão estão acontecendo de forma silenciosa na atividade leiteira”, o surgimento de novas tecnologias na área (melhoria na genética do rebanho, novos equipamentos) precisam ser analisados cuidadosamente pelos produtores, pois podem trazer benefícios ou dificuldades, ao serem introduzidas nas propriedades, principalmente nas de pequeno e médio porte, que podem ser

beneficiadas pela redução da necessidade de mão de obra e, em contrapartida, por não possuírem acesso aos recursos financeiros e capacidade operacional (Porto, 2017; Zoccal, 2017).

No caso das agroindústrias do leite, temos sempre que ter mais cuidado do que outras pelos custos mesmo, aqui no Estado do Ceará temos muitas pequenas agroindústrias que fecharam ou não funcionaram por falta de alguns cuidados e planejamentos, a escolha do local, do potencial e da organização social e comunitária devem ser critérios importantes sempre.

Reflito sobre essas situações porque durante o campo da pesquisa presenciei empreendimentos fechados e abandonados como dizem os assentados nas reuniões quando um projeto não dá certo, “isso aí é projeto político, só para ganhar os votos não discutiu com as comunidades dá nisso vira elefante branco”.

Falo isso por que queremos que as nossas agroindústrias camponesas sejam gestadas e controladas pelos trabalhadores, por isso temos que se unir porque quando um assentado passa por problemas e não está conseguindo colocar leite na agroindústria tem os outros, porque para nós é um sistema, quando não estamos dando conta criamos e plantamos outra coisa mais giramos e depois retornamos para a atividade com mais consciência e planejamento, isso é camponês resistindo e reinventando no território de vida e sustento.

Temos que nos situar que é uma atividade que demanda uma assiduidade e uma mão de obra diária, vacas se alimentando todo dia, ordenhando todo dia e etc, nesse sentido os gestores da produção tem que se precaver quanto as adversidades, como nos reflete Cravietti & Vértiz (2020), que vale pontuar que a “descontinuidade da atividade leiteira reflete em mudanças na estrutura agrária, no contexto de produtores e trabalhadores e, desta forma, afeta a estrutura socioeconômica regional”.

Em meio a estas realidades o planejamento do setor de produção junto às cooperativas foi de planejar com cuidados as infraestruturas com o recurso conquistado para não deixarmos a obra inconclusa, por isso os investimentos propostos para o Projeto São José III dos assentamentos da região do Sertão Central do estado, objetivou fortalecer e integrar o sistema produtivo do leite desde a produção até o beneficiamento e comercialização garantindo a matéria prima em qualidade e quantidade para agroindústria do leite durante todo ano.

Na construção coletiva desse fortalecimento do sistema produtivo leiteiro, o setor de produção junto às equipes técnicas do projeto optou-se pela melhoria da

produtividade do rebanho e pela qualidade do leite para a agroindústria. Decidiu-se pelos seguintes investimentos:

- I. **Suprimento forrageiro** – plantas forrageiras adaptadas a região (sorgo, palma, capim paulistinha, Mineirão e elefante) para fornecimento de volumoso aos animais no ano inteiro e principalmente no período de escassez de alimento, assim, melhorando a qualidade e quantidade da matéria prima para a agroindústria camponesa.
- II. **Aquisição de máquinas (ensiladeira)**. Aporte tecnológico para preparar o volumoso para fornecer aos animais o ano inteiro, principalmente na silagem.
- III. **Kit de higienização de ordenha**: visando à ênfase no melhoramento da qualidade de matéria prima através da higienização das instalações, dos utensílios, dos equipamentos e do transporte adequado do produto, além dos cuidados com a saúde do animal, dessa forma evitando prejuízo em decorrência da *mastite clínica*²⁹ muito comum na região;
- IV. **Inseminação artificial**: melhoramento genético e aumento da eficiência produtiva de leite do rebanho, consequentemente do aprimoramento do controle zootécnico e do manejo reprodutivo.
- V. **Tanque de resfriamento**: contribuir com a qualidade do leite através do resfriamento do leite e no monitoramento das oscilações da temperatura ao longo da estocagem; (ver figura 82)
- VI. **Agroindústria com capacidade de beneficiar 10.000 L/leite/dia**: capacidade essa que está abaixo do levantamento da quantidade de leite disponível nos assentamentos. Vale ressaltar que essa capacidade é levando em consideração 01 turno de 08 horas de funcionamento. Caso seja necessário, a agroindústria pode dobrar sua capacidade de produção com o funcionamento de 02 turnos ou com a ampliação da sua estrutura física e de equipamentos em um momento futuro.

Considerando que um problema recorrente na manutenção dos rebanhos dos assentamentos reside também em virtude das questões climáticas, pois tivemos estiagens prolongadas, ou melhor secas prolongadas mesmo que esvaziaram muitos

²⁹ A mastite clínica em vacas bovinas é uma infecção da glândula mamária que se manifesta com sinais visíveis, como alterações no leite e no úbere (inchaço, calor, dor, endurecimento). Pode causar grandes perdas na produção de leite, além de reduzir o bem-estar do animal. A identificação e o tratamento precoce são essenciais para minimizar esses prejuízos. A mastite subclínica, que não apresenta sinais clínicos visíveis, também pode ser importante, pois contribui para a disseminação da doença. Disponível em: <https://www.fundacaoroge.org.br/blog/mastiteclinicaemastitesubclinica>

açudes dos assentamentos.

Em meio a esta realidade, uma grande maioria dos animais ficam com o escore corporal não recomendado, devido a não quantidade ideal de volumoso e concentrado na sua alimentação, comprometendo as questões nutricionais e a quantidade de leite produzida pelos animais.

Várias famílias têm tido dificuldade de alimentar seus animais devido a pouca ração e água disponível no assentamento, às vezes tendo que se desfazer de alguns animais para manter outros, estas são questões econômicas, climáticas que acontecem nas condições camponesas.

Nós aqui nós se aperriamos viu, eu mesmo quando a coisa aperta a gente vende logo o gado solteiro uns garrote né, para manter as vacas, o ruim é porque para os agricultor pequeno tudo é difícil, porque os cara dos frigoríficos sabem que a gente tá com dificuldades de manter aí botam o preço lá embaixo e a gente se obriga a vender né porque se não perde, mais nós estamos se organizando aqui com a associação do assentamento para nós fazer um “silos” grande que é prá ninguém passar mais por isso, é que os invernos faltou mesmo que nós não consegui juntar forragem de nada viu. (Informação verbal- Dona Tica - Agricultora e cooperada do Assentamento Júlio Campos, 2022)

Mas houve também toda uma proposta de melhoramento para essa situação no decorrer do projeto para dar suporte e construir esse melhoramento do rebanho para garantir uma melhor produção após a inseminação. Como me falou durante o campo o responsável técnico pelo Laticínio Terra Conquistada.

O projeto proposto visa melhorar a nutrição dos animais com mais volumoso através dos investimentos na melhoria e armazenamento da forragem, aproveitando os anos com chuva na média de 700 mm para produção da forragem e armazenamento. A partir dos seis meses dessa alimentação balanceada, os animais adquiriram o escore corporal de 3,5 que é o ideal para a inseminação dos bovinos. E é isso são desafios, mas acreditamos que se os assentados cumprirem com o que a cooperativa está orientando vamos conseguir melhorar a genética de nossos rebanhos e também aumentar nossa produção. (Informação verbal, Fidel Pretto - Veterinário e Responsável Técnico pelo Laticínio).

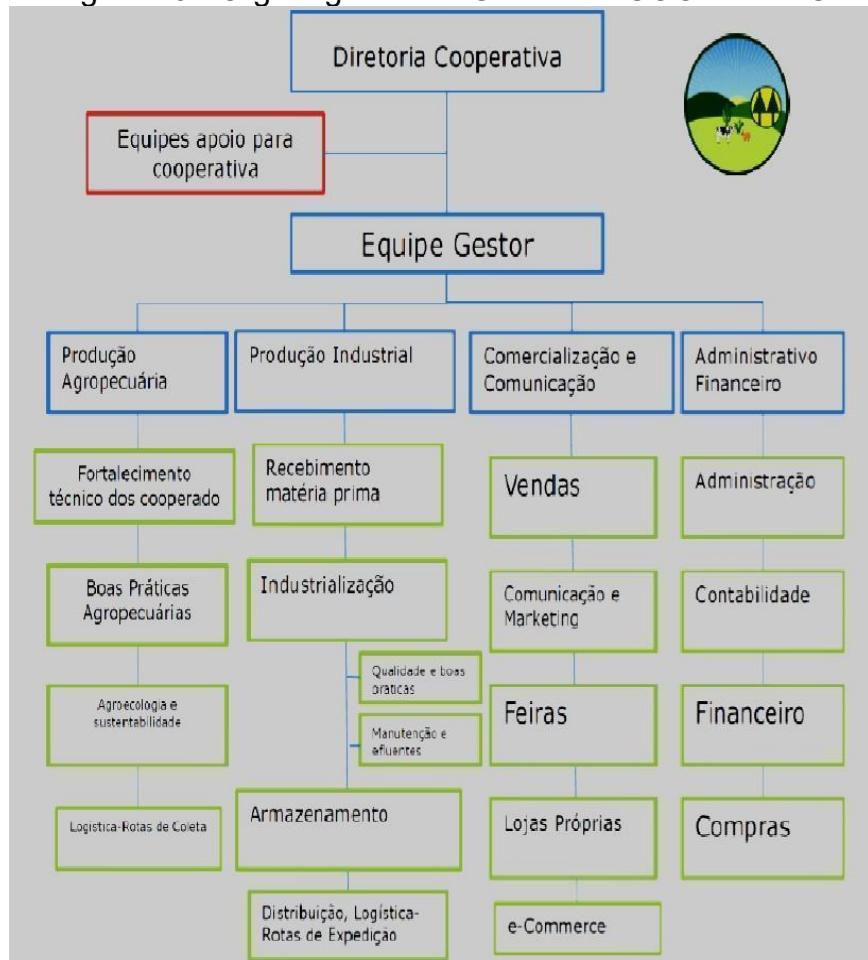
Durante as vivências nos trabalhos de campo, observou-se que a COOPERASC tem organizado o processo de gerenciamento do laticínio com foco no modelo de gestão debatido anteriormente na referida pesquisa. Considerando os processos formativos de pessoas junto às entidades políticas, o coletivo gestor e

diretor da referida cooperativa foi reorganizando o laticínio para garantir um bom funcionamento. Por sua vez, construiu um breve organograma em função dos processos do empreendimento onde a equipe de gestão coordena as possíveis funções junto à mesma.

Nesse sentido, a estrutura funcional visa atender às áreas chaves do laticínio terra conquistada, dentre elas a administração, produção, comercialização, o financeiro e a logística.

Após reuniões, estudos e construções coletivas com base nas necessidades camponesas e os desafios de um novo processo produtivo. Apresenta-se o organograma fruto dos esforços coletivos, (figura 76) para ilustrar as devidas tarefas que tem desafiado os filhos e filhas de assentados a construir nesse processo de gestão e agroindustrialização camponesa.

Figura 76 - Organograma de Gestão da COOPERASC



Fonte: Coletivo de Gestão da COOPERASC, 2022.

Quando nos referimos às diversas tarefas no funcionamento da cooperativa e

gestão da agroindústria, havemos de considerar que as pessoas (gestores/as e colaboradores/as) são fundamentais nesses processos estabelecidos no organograma acima, para tanto foram realizados processos formativos para refletir e dialogar sobre perfis e atribuições como também engajamento político, pois se trata de pessoas que foram indicadas pelos assentamentos do sistema produtivo do leite, em sua maioria filhos/as de assentados e após isso apreciado pela diretoria da COOPERASC e apresentado na assembleia.

Na oportunidade, realizou-se essa dinâmica de formação do quadro de pessoas antes de iniciarmos o processamento e que tem ocorrido no momento atual quando da substituição, mudanças de funções, demissões dentre outras situações em que a cooperativa tem que gerenciar.

Aqui antes de selecionarmos vamos na relação dos filhos e filhas de assentados que participaram dos cursos operativos e alguns cursos políticos e organizativos que realizamos junto aos assentamentos coordenados pelo setor de produção e pelas brigadas do MST. Após analisarmos nomes e perfis com a frente de formação e pessoas, em seguida realizamos uma entrevista sobre várias questões de disponibilidade, vícios, dentre outras questões e em seguida construímos um programa de acolhimento e reciclagem para que o futuro colaborador/a ou colaboradora consiga se identificar com as tarefas e os processos organizativos da cooperativa, da agroindústria e do MST. (Informação verbal, Lucimério Gestor Industrial do Laticínio Terra Conquistada, 2022).

Na agroindústria viu-se que a distribuição de cargos dos colaboradores e colaboradoras foi sendo construída de acordo com as necessidades que fomos construindo coletivamente junto com os consultores nos cursos teóricos e práticos e outros cursos extra para além da formação profissional e tecnológica.

Vale lembrar que nem todos os colaboradores no momento estão com as carteiras todas assinadas, exceto motoristas e auxiliares de serviços gerais, operador de caldeira, vigia e outros. Sobre esta situação a gestora administrativa, nos falava que a condição ideal era um sonho, “quando pudermos ver a nossa agroindústria funcionando com sua capacidade máxima aí sim será possível ajustar tudo isso”. Na atualidade alguns colaboradores são contratados por RPA/horistas por entender que a indústria não processa todos os dias, como são filhos/as de assentados temos conseguido manter nestas condições pois entendem que a cooperativa é também sua e de seus pais.

Eu tenho muito que agradecer, porque a gente que tá dentro sabe que não

tem sido fácil, quero cresça mais ainda o beneficiamento de nossa indústria porque sei que é melhor para todos nós. E a gente sabe que trabalhar coletivo não é fácil, mas a equipe aqui é boa viu. Mas eu agradeço porque a gente trabalha no assentamento, é dentro de casa e a gente está ajudando a nós mesmos, eu sou mãe, sou cooperada. Às vezes a rotina é pesada porque tem dia que quando atrasa a gente sai tarde viu ... porque deu problema em alguma máquina e como a gente não pode perder o leite né, aí a gente tem que ficar (Informação Verbal Talita - Colaboradora e Assentada no P.A Nova Canaã, 2022).

A territorialização atual do Sistema Produtivo do Leite para o Laticínio Terra Conquistada em Quixeramobim-CE conta com um contingente de 475 famílias de assentados envolvidos que não conseguem comercializar sua produção para o mercado convencional e institucional uma vez que para se comercializar o leite, a legislação sanitária exige que seja pasteurizado, embalado, armazenado e transportado de forma adequada para não prejudicar a qualidade do alimento.

Com todos os desafios seguimos organizando famílias camponesas da reforma agrária em torno da produção de leite e também no desenvolvimento dos sistemas produtivos caracterizam que desse universo de produtores muitos já beneficiam sua produção. Hoje o Laticínio Terra Conquistada tem produzido leite pasteurizado, queijo, nata, requeijão e iogurtes, (figura 77).

Figura 77 - Sistema Camponês de Produção e os produtos beneficiados do Leite.



Fonte: Acervo da COOPERASC, 2024.

Esses produtos que as cooperativas e as agroindústrias camponesas estão produzindo, tem sido muito desafiador para todo o MST, porque temos muito claro que essa é uma tarefa econômica e produtiva que desenvolve mesmo do seu jeito diferenciado uma postura política contra hegemônica.

Nessa perspectiva, Dantas (2021) destaca que os elementos apropriados pelos(as) camponeses(as) e pelas empresas do agronegócio, como a Betânia ou a JBS qualquer que seja ela, são os mesmos: terra, água e força de trabalho. Todavia, “[...] a forma como estes sujeitos se apropriam desses elementos produzem territorialidades distintas e antagônicas, atribuindo significados distintos ao território” (Dantas, 2021, p. 204).

Por isso, nós afirmamos que não estamos só presos a uma “cadeia produtiva”, nosso viés de desenvolvimento e de agroindustrialização é para além dessa lógica encadeada e padronizada com o direcionamento voltado apenas para a lucratividade. As condições camponesas têm afirmado que a diversidade dos sistemas produtivos camponeses é a nossa esperança de fortalecer nossas soberanias, seja ela alimentar, hídrica, energética, forrageira, cultural dentre outras construções que a nossa resistência e reprodução camponesa pode alcançar.

4.3 A “Terra Conquistada” uma marca do MST do Ceará

“Nossa marca nos marca profundamente”, dizia uma feirante quando da alegria de exibir em sua banca nas feiras da reforma agrária um produto com a marca que diz que foi produzido em assentamentos do MST.

“É motivo de muita alegria, do povo sem terra cearense, dos homens e mulheres que ousaram construir uma sociedade diferente. Portanto, a marca é uma reafirmação de que a luta pela terra, a luta pela reforma agrária é importante, não só para produzir alimento, mas para produzir resistência, para produzir identidade e deixando muito claro que o MST é um movimento que luta pela terra, luta pela produção de alimento, que luta pela vida” (Trecho de Entrevista do Dirigente Nacional do MST-CE concedida ao Jornal Brasil de Fato, 2022) Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/12/23/batizada-de-terra-conquistada-mst-lanca-marca-de-produtos-da-reforma-agraria-no-ceara>

Na escolha dos elementos que marcam a produção para o MST, foi unânime

a decisão de que tinha que ter o nome “terra”, depois determinou-se que esse elemento circundava toda a marca para garantir que o desenvolvimento dos sistemas camponeses de produção é condição para quem conquista a terra.

Faz parte da simbologia mais ancestral do MST afirmar que o elemento terra para os que lutam pela reforma agrária é a centralidade para demarcar que ainda há uma “questão” no agrário brasileiro a ser resolvida, há muita terra a ser conquistada.

Nesta trajetória foram muitos enfrentamentos feitos, cercas rompidas, cerca do latifúndio, cerca que impede o povo de ser livre. Portanto, a nossa luta, a nossa resistência tem garantido diversas conquistas. E nesse momento o Ceará está construindo uma marca própria para os produtos que são produzidos, fruto da terra, dos camponeses e camponesas desse estado. (Trecho de Entrevista do Dirigente Nacional do MST-CE concedida ao Jornal Brasil de Fato, 2022) Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/12/23/batizada-de-terra-conquistada-mst-lanca-marca-de-produtos-da-reforma-agraria-no-ceara>

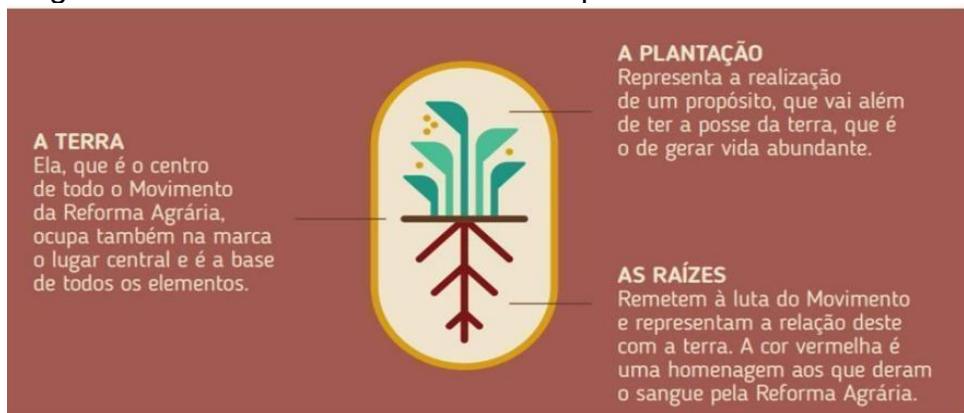
Nossa luta vai sendo demarcada também com a produção de alimentos que afirma a cada dia a justeza da reforma agrária, pois muitas vezes a marca demarca uma construção social que traz os territórios camponeses, como espaços de sociabilidade, de vida, de cultura, de produção de saberes e de alimentos saudáveis.

Ao referenciar o elemento plantas, pensou-se na cor verde, para referenciar o vigor das plantas que causam impacto. Já que nossas ancestralidades sempre nos ensinaram que se está verde é sempre sinal de vida, afinal a maioria das árvores vivas são sempre verdes, mesmo que nossa caatinga fica toda acinzentada³⁰ em período de verões intensos, é seu verde que encanta as paisagens no semiárido anunciando que ali tem vida em abundância.

Além de representar a conquista do direito de plantar, de gerar vidas, só planta quem tem a posse da terra, só cria quem tem a terra conquistada, por isso ter o verde em abundância como sinal de colheita é uma forma de esperançar fazendo acontecer.

³⁰ A expressão "Caatinga acinzentada" refere-se à aparência do bioma Caatinga durante o período seco, quando a vegetação perde as folhas, revelando a cor cinzenta da casca das árvores e da vegetação rasteira. Este aspecto é um dos fatores que deu origem ao nome "Caatinga", que significa "mata branca" ou "mata cinzenta" na língua tupi. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Quando+a+Caatinga+fica+acinzentada>

Figura 78 - Rótulo da marca Terra Conquistada do MST do Ceará



Fonte: Arquivo do Setor de Produção, 2022

Por fim, discutimos as raízes como sustentáculo dessa luta pela terra, é nela que fincamos nossas raízes para extrair das profundezas a fertilidade para dar bons frutos, raízes de cores vermelhas que representa o sangue de trabalhadores e trabalhadoras que tombaram em defesa da terra conquistada, conforme enfatizamos alguns detalhes dos elementos desta construção (Ver figura 78).

A história da marca “terra conquistada” é verdadeiramente uma conquista, porque o MST do Ceará que no dia 25 de maio festeja 34 anos de lutas, resistência e conquistas vem a mais de três décadas produzindo alimentos, para saciar a fome das famílias assentadas, para doar para famílias carentes e para comercializar em nossas feiras, mas sem poder afirmar de onde vinha nossas produções.

É mais precisamente em 2022 conforme matéria exibida na edição do Jornal Brasil de Fato (JBF), (figura 79), em que o MST, batiza e abençoa os produtos da reforma agrária em sua feira cultural e agroecológica do MST-CE que acontece mensalmente em Fortaleza e que dessa data em diante passa a exibir os produtos da reforma agrária marcados pela conquista, da marca que demarca a territorialização da reforma agrária no Estado do Ceará na produção de alimentos saudáveis.

Figura 79 - Lançamento da marca Terra Conquistada do MST-CE - Brasil de Fato



Fonte: Setor de Comunicação do MST-CE, 2022.

Para os feirantes que participam de vários espaços de comercialização dos segmentos da classe trabalhadora nos eventos da agricultura familiar, da reforma agrária popular, da economia solidária dentre outros espaços de vendas, sempre dizem com muita alegria, esses aqui são dos sem-terra do Ceará.

Eu mesmo fico muito feliz né, porque como eu sou assentada se eu tiver na banca da CCA para vender os produtos da terra conquistada, eu digo para quem chega olha são alimentos saudáveis e lá das nossas agroindústrias do MST, está aqui nossa bandeirinha, é que eu acho mais bonito porque pela bandeira já ver que é da reforma agrária né, do MST, pois é, eu mostro logo viu. (Informação verbal, Rafaela - Jovem assentada no P.A Antônio Conselheiro em Ocara-CE, feirante da Feira Cultura da Reforma Agrária do MST-CE, 2023)

Figura 80 - Produtos com a marca terra conquista



Fonte: CCA-CE, 2024.

A partilha dos gerentes comerciais também faz parte de uma construção histórica porque a maioria deles virão quantos esforços para que nossas agroindústrias pudessem cadastrar essa marca dentre outras lutas.

Eu mesmo fico assim bem orgulhoso, porque sou assentado e produzo e também ajudo na cooperativa porque sou gerente comercial, então eu fico muito admirado do quanto a gente avançou né, porque agora a gente tem um catálogo com os produtos de nossa marca, tem os produtos tudo com nossa identidade e a bandeirinha dizendo que é do MST, e nós todos fizemos as blusas né porque a gente vende produtos da terra conquistada, então temos que conquistar os clientes (risos) e eu acho uma vitória para as cooperativas, para as agroindústrias e para o MST, a gente diz que nossos produtos tem nome né, é da marca terra conquistada. (Informação verbal - Trecho da entrevista realizada com o Jovem assentado Elias, que é cooperado e Gestor Comercial da COOPERASC, 2022).

4.4 Desafios da certificação

“Mas como se sabe se a terra é bem tratada? Muito simples, planta forte não tem peste nem praga e medra bem. Em terra maltratada, as plantas são pesteadas e atacadas por insetos. Quanto mais veneno se tem de pulverizar nas lavouras, é sinal que tanto mais doente está a terra, e tanto mais fracas são as plantas. A terra doentia e fraca somente pode formar gente doentia e

fraca. [...] então, não é por causa da terra que temos que tratá-la bem, mas por causa de nós mesmos? Exato, disse a terra, eu, as plantas, os animais, vocês todos dependemos um do outro. Você pode me estragar, mas eu lhes estrago também!" (Primavesi, 2016)

Um dos primeiros passos para dar corpo a certificação foi a formação dos grupos de produção com foco na produção orgânica e agroecológica, por sua vez o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente (SPCMCA) do MST-CE vem fortalecendo seus processos organizativos para dar conta de melhor organizar os processos produtivos com foco na certificação, na agregação de valor e no diferencial que estes produtos têm frente às produções convencionais e de expansão agronegocial para a exportação de commodities.

Nesta caminhada, em defesa da produção camponesa de base agroecológica, o MST do Ceará tem construído junto à frente de produção e agroecologia um grande debate sobre a importância da transição agroecológica para a reforma agrária e a continuidade da vida camponesa.

Nesse sentido, discutir a certificação orgânica e a afirmação das práticas agroecológicas fazem parte de um escopo de ações conjuntas que o setor de produção vem se esforçando para inserir dentro dos programas de formação técnica em parceria com as Escolas de Ensino Médio do Campo, formando jovens filhos de assentados e assentadas da reforma agrária com profissionalização em Agroecologia e Administração com ênfase nas empresas sociais como nossas associações e cooperativa, fortalecendo a gestão e produção para nossas agroindústrias.

Nós do Setor de Produção entendemos que temos uma marca registrada, uma diversidade de produtos certificados pelo MAPA e ADAGRI que atestaram nossas conformidades nos ambientes das agroindústrias com relação a sanidade e demais normas. Temos uma cooperativa central que é CCA-CE, que coordena os processos de gestão e produção, que está credenciada junto ao MAPA para certificar nossa companheirada quanto às conformidades orgânicas junto aos seus sistemas produtivos, então temos que garantir o máximo de famílias nucleadas em seus coletivos de produção, jovens formados nos cursos profissionalizantes mediados pela educação do campo e os camponeses produzindo de forma agroecológica para que nossos produtos tenha um diferencial no mercado, essa é a nossa luta e nossa construção da Reforma Agrária Popular que passa por todos os desafios que a nossa militância em todas as instâncias terá que enfrentar para fortalecer nosso projeto de sociedade e de campo afirmando a agroecologia como um modo de vida em sua totalidade. (Trecho de Entrevista realizada com Clarice Rodrigues - Dirigente do Setor de Produção do MST-CE, 2023)

Nas pesquisas de campo com foco nas visitas aos camponeses na sua

organização para garantir a certificação orgânica percebemos que os camponeses possuem uma capacidade incrível de se reconhecer e serem solidários enquanto camponeses.

Tem uns coletivos que ainda possuem uma dependência incrível do planejar com alguém de fora, digo isso, porque mesmo que eles cumpram com as conformidades, mas nas visitas de pares aguardavam sempre os técnicos de ATER para ir a campo com eles.

Eu visito sempre a área do meu compadre, porque tenho que a testar né, porque nós somos do mesmo núcleo e eu gosto porque a gente aprende mesmo né, uns com os outros viu, agora eu gosto quando o técnico vem porque eles anotam tudo e tira fotos de tudo. A gente sabe fazer só, mas mesmo a gente sabendo é melhor com eles porque a gente fica mais seguro né. Mas olha nós aprendemos e queremos manter nosso certificado porque se alguém disse que nós usamos veneno aqui a gente tem como provar e mostrar o papel do certificado que o nosso é orgânico e sem veneno, pode comer pode cheirar. Eu digo isso porque vocês sabiam que os passarinhos não comem fruta envenenada? pois é se nosso caju tiver furado é porque é orgânico porque isso é uma prova de que nós produzimos orgânicos viu olha nosso cajueiral é cheio de abelhas e passarinhos para comer nossas frutas as vezes estraga né, mais isso é uma prova de que a gente não usa veneno (Trecho de Entrevista realizada com Irmão Antônio - Assentado do Bernardo Marin II em Russas - membro do Núcleo de Produção Vitória da Luta, 2024)

O Organismo de Avaliação da Conformidade (OAC), que são as Certificadoras ou Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade OPAC do Sistema Participativo de Garantia (SPG), só podem emitir certificação daqueles produtos que antes o OAC tenha o escopo credenciado no MAPA, podendo então ter credenciamento em apenas um, mais de um ou em todos os escopos a depender do pedido de credenciamento e da liberação do Ministério (Brasil, 2009). Os escopos de produção são: produção primária animal, produção primária vegetal, extrativismo sustentável orgânico, processamento de produtos de origem vegetal, processamento de produtos de origem animal, processamento de insumos agrícolas, processamento de produtos têxteis

O mecanismo pelo SPG, segundo está na Legislação, Brasil (2003), também está em busca de um acesso popular aos alimentos orgânicos, o resgate e a preservação da sociobiodiversidade, o fortalecimento de relações sociais éticas e solidárias, a valorização do conhecimento popular e o processamento familiar e artesanal além de incluir produtores agrícolas que ficaram à margem do desenvolvimento do mercado de produtos orgânicos (Mapa, 2020).

Na perspectiva de garantir o Sistema Participativo de Garantia (SPG) do MST/CE, os coletivos das frentes citadas anteriormente nesse documento têm se empenhado para organizar as famílias assentadas e produtoras cooperadas junto às cinco (05) cooperativas regionais que gestam as agroindústrias camponesas com foco na produção orgânica, essas entidades encontram-se inseridas no SPCMA e vinculados a Cooperativa Central das Áreas de Reforma Agrária Ltda (CCA-CE). O SPG é também uma possibilidade de conscientização dos camponeses/as produtores/as uma vez que:

Importante também nos SPGs é a sensação de pertencimento. Muitas vezes o assentado vem com um interesse restrito – só certificar ou vender com sobre preço, com visão individualista, que é a realidade onde ele vive, não conhecendo outras relações sociais a não ser a competição. O SPG tem a oportunidade de mostrar outras possibilidades de convivência, de algo mais coletivo e comunitário (Hirata, 2020).

Figura 81 - Grupo de Produção – “Vitória da Luta” do Assentamento Bernardo Marin II em Russas-CE, recebendo sua declaração de OCS.



Fonte: Arquivo do Setor de Produção, MST- CE (2022)

O setor de produção tem feito um grande esforço para que garantir que cada

cooperativa esteja organizada com o núcleo gestor do sistema produtivo e possua seus grupos de produção orgânica, onde os mesmos devem ser formados com no mínimo cinco famílias cooperadas como vemos no grupo Vitória da Luta do Assentamento Bernardo Marin II em Russas-CE (Figura 81).

O grupo “Vitória da Luta” foi o nosso primeiro grupo de OCS do MST do Ceará. Na organização desses processos de certificação temos nos assentamentos de reforma agrária do Ceará, a COOPALC que é responsável por fazer a gestão e acompanhamento do grupo de produção da cajucultura que são eles “Semeando Cooperação” e “Vitória na Luta”, esses camponeses todos foram certificados. (Figura 88).

Figura 82 - Momento de Certificação de Produtores Orgânicos dos Cooperados da COOPALC

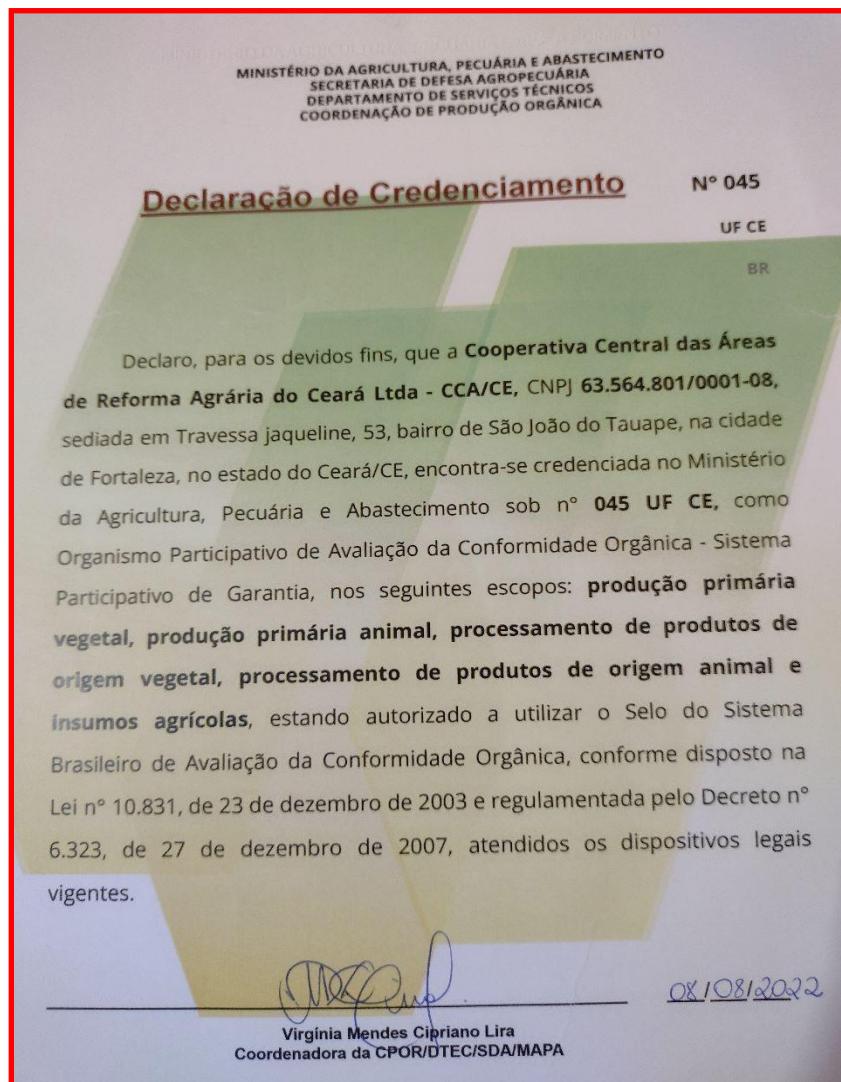


Fonte: Acervo do Centro de Formação Capacitação e Pesquisa Frei Humberto, 2022.

A CCA juntamente com frente de produção e agroecologia, nos informou que temos mais três grupos de produção certificados junto ao sistema produtivo da apicultura, que são famílias cooperadas junto a COOPERAMEL, que fica responsável

pelo grupo de produção que organiza a apicultura, a COOPERASC que está em construção sua organicidade na formação dos grupos da bovinocultura leiteira, temos a COPRANORTE com a organização dos grupos vinculados a Mandiocultura e ainda a COOPERAMUS com grupos produtivos na área da ovinocaprinocultura.

Figura 83 - Cópia da Declaração de Credenciamento do CCA como uma OPAC.



Fonte: Arquivo do Setor de Produção, MST- CE (2022).

Em resumo, SPCMA do MST-CE conseguiu organizar parte dos seus grupos de produção por assentamentos, que após solicitação junto aos órgãos de fiscalização sobre nossas formas de produzir, recebeu-se uma auditoria do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), onde o mesmo realizou as devidas verificações e constatou que a OPAC da CCA atendia todas as conformidades exigidas pela lei dos orgânicos, nesse caso a Lei 10.831/03, onde a mesma nos reflete que:

[...] sistema orgânico de produção agropecuária é todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (Brasil, 2003).

Considerando as diversas finalidades com relação aos sistemas de produção agrícola, somando as diversas experiências produtivas desenvolvidas nas áreas de reforma agrária no Ceará. Deste modo, o MST-CE consegue através da CCA credenciar-se como OPAC no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), e os fornecedores que são os camponeses assentados coordenados por ela, passarão a utilizar o selo do SisOrg em seus produtos, reafirmando que na reforma agrária temos sistemas produtivos alimentares de forma saudável, assegurando a vida em várias dimensões.

Nessa perspectiva da cooperação agrícola na reforma agrária, o MST juntamente com essas entidades busca a certificação referente a todos os sistemas produtivos vinculados a marca terra conquistada do MST-CE, esse conjunto de cooperativas formam o SPG da CCA que se encontra credenciada junto ao MAPA como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC). Ressalta-se que o mesmo está organizado conforme organograma exposto na figura 90, logo abaixo, que realiza uma distribuição quanto suas ramificações e processos de gestão desses coletivos.

Figura 84 - Organograma dos processos e grupos da OPAC -CCA



www.elsevier.com/locate/actamat

Fonte: Arquivo do Setor de Produção, MCT-CE (2022).

Fonte: Arquivo do Setor de Produção, MST- CE (2022).

Fonte: Arquivo do Setor de Produção, MST- CE (2022).

Fonte: Arquivo do Setor de Produção, MST- CE (2022).

Na atualidade encontra-se com o desafio da certificação dos produtos processados como: polpa de frutas, farinha de mandioca, fécula, carnes de ovinos e caprinos, leite e seus derivados (iogurte, queijo, requeijão e nata), castanha de caju e mel e os animais que é sempre mais difícil essa configuração de todo o sistema está em conformidade orgânica.

Prá nós aqui é bom, mais também é difícil porque nós criava nossos bichos de um jeito né e muda muito. Eu digo que muda porque nós criava eles na solta né e só vendia no inverno as vezes pq estava mais gordinhos né, aí agora temos que confinar eles porque tem uma demanda para nosso frigorífico, aí não pode ser o bicho magrinho né... e sempre tem que tratar porque agora essas carne é tudo fiscalizada para onde vai né. Só que isso é bom né, mais para ganhamos a certificação ainda é complicado porque a gente não tem autonomia sobre maior parte da alimentação de nossos animais que tem muito soja e ela é transgênica né, nossos pastos no inverno e nossas campineira até que nós não usa veneno, mas tem muita coisa para legalizar porque para animais é mais difícil né (Trecho de Entrevista com Pé de Mola Assentado do P.A Roseli Nunes em Santa Quitéria-CE)

Nesse caminhar, não é muito fácil, porque junto aos camponeses/as retornamos sobre um processo de reorganização da produção e mudanças em algumas maneiras de plantar, colher e como desafios maiores têm sido os produtos de origem animal, porque os desafios junto ao manejo dos animais perpassam as questões culturais.

Nessas condições, o SPG tem contado com as cinco agroindústrias coordenadas conforme uma gestão coletiva, construída junto às famílias das cooperativas regionais, que em alguns momentos tem acessado, mesmo que em disputas acirradas desde as chamadas públicas e demais editais a comercialização de parte de nossos produtos nos mercados institucionais como é o caso Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), alguns mercados locais também como as feiras orgânicas e agroecológicas e na atualidade a partir de um processo de intercooperação temos construído uma parceria com os armazéns do campo do MST de outros estados do Brasil onde o movimento sem-terra tem aberto sua franquia.

Como forma de materializar essa construção coletiva da agroecologia e da produção orgânica o setor de produção organizou uma Área de Produção Agroecológica (APA), que o MST tem chamada de Ana Primavesi (APA), uma homenagem a essa pesquisadora que muito contribuiu para os estudos do solo na construção da agroecologia. Essa área experimental e produtiva tem sido uma estratégia muito boa na contribuição agroecologia para os camponeses para sua certificação e outras ações.

Nesse território de práticas e experiências temos construído oficinas de agroecologia (figura 84) com práticas e dias de campo e visita as áreas dos camponeses certificados, além de ser uma área para receber os estagiários do curso técnico em agroecologia das escolas do Campo de Ensino Médio, contando também com várias experiências junto a entidades que discutem e praticam agroecologia como forma de sustentação e organização camponesa.

Figura 85 – Conversa Desenhada: Oficina de Agroecologia na Ana Primavesi em Russas-CE.



Fonte: Elaborado pelo Autor, construção do Arte-educador Ricardo Wagner Teixeira Fernandes, 2019.

Por fim, além de ser uma extensão dos treinamentos para certificações, também é um campo produtivo que tem garantido muitas coisas para a feira estadual da reforma agrária em que muitos dos produtos vendidos na capital cearense saem da APA Ana Primavesi (figura 86).

Figura 86 - Colheita na APA Ana Primavesi e Comercialização dos Produtos na Feira da Reforma Agrária em Fortaleza-CE



Fonte: Arquivo do Setor de Produção, MST-CE (2022).

Nesse fortalecimento da agroecologia em nossos territórios, numa relação com os camponeses temos construído oficina e diversos momentos para compreender que não estamos inventando a agroecologia, ela já vinha sendo praticada por diversos camponeses em seus territórios só precisamos aperfeiçoar suas técnicas e dar visibilidade aos sujeitos sociais desta construção além de coletivizar a cada dia mais essações.

A particularidade social da agroecologia reside no fato de estar baseada na ação coletiva de determinados grupos na sociedade civil com referência na sua relação com a natureza. Em primeiro lugar, ela não ignora o conhecimento dos agricultores e valoriza, especialmente, a preservação dos recursos naturais, a geração de crescimento econômico sem destruição da natureza, fatores estes que, juntamente com o trabalho, constituem a base histórica da produção agrícola. Além disso, com a agroecologia, o controle sobre o uso de tecnologias e a determinação da intensidade de trabalho a elas associadas permanece com os agricultores. (Andriolli, 2005, p.10).

Na certeza de que a agroecologia é o caminho para seguirmos como camponeses em nossas terras e produzindo alimentos e com nossa certificação temos construído uma garantia de podermos realizar a venda de nossos produtos produzidos em nossas terras, do nosso jeito de produzir sem o uso de agrotóxicos, o que garante sempre um bom diálogo em nossas feiras e demais espaços de comercialização, garantindo o estabelecimento da confiança na relação direto com o produtor assentado e consumidor durante o ato da venda.

5 CONCLUSÃO

Na atualidade, o ato de cooperar tem se tornado uma estratégia muito desafiadora, porém muito necessária na construção de uma sociedade menos desigual e menos contrastes sociais, pois ver-se que formas de cooperação tem amenizado a fome em alguns territórios, tem conseguido transformar vidas com sua capacidade de empreender solidariamente e construindo novas relações humanas em meio a esse sistema individualista, desumano e de caráter lucrativo as custas de tantas especulações e explorações.

Na condição camponesa, vemos que a tese apresentada não é materializada apenas uma “pesquisa de opinião”, trata-se de um trabalho de campo com muitas constatações reais da coletivização, da construção comunitária, familiar, camponesa e organizativa junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST do Ceará, que não medem esforços na construção de territórios cooperados e sustentáveis.

Referimos-me a uma tese-ação, com alguns momentos em que não suportar a observação das situações vivenciadas, a pesquisa adentra ao universo dos camponeses e constrói reflexões interventivas junto a realidade das condições camponesas, discutindo, propondo encaminhando e praticando a cooperação agrícola na sua prática militante, pesquisadora e ativa.

No decorrer, da pesquisa me sinto na obrigação de dizer que as agroindústrias camponesas e as cooperativas só são tão desafiadoras, porque fica claro que para nós que o campesinato no Brasil, no desenvolver de sua agricultura familiar e camponesa sempre foi renegado de uma política pública e agrícola para os camponeses, nunca existiu “sem lutas”, todas essas modernizações e tecnologias são para o agronegócio, o MST é que tem organizado os camponeses e disputado a sangue e suor.

Na contramão de uma agricultura que sempre foi vista pela oligarquia brasileira como subalterna, desprovida das condições de produção, na contradição é ela que tem amenizado a fome brasileira, pois as commodities não alimenta a classe trabalhadora desse país.

Percebo que só é possível e “viável” as nossas agroindústrias camponesas com beneficiamento de nossos produtos dentro de um projeto de agricultura camponesa de base agroecológica contrahegemônico.

Temos que entender que nossos empreendimentos estão fissurando alguns espaços que sempre nos foram negados, exemplo disso é que a maioria das agroindústrias quebravam ou fechavam porque não conseguiam pagar energias e águas para seu funcionamento, então acessar as energias renováveis para nós já é um avanço, mais as empresas do agronegócio a muito tempo já são dispensadas de muitos desses custos, por isso dizemos que é uma construção em disputa, é contra a ordem das empresas e do Estado os camponeses se desenvolverem de forma organizada.

Outra vertente que temos que avançar é no capital de giro, para dar conta de avançar na sustentabilidade de nossas agroindústrias, o MST e os demais movimentos camponeses tem que lutar por agroindústrias mais disputarmos uma legislação para agroindústrias camponesas porque somos pequenas e de médio porte, não podemos ser normatizados com as mesmas exigências como se fossemos uma empresa macro, assim como as regras do mercado.

Defenderemos sempre as agroindústrias camponesas sob o controle dos trabalhadores, porque ela nos possibilita a fortalecer duas estratégias importantes, porque se estivermos fortes superamos a questão do atravessador e vamos ter a oportunidade de criar processos de comercialização autônoma e só com as agroindústrias podemos trilhar por essas intenções porque a ela nos dar o direito de ter alimentos com maior durabilidade.

No âmbito da cooperação, temos que avançar porque temos um problema organizativo, o MST precisa trabalhar com toda a sua base social a massificação da cooperação, da agroecologia e outros processos formativos, porque não podemos avançar na liberdade e na autonomia camponesa se vermos as agroindústrias como da cooperativa e não dos cooperados, ela é dos camponeses e camponesas mais essa consciência é processo evolutivo que temos que construir com os camponeses, se não voltarão aos atravessadores e exploradores de sua força de trabalho e desvalorização de suas produções.

Nesses desafios, percebemos que o MST não defender só o ato de se cooperar, precisamos cooperar com participação ativa, somado a isso precisamos de assessoria técnica contínua, para fortalecer processos de manutenção e acompanhamento dos sistemas produtivos camponeses desde o manejo de rebanhos, colmeias e demais práticas para ampliar nossas produções e qualificar sempre a matéria prima que chega as nossas agroindústrias como garantia de renda e dignidade na vida.

Acreditamos que se faz necessário para reprodução dos camponeses/as avançarmos na gestão e termos nossos sistemas produtivos com soberanias do solo, hídrica, alimentar, forrageira, energética, das sementes, cultural e popular.

E não podemos ignorar que os camponeses com sua produção, com a inserção de tecnologias em seus processos produtivos e outros investimentos, tenha se conscientizado repentinamente, não nos enganemos, a cooperação é sempre uma relação capitalista que desumaniza em nome do “ter”, então cabe aos gestores/as, assentados/as e cooperados/as estarem sempre vigilantes sobre seus atos e aos princípios que regem sua condição camponesa e cooperada.

Caminharmos juntos enquanto classe trabalhadora para construir estratégias de superação das condições camponesas para a maioria, porque privilegiar uma minoria, em nosso país sempre foi uma alternativa fácil e não inédita. Discutir alternativas para o campo apoiadas exclusivamente em demandas da cidade, do consumidor final e de grupos minoritários, não alteram as correlações de forças, são só medidas capazes de dar respostas a novas formas de produzir que articulam capital, tecnologia e informação, não teremos alteração de nada em renda e nem melhorias das condições camponesas .

Os desafios de uma gestão cooperada e agroindustrial são grandes, mas o maior deles consiste em pensar estratégias capazes de fortalecer a grande parte da produção camponesa, porque essas sim disputam o espaço agrário brasileiro, denunciando e exigindo a participação real nos investimentos agrícolas como condição para melhorar suas condições de vida e de trabalho, mesmo diante de tantas dificuldades.

Partilhar, cafés, campos de futebol, ordenhas, vaquejadas, fabricação de queijos artesanais, banhos de açude, aniversários dos assentamentos, dos assentados, festas de padroeiros nos assentamentos, quadrilhas, missas, cultos, reuniões e outras tantas atividades que ocorrem no cotidiano camponês, nos fazem perceber a quão ampla e diversa é essa cooperação camponesa.

Perceber como elas se manifestam de tantas formas, são certezas que a condição camponesa realiza em si processos de resistências, afirmações e organizações que vão muito além de um trabalho de campo expansivo.

É tarefa dos movimentos sociais organizados, reafirmar o fortalecimento da reforma agrária em suas demandas nacionais prioritárias, pois há que considerar que temos um conflito social e humanitário profundo em curso que chamamos de fome, e

que assola a maioria da população pobre, preta e periférica dentre outros segmentos que por sua vez estão desprovidos da terra para a produção do alimento.

Baseados nessas percepções, o referido trabalho defenderá sempre a tese de que as formas de cooperação agrícola na reforma agrária serão sempre estratégias de sobrevivência frente ao capital, mas necessitam de investimentos em tecnologia acessível aos camponeses, com o olhar da agroindustrialização, da agroecologia e do acesso a mercados como garantia de que seus territórios deverão ser sustentáveis para alimentar grande parte da classe trabalhadora do campo e da cidade melhorando as condições camponesas atuais.

De forma muito breve, considera-se que os assentados de reforma agrária do Ceará, não difere muito das realidades camponesas brasileiras, quando nos referimos a investimentos para melhoria da produção, tendo em vista que no caso nordestino suas condições em diversos territórios ainda possuem o agravante e/ou desafios da semiaridez. Mais para além disso, ver-se que num contexto em que o capitalismo só avança seus investimentos nos diversos ramos da agricultura irrigada em grande escala e da pecuária extensiva/intensiva, precisamos fortalecer nossa organização cooperativa camponesa.

A realidade da cooperação na reforma agrária denota que as formas de cooperação agrícola que temos experimentado junto às famílias têm nos custado caro construir inicialmente essa adaptação e conhecimentos dos camponeses às condições impostas pelo mercado que se distancia muito ainda do imaginário dos assentados no Ceará.

De fato, essas experiências das cooperativas regionais e seus processos de gestão dos empreendimentos vem construindo de forma lenta, mas sempre gradual um aculturamento quanto os manejos, qualidade dos produtos, modificação das pastagens, tratos culturais dentre outras mudanças. Pois vê-se que essa parcela de camponeses/as que se organizam mesmo que não tenha a compreensão de que estamos numa concorrência brutal para sobreviver frente a um sistema comercial profundamente desigual, mais as suas ações locais e regionais denotam uma construção cooperativa no enfrentamento a alguns atravessadores e médios produtores, como também uma melhoria na organização social das famílias e dos sistemas produtivos em curso.

Nos processos formativos e práticos com gestores, colaboradores e produtores junto às cooperativas, verifica-se que a tarefa de incutir nos camponeses a capacidade

de compreender como as formas cooperativas podem contribuir social, econômica e tecnologicamente com o desenvolvimento das unidades produtivas. Considerando que as suas experiências produtivas e organizativas são diferenciadas e podem construir formas de resistência ao sistema social hegemônico.

Nem sempre é louvável mais a construção da autonomia e da possibilidade de melhorar de vida no campo, passa sim pela capacidade de esperançar e ir construindo com a força do MST junto aos territórios de vida e sustento uma reforma agrária com evidência popular.

Como nos dizia o cearense camponês e poeta popular Patativa do Assaré: É melhor escrever errado a coisa certa, do que escrever certo a coisa errada. Os desafios estão postos aos camponeses/as e a luta pede passagem. Viva a reforma agrária, viva as agroindústrias camponesas, viva a cooperação agrícola, viva o MST e suas conquistas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Nova forma de luta pela terra: acampar. **Reforma agrária**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 55-9, 1985.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ALBUQUERQUE, S. G. Cultivo da palma forrageira no Sertão do São Francisco. **Embrapa Semiárido. Comunicado técnico**, v. 91, 2000. Disponível em:<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPATSA/8763/1/COT91.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2025.

Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará. **Plano de negócio da cooperativa regional dos trabalhadores apícolas assentados e assentadas da reforma agrária – COOPERAMEL**. Fortaleza, 2021. 25p.

ARAÚJO, Lucimério. **A luta pela terra: Resistência no Assentamento Chico Mendes**. 2020. Monografia (Bacharelado em História) - Instituto de estudo do Semiárido Universidade Federal do Cariri, Icó, 2020.

BARTHOLL, T. **Por uma geografia em movimento**: a ciência como ferramenta de luta. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

BENATTI, José Heder. **Apropriação privada dos recursos naturais no Brasil: Séculos XVII ao XIX (Estudo da formação da propriedade privada)**. Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v. 2: formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009

BERNARDO, Sandra. **Aspectos socioeconômicos e ambientais da produção de mamona em dois assentamentos do ceará**. 2010. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e meio ambiente) - Universidade federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

BITTENCOURT, Daniela Matias de Carvalho. **Estratégias para a Agricultura Familiar Visão de futuro rumo à inovação**. Brasília: Embrapa, 2020. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1126191/1/2Texto-Discussao-49-ed-01-2020.pdf> Acesso em: 19 mai 2025.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRECHT, Bertolt. **Antologia poética**. Rio de Janeiro: ELO Editora, 1982.

BUENAVENTURA-RAMÍREZ, Ivonne-Maritza; PAIXÃO-SOUSAS, Romier da; GÓMEZ-LÓPEZ, José-Daniel. Circuitos curtos de comercialização (CMEs): Uma abordagem a partir de experiências agroecológicas no território brasileiro. **Cooperativismo & Desarrollo**, v. 29, n.119, 2021.

CABANES, Mar Morete Cabanes; LÓPEZ, José Daniel Gómez. Economia Social e Soberania Alimentar. Contribuições das cooperativas e associações agroecológicas de produção e consumo para o bem-estar dos territórios. **Revista de Economia**

Pública, Social e Cooperativa, n. 82, p. 127-154, 2014.

CALDAR, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos avançados**, v. 15, p. 207-224, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/C8CTZbGZp5t8tH7Mh8gK68y/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 21 jan 2023

CAMPOS, Janaína Francisca de Souza.; FERNANDES, Bernardo Mançano. O conceito de paradigma na geografia: limites, possibilidades e contribuições para a interpretação da Geografia Agrária. **Campo-território: Revista de geografia agrária**, v. 6, n. 11, p. 21-52, fev., 2011.

CARNEIRO, Maria José. De “produtor” a “consumidor”: mudanças sociais e hábitos alimentares. In: NEVES, Delma Pessanha (Org). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: Formas dirigidas de constituição do campesinato**. São Paulo: Unesp e Nead, 2009, p. 151-172.

CASSUNDÉ, José Ricardo de Oliveira. RODRIGUES, Sheila. MST **Ceará implanta Agroindústrias nos assentamentos para produção alimentos saudáveis**. Fortaleza, mar, 2021. Disponível <https://mst.org.br/2021/03/15/mst-ceara-implanta-agroindustrias-nos-assentamentos-para-producao-alimentos-saudaveis/> Acesso em: 20 dez 2023

Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental. **Caracterização, reaproveitamento e tratamento de resíduos de frigoríficos, abatedouros e graxarias**. São Paulo, fev. 1993. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/consumosustentavel/wp-content/uploads/sites/20/2013/11/graxaria.pdf> Acesso em 13 de mai. de 2025.

CHAYANOV, Alexander. **A Teoria das Cooperativas Camponesas de Alexander Chayanov**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017, 296 p.

CHISTOFOLLI, Pedro Ivan. A cooperação agrícola nos assentamentos do MST: desafios e potencialidades. In: RODRIGUES, Fabiana C.; NOVAES, Henrique T.; BATISTA, Eraldo Leme. **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital**. Outras Expressões, 2013.

COLETTI, C. **A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. 2005. 299 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

CONCRAB. **O Caderno de Cooperação Agrícola nº 5**. Editora Peres, São Paulo, 1998.

CONCRAB. **O Caderno de Cooperação Agrícola nº 8**. Editora Peres, São Paulo, 1999.

COSTA, Luciano de Souza. O Cooperativismo: uma reflexão teórica. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, Cascavel, v. 6, n. 11, p. 55-64. 2007. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/1500> Acesso em: 5 jan. 2023.

CRAVIOTTI, Clara; VÉRTIZ, Patrício. Transferência truncada: a continuidade da

produção familiar de leite em questão. **Eutopía: Revista de Desenvolvimento Econômico Territorial**, n.º 18, pp. 119-136, 2020.

DANTAS, José Carlos. **A geografia dos conflitos territoriais no Semiárido Brasileiro**. 287 f. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2021.

DEGGERONE, Zenicleia Angelita. A Teoria das Cooperativas Camponesas de Alexander Chayanov. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 701-705, out. 2018

DEMO, Pedro. **Princípio educativo e científico**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

DUARTE, Ana Maria Timbó. **Desvendando a Segurança Alimentar no assentamento Santana em Monsenhor Tabosa, Ceará**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável). Programa Residência Agrária, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

EID, Farid *et al.* Políticas de agroindustrialização em assentamentos da reforma agrária: uma análise do diálogo entre a prática das cooperativas do MST e as políticas governamentais. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 11, n. 22, p. 1-31, 2015.

ENGEL, G. I. **Pesquisa-ação**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

ELIAS, Michelly Ferreira Monteiro Elias. **A cooperação agrícola na organização política do MST: um estudo sobre as experiências desenvolvidas no Maranhão**. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina: Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI. Setembro de 2010, Londrina, UEL. Disponível em: https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt1/4_michellyelias.pdf. Acesso: 18 jan. 2025.

FABRINI, João Edmilson; MARCOS, Valeria de. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FAVACHO, A. S. S. **Gestão de cooperativas: fatores que influenciam no resultado – uma análise de duas cooperativas de flores da Região Metropolitana de Belém, estado do Pará**. 2012. 93 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade da Amazônia, Belém, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (org.) **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 45-69.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Presidente Prudente: 2013, v.1-2. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/> Acesso em: 21 jan 2023

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária e capitalismo agrário: o debate paradigmático de modelos de desenvolvimento para o campo. **Reforma Agrária**, São Paulo, v. 3, 5, n. 2, p. 41 - 53, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio. **Reforma Agrária**v.34, n.2, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. São Paulo: Nera/Unesp, 2005.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo. Tradução de Kátia de Melloe Silva; 3.ed. São Paulo: Moraes, 1980

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. Geografia da conflitualidade do campo brasileiro. *In:* FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2009.

GÓMEZ-LÓPEZ, J. D. **Las cooperativas agrarias**: instrumento de desarrollo rural. Alicante: Universidad de Alicante, 2004.

GÓMEZ-LÓPEZ, José Daniel; ORTIZ-PÉREZ, Samuel. Propuesta para la territorialización de las cooperativas agrarias y los emprendimientos solidarios del Baixo Tocantins en el estado de Pará, Brasil. **Cooperativismo & Desarrollo**, v.104, n.22, p. 55-67, 2014.

HAGUETE, Teresa M. Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1985.

Hirata, Aloísia Rodrigues. **Sistemas participativos de garantia do Brasil**: histórias e experiências. Porto Alegre: IFSULDEMINAS, 2020.

JUVENCIO, Sara Maria Spinoza. **Cartografando os espaços das mulheres em Nova Canaã - Quixeramobim, CE**. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

IPEA. **Texto para discussão**. Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KAUTSKY, Karl. O camponês e a indústria; a social democracia necessita de um programa agrário. *In:* KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LEITE, L. A. S; PAULA PESSOA, P. F. A. de. Cultivo do cajueiro no Nordeste brasileiro: o agronegócio caju. *In:* AGRINORDESTE, 2004, Olinda-PE. **Anais do Agrinordeste**, Olinda, 2004.

LEONARDI, Alex et al. Redes de cooperação em agroindústrias familiares: a Casa da Quarta Colônia. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 16, n. 34, 2010.

LENIN, W. Ilitch. **O problema agrário II**. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.

LIMA, Andréa Lúcia Silva. **Diversidade produtiva no Assentamento Bernardo Marin II em Russas - CE**: passos na transição agroecológica e na (re) produção do campesinato. Monografia (Especialização em Extensão Rural Agroecológica). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

LIMA, Andrea Lucia Silva. **Processos educativos no campo**: desafios e perspectivas da extensão rural no Baixo Jaguaribe - CE. 2022. 210 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2022) - Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2022. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=107359>. Acesso em: 16 de maio de 2025

LINHARES, Anny da Silva; SANTOS, Clarissa Vieira dos. “A casa de farinha é a minha morada”: transformações e permanências na produção de farinha em uma comunidade rural na região do Baixo Tocantins-PA. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, n. 10, p. 53-66, 2014.

LIRA, M. de A. et al. Utilização da palma forrageira na pecuária leiteira do semi-árido. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, v. 2, p. 107-120, 2005. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/34528/1/AAPCAV2>. Acesso em: 03 mai. 2025.

LOPES NETO, A. **Agroindústria do caju**. Fortaleza: IPLANCE, 1997. 263 p.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

MAPA, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Agricultura Familiar, maio de 2020**. Disponível em: Acesso em: 27 de dez. de 2020.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MST. A Cooperação Agrícola nos Assentamentos. **Cadernos de Formação**, nº. 20. São Paulo, 1993.

MST. Cooperativas de Produção: Questões Práticas. **Cadernos de Formação**, nº. 21. 3º ed. São Paulo: Concrab, 1994

MARTINS, José de Souza. **Terra de negócio e terra de trabalho**. Contribuição para o Estudo da Questão Agrária no Brasil. Cadernos do CEAS, mai/jun, Salvador, 1980.

MARX, Karl. **El capital**. Tomo 3. Tradução de W. Roces. México: Fundo de Cultura Económica, 1946- 1947.

MAUAD, Marcelo. **Cooperativas de trabalho**: sua relação com o direito do trabalho. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: LTR, 2001.

MOTA, Dalva Maria da. **Trabalho e sociabilidade em espaços rurais**. Fortaleza: Banco do Nordeste; Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2005

NASCIMENTO, Cláudio. **A autogestão e o “novo cooperativismo”**. Brasília: Secretaria Nacional de Economia Solidária. 2004. v. 1.

NASCIMENTO, R. Possidônio do. Boas práticas de fabricação de mandioca. In: ALVES, R. N. Brabo; MODESTO JÚNIOR, Moisés de Souza (ed). **Cultura da mandioca: aspectos socioeconômicos, melhoramento genético, sistemas de cultivo, manejo de pragas e doenças e agroindústria**. Brasília, DF: Embrapa, 2016.

NOVAES, Henrique T. **O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro**. Brasília: Sistema OCB, 2019b. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/publicacao/53/anuario-do-cooperativismo-brasileiro-2019>. Acesso em: 30 nov. 2023.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Unesp, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo : Expressão Popular, 2010.

PERROUX, F. **La technique du capitalisme**. Paris : Jean Lesfauries, 1939. p.13-4

PONTES, Daniele Regina. **Configuração Contemporânea do Cooperativismo Brasileiro: da economia ao direito**. Dissertação de Mestrado em Direito. Curitiba: UFPR, 2004.

PORTO, Mateus et al. Marketing de relacionamento na cadeia produtiva do leite: um olhar sob a ótica reversa. **Estação Científica**, v. 13, 2017.

PRIMAVESI, Ana. **A convenção dos ventos: agroecologia em contos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016. 168p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Kleber Á.; NASCIMENTO, Deise C. do; SILVA, Joelma F. B. da. Cooperativismo agropecuário e suas contribuições para o empoderamento dos agricultores familiares no submédio São Francisco: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI-Petrolina/PE. **Revista Teoria Evidência Econômica**, v. 19, n. 40, p.77-101, 2013.

RIGOTTO, Raquel; LEÃO, Fernando Antônio Fontenele; MELO, Rafael Dias de. A pedagogia do território: desobediências epistêmicas e insurgências acadêmicas na práxis do Núcleo Tramas. In: RIGOTTO, Raquel; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Lívia Alves Dias (Org.). **Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 345-396.

RIOS, Gilvando. **Cooperação, cooperativismo coronelístico, cooperativismo popular**. Recife: UFRPE, 2004.

SANTOS, E. M. P.; SANTOS, J. S. Mandiocultura e indústria no Brasil: perspectivas

de agronegócios e desenvolvimento para a agricultura familiar. *In: 14º Encuentro de Geógrafos de América Latina*, Lima, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Saber popular, práxis territorial e contra - hegemonic**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SCHMILIOV, G.A.V. **Chayanov o Succhnost i Osnovnikh Printsipakh Selskokhoziais- tvenoi Kooperatsii**. Moscou: Politecono,

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, p. 84-94, 2007.

SILVA, Luciana Henrique. **Práticas organizativas do MST e relações de poder em acampamentos-assentamentos do estado de São Paulo**. 2007. 213 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2007.

SIMÕES, D. A.; SANTOS, D. C. dos; DIAS, F. M. Introdução da palma forrageira no Brasil. *In: MENEZES, R. S. C.; SIMÕES, D. A.; SAMPAIO, E. V. S. B. (Ed.). A palma no Nordeste do Brasil: conhecimento atual e novas perspectivas de uso*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005. p. 13-26.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIQUEIRA, A.; SANCHES, R. O pão da terra: da invisibilidade da mandioca na Amazônia. *In: ADAMS. C; MURRIETA. R; NEVES, W. (Org.). Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume: FAPESP 2006. 362 p.

SOUZA, Rafaela Lopes de; CAVALCANTE, Leandro Vieira. Práxis epistêmica da pedagogia do território: contribuições decoloniais à geografia. **Geografia**, v. 46, n. 1, 2021. Disponível em: file:///C:/Users/admin/Downloads/ anaflaviamma,+GEOGRAFIA. Acesso 21 jun 2025.

SOUZA, M. L. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SOUZA, L. S. B. de; MOURA, M. S. B. de; SILVA, T. G. F. da; SOARES, J. M.; CARMO, J. F. A. do; BRANDÃO, E. O. Indicadores climáticos para o zoneamento agrícola da palma forrageira (*Opuntia* sp.). *In: Jornada de iniciação científica da embrapa semiárido*. Petrolina: **Embrapa SemiÁrido**, 2008, p. 23-28.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 54 - 105.

THIOLLENT, Michel. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. *In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). Repensando a pesquisa participante*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

TIRIBA, L. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 69-94, 2009.

TONET, Ivo. Trabalho associado e extinção do Estado. **REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 3, n. 3, 2013. Disponível em: http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/TRABALHO_ASSOCIADO_E_EXTINCAO_D_O_ESTAD. Acesso em 07 mai. de 2025.

VENTURELLI, Ricardo Manffrenatti. Terra e território: a questão camponesa no capitalismo. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 9, p. 96-102, 2008.

VICENTINO, Cláudio. **História Geral e do Brasil**: volume único. São Paulo: Scipione, 2001.

VILAS BOAS, L.G. Breve histórico acerca das cooperativas agropecuárias no Brasil. **Élisée**, Rev. Geo. UEG – Goiás, v.10, n.1, e1012113, jan./jun. 2021

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 25-44, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX Encontro Anual da ANPOCS, 1996, Caxambu, Minas Gerais, **Anais do XX Encontro Anual da ANPOCS - Processos Sociais Agrários**. Caxambu, MG. Outubro, 1996. 34 p.

ZIMPEL, B; ZENERATI, FL. Cooperativismo Camponês: Trajetória, limites e possibilidades para a consolidação da Cooperativa Camponesa de Agroindustrialização e Comercialização (COOCAMP). In: HAMMEL, Ana Cristina; CARCAIOLI, Gabriela Furlan; MÔNACO, Graziela Del; FINATTO, Roberto Antônio. (Org.). **Estudos sobre a realidade brasileira**: práticas e movimentos contra-hegemônicos. Curitiba: CRV, 2020. p. 177-194.

ZOCCAL, R. Paraná um estado cada vez mais leiteiro. **Revista Balde Branco**. São Paulo. 2017. Disponível em: <http://www.baldebranco.com.br/paranaum-estado-cada-vez-mais-leiteiro/>. Acesso em: 12 de mai. de 2025.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu _____ CPF _____
_____, RG _____, depois
de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e
benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de
minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento
Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os
pesquisadores Samuel Guimarães Martins do projeto de pesquisa intitulado
“Projeto De Intervenção: Promoção Da Saúde Da População Tabagista Na
Atenção Primária” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher
meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao
mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou
depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e
transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados,
obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das
crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º
8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas
com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Fortaleza-Ceará, _____ de _____ 2022.

Pesquisador responsável pelo projeto

Sujeito da Pesquisa

Responsável Legal (Caso o sujeito seja menor de idade)

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOBRE A REALIDADE PRODUTIVA DO ASSENTADO/COOPERADO ASSENTADO - DOUTORADO EM GEOGRAFIA DA UFC

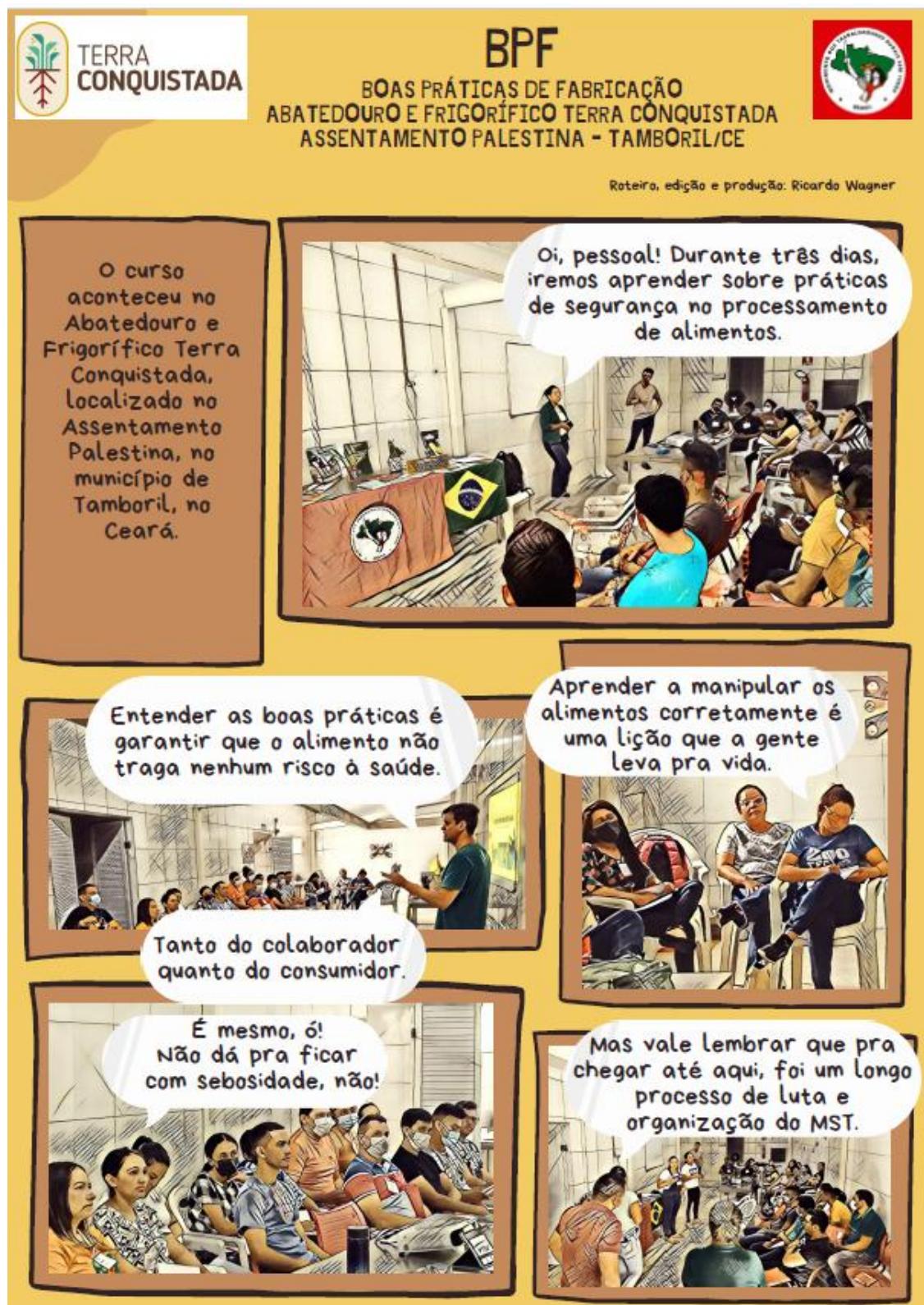
Questionário sobre a Realidade Produtiva do Assentado/Cooperado

Nome: _____ Assentamento: _____
Município: _____

1. No momento possui rebanho bovino? Quantas vacas?
2. Qual sua produção de leite? Faz queijo?
3. Coloca no Tanque da Cooperativa? Quanto?
4. Quanto é seu custo de ração mensal?
5. Qual o gasto mensal com contas (energia elétrica)?
6. Você gasta com mão de obra? Quantas pessoas? Quanto em dinheiro?
7. Você possui feno ou silo? Quantidade de Armazenamento?
8. Qual sua área de pastagem cultivada (irrigação)? Ou Baixio?
9. Você está se arrependeu de se cooperar e fornecer para a agroindústria?

Obs: Foi aplicado também um questionário via Google Forms

ANEXO A - TELENOVELA DO CURSO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO – FRIGORÍFICO TERRA CONQUISTADA





ANEXO B – MODELO DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE ORGÂNICA DO ASSENTADO



CERTIFICADO DE CONFORMIDADE ORGÂNICA

Nº 01/2022

A Comissão de Avaliação do Núcleo Gestor COOPALC vinculada ao OPAC CCA CE, declara que a Unidade de Produção Familiar de Antônio José Rodrigues da Silva, CPF: 000.000.000-00 pertencente ao grupo de produção Vitória da Luta, localizado no Assentamento Bernardo Marin II, município de Russas/Ceará, está em conformidade com as normas e princípios estabelecidos pelo OPAC CCA CE, e pela Lei 10.831/03 e seus dispositivos complementares.

Validade desta declaração: um ano.

Fortaleza, 13 de agosto de 2022.

Coordenador (a) da Comissão de Avaliação do Núcleo Gestor

Visita da Unidade Produtiva do Sr. Antônio José Rodrigues da Silva, na data: 26 de julho de 2022

Relação de Produtos Certificado: Caju e Castanha de Caju

Fortaleza, 13 de agosto de 2022.

Representante Legal da CCA